

**Interdependência e Segurança:
uma década de relações entre Marrocos e a União Europeia.**

Rui António Pereira de Almeida

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais,
na variante de especialização em Relações Internacionais**

Março de 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Tiago Moreira de Sá.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação constitui a realização de um objectivo intelectual há muito estabelecido, que com a pesquisa e estudo desenvolvidos se foi tornando cada vez mais envolvente.

Encetar o estudo do relacionamento entre Marrocos e a União Europeia mais que uma actividade tornou-se um projecto que só está a ser possível graças à orientação, apoio e disponibilidade de muitas pessoas a quem quero expressar o meu agradecimento.

Ao Professor Doutor Tiago Moreira de Sá, pela orientação, estímulo e recomendações que sempre me prestou.

À Mestre Ana Santos Pinto pelas indicações metodológicas, elementos de investigação e apoio facultado.

À Mestre Isabel Alcario pelas pistas de investigação e pela permanente disponibilidade que permitiu debater aspectos da investigação.

Ao Rui Brito pelo apoio e revisão do texto.

Ao Professor Doutor Vitor Soares, pela amizade e apoio na revisão do texto.

Ao meu colega Emanuel Joaquim pelo apoio amizade e horas de debate.

Ao José Mendes, restantes “camaradas” e amigos pelo apoio e suporte na concretização desta dissertação.

Aos meus colegas Paulo Malaquias, Diana Nascimento e Joana Pereira pela amizade e apoio prestado.

À minha mãe e à minha filha, pelo permanente suporte e apoio incondicional.

A todos vós, muito obrigado!

**Interdependência e Segurança:
uma década de relações entre Marrocos e a União Europeia.**

Rui António Pereira de Almeida

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Interdependência, Cooperação, Marrocos, União Europeia, Política de Vizinhança Europeia, Declaração de Barcelona, Acordos de Associação, Acordos de Cooperação, Instituições, direitos humanos, segurança.

A cooperação entre o Reino de Marrocos e a União Europeia decorre na linha de fronteira entre dois universos distintos, com um percurso histórico repleto de tensões e conflitos. Com a Declaração de Barcelona a União Europeia enceta um novo capítulo no desenvolvimento das relações com os Estados da fachada sul do Mediterrâneo. A análise desse relacionamento com o Reino de Marrocos, nos dez anos que se seguem à morte de Hassan II, é efectuada sob a perspectiva e enquadramento da teoria da Interdependência, com o contributo de conceitos provenientes de diferentes modelos teóricos, sendo particularmente relevantes os respeitantes ao domínio da segurança. São igualmente considerados elementos da esfera doméstica como a natureza milenar do estado marroquino, a abrangência da religião na sociedade e a estrutura do poder, que no seu conjunto conferem peculiar singularidade ao Reino de Marrocos.

**Interdependence and Security:
a decade in the relations between Morocco and the European Union.**

Rui António Pereira de Almeida

ABSTRACT

KEY-WORDS: Interdependence, Cooperation, Morocco, European Union, European Neighborhood Policy, Barcelona Declaration, Association Agreements, Cooperation Agreements, Institutions, Human Rights, security.

Cooperation between the Kingdom of Morocco and the European Union goes along the border line between two different universes, with a historical course full of tensions and conflicts. With the Barcelona Declaration, the European Union embarks on a new chapter in the development of relations with the south Mediterranean neighboring countries. The analysis of this relationship with the Kingdom of Morocco in the ten years following the death of Hassan II is made under the perspective and framework of interdependence theory, with the help of concepts with origin in several theoretical models, among which are of particular importance the ones related to the field of security. There are also elements of the domestic sphere which are considered, such as the millennial nature of the Moroccan state, the scope of religion in society and the power structure, which together confer a peculiar uniqueness to the Kingdom of Morocco.

ÍNDICE

Introdução	1
Motivação.....	1
Objecto.....	1
Contexto.....	2
Âmbito.....	3
Modelo de análise.....	4
Estrutura.....	5
Capítulo I: Enquadramento Teórico.....	6
I. 1. A cooperação institucional em diferentes perspectivas	6
I. 1. a A perspectiva da escola Realista.....	7
I. 1. b A perspectiva da escola Liberal.....	12
I. 1. c A teoria da Interdependência.....	20
Capítulo II: Marrocos	30
II. 1. A História, o território e o povo	32
II. 2. As questões de segurança.....	59
Capítulo III: As relações entre a União Europeia e Marrocos	67
III. 1. A política externa da União Europeia.....	67
III. 2. O acordo de associação.....	68
Conclusão.....	114
Bibliografia	120
Lista de Figuras	126
Anexos	127

INTRODUÇÃO

Motivação. O estudo da cooperação internacional no domínio da segurança colectiva, entre a União Europeia (UE) e o Reino de Marrocos impõe que sejam levados em consideração outros aspectos além da análise da política externa de uma instituição internacional na forma como desenvolve, condiciona e apoia um estado soberano. As relações entre a UE e Marrocos são uma parte significativa da ponte que se constrói entre dois blocos culturais, repletos de especificidades e com diversos antagonismos. Esta dissertação poderá contribuir modestamente para o conhecimento do estado da ligação entre os actores escolhidos e desenrolar-se-á no seio de uma das mais significativas linhas de divisão entre as principais escolas de pensamento das Relações Internacionais, o papel das instituições internacionais. O facto do início da investigação, que não o período temporal em análise, coincidir com o ano de 2010 reveste-se de particular interesse, por ser o ano previsto para se alcançarem os objectivos da declaração de Barcelona.

Objecto. O tema escolhido, a cooperação internacional no domínio da segurança colectiva, formalizado e especificado através da questão de partida: Como é que as Instituições Internacionais têm contribuído para impedir o crescimento de ameaças à segurança? Como tem actuado a UE? Em que áreas o tem feito especificamente em Marrocos? Para o efeito o objecto deste trabalho é o estudo das relações entre a UE e Marrocos, tendo como vector principal a segurança colectiva e analisando de que forma a interdependência tem contribuído para a condicionar. Sendo a segurança colectiva uma resultante de vários factores, será fundamental destacar os mais relevantes e como serão relacionados. Para alcançar o objectivo estabelecido serão considerados três vectores da cooperação entre a UE e o reino de Marrocos para além do domínio da cooperação política e de segurança, serão consideradas a cooperação social, cultural e humana, bem como a económica e financeira.

A opção por Marrocos e pela UE é sustentada pelo facto de Marrocos ser um estado vizinho de Portugal e da União, cuja contiguidade impõe uma destacada relevância nas relações entre o Reino de Marrocos e a UE. A referida contiguidade regista-se através das áreas de responsabilidade limítrofes, nomeadamente, zonas económicas exclusivas, áreas de gestão de tráfego aéreo e marítimo, bem como a localização das respectivas regiões de busca e salvamento. Acresce ainda que, devido à sua localização, Marrocos detém um papel determinante nas vias de acesso à Europa e ao Mediterrâneo. Este

aspecto geoestratégico associado à questão geopolítica, torna Marrocos singular por estar inserido no conjunto de territórios que compõem o mundo muçulmano, sendo dessa forma um espaço de acção e potencial desenvolvimento dos movimentos fundamentalistas islâmicos, revestidos ou não de características *jihadistas*. Por outro lado a opção pela UE como instituição a estudar decorre igualmente da contiguidade e da percepção que a própria UE tem da necessidade de promover um equilíbrio nas relações com os países da fachada sul do Mediterrâneo promovendo o seu desenvolvimento.

Contexto. A cooperação entre a UE e Marrocos iniciou-se na década de sessenta do século passado. Em 1969 em pleno período de crescimento económico da Comunidade Europeia, esta inicia a sua viragem para os territórios da fachada sul do Mediterrâneo e celebra com Marrocos um acordo comercial, posteriormente, em 1976, será celebrado um acordo de cooperação. A fachada sul do Mediterrâneo é um espaço geográfico que ultrapassa largamente o território marroquino, inserido no Magrebe, que é definido por Samir Amin da seguinte forma: “*Le mot Maghreb signifie en arabe «Occident». Il désigne traditionnellement l'ensemble des contrées situées à l'ouest de la vallée du Nil, c'est-à-dire, en termes modernes, la République de Libye, la République tunisienne, la République algérienne, le Royaume du Maroc et la République islamique de Mauritanie.*”¹, sendo um espaço mediterrânico por excelência aplica-se-lhe em pleno a afirmação de Fernand Braudel, “o mediterrâneo são as rotas”².

¹ AMIN, Samir - *Le Maghreb moderne*, Paris: Les éditions de Minuit, 1970. P. 9. “A palavra Magrebe significa em árabe «Ocidente». Designa tradicionalmente o conjunto dos espaços situados a Oeste do vale do Nilo, correspondendo em termos modernos, à Republica da Líbia, à Republica tunisina, à Republica da Argélia, ao Reino de Marrocos e à Republica Islâmica da Mauritânia.” (Tradução nossa) Optaremos pela tradução da citação no texto, colocando a versão original em nota de rodapé. Contudo em algumas citações que consideramos mais relevantes na língua original procederemos de forma inversa, e esta nota insere-se num desses casos. A tradução da língua árabe será objecto de um cuidado especial devido aos problemas que coloca relativamente à transliteração, seguiremos o modelo proposto por Charles Richard Pennel. Considerando que a transliteração frequentemente impede que os nativos da língua reconheçam o seu próprio nome, ou o da cidade ou local onde habitam, adoptaremos o uso dos nomes próprios de acordo com a transliteração oficial, sempre que exista, e no respeitante ao nome das localidades serão utilizadas as formas comumente usadas na língua portuguesa.

² BRAUDEL, Fernand - *O Mediterrâneo o Espaço e a História*, trad. Manuela Torres, Lisboa: Teorema, 1995, p. 55.

É neste contexto que se obtém a importância geoestratégica de Marrocos, porque o seu território controla os principais eixos de comunicação de entrada no Mediterrâneo, de acesso à Europa, vindo do sul. Essa relevância é aumentada quando associada ao quadro político vigente no Reino de Marrocos, visto tratar-se de um regime híbrido cuja natureza é classificada de democracia protegida, no sentido formulado por Leonardo Morlino³, em que tem havido um lento e titubeante processo de liberalização. Tal como Daniel Brumberg refere, não se afigura que o novo rei de Marrocos, Mohammed VI, tenha, por um lado a vontade necessária para caminhar decididamente num rumo que conduza a uma ampla democracia, e, por outro, é duvidosa a sua capacidade para lidar com os elementos mais conservadores, onde pontificam os líderes militares e das restantes forças de segurança.⁴ Esta manutenção de *status* que dificulta os processos de desenvolvimento económico, social e político subjacente aos acordos de cooperação entre a União Europeia e o Reino de Marrocos.

Âmbito. Para dar resposta às questões formuladas serão consideradas as relações de cooperação institucional entre a UE e Marrocos nos três vectores de cooperação. Dessa forma serão analisados o domínio da cooperação política e de segurança, a vertente social, cultural e humana, e a área económica e financeira num período temporal de dez anos com início em 1999, ano da subida ao trono de Marrocos de Mohammed VI, que sucedeu a seu pai, o prestigiado rei Hassan II.

³ De acordo com o propugnado por Leonardo Morlino o Reino de Marrocos apresenta características de regime híbrido integrado na categoria de democracia protegida. Nesta categoria regista-se a presença dos seguintes factores: regimes tradicionais/personalizados, autoritarismo civil e militar e regimes pós-coloniais. MORLINO, Leonardo - *Hybrid Regimes or Regimes in Transition?*, Working Paper nº 70, p. 11. [Consult. 15-12-2010] Disponível em www.fride.org

Posteriormente o mesmo autor viria a redefinir a sua categorização através de um artigo onde enquadra o reino de Marrocos na categoria de democracia limitada ou democracia sem estado, considerando nesta última designação que estado pressupõe o governo baseado no primado da lei. A transição para a nova categoria deve-se à escassez de casos na categoria original que impede a emergência na análise de dados da categoria de democracia protegida e é feita levando em conta mais a ineficiência do estado do que a especificidade da monarquia marroquina. MORLINO, Leonardo - *Are there hybrid regimes? Or are they just an optical illusion?*, in *European Political Science Review*, 2009, nº 1:2, p. 289.

[Consult. 28-12-2011] Disponível em:

<http://www.democraciaenamericalatina.org/articulos/leonardomorlino/aretherehybrid.pdf>

⁴ BRUMBERG, Daniel - *Democratization in the Arab World? THE TRAP OF LIBERALIZED AUTOCRACY* in *Journal of Democracy*, volume 13, número 4, 2002. P. 64.

O período em análise é marcado por grandes alterações nos actores que são objecto de estudo e no mundo em geral. É neste período que ocorrem os acontecimentos de 11 de Setembro, que se inicia a guerra no Iraque e no Afeganistão e em que a comunidade internacional se ajusta à nova ameaça global, o terrorismo transnacional. No que diz respeito à EU, são relevantes os sucessivos alargamentos, a entrada em funcionamento da moeda única, e a revisão e reestruturação dos tratados que terão grande reflexo no domínio da política externa da União. Quanto a Marrocos entre 1999 e 2009 ocorrem significativas mudanças a nível político, decorrentes da realização de vários actos eleitorais e da revisão de vários códigos fundamentais do seu edifício legislativo, assim como da criação e reforço de instituições de matriz democrática. A par dos acontecimentos citados, ocorrem atentados terroristas em Casablanca, e vários cidadãos marroquinos participam nos atentados de Madrid. Assistem-se a pequenos progressos em direcção ao estado de direito que concorrem com medidas securitárias excepcionais visando a repressão dos *ihadistas*. Não obstante o *makhzen*⁵ subsiste, esta palavra, que originalmente significa loja ou armazém, é usada em Marrocos desde o século XVII para designar o aparelho do estado na sua totalidade e os serviços e rendimentos que dispensa, associando-lhe a noção clientelar e de pertença.

Modelo de análise. O modelo de análise assenta na revisão bibliográfica em torno dos conceitos chave: cooperação internacional, segurança colectiva, fundamentalismo islâmico, ameaças, geopolítica e geoestratégia. Estes conceitos estão presentes ou subjacentes aos acordos de cooperação entre o Reino de Marrocos e a UE. Para além da revisão bibliográfica serão estudadas fontes disponíveis na internet respeitantes aos programas de cooperação estabelecidos entre a UE e Marrocos de forma a obter informação sobre os objectivos dos programas e a avaliar o seu nível de concretização. Para o efeito, considerar-se-ão ainda os índices de desenvolvimento disponibilizados pelas Nações Unidas e os índices de entidades independentes como sejam a Freedom House. Procederemos ao estabelecimento de relação entre os desenvolvimentos observados nos conceitos chave e modelos de cooperação institucional desenvolvidos por autores de diferentes escolas de pensamento. Deste modo será analisada a presença

⁵ Makhzen é a palavra adoptada para a referência ao aparelho do estado conforme ALCARIO, Isabel Cristina Correia - *O processo de liberalização política em Marrocos (1992-2007): uma transição adiada*. Lisboa: ISCTE, 2009, p. 14. [Consult. 15-12-2010] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/1685>

e medida, na política de cooperação entre a União Europeia e o Reino de Marrocos, de valores de natureza liberal, como sejam a democracia e a minimização dos conflitos entre estados, e de factores mais valorizados no seio do pensamento realista nomeadamente o poder e a segurança.

Estrutura. O trabalho desenvolver-se-á ao longo de três capítulos onde serão expostos, num primeiro capítulo, o enquadramento teórico, detalhando a forma como a cooperação institucional é tratada pelas várias escolas de pensamento de Relações Internacionais, seguindo-se-lhe no segundo capítulo a caracterização do Reino de Marrocos, onde as particularidades deste estado serão realçadas, merecendo especial enfoque o domínio da segurança. Posteriormente, na terceira parte, será tratada a UE na perspectiva da sua política externa. Para o efeito, serão analisados os vários instrumentos de cooperação institucional que a UE criou, serão analisados os programas de cooperação vigentes e proceder-se-á a uma singela avaliação dos mesmos. Neste mesmo capítulo será efectuada a determinação da relação entre os programas de cooperação e os indicadores disponíveis projectando tendências. Por último, o capítulo final será consagrado à conclusão, onde se irão realçar quer as principais tendências, quer as vicissitudes da cooperação institucional entre a UE e o Reino de Marrocos. Com a estrutura apresentada pretendemos avaliar o efeito resultante do empenhamento da União Europeia no desenvolvimento económico, social e político em Marrocos através das alterações registadas nesses domínios recorrendo aos instrumentos de notação disponibilizados por fontes independentes e pelo próprio governo de Marrocos.

I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A cooperação institucional em diferentes perspectivas. A apresentação da forma como as principais escolas teóricas das relações internacionais abordam a cooperação institucional constitui-se como principal desiderato deste capítulo, que é complementado com outros elementos teóricos relevantes para o desenvolvimento da dissertação, referimo-nos às noções de segurança colectiva, de geoestratégia, de geopolítica e dos regimes híbridos, esta última essencial para a caracterização político social do Reino de Marrocos. Sendo a cooperação internacional um tema verdadeiramente central no estudo das Relações Internacionais é igualmente uma linha de fractura entre as principais escolas de pensamento, quer pela maneira como é entendida, quer pela constituição de um paradigma diferente quanto aos actores da cena internacional. Este aspecto é observável a partir da constituição de instituições internacionais que permitem o multilateralismo como forma de relacionamento entre actores da cena internacional.

Considerando que as teorias no domínio da política internacional são elaboradas relativamente a questões de natureza empírica e normativa, Christian Reus-Smit e Duncan Snidal afirmam que *“qualquer teoria das relações internacionais é simultaneamente sobre como o mundo é e sobre como deveria ser”* (tradução nossa)⁶. A associação entre o carácter explicativo, de natureza empírica, e o carácter normativo dos modelos teóricos é complexa. Sendo a explicação mais comum para a existência destas duas vertentes epistemológica, os autores citados apresentam outra proposta partindo do facto de que a teoria das relações internacionais é de forma permanente revestida de uma natureza prática, persistindo desta forma a existência quer da componente normativa, na medida em que condiciona, quer da empírica que se reveste da qualidade explicativa. A natureza normativa tem sido objecto de amplo debate, em grande parte devido à preponderância que a natureza empírica tem vindo a assumir. Contudo a sustentação ética que a base normativa providencia é fundamental em tomadas de

⁶ “... every international relations theory is simultaneously about what the world is like and about what it ought to be like.” REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan – *Practical Discourses of International Relations* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 6.

decisão relacionadas com a conduta correcta em determinadas situações internacionais, tais como intervenções humanitárias.

A evolução das grandes correntes de pensamento das Relações Internacionais tem-se realizado quer com investigação, que apresenta novas formulações teóricas, quer partindo de novos factos observados empiricamente, em ambos os casos suscitando novas questões e respectiva discussão. Outro grande catalisador da evolução das correntes de pensamento das Relações Internacionais é de natureza exógena e resulta da importação e adaptação de modelos teóricos originalmente propostos para outras áreas de conhecimento, sociologia, ciência política, economia ou filosofia entre outras. Esta importante forma de progresso das teorias das Relações Internacionais sujeita-se a significativos perigos resultantes de má adaptação dos modelos teóricos externos, nem os comportamentos dos estados e dos indivíduos se afiguram idênticos, nem o comportamento dos líderes políticos será integralmente explicado pela psicologia. Reconhecendo os amplos progressos que as teorias exógenas tem tido para o progresso das Relações Internacionais é essencial acautelar efeitos adversos sabendo que quer a escola Realista quer a escola Liberal evoluíram com a apropriação de modelos teóricos externos.

1.a. A perspectiva da escola Realista.

O contributo que a escola de pensamento Realista tem prestado ao estudo das relações internacionais é verdadeiramente fulcral. No domínio das relações internacionais é frequente a apresentação de novas ideias ser realizada através da utilização das ideias centrais do pensamento Realista como ponto de partida para conceitos, modelos ou teorias que até podem não ter nada a ver com o Realismo⁷. Este facto suscita frequentes referências menos rigorosas ao pensamento Realista⁸ tornando-o naquilo que na verdade não é.

A escola Realista não se apresenta como um bloco homogéneo, com um corpo teórico uniforme, comporta abordagens teóricas diferenciadas, propostas em diferentes etapas da evolução do pensamento Realista. Não se pode por isso afirmar a existência

⁷ WOHLFORTH, William C. – *Realism* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 131.

⁸ WOHLFORTH, op. cit., p. 131.

de uma teoria Realista, existem sim várias teorias que ou comportam modelos explicativos de vários aspectos fundamentais do Realismo, como sejam a teoria da balança do poder, ou estão vinculadas a correntes de pensamento que se inserem na tradição Realista⁹. As correntes de pensamento que se inserem dentro do Realismo compreendem o Realismo Clássico que é na verdade o Realismo tradicional e fundacional, o Neo-Realismo e as suas variantes, denominadas Realismo Ofensivo e Realismo Defensivo e o Realismo Neoclássico. Esta última retoma os valores iniciais do Realismo adicionando a influência que a esfera doméstica tem sobre a política externa, cortando com a tradicional presunção da independência dos actores internacionais face aos factores da política interna. Segundo Gideon Rose o Realismo Neoclássico em vez de assumir que os estados procuram a segurança, considera que os estados procuram responder à incerteza no sistema internacional anárquico procurando controlar e moldar o ambiente que os rodeia¹⁰ fazendo com que estejam constantemente a avaliar o poder relativo e a tomar decisões em conformidade. Neste processo intervêm variáveis como sejam as estruturas domésticas e as percepções dos seus líderes que funcionam como intermediários entre as pressões das configurações de poder e as decisões dos actores internacionais¹¹.

Estas correntes de pensamento, para além dos modelos teóricos e propostas que as diferenciam, estão associadas a períodos temporais distintos e a diferentes contextos internacionais, entre guerras e pós segunda guerra-mundial, guerra-fria e pós guerra-fria. Sendo a conflitualidade entre estados um dos aspectos centrais no pensamento Realista, não é fruto do acaso que os marcos temporais associados à guerra são um dos elementos de referência temporal no surgimento de novas correntes de pensamento. Este facto evidencia a tendência eminentemente explicativa das teorias Realistas relativamente às relações internacionais, sem que se percam as referências basilares do pensamento Realista. Em todas estas variantes estão presentes conceitos transversais e

⁹ WOHLFORTH, William C. – *Realism* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 141.

¹⁰ ROSE, Gideon - *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy* in World Politics, Vol. 51, No. 1 (Oct., 1998), p. 152. [Consult. 28-02-2012] disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25054068>

¹¹ COSTALLI, Stefano - *Power over the Sea: The Relevance of Neoclassical Realism to Euro-Mediterranean Relations* in Mediterranean Politics, vol.14, nº 3, 2009, p. 327. [Consult. 12-03-2012] disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13629390903346814>

fundamentais, recorrendo ao sustentado por William C. Wohlforth¹²: o grupismo, o egoísmo, a anarquia e o poder. Relativamente ao grupismo o referido autor considera que as acções políticas internas ou externas dão-se com o envolvimento de grupos que apresentam alguma consistência e homogeneidade resultante da necessidade de solidariedade entre os elementos que os compõem de forma a sobreviverem como grupo e a atingirem os seus objectivos. Refira-se que nesta construção estão incluídos não só estados como outros grupos. Quanto ao Egoísmo é mantido o conceito clássico da acção em função do interesse do estado ou do grupo com estreita ligação à natureza humana, admitindo que esta característica, o Egoísmo, pode ser exacerbada, moderada ou até contida, ainda que temporariamente, pelas Instituições e pelos valores.

A Anarquia está presente desde sempre nas ideias Realistas, consistindo na ausência de uma ordem hierárquica que condiciona o comportamento dos actores internacionais e potencia o comportamento egoísta. Tal como Mearsheimer afirma “*o poder é a moeda da política das grandes potências e os Estados competem por ele entre eles. O poder é para as relações internacionais o que o dinheiro é para a economia.*”¹³ O Realismo tem uma estreita ligação com o conceito de poder que é entendido como a congregação de vários factores, e a sua quantificação é sempre encarada de forma relativa. O pensamento realista aborda o poder de um actor de forma relativa ao poder detido por outros actores, considerando que engloba, entre outros, o poder militar e o poder económico. A grande desigualdade que se regista na distribuição do poder está na origem de situações de conflito, mas também em relações de controlo.

Pelo impacto que teve, e ainda tem, no estudo das relações internacionais o Neo-Realismo, subescola de onde derivam as correntes Realistas mais actuais, requer uma abordagem mais detalhada. O Neo-Realismo rompe com o realismo em quatro aspectos fundamentais: primeiro, na construção do modelo teórico; segundo, na mudança das relações causa efeito pela redefinição de conceitos; terceiro, na diferente explicação de poder e do interesse do estado e quarto, no nível de análise.

¹² WOHLFORTH, op. cit., p. 133.

¹³ “*Power is the currency of great-power politics, and states compete for it among themselves. What money is to economics, power is to international relations.*” MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*, New York : W. W. Norton, 2003, p. 12.

Relativamente à construção do modelo teórico note-se que o Neo-Realismo é teorizado a partir de um modelo dedutivo enquanto o Realismo é teorizado a partir de um modelo indutivo. Contrariando as posições de autores clássicos como, Raymond Aron ou Hans Morgenthau, Kenneth Waltz sustenta que a ciência em geral e as relações internacionais em particular não se cingem à capacidade de prever e controlar, para isso ultrapassa as limitações que aqueles autores identificaram elaborando uma verdadeira teoria das relações internacionais que, para além de prever e controlar, é explicativa do comportamento das unidades no sistema político internacional

Na sua construção teórica destaca-se o conceito de estrutura como integrante de qualquer sistema¹⁴ a par das unidades constituintes. Para Waltz “*uma estrutura é definida pela disposição das suas partes*”¹⁵ e “*um sistema é composto de uma estrutura e das partes que interagem*”¹⁶ para melhor explicar o que significa estrutura, Kenneth Waltz recorre à analogia com a linguagem e compara estrutura com a gramática e sintaxe. Esta estrutura que condiciona e molda o comportamento das unidades é, no respeitante ao sistema político internacional, uma abstracção que apenas é percepcionada pela disposição das partes, unidades constituintes, e pelo princípio e organização, como essa disposição é efectuada.

No respeitante à causalidade presente no Realismo clássico o Neo-Realismo não a segue, optando por redefinir ou definir os conceitos de poder, estado, sistema político internacional, estrutura, balança/equilíbrio de poder, *bandwagon* e ordem anárquica.

Para Kenneth Waltz **poder** é definido enquanto capacidades¹⁷ e é dotado de uma característica específica, a fungibilidade. A fungibilidade consiste na capacidade de conversão e permite transferência de e entre capacidades podendo ou não culminar em resultados.

¹⁴ WALTZ, Kenneth – Teoria das Relações Internacionais; trad. Maria Luísa Felgueiras Gayo ; rev. cient. Luís Filipe Lobo Fernandes, Lisboa: Gradiva, 1ª ed., 2002, p. 114.

¹⁵ WALTZ, op. cit., p. 115.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ WALTZ, op. cit., p. 263.

Estado é definido como uma entidade unitária, racional, revestida de soberania. Para os Neo-Realistas os estados são funcionalmente indiferenciados e buscam o poder.

O Sistema **político internacional** é o conjunto que compreende **estrutura** e **unidades**, sendo estas unidades os estados.

O conceito de **estrutura** tal como Kenneth Waltz refere “*baseia-se no facto das unidades justapostas e combinadas de forma diferente produzirem diferentes resultantes*”¹⁸. A estrutura do sistema político internacional é então a ordem do sistema e a forma como as unidades se organizam. No modelo Neo-Realista, na ausência de qualquer entidade superior que superintenda ao funcionamento das unidades a ordem é anárquica, não tendo o termo anárquico qualquer relação com caos ou desordem, mas apenas com a ausência de uma ordem hierárquica. A estrutura com ordem anárquica molda e condiciona o comportamento das unidades, isto é, dos estados, consoante a forma como os estados estejam relativamente dispostos em termos de capacidades.¹⁹

O Neo-realismo, que suscitou desenvolvimentos, por um lado com a conceptualização das variantes defensiva e ofensiva e esteve na origem do Realismo Neo-Clássico, diferencia-se pela apresentação de um novo nível de análise, a estrutura, e dessa forma considera que a política internacional só pode ser entendida se ao nível de análise das unidades em interacção, considerado no Realismo clássico, for adicionado o efeito de estrutura que funciona como uma força que dá forma e condiciona as unidades, isto é os estados.

Como para os Neo-Realistas o sistema político internacional é movido pelo interesse político das grandes potências, desta forma embora anárquico e caracterizado pela ausência de especialização das unidades que o compõem, o Sistema Internacional estrutura-se em torno dos interesses dos principais estados que se posicionam na estrutura do sistema internacional em função do seu poder.

¹⁸ WALTZ, op. cit., p. 116.

¹⁹ WALTZ, Kenneth – Realist Thought and Neorealist Theory, Charles W. Kegley Jr. (ed.). Controversies in International Relations Theory: Realism and the Neoliberal Challenge. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1995, p. 74.

Na perspectiva da escola realista poder e segurança são factores vitais que consideramos igualmente fulcrais na forma como o pensamento realista pode contribuir para a clarificação da questão de partida. A forma como o pensamento realista estará presente na discussão será pautada pelo reconhecimento de que esta escola considera a prevalência do interesse primordial dos estados e confere pouca relevância ao funcionamento das Organizações e Instituições Internacionais, considerando que estas serão instrumentos do poder dos estados. No entanto a percepção realista de segurança será parte fundamental da análise uma vez que esta escola de pensamento apresenta modelos teóricos com características explicativas essenciais para a discussão da questão de partida.

1.b. A perspectiva da escola Liberal. Referir-se uma perspectiva da escola Liberal é por si só um desafio, uma vez que a escola Liberal não se apresenta como um corpo teórico delimitado e uniforme, é na verdade uma corrente de pensamento e será porventura mais adequado referirmo-nos às ideias Liberais. Esta dificuldade adicional advém em parte da sua génese enquanto escola de pensamento, que resulta de uma evolução de teorias com aspectos por vezes contraditórios entre ideias das correntes utilitaristas, racionalistas e idealistas. O ponto comum, e presente desde sempre nas ideias Liberais, é o objectivo de minimizar o risco de conflito, recorrendo a princípios de ordem e regulação das relações entre actores da cena internacional. A referência a princípios de ordem e regulação configura um modelo de relacionamento baseado em aspectos fulcrais, princípios, dos quais resultam normas que permitem a gestão de qualquer foco de conflitualidade. Trata-se de um conjunto de conceitos e mecanismos cuja aplicação irá transformar a sociedade internacional.

No final da primeira guerra mundial quando o mundo se encontra em choque com a realidade brutal do conflito, com a mortandade a uma escala planetária, germinam ideias visando a necessidade de assegurar a paz, a promoção universal da democracia e o estabelecimento e primado do Direito Internacional. Neste contexto o presidente dos Estados Unidos da América Woodrow Wilson propugna a universalidade destas ideias e apresenta medidas concretas para a implementação de normas e instituições para esse efeito. A passagem de um modelo teórico à prática nas relações internacionais é efectuada através da implementação de instituições visando a segurança e a paz entre os estados. É assim que surge a Sociedade das Nações, instituição que na

sua carta de constituição consagra este grande objectivo. O facto de se assistir neste período à transposição de novos princípios, norteados pela paz, para a esfera da política internacional não será alheio à denominação de Idealismo que é atribuída a esta formulação teórica. A transformação proposta é formidável, passa-se de um cenário em que Estados se lançam na guerra por força de compromissos estabelecidos, onde são celebradas alianças cuja finalidade é a guerra, para um relacionamento onde se celebram compromissos para evitar precisamente a conflitualidade, a profundidade da transformação proposta justifica o epíteto Idealista. Contudo as raízes destas ideias são muito mais profundas e remontam às ideias propostas por Hugo Grotius, Emmerich de Vattel, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Jeremy Bentham, Stuart Mill e Immanuel Kant, são ideias de onde emergem conceitos que se tornarão centrais nas ideias liberais, de entre eles destacam-se: a justiça, os direitos individuais, a igualdade perante a lei, o estado de direito ou a separação de poderes.

A escola Liberal, mais do que uma teoria explicativa das relações internacionais, representa uma corrente de pensamento visando a transformação da sociedade à luz de um conjunto de valores, de objectivos e de uma ética. O clima internacional existente em 1918, no final do conflito mundial, é orientado para a garantia de exclusão da guerra como forma de resolver as disputas entre os estados e para o reordenamento das relações internacionais baseadas nas propostas liberais, nos catorze pontos de Woodrow Wilson e na implementação da Sociedade das Nações. O insucesso da Sociedade das Nações na garantia da paz, que culminou em novo conflito global, originará uma nova aproximação no eixo das ideias liberais. Essa nova via denominada funcionalista resulta de uma reformulação que iria garantir os objectivos liberais de forma indirecta através da criação de uma rede de instituições especializadas²⁰.

O académico inglês de origem romena David Mitrany esteve na génese destas propostas e sustentava que, considerando o facto de que sendo a guerra um falhanço, quer dos estados quer da ordem internacional vigente, deveriam ser essas organizações especializadas a assegurar o relacionamento entre os povos, nos mais variados domínios, destacando de entre eles: a promoção da saúde e dos direitos humanos, a

²⁰ RICHARDSON, James L. - *The Ethics of Neoliberal Institutionalism* in *The Oxford Handbook of International Relations*, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 223.

gestão e desenvolvimento dos transportes e infra-estruturas associadas, a gestão dos serviços postais e a regulação do espaço aéreo. Considerava que desta forma os objectivos do ideário liberal seriam alcançados pela adopção de instituições especializadas que proporcionariam funcionalidade às populações sem as restrições e fronteiras impostas pelas regras e normas dos estados. David Mitrany afirma de forma enfática que não representa uma teoria, mas sim um anseio, adoptando um discurso em que defende a necessidade de para além de “ideias nobres” (tradução nossa)²¹ serem tomadas medidas práticas que assegurem a paz.

Tudo isto decorre numa época de profunda transformação e Mitrany compara a situação internacional com os acontecimentos registados na geração anterior na sequência dos acordos de Versalhes. É Mitrany que afirma em sessão realizada na Chatham House, no Reino Unido: “*as Nações Unidas deverão manter a lei e a ordem e proteger as organizações funcionais*” (tradução nossa)²². Esta referência evidencia que o modelo funcionalista encontra-se plasmado na estrutura das Nações Unidas e das suas agências especializadas, no entanto na apresentação do ideário funcionalista as Nações Unidas são consideradas incapazes de impor autoridade e limitadas no âmbito.

As propostas de Mitrany partiam da assumpção da falência do modelo de governo baseado na estrutura estatal evidenciado durante a segunda guerra mundial, demonstrando desta forma que os sistemas de governo baseados nos estados eram incapazes de proporcionar a satisfação dos interesses das populações e originaram a mais vasta destruição registada desde sempre. Tomando como fulcral esta asserção, Mitrany também analisou as soluções de matriz federal, que viria a considerar pouco adequadas ao interesse das populações, por serem de difícil organização e por, tal como o governo dos estados, serem maioritariamente orientadas para a segurança dos estados, eventualmente numa escala ainda maior. Perante este desenvolvimento propugna uma alternativa de governação ao modelo estatal, a governação funcional, realizada em duas escalas, global e regional, de forma progressiva, agrupando estruturas por funcionalidade, independentemente dos territórios e populações. Sendo o período pós segunda guerra mundial pautado por linhas de acção onde dominam as tendências para a

²¹ MITRANY, David - *The Functional Approach to World Organization* in Foreign Affairs, vol. 24, n. 3, Julho de 1948, p. 350.

²² MITRANY, op. cit. ,p. 361.

afirmação de governos nacionais e para a mudança social de forma radical, Mitrany destaca que as transformações diferem entre si consoante a área do globo onde se observam, uma vez que na Europa as transformações são eminentemente políticas, enquanto no médio-orient, no sudoeste-asiático e em África ocorrem processos de transformação social. O crescente número de estados e os nacionalismos mais exacerbados escondem perigos para a Paz. Por outro lado a modernização industrial cria necessidades complementares entre estados, dessa forma Mitrany considera que este aspecto deve ser aproveitado para “a construção da casa internacional”²³ uma vez que existem condições favoráveis proporcionadas pela necessidade e pela prática já instituída da cooperação. Para o efeito e tendo posto de parte o Estado clássico como forma de governo adequado, considerou três possibilidades de organização de governo, o modelo da liga das nações que designa falhado, o sistema federal que considera desajustado e a organização ou regime funcional cuja implementação defende.

O papel central do estado no estudo das Relações Internacionais é reconhecido pelos teóricos das principais escolas de pensamento, sendo simultaneamente o objecto de estudo por excelência e o nível de análise comum. Reconhecendo o papel central do estado os liberais consideram que tem decorrido uma transformação no cenário internacional resultante da erosão da soberania e do crescimento de forças transnacionais²⁴. Esta alteração leva a que surja a questão de como os estados aceitam e porventura encorajam o crescimento deste novo tipo de actores. O foco desta alteração está no conceito de soberania e David A. Lake postula que para além do conceito de soberania resultante do reconhecimento internacional da autoridade de um estado sobre um território e população a autoridade do estado sobre a população manifesta-se em diferentes graus em função da natureza do próprio estado. Desta forma um estado liberal tende a relacionar-se favoravelmente com actores transnacionais por força da prática democrática vigente que estimula a interdependência, por outro lado um estado de natureza autoritária terá grande dificuldade em relacionar-se com este tipo de entidade, por considerar que impede o exercício da autoridade que é essencial para a manutenção do status quo.

²³ MITRANY, op. cit., p. 351.

²⁴ LAKE, David A. – *The State and International Relations* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 49.

Outra das grandes alterações que os autores de matriz liberal apresentam desenvolve-se em torno das instituições internacionais e dos mecanismos de cooperação. Na interessante perspectiva de Arthur A. Stein a propósito do denominado Institucionalismo Neoliberal este autor afirma em forma interrogativa “*se é possível falar das Instituições e não ser Liberal*”²⁵. O estudo das Instituições iniciou-se com a emergência das Organizações Internacionais a seguir ao período da primeira guerra mundial, com o seu, já referido, insucesso este estudo só ganhará novo ímpeto no pós segunda guerra mundial, resultando de mudanças significativas na estrutura internacional e reflectindo a emergência das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, nesta época surgem as teorias dos Regimes Internacionais que transpõem em larga medida as ideias Realistas para o seu estudo, envolvendo as estruturas, normas e regras de maneira mais ou menos formalizada. Esta visão é apresentada em 1975 por John Gerald Ruggie que define regimes internacionais como sendo “conjuntos de expectativas mútuas, regras e regulamentos, planos, energias organizacionais e comprometimentos financeiros que são aceites por um grupo de Estados”²⁶. Este autor desenvolveu as suas ideias a partir da tensão existente entre política e ciência, no respeitante aos desafios que os desenvolvimentos tecnológicos iam colocando. Estes desafios resultam do facto da inovação tecnológica suscitar tomada de decisão com consequências frequentemente opostas consoante a posição relativa dos sujeitos sobre quem recaiam as acções.

Para alcançar equilíbrio na tomada de decisão Ruggie considera determinantes as Organizações Internacionais que regulam e moldam a tomada de decisão. A emergência de uma entidade internacional dedicada à gestão de um assunto ocorrerá com a tomada de consciência da existência de um interesse colectivo e o processo de adopção de mecanismos reguladores será tão expressivo quanto a sua importância e natureza. Ruggie designa por interdependência a resultante dessa institucionalização e a interdependência apresentar-se-á sob a forma de políticas baseadas no reconhecimento

²⁵ STEIN, Arthur A. – *Neoliberal Institutionalism* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 202.

²⁶ RUGGIE, John Gerald - *International Responses to Technology: Concepts and Trends* in International Organization, Vol. 29, No. 3, Verão de 1975, pp. 570-571.

da situação de mútua vantagem, ou orientadas por vantagens resultantes: de custos de oportunidade, de contingências, de limitações ou até pela privação²⁷.

Relativamente ao seu grau de desenvolvimento John Ruggie considera três níveis de institucionalização²⁸: um puramente cognitivo em que o autor partindo da teorização de Michel Foucault, designa por comunidades epistémicas onde se desenvolvem comportamentos inter-relacionados, pautados por modelos de comportamento baseados na construção social da realidade e em que domina o tipo de política de interdependência baseada no reconhecimento da vantagem mútua; um segundo nível que já envolve a adopção de regras e regulamentos e é denominado de regimes internacionais entendidos como estruturas; o terceiro nível que denomina o das organizações internacionais é alcançado pelas entidades que funcionam de forma autónoma relativamente aos estados. A teoria dos regimes internacionais baseia-se no facto de a institucionalização ser um processo de transformação que visa responder colectivamente às necessidades colectivas dos estados.²⁹

Outra abordagem à formação de instituições internacionais é elaborada por Ikenberry. Este autor após uma série de artigos com publicação iniciada em 1998, publica em 2001, *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Neste livro Ikenberry considera que o principal problema no domínio das relações internacionais é a criação de uma nova ordem após as guerras e desenvolve o tema, questionando: a lógica dos vencedores no momento de construção da ordem internacional, a existência de diferentes comportamentos no século XX e por último o sucesso da manutenção da ordem pós 1945 com o fim da guerra fria. A importância e relevância de qualquer destes eixos de análise é totalmente inquestionável, contudo Ikenberry apresenta conceitos que concorrem de forma muito mais directa para a presente dissertação, daí realçarmos a sua teoria constitucional da ordem internacional que culmina na definição de ordem constitucional. Esta ordem constitucional é fundada nos valores democráticos e o seu exercício limitado, preenchendo assim os requisitos para poder ser considerada uma ordem legítima. A

²⁷ RUGGIE, op. cit., pp. 561-564.

²⁸ RUGGIE, op. cit., p. 569.

²⁹ RUGGIE, op. cit., p. 574.

limitação do exercício do poder é obtida pela criação de instituições suportadas por acordos de natureza política³⁰.

Esta forma de analisar o sistema internacional suscitou polémica entre juristas, que a consideravam uma abordagem essencialmente legal, uma vez que se debatiam, sobretudo, normas, regras e procedimentos³¹. Acompanhando a evolução sentida na Ciência Política, na Sociologia e na Economia o estudo dos Regimes Internacionais dá lugar ao estudo das Instituições fazendo eco da crescente autonomização das Instituições e do grande enfoque na cooperação e nos aspectos normativos que as envolvem, reconhecendo ainda a sua significativa autonomia.

Uma das mais recentes perspectivas do Liberalismo é a subscrita por Andrew Moravcsik que apresenta uma relação directa entre a globalização e o desenvolvimento e proliferação das ideias Liberais. Este autor considera que “ *a condição universal da política internacional é a globalização*”³² e abordando três variantes da teoria Liberal, que denomina “*Ideational*”, Comercial e Republicana, afirma que embora individualmente o seu conteúdo seja escasso, cada uma destas variantes assenta numa especificação distinta de elementos centrais da teoria liberal, respectivamente, reivindicações sociais, que através de processos de transformação resultam em preferências estatais, que por sua vez estabelecem padrões e preferências na política internacional.³³ Para além desta visão o autor apresenta três asserções sobre as ideias liberais relativamente à natureza: dos actores sociais, do estado e do sistema internacional.

Relativamente à natureza dos actores sociais retoma a relação com a globalização e acrescenta que este fenómeno gera necessidades diferenciadas em

³⁰ ALMEIDA, João Marques de – Uma Teoria Constitucionalista da Ordem Internacional, IPRI. [Consult. 20-09-2011] Disponível em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=35>

³¹ KEOHANE, Robert O. - *International Institutions: Can Interdependence Work?*, in Foreign Policy, Primavera de 1998, p. 85.

³² MORAVCSIK, Andrew – *The New Liberalism* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 234.

³³ MORAVCSIK, Andrew - *Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics* in International Organization, Vol. 51, No. 4. (Autumn, 1997), p. 524. [Consult. 13-04-2011] Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183%28199723%2951%3A4%3C513%3ATPSALT%3E2.0.CO%3B2-C>

indivíduos e grupos sociais no respeitante a assuntos internacionais. Considera que a necessidades sociais são a variável que muda com factores como sejam a tecnologia, a geografia e a cultura.³⁴ Afirma que uma visão idealista reflectindo um padrão de interesses harmonioso é uma visão utópica, e completa, referindo que em praticamente todas as circunstâncias, o controlo de bens, a detenção da autoridade e as oportunidades de controlo social, originam um cenário onde coexistem vencedores e vencidos³⁵, surgindo situações de conflito: resultantes de interesses contraditórios em crenças fundamentais em torno de identidade na esfera nacional, política e social; em torno da exploração e apropriação de recursos e pela existência de grandes desigualdades entre grupos sociais.

No respeitante à natureza do Estado, Moravcsik destaca a extrema relevância da natureza das Instituições representativas e da política doméstica nas opções que os Estados tomam na esfera da política Internacional. A agenciação que o autor refere é ainda adicionada com outro elo entre as instituições e os indivíduos assegurando desta forma a ligação entre indivíduo e a política internacional servindo as instituições de correia de transmissão³⁶.

Quanto à terceira asserção, Moravcsik, define a natureza do sistema internacional considerando inicialmente o ambiente extremamente dependente onde cada Estado tende a realizar as suas acções no domínio da política internacional de acordo com as suas escolhas, mas sempre condicionado pelas opções tomadas pelos outros actores. Esta característica do comportamento dos estados na cena internacional evidencia, para Moravcsik, que nem as teorias Realistas, nem tão pouco as Institucionalistas, estão correctas, uma vez que a execução das opções de política externa dos Estados não enfrenta uma situação de conflito permanente, nem existe um cenário de hipotética convergência de interesses. Para Moravcsik a explicação que as

³⁴ MORAVCSIK, Andrew – *The New Liberalism* in *The Oxford Handbook of International Relations*, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 237.

³⁵ Ibidem.

³⁶ MORAVCSIK, Andrew - *Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics* in *International Organization*, Vol. 51, No. 4. (Autumn, 1997), p. 518. [Consult. 13-04-2011] Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183%28199723%2951%3A4%3C513%3ATPSALT%3E2.0.CO%3B2-C>

ideias Liberais dão do comportamento dos estados no sistema internacional é que as suas acções estão sujeitas a alterações circunstanciais nas preferências, resultantes de permanente negociação e avaliação, sendo que esta actuação é profundamente influenciada pela interdependência política. Esta noção de interdependência política consiste no conjunto de desvantagens e vantagens (custos *versus* benefícios) criado entre sociedades onde grupos sociais dominantes procuram a satisfação dos seus interesses e propósitos³⁷. Desta forma o padrão das acções dos estados é condicionado por acções de agentes que ou lhe são estranhos ou integram agentes organizados transnacionalmente. Esta formulação permite perspectivar que num cenário de cooperação como o existente entre o Reino de Marrocos e a União Europeia ocorram alterações em Marrocos por condicionamento e mimetização. A análise da relação entre o processo de transformação em Marrocos e factores como o da segurança ou da cooperação no âmbito das instituições internacionais é enquadrável pelo fulcro de várias das teorias liberais internacionais. As teses do liberalismo republicano ou da paz democrática centram-se, precisamente, na apetência que terão as democracias a estabelecer entre si (e com a sua multiplicação, no sistema internacional) um ambiente de maior paz e segurança, bem como a uma maior abertura à cooperação no seio das instituições internacionais, tendo as abordagens neoliberais institucionalistas, a respeito deste último aspecto, sido um dos complementos mais relevantes.

1.c. A teoria da Interdependência.

Quando em 1977 Robert O. Keohane e Joseph Nye publicam “*Power and Interdependence: World Politics in Transition*” estão a elaborar uma teoria das relações internacionais que reproduz o contexto de interdependência complexa observado no panorama internacional. Na época, após episódios de grande crispação no relacionamento entre as superpotências, ainda decorre um período de desanuviamiento, ainda se vive a *Détente*, e tinham sido alcançados significativos consensos no respeitante à limitação e uso de armamento, quer nuclear, quer biológico, tendo sido concluído em 1972 o tratado SALT I – *Strategic Arms Limitation Talks*, Conversações sobre Limitação de Armas Estratégicas e tendo sido celebrada a Convenção sobre Armas Biológicas (*Biological Weapons Convention*), qualquer uma destas iniciativas é particularmente importante por serem protagonizadas pelas superpotências e por terem

³⁷ MORAVCSIK, op. cit. ,p. 520.

tido desenvolvimentos posteriores onde se destaca em 1979 a conclusão do SALT II, ainda que revestido de sucesso reduzido, e outras iniciativas que têm lugar no domínio da segurança merecendo especial relevo a realização em Helsínquia entre 1973 e 1975 da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Em simultâneo com estas conversações no domínio militar tinha-se registado um significativo crescimento das relações comerciais entre os Estados Unidos e a União Soviética. Neste contexto e partindo de conceitos de interdependência económica, Joseph Nye e Robert Keohane lançam o debate crítico relativamente aos princípios fundamentais do pensamento Realista. Dessa forma o papel do Estado como actor central nas relações internacionais é revisto considerando a existência de múltiplos canais de relacionamento, formais e informais. Por outro lado, teorizam que o uso da força é substancialmente condicionado ou até que não se observará num contexto de interdependência complexa.

O postulado da interdependência compreende ainda a existência de uma hierarquia de temas na agenda dos actores internacionais, não se observando uma clara separação entre a política doméstica e as relações internacionais. Posteriormente, em 1998, Robert Keohane reapresenta e desenvolve a interdependência com a inclusão reforçada do papel das instituições³⁸. O debate sobre esta análise e o estudo da política internacional na década de noventa é concretizado pelo debate sobre as instituições internacionais, as regras que vigoram e a forma como as instituições implementam essas regras. Para esse efeito são apresentadas seis questões que dizem respeito a outras tantas instituições internacionais, abordando aspectos que envolvem o crescimento, a actuação e a organização dessas instituições.

Perante a importância e variabilidade de instituições apresentadas infere-se a crescente importância das instituições internacionais na manutenção da ordem mundial. É relevante indicar que são enumeradas instituições tão diferentes, quanto ao seu propósito, como sejam: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional ou a Organização Internacional do Comércio. Para reforçar essa importância o autor exemplifica no limite que até a administração Reagan, naturalmente contrária às instituições internacionais, veio gradualmente a entendê-las e utilizá-las, reconhecendo

³⁸ KEOHANE, Robert O. - *International Institutions: Can Interdependence Work?*, in Foreign Policy, Primavera de 1998.

as vantagens que trariam para os Estados Unidos como meio de alcançarem os seus objectivos em matéria de política externa e como alternativa à, nunca isenta de custos, política que Robert Keohane denomina de “torcer o braço” (no texto original, «arm-twisting»³⁹).

Na bibliografia sobre segurança e globalização, Barry Buzan apresenta uma visão de síntese onde também se encontra a questão da interdependência. Buzan enquadra os conceitos de cooperação e interdependência na *perspectiva globalista*⁴⁰ que podendo ter uma matriz marxista ou liberal é caracterizada pelo “*reconhecimento de um papel independente tanto para as entidades transnacionais – corporações, organizações não governamentais sociais e políticas de vários tipos – como para as organizações e regimes intergovernamentais. Segundo essa perspectiva, a soberania territorial, adotada como principio ordenador da actividade humana, foi redefinida e, de certo modo, superada por redes de interacção que envolvem atores de diferentes tipos e em vários níveis, e que alimentam o imenso aperfeiçoamento tecnológico e social da capacidade de transporte e de comunicação de quase todos os tipos de bens, informações e ideias. O Estado, às vezes, participa dessas redes, mas não necessariamente, ou mesmo normalmente, as controla, e está cada vez mais misturado com elas e invadido por elas.*”⁴¹

O desenvolvimento do fenómeno globalização suscita, de acordo com Buzan, duas aproximações nas questões de segurança, uma em que é salientada a perspectiva em que a globalização potencia ameaças à segurança colectiva através das capacidades que proporciona, suscitando uma reacção securitária; a outra aproximação, que partindo de iguais pressupostos, as capacidades proporcionadas (de transporte e de comunicação de quase todos os tipos de bens, informações e ideias) defende que essas capacidades funcionarão como instrumentos de desenvolvimento e modernidade que servirão como meios para atenuar desigualdades e disparidades, mitigando desta forma tendências conflituais.

³⁹ KEOHANE, op. cit., p. 83.

⁴⁰ BUZAN, Barry – As implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais in Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 2, Julho/Dezembro 2002, p. 235.

⁴¹ BUZAN, op. cit., pp. 236-237.

Segundo Robert Keohane é no seio das Nações Unidas que se desenvolvem processos de capital importância para o desenvolvimento das Instituições Internacionais, nomeadamente, a sistematização do seu funcionamento, a plena representatividade e o modelo democrático, que serão matriz para outras instituições, sem que considere o percurso histórico das instituições internacionais uma estrada rumo ao sucesso, sem percalços, uma vez que aponta várias instituições mal sucedidas e outras cuja “vida” tem sido sujeita a períodos de menor sucesso. Exemplo deste último aspecto foi a visão que os Estados Unidos tiveram das Nações Unidas durante o período pós colonial, onde, pelo número de novos países, a sua influência era reduzida, pelo menos no que à Assembleia-Geral daquele órgão diz respeito e ao Conselho de Segurança, onde encontravam a oposição da União Soviética, que usava o seu poder de veto como força de bloqueio às acções dos EUA, sendo verdadeiro também o reverso, isto é, não fazendo mais que aquilo que os próprios americanos também faziam. A incapacidade de acção no Conselho de Segurança é, aliás, um dos motivos apontados para a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte OTAN, face á inoperância do Conselho de Segurança.

Um dos exemplos paradigmáticos do sucesso que algumas instituições internacionais alcançaram é ilustrado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que se destaca pelo muito elevado grau de institucionalização, atingido através de regulamentos e procedimentos próprios, pela existência de estruturas organizacionais permanentes e próprias e ainda pelo funcionamento multilateral.

Na década de oitenta, os cientistas políticos mudam a perspectiva de estudo, deixando o enfoque na descrição do fenómeno para o colocar na observação e análise das razões que levam os estados a cooperar. A questão que então foi levantada incide sobre como é que a cooperação se desenvolve entre estados soberanos e como é que as instituições internacionais moldam essa cooperação⁴². Este pensamento era sustentado pela convicção de que através do estabelecimento de um quadro de referência imposto pelas instituições, as normas e procedimentos genéricos próprios destas iriam condicionar e orientar os comportamentos dos estados, sendo essa ideia ainda reforçada pela reciprocidade que se geraria nas actuações desses mesmos estados, uma vez que se

⁴² KEOHANE, Robert O. - *International Institutions: Can Interdependence Work?*, in *Foreign Policy*, Primavera de 1998, p. 87.

observariam tomadas de posição miméticas e pelo facto de a existência das instituições suscitar uma diminuição da imprevisibilidade que rodearia qualquer tipo de negociação bilateral, uma vez que em sede da instituição existirão, para além das já referidas normas e procedimentos, tendências e orientações. Este pensamento institucionalista foi objecto de críticas que, embora Robert Keohane considere exageradas, não deixa de referir, usando-as como ponto de partida para uma esclarecida sustentação do pensamento institucionalista. Essas críticas fundamentam-se na subalternização das instituições ao poder dos estados e especificamente ao poder das grandes potências. Usando o exemplo de instituições económicas, realça que os grandes estados, ao serem contribuintes de maior peso, reclamam maior protagonismo, decisões mais favoráveis, em suma, instrumentalizam as instituições⁴³. Perante estas críticas o autor desenvolve três argumentos: um baseado na dinâmica de comportamento que as instituições impõem, mesmo aos grandes estados; no segundo aborda a questão dos ganhos relativos versus os ganhos absolutos; e no terceiro reconhece que a cooperação nem sempre é alcançada e pode mesmo ser afectada por permanentes disputas e desacordos, uma primeira concessão que faz ao poder dos grandes estados sem, no entanto, deixar de referir que as instituições acabam por limitar esse mesmo poder. Determinadas acções políticas de maior alcance, como sejam, no domínio económico, a concessão de ajuda ou a aplicação de sanções, no domínio militar acções de bloqueio ou de ataque preemptivo, não podem, na opinião de Robert Keohane, ser realizadas de forma *ad hoc*⁴⁴ e estão sujeitas a regras e princípios que tem que ser subscritos por instituições multilaterais.

O desenvolvimento da análise do relacionamento entre a União Europeia e Marrocos, ao longo de dez anos de estreita cooperação, será efectuado com estes elementos teóricos como pano de fundo e ainda com especial enfoque na perspectiva da segurança colectiva. Este conceito surge, não no léxico das relações internacionais, no período entre guerras e é um resultado natural das propostas de Woodrow Wilson. As propostas formuladas pelo presidente norte-americano implicavam um firme compromisso de todos os Estados com a opção pela erradicação da conflitualidade pela

⁴³ KEOHANE, op. cit., p. 87.

⁴⁴ KEOHANE, Robert O. - *International Institutions: Can Interdependence Work?*, in *Foreign Policy*, Primavera de 1998, p. 87.

via militar, para o que era essencial estabelecer uma dependência mútua no capítulo da segurança. De acordo com Paulo Duarte e Horta Fernandes, o conceito de segurança colectiva assenta numa ligação e dependência entre os dois termos que compõem o conceito sustentando que “...*por definição, toda a segurança é colectiva*”⁴⁵. Os mesmos autores remetem para a subsidiariedade do conceito de segurança colectiva relativamente ao conceito de segurança comum, que por sua vez definem como “*o acontecer-fazer que permite trabalhar a grande manobra estratégica de uma dada socialidade num espaço alargado, isto é, sem a negar, trabalhar num espaço de intersecção cooperativa em termos de manobra estratégica com outras socialidades, em que a manobra resultante emergente não seja o mero somatório das partes. Assim sendo, segurança comum diz respeito à realização (vencendo as constricções) de uma dada manobra estratégica em espaço que essas socialidades acordem (não é necessário ver estas socialidades como estados-nações [...]*”⁴⁶.

A adequação da teoria da interdependência à problemática da segurança em geral e da segurança colectiva em particular mereceu especial atenção por parte de John Mearsheimer, um autor Neo-Realista notabilizado pela formulação do Realismo Ofensivo. A propósito da cooperação e do papel das instituições, Mearsheimer, defende que os institucionalistas liberais, escola onde se insere a teoria da interdependência, não adoptam o conceito de segurança colectiva proposto por Woodrow Wilson, a este propósito Robert Keohane e Lisa Martin aquiescem e acrescentam que o Institucionalismo não pretende transformar as relações internacionais, aludindo ao teor idealista das propostas de Woodrow Wilson, mas afirmam que tal como o Realismo, a teoria institucionalista é utilitária e racionalista⁴⁷. Relativamente às condições em que a cooperação ocorre, Keohane e Martin defendem, tal como Mearsheimer, que a cooperação só ocorre quando há interesses comuns que são beneficiados e acrescentam que quando os Estados podem conjuntamente beneficiar da cooperação é provável que estabeleçam instituições para proporcionar informação, estabelecer coordenação,

⁴⁵ FERNANDES, António Horta; BORGES, João Vieira – *Enquadramento Conceptual* in José Freire Nogueira, Coord., *Pensar a Segurança e Defesa*, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2005, p. 79.

⁴⁶ FERNANDES, op. cit. p. 78.

⁴⁷ KEHOANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. – *The Promise of Institutional Theory* in *Theories of International Relations* editado por David. A. Baldwin, Princeton University, USA, 2008, p. 425.

garantir comprometimentos, reduzir dificuldades e custos das transacções, assegurando reciprocidade de tratamento⁴⁸. Quanto à concretização da cooperação na esfera da segurança, Mearsheimer defende que neste domínio a cooperação é muito improvável. Ao invés, Keohane e Martin sustentam que a cooperação é tão profícua, no domínio da segurança, como no da economia, porque uma das bases do raciocínio de Mearsheimer, a propósito da sua não aplicação ao domínio da segurança, prende-se com a permanente actuação dos Estados face à incerteza quanto às intenções dos outros Estados. Como a cooperação incide de forma muito significativa, mesmo fulcral, na partilha de informação, o que na perspectiva dos institucionalistas contribuirá para a redução da incerteza quanto às intenções dos outros Estados e dessa forma a cooperação será muito vantajosa⁴⁹. Desta forma Keohane e Martin usam a lógica Realista para sustentar as teses institucionalistas, nomeadamente a aplicação da cooperação institucional também no domínio da segurança, por se tratar de um dos vectores chave na cooperação encetada entre a União Europeia e Marrocos.

Suportada igualmente na visão de interdependência, apresentada, Thomas Barnett, professor no *US Navy War College* e estrategista no Departamento de Defesa norte-americano apresenta a sua proposta de grande estratégia⁵⁰, em 2004, na obra *The Pentagon's New Map War and Peace in the Twenty-First Century*, Barnett apresenta “Uma Teoria Operativa do Mundo” (tradução nossa)⁵¹ onde desenvolve essa teoria de

⁴⁸ KEHOANE, op. cit., p. 428.

⁴⁹ KEHOANE, op. cit., p. 429.

⁵⁰ O conceito de grande estratégia “grand strategy” tão caro aos estrategistas norte-americanos, deriva do conceito de guerra total de Clausewitz e insere-se no postulado pelo General Beaufre, como um resultado da combinação das dimensões e métodos da área militar e da área não-militar. O General Beaufre especifica a existência de estratégia política, económica, diplomática e militar e a sua combinação. Conforme BEAUFRE, André - *Introdução à Estratégia*, Lisboa: ed. Sílabo, 2004, p. 45.

Para John Lewis Gaddis, “grande estratégia é a relação ponderada de meios para grandes fins. Trata-se de como se usa o que é preciso onde quer que seja para chegar onde se pretende” (tradução nossa) “is that grand strategy is the calculated relationship of means to large ends. It's about how one uses whatever one has to get to wherever it is one wants to go.” Conforme GADDIS, John Lewis - *What Is Grand Strategy?*

[Consult. 18-11-2011] Disponível em: <http://www.duke.edu/web/agsp/grandstrategypaper.pdf>

⁵¹ “An Operating Theory of the World”

funcionamento do mundo partindo de uma divisão entre o “núcleo empreendedor”⁵² e o “espaço de exclusão”⁵³. Sardinha Monteiro descreve o núcleo empreendedor da seguinte forma: “o núcleo empreendedor compreende os países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento integrados na economia globalizada e que seguem as regras do jogo económico mundial”. Observando o mapa onde se representam estes dois espaços registamos a presença neste primeiro espaço dos países da Europa com excepção dos da região balcânica, da América do Norte, da Austrália e Nova Zelândia, da China, Mongólia, Japão, Coreia e também da Índia, na América do Sul encontramos o Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, na América Central o México, no continente Africano só a África do Sul está representada. Todos os restantes países do mundo encontram-se no “espaço de exclusão” que segundo Sardinha Monteiro, funciona “...à margem da economia globalizada e praticamente alheio às regras do jogo económico global”⁵⁴. É neste espaço que ocorrem a quase totalidade dos conflitos armados sob as mais variadas formas, é neste espaço que se registam actividades criminosas de grande relevância e que vão desde a produção e tráfico de narcóticos, o treino e desenvolvimento das actividades terroristas, até aos crimes contra a humanidade e direitos humanos, como sejam o genocídio, as limpezas étnicas e os massacres. Estas acções decorrem, na sua quase totalidade, no espaço de exclusão e conforme Barnett demonstra originaram a maioria das intervenções militares norte-americanas.

⁵² “functioning core” conforme Sardinha Monteiro em *Mahan, Corbett e o poder naval do séc. XXI*, p. 18 [Consult. 23-11-2011] Disponível em : <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/actividade/areacultural/academiademarinha/Documents/Mahan,%20Corbett%20e%20o%20poder%20naval%20no%20s%C3%A9c.%20XXI.pdf>

⁵³ “non-integrated gap” conforme Sardinha Monteiro em op. cit. p. 18.

⁵⁴ MONTEIRO, op. cit., p. 19.

The Pentagon's New Map:
War and Peace in the Twenty-First Century

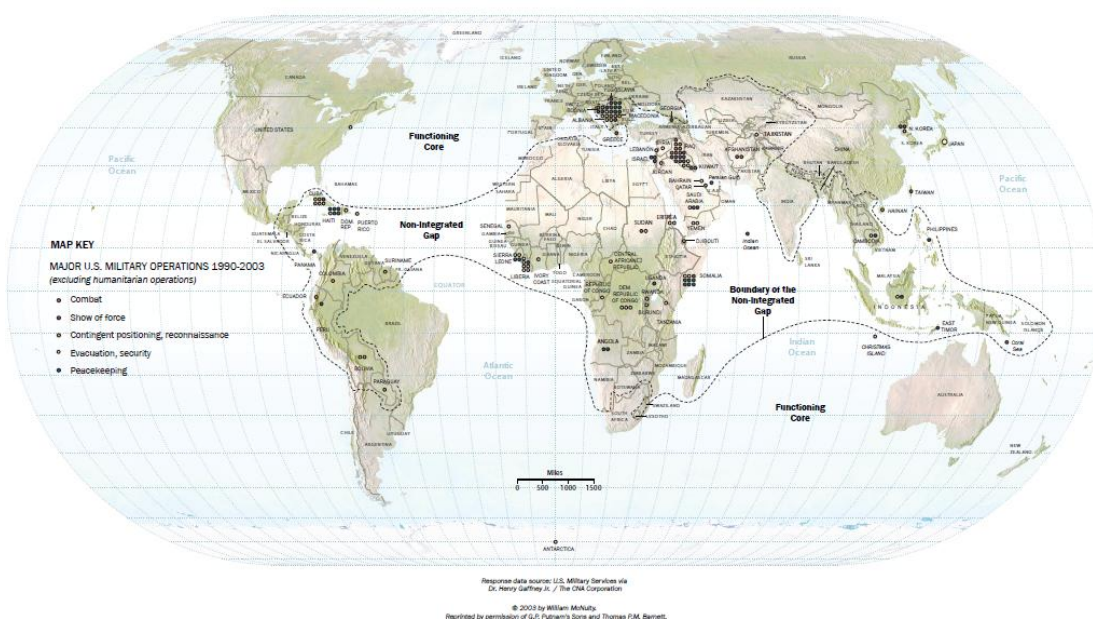


Figura 1 - The Pentagon's New Map: War and Peace in the Twenty-First Century
[Consult. 15-11-2011] Disponível em : <http://thomaspmbarnett.com/high-resolution-map>

Thomas Barnett considera a falta de conexão o factor chave comum aos estados localizados no espaço de exclusão, defendendo a necessidade de desenvolver a sua integração no núcleo empreendedor através do estabelecimento de conexões. Para o efeito considera essencial o envolvimento das forças militares no suporte a essa integração actuando como um Leviatã, que destituirá déspotas agressivos e combaterá terroristas. Por outro lado propõe a constituição de um departamento que funcione de forma similar a um administrador de sistemas do universo dos sistemas informáticos e actue numa faixa situada entre o universo da diplomacia e o das operações militares, de forma a colocar os estados falhados em processos de reabilitação. Para Barnett “*o isolamento define o perigo*” (tradução nossa)⁵⁵ A forma de actuação compulsiva, proposta por Barnett, suscita questões de legitimidade particularmente no âmbito do direito internacional, contudo relevamos a análise que faz da situação à escala mundial e pelo facto de os actores em análise na presente dissertação estarem presentes, cada um de seu lado do mundo. De acordo com o modelo de Barnett, a União Europeia integra o núcleo empreendedor e o Reino de Marrocos o espaço de exclusão.

⁵⁵ “*disconnectedness defines danger*” [Consult. 18-11-2011] Disponível em : <http://thomaspmbarnett.com/glossary>

Tal como Barnett propõe, a mobilidade entre o espaço de exclusão e o núcleo empreendedor dá-se através da conectividade e nesse conceito ele inclui os laços sociais, políticos e económicos. Outro interessante conceito consiste na classificação de determinados estados, que embora integrem um dos lados do mundo de Barnett, na linha da costura, são estados que apresentam especificidades excepcionais, nomeadamente na questão da segurança, por estarem em contacto com os dois espaços e serem dessa forma zonas de propagação dos problemas identificados no espaço de exclusão. O México é um desses estados, do lado do núcleo empreendedor, e Marrocos é outro dos exemplos, agora do lado do espaço de exclusão. Este aspecto contribui para a percepção da importância que Marrocos detém no contexto da segurança regional. A este propósito Henry Kissinger referia “*Marrocos encontra-se no cruzamento da África, Europa e do mundo árabe, nas margens do Atlântico e do Mediterrâneo. Das suas montanhas grandiosas e dos seus desertos áridos vieram conquistadores que fizeram a lei no norte da África e em Espanha, às vezes brutalmente, outras vezes de forma magnânima, durante vários séculos. Mas a posição de charneira expunha igualmente o território a invasões periódicas.*” (tradução nossa)⁵⁶ percebendo a questão do posicionamento entre espaços.

⁵⁶ “*Le Maroc se trouve au carrefour de l’Afrique, de l’Europe et du monde arabe, sur ses rives de l’Atlantique et de la Méditerranée. De ses montagnes grandioses et de ses déserts arides sont issus des conquérants qui firent la loi en Afrique du Nord et en Espagne, parfois brutalement, à l’occasion avec magnanimité, pendant plusieurs siècles. Mais sa position de charnière l’a également exposé à des invasions périodiques.*” in KISSINGER, Henry - *Les Années Orageuses*; traduit de l’américain par Marc Saporta, Philippe Delamare, Denise Meunier, Paris, 1982, Fayard, Vol II, p. 781.

II – MARROCOS

“Os povos que habitam os extremos ocidentais da Europa e da África souberam definir e preservar uma forte identidade cultural e política desde há muitos séculos, que lhes permitiu organizarem-se em estados e manter a independência ao longo das vicissitudes da História” ⁵⁷

António Dias Farinha

1. **Caracterização Politico Social.** A afirmação de António Dias Farinha projecta uma relevância muito significativa da História no Reino de Marrocos. Embora em todas as entidades territoriais o peso da história seja relevante, o caso do reino mais ocidental do Magrebe merece particular significado, por duas ordens de razão que decorrem num período de quase 1500 anos, a unidade territorial e a identidade governativa. É extraordinário que ao longo de mais de um milénio se tenha registado a manutenção de uma unidade territorial e a preservação de uma identidade governativa, ainda que episodicamente interrompida.

Ao longo deste capítulo iremos apresentar particularidades históricas, geográficas, territoriais, populacionais e sociais que, sustentamos, condicionam a forma como o Reino de Marrocos desenvolve a sua relação com a União Europeia. Dessa forma serão detalhados elementos que poderemos considerar significativos abordando a evolução e crescimento da nação, do seu povo e mesmo a sua projecção no espaço europeu. Para o efeito serão destacados aspectos que irão contribuir para a realização de um retrato do tecido social marroquino, onde iremos observar a constante presença quer de sombras do passado, quer de figuras dele projectadas

A existência de uma ligação permanente com o continente europeu, concretizada através da península ibérica, é objectivada, durante vários séculos, com a existência de uma governação, aliada ou comum, no território peninsular e no território marroquino. Este domínio islâmico foi sempre marcado pela conflitualidade com os reinos cristãos que se expandiram na península ibérica. Essa conflitualidade persistiu durante vários séculos após a queda de Granada e motivou significativos processos migratórios que tiveram impacto na sociedade marroquina. As vagas de refugiados provenientes da península ibérica eram maioritariamente compostas por populações islâmicas com significativa diferenciação cultural, casos emblemáticos são os do

⁵⁷ FARINHA, António Dias - *As relações luso-marroquinas: Identidade e História* in Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Novembro de 2004, nº 17-18, pp. 8-16.

historiador e geógrafo Ibn Khaldun que nasceu na actual Tunísia mas cujos pais eram refugiados vindos de Sevilha no El-Andaluz, outra importante personalidade oriunda do El-Andaluz é Averróis⁵⁸. Ao abrigo da protecção proporcionada pelas comunidades islâmicas, mas em menor quantidade encontramos comunidades judaicas expulsas dos reinos ibéricos que transportaram os seus saberes de artífices para as cidades do norte de Marrocos. A partir do século XV o processo de relação antagónica mantém-se com as expedições cristãs ao norte de Marrocos e com a actividade desenvolvida por piratas de diversas origens mas que se albergavam em portos marroquinos e que redundava na captura de reféns cristãos com propósito de obter resgate. A relação antagónica culmina no processo de colonização tardio e todo o acervo de relacionamento contribui para a construção de uma percepção, senão de pertença pelo menos de relacionamento, que culminou com a formalização, em 1987, de um pedido de adesão à Comunidade Europeia. Esse pedido foi negado com uma justificação de cariz geográfico, de facto Marrocos situa-se noutro continente, no entanto esta iniciativa elevou a fasquia nos termos de cooperação até então celebrados e esteve presente na génese dos acordos que se seguiriam.

Segundo Henry Kissinger, *“há um século que Marrocos se encontra na inserção das grandes estratégias das potências estrangeiras, o que obriga os seus dirigentes a manobrar com arte, subtilidade e autoridade.”*⁵⁹ [Tradução utilizada por Adriano Moreira] ousamos modificar temporalmente a afirmação considerando que Marrocos **sempre** esteve nessa inserção. De facto durante a sua longa existência as entidades governativas de Marrocos sempre se confrontaram com desafios à soberania colocados pelas potências da época. Desde a reconquista até à actualidade, passando pela sobrevivência entre o Império Otomano e as potências europeias, os dirigentes marroquinos agiram com a descrita *“arte, subtilidade e autoridade”*.

⁵⁸ Reconhecido filósofo do século XII conhecido por Avérris mas de seu nome Ibn Ruchd, nascido em Córdoba e falecido em Marraquexe.

⁵⁹ *“Depuis un siècle, le Maroc se trouve à l’intersection des grandes stratégies des puissances étrangères, ce qui contraint ses dirigeants à manoeuvrer avec art, subtilité et autorité.”* in KISSINGER, Henry - *Les Années Orageuses*; traduit de l’américain par Marc Saporta, Philippe Delamare, Denise Meunier, Paris, 1982, Fayard, Vol II, p. 781.

1.a. A História, o território e o povo. Falar de um estado é apresentar a sua evolução, das origens ao presente, em termos territoriais e em termos populacionais. A narrativa histórica contempla ainda os feitos e factos relevantes. Serão estes os aspectos que iremos apresentar para sustentar a caracterização político social de Marrocos.



Figura 2 - Mapa do território do Reino de Marrocos - [Consult. 17-11-2011] Disponível em : http://www.emb-marrocos.pt/textos/historia/geografia_3.html

Para consumarmos a descrição do espaço territorial marroquino optaremos por o abordar sob o ponto de vista da responsabilidade de administração do território,

seguindo-se a perspectiva geomorfológica e orográfica e, por último, a perspectiva da presença humana no território.

O território do Reino de Marrocos é objecto de um importante diferendo cuja origem remonta à saída das forças militares espanholas do Saara Ocidental, a região mais a sul, que compreende todos os territórios a sul do paralelo 27° 40' norte e as linhas de fronteira com a Mauritânia e a Argélia. A linha de demarcação entre os dois espaços estende-se por 443 kms e situa-se a aproximadamente 60 quilómetros a norte da cidade de El Aiune. A questão territorial do Saara Ocidental será posteriormente revisitada devido à sua actualidade e importância no processo de unidade nacional pós-descolonização. Além da particularidade resultante deste diferendo e de outros em torno da soberania sobre pequenas ilhas próximas da sua costa norte, o território de Marrocos é ainda pontuado por descontinuidades resultantes da manutenção de espaços de soberania estrangeira, os enclaves de Ceuta e Melilla. Estes aspectos contribuem para a permanência de uma tensão constante, ainda que usualmente de baixo nível de intensidade, com o Reino de Espanha que está presente em todos estes diferendos e tutela os territórios de ambos os enclaves.



Figura 3 - Ilhas e Enclaves Espanhóis - [Consult. 17-11-2011] Disponível em:
<http://geocarto.org/mapEspanhoisMarrocosMW.html>

Do ponto de vista geomorfológico o território marroquino é marcado pela diferença entre planícies e áreas montanhosas, de grande extensão, onde se destaca a

cadeia montanhosa do Atlas, que cruza o país de sudoeste para nordeste, estendendo-se pelo território argelino. Esta divide-se em três partes: o AntiAtlas, na parte meridional, o Médio Atlas e o Alto Atlas, no centro. No norte destaca-se pela sua relevância a cadeia montanhosa do Rif “espécie de anfiteatro montanhoso”⁶⁰ que se “oferece aos ventos que lhe trazem a chuva”⁶¹ e no centro, no Alto Atlas, encontra-se o ponto mais elevado do território o Djebel Tubkal com 4167 metros de altitude. Em oposição às regiões montanhosas existem duas planícies costeiras, uma a oeste no litoral atlântico e outra na região norte, na costa Mediterrânica, onde o litoral é significativamente escarpado, enquanto na costa atlântica a costa é suave e predominam longas praias. Nas planícies atlânticas, onde as chuvas são abundantes e serpenteiam rios de caudal significativo, existem condições mais favoráveis para a utilização agrícola do solo tendo a vegetação local sido substituída pela agricultura. A norte as encostas mediterrânicas, predominantemente secas e quentes, possuem pouca presença vegetal. Na parte central do território predomina uma presença de vegetação típica das estepes. No sul e de forma progressiva a presença de vegetação torna-se cada vez menos frequente acentuando-se as características desérticas com a aproximação do território do Saara Ocidental. Estas características, especialmente o relevo, serão aproveitadas pelos chefes tribais das regiões mais remotas, principalmente a sul e a oeste, para condicionarem o trânsito de pessoas e mercadorias pelos territórios sob seu controlo.

A adopção da denominação Marrocos, como referência do espaço territorial que na actualidade lhe aproximadamente corresponde, remonta à fundação da cidade de Marraquexe, no século XI, daí derivando a palavra Marrocos. Outro étimo com origem no espaço territorial marroquino é o adjectivo atlântico, derivado do termo Atlas. Os geógrafos utilizam desde a antiguidade clássica o adjectivo atlântico para designar o espaço terrestre e marítimo além das montanhas do Atlas, que durante muitos séculos se constituía como um dos limites do mundo conhecido, posteriormente serviria para designar o oceano que se estende a oeste dos continentes Europeu e Africano.

Marrocos, ou melhor, o espaço territorial marroquino integra o vasto espaço mediterrânico, “o mar das religiões” onde se desenvolveram as três grandes religiões

⁶⁰ LACOSTE, Yves – *A Geopolítica do Mediterrâneo*, trad. Pedro Elói Duarte, Lisboa, Edições 70, 2006, p. 262.

⁶¹ *Ibidem*.

monoteístas: Judaica, Cristã e Islâmica. Tal como noutros estados, a influência religiosa foi preponderante para a criação de uma unidade nacional marroquina, tendo a fé islâmica contribuído para cimentar essa unidade nacional como Roger Arnaldez bem retrata no seu contributo “Um só Deus” na obra, *O Mediterrâneo os Homens e a Herança*, dirigida por Fernand Braudel em que a dado passo afirma “*Um dia, dos desertos da Arábia, precipitaram-se para o antigo mundo aqueles a que chamavam «os Cavaleiros de Alá» ... Não eram invasores vulgares, apenas ávidos de conquistas e de saque (ainda que os homens nunca estejam isentos de toda a cobiça): traziam com eles uma fé, a que tinha pregado o profeta Maomé e que se apresentava como a chamada à fé de Abraão, o pai dos crentes, o amigo de Deus. Era preciso restaurá-la, pois os Judeus e os Cristãos tinham-na falseado dissimulando ou alterando as verdades contidas na Tora autêntica e no Evangelho autêntico, revelados aos profetas Moisés e Jesus.*”⁶² No século VII com a chegada dos “Cavaleiros de Alá” a dinastia Omíada estabelece o domínio de um território que se estende do Irão até à Península Ibérica passando pela Síria, pelo Egipto e por todo o Magrebe. Inicia-se o processo de construção da unidade cultural islâmica que constituirá o principal factor de agregação do Reino de Marrocos. A população árabe que migrou para a região e os habitantes maioritariamente Berberes, que ocupavam o território no período pós-romano, compõem o corpo populacional que ainda hoje subsiste em Marrocos, mantendo diferenciação significativa, com particular evidência no domínio linguístico e nas relações sociais. É através das relações e tensões entre estes dois grupos populacionais que se irá desenvolver a história do Reino de Marrocos.

Até ao século XVI o poder em Marrocos e nos territórios da Península Ibérica é partilhado em largos períodos de tempo, primeiro com a dinastia Omíada, depois com Almorávidas e Almóadas. Só num curto período tempo, os quase 40 anos de domínio Abássida entre 750 e 789 é que o poder de Marrocos esteve simultaneamente dissociado do poder na Península Ibérica e associado ao restante mundo árabe. Este facto e as relações e apoios constantes prestados pelas dinastias detentores do poder em Marrocos contribuem para a constatação da existência de uma muito estreita relação com o espaço territorial a norte de Marrocos, que durante mais de 800 anos, ou foi partilhado, ou amplamente suportado pelo poder dominante a sul. Após a expansão Omíada,

⁶² BRAUDEL, Fernand - *O Mediterrâneo os Homens e a Herança*, Trad. Teresa Meneses, Ed. Teorema, 1987, pp. 24-25.

representada na figura 4, e depois do domínio Abássida, o território de Marrocos mantém um poder autónomo relativamente ao restante mundo Islâmico. Esta autonomia subsistirá apoiada nas aspirações de representantes de diferentes linhas de sucessão do Profeta, merecendo especial destaque a dinastia Idríssida iniciada por Idris I, descendente de Ali.

A dinastia Idríssida leva a cabo a difusão da fé islâmica e da língua árabe, durante o reinado de Idris II é fundada a cidade de Fez que rapidamente se transforma num grande pólo cultural, político e religioso. É em Fez que se localiza a mais antiga universidade do mundo ainda em funcionamento a universidade de Qaraouyine. O seu nome deriva do facto de a sua fundadora ser uma refugiada oriunda da cidade de Qaraouyine, localizada na actual Tunísia.

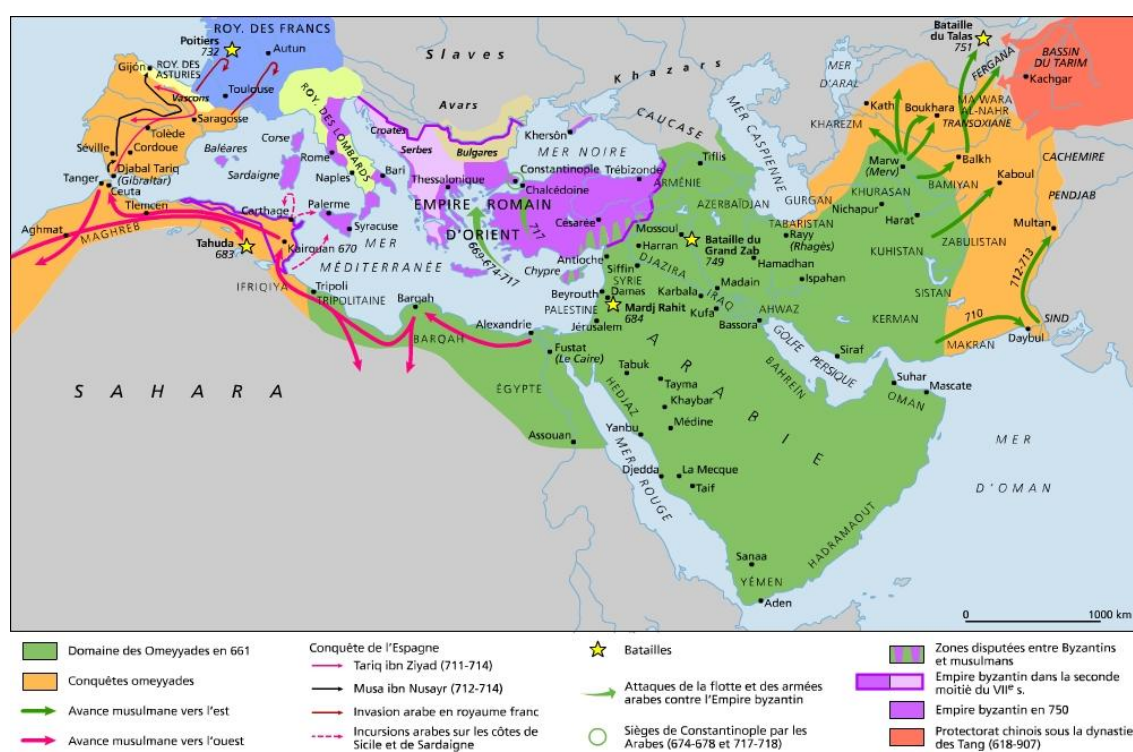


Figura 4 – Expansão do Islão durante a dinastia Omíada.

[Consult. 18-11-2011] Disponível em: http://www.larousse.fr/encyclopedie/autre-region/Orient_arabe/136307

O Reino de Marrocos é definido na constituição de 1996 como “... uma monarquia constitucional, democrática e social” (tradução nossa)⁶³, refira-se o especial

⁶³ “... est une Monarchie constitutionnelle, démocratique et sociale.” Ver anexo 1 - Constituição do Reino de Marrocos de 1996, Artigo 1.

significado que tem na constituição de 2011, a adição do termo parlamentar passando a ter a seguinte formulação, monarquia constitucional, democrática, parlamentar e social. Esta inclusão acaba por realçar a evolução do papel do parlamento bi-camaral.

Relativamente ao texto constitucional de 1996, que nos importa por ser o que vigora no período alvo da presente dissertação, é importante realçarmos a consagração do papel do Rei na vertente secular e religiosa. Por um lado, o Monarca é dotado pela constituição de amplos mecanismos para um controlo quase total do aparelho do estado, por outro é consagrada a sua liderança religiosa. No respeitante ao controlo do aparelho do estado refira-se que o Rei preside ao conselho de ministros, é o chefe supremo das forças armadas reais, estão-lhe reservadas todas as nomeações das figuras relevantes do estado, tem poderes de destituição excepcionais e preside ao conselho superior da magistratura. Os poderes atribuídos ao Rei garantem-lhe a condução de quase todos os desenvolvimentos na sociedade marroquina. Registe-se que na constituição de 1996 não há qualquer indicação de qual a origem do primeiro-ministro, só na constituição de 2011 está consagrada a escolha do chefe de governo de entre o partido político que tiver ficado em primeiro lugar nas eleições.

De forma arguta, Mohammed VI seguiu a conduta que seu pai, Hassan II, adoptou na última década de reinado. Antecipando conflitos com grupos de interesse ou as pressões internacionais, Mohammed VI tem actuado proactivamente. A actuação do Rei promovendo a cooptação, a integração ou simplesmente o controlo tem sido igualmente eficaz quer no reinado de Hassan II quer no de Mohammed VI. Acresce ao poder constitucional o poder simbólico resultante da agregação entre poder secular e espiritual e dos doze séculos da instituição monárquica fundada por Idris I. Retomando o expresso no texto constitucional de 1996, refira-se a consagração de direitos e princípios democráticos, como sejam o direito à greve, a liberdade de reunião e de associação, a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, bem como, o princípio da separação de poderes, com a correspondente objectivação da independência do poder judicial. No quadro constitucional de 1996 todas as garantias referenciadas eram muito voláteis devido à existência do poder real detentor de grande capacidade de penetração institucional. Esta capacidade revela-se particularmente eficaz num território onde ao longo de séculos foi sendo construída uma estrutura de fidelidades e dependências que se confunde com o próprio aparelho de estado e conquistou uma presença quase total em todas as áreas de actividade no Reino de Marrocos, referimo-nos ao *Makhzen* em

sentido lato, ou *Bled Makhzen* em sentido restrito que é complementar do *Bled Siba*⁶⁴, este ultimo designa as áreas onde o poder central é secundário, indirecto ou mesmo inexistente. Estas designações remontam ao período pré-colonial e embora na actualidade não se configure a existência de *Bled Siba* esta situação foi determinante na política de alianças e cedências com chefes tribais no período que antecede o protectorado.

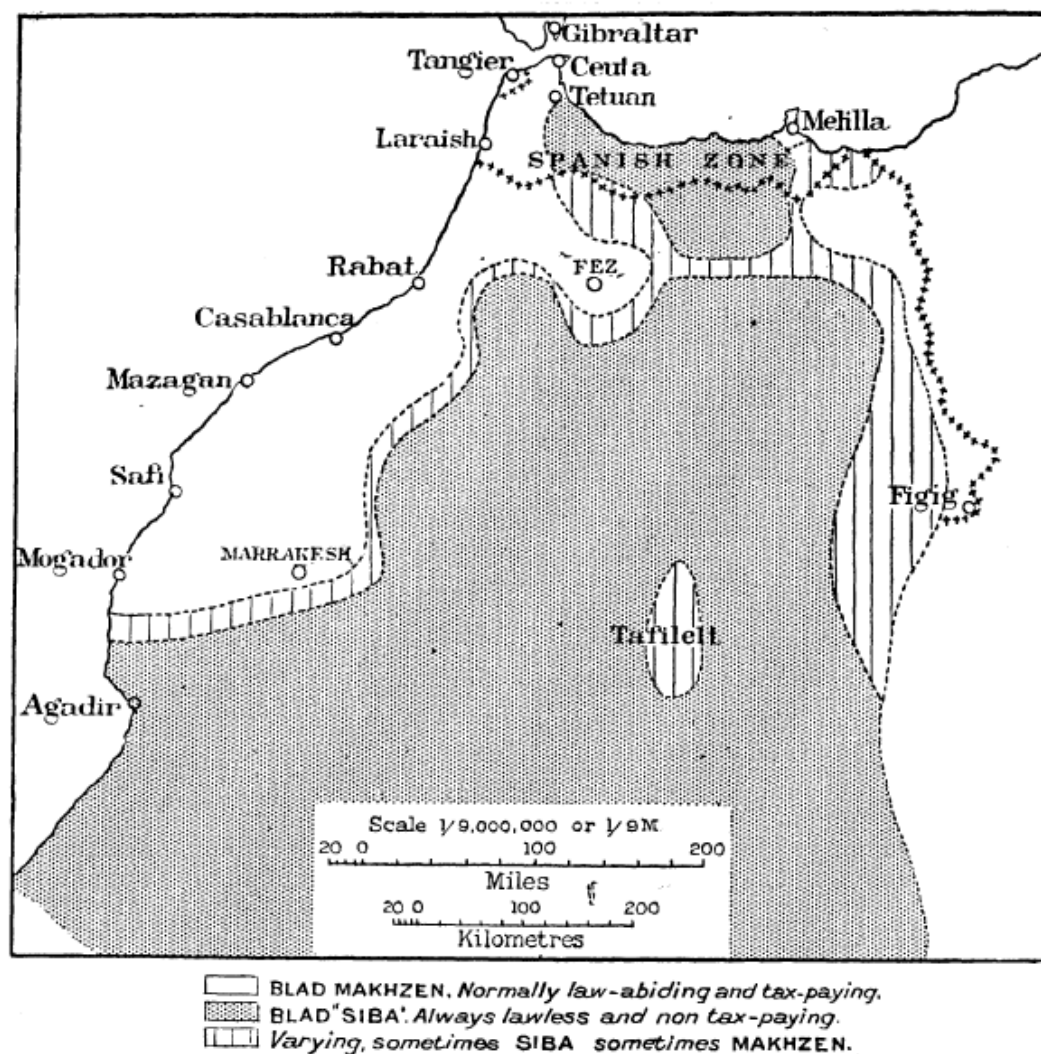


Figura 5 – O Bled Makhzen e o Bled Siba.

Fonte : J. M. MacLeod - *The Achievements of France in Morocco*. The Geographical Journal, Vol. 52, No. 2 (Aug., 1918), p. 89. [Consult. 18-11-2011] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1779556>

⁶⁴ ALCARIO, Isabel Cristina Correia - *O processo de liberalização política em Marrocos (1992-2007): uma transição adiada*. Lisboa: ISCTE, 2009, p.14.

[Consult. 15-12-2010] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/1685>

Aos traços gerais apresentados a propósito do território de Marrocos e considerados relevantes para o desenvolvimento da presente dissertação importa acrescentar referências a dois períodos marcantes do desenvolvimento da identidade nacional marroquina, a manutenção de independência durante o período de expansão e domínio do Império Otomano e o período do sistema de protectorado.

O prestígio e a força que Al-Mansur obtém na sequência da batalha dos três Reis ou de Alcácer Quibir foram capitalizados com a afirmação da independência Marroquina face às potências europeias e aos Turcos que tinham submetido o mundo muçulmano, de Bagdad a Tetuan. Esta batalha opôs as forças portuguesas aliadas às do Sultão deposto Muhammad al-Mutuwaqil, que tinha procurado refúgio e apoio em Portugal, às de Abd al-Malik, tio de Al-Mansur. Com a morte de D. Sebastião e de Muhammad al-Mutuwaqil na refrega e com a morte de Abd al-Malik durante ou na sequência da batalha, mas resultante de anterior enfermidade, morriam três Reis encontrando-se desta forma uma das denominações da batalha. Sucedendo a Abd al-Malik, Al-Mansur torna-se Sultão de Marrocos chegando a reclamar o Califado. A superioridade e legitimidade obtidas ao impor a sua liderança permitiram-lhe garantir, através de negociações, a exclusão de Marrocos ao domínio Otomano. Mais uma vez Marrocos mantém a integridade territorial mesmo num período de expansão de outros impérios.

O turbulento período que se seguiu ao reinado de Al-Mansur é caracterizado, em 1609, por George Wilkins, autor inglês contemporâneo, no título da sua publicação o período das “Três misérias da Berbéria: Peste, Fome, Guerra Civil” (tradução nossa)⁶⁵. A peste que vitimou o Sultão e a fome que a acompanhou muito terão contribuído para a guerra civil que se seguiu⁶⁶. O período que medeia entre 1603, ano da morte de Al-Mansour e 1640 ou 1641⁶⁷, ano em que Sidi Mohammed se autoproclama Sultão⁶⁸, é

⁶⁵ WILKINS, George – *Three Miseries of Barbary: Plague Famine, Civil Warre. With a relation of the death of Mahamet the late Emperour: and a briefe reporte of the now present Wars betweene the three Brothers*, [London], [1609] citado em PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 88.

⁶⁶ PENNEL, op. cit., p. 88.

⁶⁷ PENNEL, op. cit., p. 98.

um período de destruição da economia e da unidade. No entanto os princípios fundamentais instituídos por Al-Mansour subsistirão até à actualidade. Este notável governante da dinastia Saadi contribuiu de forma fundamental para a definição da identidade política e geográfica de Marrocos. Foram os Saadis que estabeleceram a exclusividade da liderança política aos descendentes do Profeta e foi durante o período em que reinaram que as fronteiras marroquinas foram estabelecidas de forma muito próxima da actual.

Após o colapso da dinastia Saadi subsistiram ideias e conceitos que permitiram orientar futuros governantes, o esqueleto de poder central deixado pelos Saadis será um conceito que tornará a próxima dinastia, os Alauítas. Ao invés dos Saadis esta nova dinastia, também de descendência cherifina, não contou inicialmente com o apoio dos líderes espirituais, homens santos ou confrarias. Sidi Mohammed primeiramente e depois seu irmão Rashid foram impondo a governação Alauíta aos detentores do poder local pela força. Não obstante, em 1644, Sidi Mohammed ter sido convidado pelas populações, exaustas devido ao longo período de guerra civil e desordem, a tomar posse da importante cidade de Fez⁶⁹, realce-se a sua importância simbólica e religiosa. Fundada por Idris I, em 808, Fez marca profundamente a existência de Marrocos e sempre foi sede da prestigiada liderança religiosa com significativa autonomia do poder.

Outro período muito relevante para a construção da unidade nacional marroquina é o período colonial ou período do sistema de protectorado. A dinastia Alauíta estabelecida no século XVI conduziu os destinos de Marrocos até 1912, ano em que é instituído, sob a égide das potências europeias, o sistema de protectorado. Este período e a sua importância histórica encontra-se relacionado com muitos acontecimentos que o antecedem e as especificidades que nele se identificam contribuem para a compreensão dos desenvolvimentos que se lhe seguirão, com particular enfoque na cena política.

Visitando o período que antecede a instituição do protectorado, devemos levar em consideração que após um longo período de actividades ligadas à pirataria e ao

⁶⁸ Alguns autores consideram que a dinastia Alauíta é iniciada em 1662 com Rashid, outros porém apontam Sidi Mohammed como primeiro Sultão da actual dinastia cherifina, sendo esta a posição oficial da própria Monarquia Marroquina.

⁶⁹ PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 98.

curso, em que a captura de reféns e a obtenção de resgates era a prática generalizada, os governantes marroquinos chamaram a si a tutela e controlo destas actividades⁷⁰ assegurando igualmente o controlo do, até então relativamente autónomo, porto de Salé. Os contactos negociais com as potências europeias são uma presença constante ao longo da história de Marrocos, tendo mesmo aumentado com a prática do curso. Contudo os primeiros tratados formais são assinados para fortalecimento de laços visando a garantia da soberania do território marroquino e decorrem de negociações quer com a Inglaterra, quer com a França, explorando as divisões entre os estados europeus com a finalidade de proteger Marrocos não só da ameaça de expansão espanhola, como da ameaça otomana.

No século XVIII são assinados tratados de várias naturezas com diversos países destacando-se: o celebrado com a Inglaterra, em 1721, após oito anos de presença da embaixada enviada para o efeito a Londres, o assinado com a Dinamarca que excluía os navios de bandeira dinamarquesa de ataques de corsários e o assinado em 1786 com os Estados Unidos da América. Com efeito, Marrocos foi o primeiro estado do mundo a reconhecer a independência norte-americana, facto que muito pesará na relação entre os dois países. Em 1821 o Sultão de Marrocos irá dar ao governo norte-americano um edifício para estabelecer um consulado em Tânger que será o primeiro edifício do governo dos Estados Unidos no estrangeiro⁷¹. Este acontecimento contribuirá igualmente para a internacionalização da cidade de Tânger que se transformará durante o século XIX na capital diplomática de Marrocos e durante o protectorado será dotada de um estatuto peculiar, a cidade internacional de Tânger.⁷² Ainda no século XIX, e com o esgotamento das minas de ouro e prata, as exportações marroquinas centram-se nos produtos agrícolas oriundos das planícies atlânticas, trigo, linho, açafrão, tabaco, algodão e noutros minérios como sejam o cobre, salitre, chumbo e antimónio.

As mudanças no comércio marítimo ocorridas no século XIX, que possibilitam o acesso rápido a novos mercados produtores, suscitaram oscilações nos preços destes produtos. As características pouco desenvolvidas da agricultura marroquina, em que a

⁷⁰ PENNEL, op. cit., p. 102.

⁷¹ PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 109.

⁷² Em 1923 é celebrada em Paris a Convenção Relativa à Organização do Estatuto de Tânger, entre a França, Grã-Bretanha e Espanha. Portugal adere à convenção em 1926. Anexo 2 - texto da convenção em língua portuguesa publicado no nº 62, da I Série, do Diário da República, de 25 de Março de 1926.

maioria do trabalho continuava a ser feita por força braçal e a dependência de anos meteorologicamente favoráveis constituíram-se como factores de redução dos proveitos resultantes da exportação agrícola. Com o decréscimo dos proventos obtidos através das taxas aplicadas ao comércio externo o governo de Marrocos adopta novas formas de obter receita através da aplicação de taxas ao comércio interno com a aplicação de taxas na entrada de mercadorias nas cidades evitando a sua aplicação nas zonas rurais com menor controlo da autoridade do monarca. Contudo estas taxas foram consideradas *maks*⁷³, por não estarem conforme a lei islâmica, a *Sharia*⁷⁴.

É num cenário de dificuldades económicas que Marrocos é confrontado com a chegada de forças francesas à Argélia. Pela primeira vez os territórios de Marrocos e os do mundo árabe estão separados e sente-se a ameaça da presença francesa.

O exército de Marrocos é incapaz de fazer frente aos melhor equipados franceses e fica colocado entre o apoio aos resistentes da Argélia e a guerra com a França. Após anos de alguma protecção e apoio ao líder da resistência argelina Abd al-Qadir, que constantemente partia de território marroquino para combater as tropas francesas e ali rapidamente retornava, os Franceses retaliavam bombardeando Tangêr e Essaouira. Em resposta a estes ataques as forças marroquinas defrontam os Franceses em Oued Isly onde são derrotadas o que levará o Sultão de Marrocos a celebrar um tratado de paz com a França, o tratado de Tangêr. Este tratado dotado de modestas compensações e indemnizações, o desfecho da campanha militar e a incapacidade demonstrada pelo Sultão de apoiar Abd al-Qadir contribuirão para a contestação popular que minará a sua governação.

Para renovar a sua autoridade o Sultão Abderrahamn levará a cabo um plano de modernização do exército cujo sucesso será limitado⁷⁵. Após várias incursões que ampliaram as posições na costa norte, o exército espanhol tomou outras cidades e

⁷³ A lei islâmica *Sharia* define os tipos de impostos aceitáveis, especificando condições qualitativas e quantitativas da sua aplicação. Todas as taxas que não cumpram esses preceitos são consideradas ilegais e denominadas *maks*. Conforme MAYER, Ann Elizabeth – *Stratification, Authority, and Justice in the Law of the Islamic Middle East: A Bibliographical Essay. Part I*, in Bulletin (British Society for Middle Eastern Studies), Vol. 4, No. 2 (1977), p. 84. [Consult. 23-12-2011] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/194341>

⁷⁴ A religião islâmica regula através de um completo código, a *Sharia*, a quase totalidade dos aspectos da vida em comunidade. As suas fontes principais são o Corão e a vida do Profeta.

⁷⁵ PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 117.

encetou uma presença na zona sul. Para conseguir a retirada das forças espanholas de Tetouan é celebrado um acordo com apoio britânico que incluiu a cedência de território no sul e uma indemnização de cem milhões de pesetas. Estes acontecimentos desfavoráveis ocorrem quase em simultâneo com a morte de Abderrahamn. O seu filho e sucessor não dispõe de meios financeiros para fazer face ao pagamento da indemnização e perante a demonstração de incapacidade do seu exército pretende modernizá-lo, pelo que precisa de financiamento. A modernização do exército marroquino será levada a cabo com o envolvimento das potências europeias, Grã-Bretanha, França e Alemanha, todas tomarão parte no projecto que redundará num enorme encargo económico sem correspondente aumento da qualidade das forças armadas marroquinas.

O sucessivo agravamento das dívidas aos estados europeus e o enfraquecimento do poder central criam as condições para que forças francesas ocupem os espaços em redor de Ujda e Casablanca. A primeira devido à proximidade com a fronteira argelina e a segunda para protecção da construção de uma linha férrea contra os motins desencadeados devido ao traçado incluir a passagem por um cemitério. O ambiente de grande tensão que se vivia em Casablanca terá contribuído para a erupção violenta, populações das zonas interiores tinham vindo para as cidades costeiras devido a dois péssimos anos agrícolas, em 1906 uma praga de gafanhotos destruiu as colheitas e no ano seguinte houve seca. Os franceses esmagaram os motins com um bombardeamento naval e com o desembarque de numerosas tropas que aí permaneceram.

Com a economia marroquina em bancarrota, com a incapacidade do estado para gerar receitas devido à corrupção generalizada, aos regimes de isenção de impostos respeitantes às famílias cherifinas – multiplicadas de forma ilegítima – aos europeus e aos marroquinos seus protegidos, a dependência do exterior era total. Foi sem surpresa e até com algum alívio⁷⁶ que as populações assistiram à instituição do regime de protectorado, já previsto desde 1907 na acta lavrada no encontro de Algeciras. Os anos que antecederam a instituição do protectorado foram um período de grande dificuldade para as populações que assistiram a um desfile de governantes caracterizados pela incapacidade para promover o bem-estar, o desenvolvimento, centrados na manutenção dos postos de poder e que em muitos casos exibiram sinais de requintada crueldade no

⁷⁶ MACLEOD, J. M. - *The Achievements of France in Morocco*. The Geographical Journal, Vol. 52, No. 2 (Aug., 1918), p. 91. [Consult. 18-11-2011] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1779556>

tratamento dado aos seus opositores⁷⁷. Para permanecerem focados nas lutas pelo poder celebraram acordos com os líderes tribais das zonas mais remotas diminuindo a soberania efectiva do poder central nesses espaços. O país apresentava-se envolto numa profunda depressão, John Macleod, cônsul britânico em Marrocos, refere que “*As crianças de Fez mal tinham um brinquedo. Elas tinham que ser ensinadas a brincar!*” (tradução nossa)⁷⁸ e relatava as dificuldades nas comunicações, nos transportes e a insegurança com que estes se efectuavam. Na ausência de telégrafo e telefone o correio era o único meio de comunicação possível, considerando que “*formalmente Fez e Marraquexe estavam a 14 dias de distância entre si*” (tradução nossa)⁷⁹ uma vez que o tempo necessário para percorrer os aproximadamente 500 km de distância entre estas duas cidades era condicionado pelo estado dos pisos dos caminhos, pelo caudal dos rios e pela permissão de passagem em territórios tribais; a capacidade de comunicação em Marrocos era mínima.

Macleod cita John Drummond Hay⁸⁰, para descrever o relacionamento em Marrocos entre os diferentes patamares sociais dizendo que se trata de “*Um reino de peixes de rapina*” (tradução nossa)⁸¹ em que os maiores comem os mais pequenos. É neste cenário desolador que o protectorado previsto na acta da conferência de Algeciras é plenamente consubstanciado no tratado de Fez⁸². O texto do tratado de Fez prevê profundas transformações com o propósito de manter a ordem e segurança, promovendo o desenvolvimento económico, para isso no seu artigo I declara a instituição de um novo regime que irá proceder à reforma e modernização do sistema administrativo, escolar, judicial, económico, financeiro e militar. No texto do tratado regista-se ainda a

⁷⁷ PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 134.

⁷⁸ “*The children of Fez had scarcely a toy. They had to be taught to play!*” in MACLEOD, J. M. - *The Achievements of France in Morocco*. The Geographical Journal, Vol. 52, No. 2 (Aug., 1918), p. 86. [Consult. 18-11-2011] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1779556>

⁷⁹ “*Formally, Fez and Marrakesh were fourteen days distant from each other.*” in MACLEOD, op. cit., p. 86.

⁸⁰ Embaixador da Grã-Bretanha em Marrocos entre 1845 e 1866.

⁸¹ “*a Kingdom of fishes of prey*” in MACLEOD, op. cit., p. 86.

⁸² Em 1912 é celebrado em Fez o tratado que institui o protectorado previsto na acta da conferência de Algeciras. Anexo 3 - Tratado para a Organização do Protectorado Francês no Império Cherifino – texto em língua francesa. Fonte: Bulletin Officiel nº 1 1 Novembre 1912 – Édition française. [Consult. 23-11-2011] Disponível em: http://www.sgg.gov.ma/BO/bulletin/Fr/1912/BO_1_fr.pdf

subalternização dos interesses espanhóis, embora sendo expressamente referido que será efectuada concertação com o governo espanhol a propósito das suas possessões territoriais. O espaço territorial do protectorado repartiu-se em três áreas, duas sob responsabilidade espanhola, a norte, na zona do Rif e a sul de Agadir; a terceira e maior, sob responsabilidade francesa, no centro do território. São espaços onde já se afirmavam as presenças dos países europeus envolvidos, se no norte a presença espanhola era secular, no espaço francês tinham ocorrido eventos que tinham justificado a presença francesa em Casablanca e Ujda e existiam investimentos industriais franceses que careciam de protecção.



Figura 6 – Território dos protectorados francês e espanhol.

Fonte: PENNEL, C. R. – *Morocco: from empire to independence*, Oneworld, Oxford, 2003, p. 139.

Nas zonas de responsabilidade espanhola a presença estrangeira ou estava consolidada ou efectuou-se em territórios com pouca presença humana daí, com excepção da guerra no Rif, não terem sido registadas dificuldades na implementação do regime de protectorado, contrariamente na zona de responsabilidade francesa houve muito significativa resistência ao novo regime. Além do papel liderante que a França detém no processo de instituição do protectorado, a zona de influência francesa incluiu os espaços mais relevantes de Marrocos, as cidades imperiais, Fez, Marraquexe e Rabat, e ainda o maior aglomerado urbano, Casablanca. Consciente das dificuldades que

sobreviriam com a aplicação do regime de protectorado o governo francês designa um militar com significativa experiência colonial para o cargo de residente-geral, o general Lyautey, que desenvolve o processo de implementação do protectorado com métodos baseados na sua experiência pessoal e no modelo britânico de administração indirecta.

Marrocos perde o controlo sobre o seu território e sobre as políticas que irão ser desenvolvidas, mas mantém alguma da sua identidade, através da sua bandeira e da manutenção da soberania por parte do Sultão. Além de manter privilégios, as leis são publicadas em seu nome, é o chefe de estado e juiz supremo. MacLeod relata as comparações, pouco favoráveis ao último, entre o aparato que rodeia o Sultão e o do residente-geral. Na verdade, a corte do Sultão desprovida do poder efectivo mantém um significativo poder simbólico.

Para controlar e administrar o território, Lyautey, mais do que de forças militares precisa de uma administração capaz de inverter o caos que o antecede. Perante a escassez de meios humanos qualificados para exercerem actividades numa administração moderna, o General opta pela utilização de quadros franceses, mantendo os vizirs em funções de assessoria e intermediação⁸³. Lyautey, que lida com um espaço territorial em que o poder central tinha sido fragmentado e nem chegava a todo o território, opta pela manutenção de dois sistemas legais, o islâmico para a população de origem árabe e outro com atribuição de responsabilidades aos chefes tribais destinado às populações berberes. Esta dicotomia na justiça estender-se-á a outros aspectos da administração.

O residente-geral considerava os berberes aliados naturais, contudo partiram deles grande parte das iniciativas de maior oposição à presença francesa. O General adoptou a política que designou “*mancha de óleo*” (tradução nossa)⁸⁴ que consistia na aproximação e alastramento da administração às populações com a ligação entre a presença das forças militares ou policiais e a prestação de serviços médicos e sanitários às populações. Durante o período da I Guerra Mundial a França pouco mais conseguiu

⁸³ Os Vizirs embora formalmente correspondessem a ministros no sentido do estado moderno, na verdade, eram meros executores das políticas do Sultão conforme MACLEOD, J. M. - *The Achievements of France in Morocco*. The Geographical Journal, Vol. 52, No. 2 (Aug., 1918), p. 92. [Consult. 18-11-2011] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1779556>

⁸⁴ “*tache d’huile*” in PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 142.

que manter o controlo em zonas chave e mesmo isso só foi obtido devido à fragmentação dos oponentes e ao apoio dos chefes das tribos. Após o armistício na Europa, Lyautey retoma o seu avanço e em final de 1923 considera ter sob controlo o “Marrocos útil” (tradução nossa) o espaço onde a agricultura era proveitosa, onde havia água e outros recursos naturais. O General considera ainda que para proteger este espaço era preciso deter o “Marrocos necessário” (tradução nossa)⁸⁵. A conflitualidade em torno da implementação do protectorado foi tão significativa que em determinados períodos assemelha-se a um relato de uma campanha militar que só terminará em 1934.

Mesmo após a cessação das hostilidades os franceses não detêm controlo total sobre o território, de facto tal como no período pré-colonial a soberania do território nas zonas mais remotas é partilhada com os chefes tribais e o maior ou menor controlo varia consoante o nível de relações que o poder central com eles consegue estabelecer. Com o controlo do território a França empenha-se na transformação do país.

O crescimento económico realiza-se com projectos agrícolas modernos que recorrem a processos mecanizados e a avultados investimentos. Estes projectos são conduzidos por empresas francesas em associação com uma pequena elite marroquina. A população, para além da participação como força de trabalho, poucos benefícios retira destes projectos. O mesmo se passa no sector industrial. São realizadas grandes obras, barragens, caminhos-de-ferro e estradas contribuirão para a modernização. Após um período de acentuado crescimento económico a grande depressão faz com que entre 1929 e 1935 as exportações marroquinas diminuam 49% e as importações 57%⁸⁶. Esta quebra origina uma transformação no tecido económico, que muito tinha progredido com a exploração de fosfatos, dos quais Marrocos é um dos principais fornecedores mundiais, dando origem a desemprego, cortes salariais e muito descontentamento. Simultaneamente com a mecanização agrícola as populações rurais viam-se impossibilitadas de trabalhar e migram para as grandes metrópoles.

Lyautey, que estabeleceu Rabat como capital política e Casablanca como capital económica, manteve os núcleos históricos das cidades antigas e construiu novos bairros destinados aos colonos europeus em seu redor, chegou mesmo a proibir os europeus de

⁸⁵ “useful Morocco” e “necessary Morocco” in PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 142.

⁸⁶ PENNEL, op. cit., p. 148.

residirem nas medinas. É igualmente durante o período do protectorado que se estabelecem os partidos nacionalistas que ainda detêm um grande poder simbólico pela participação no processo de independência de Marrocos, pois as suas raízes fundacionais estão ligadas à oposição ao domínio francês. Estes movimentos ganham um ânimo especial quando em 1930 é publicado o denominado decreto Berbere⁸⁷ que estipula o funcionamento de um regime legal consuetudinário nas zonas berberes. O, até então incipiente, movimento nacionalista ganha grande expressão com a ameaça à *sharia* e à identidade islâmica e organiza uma vasta campanha nas mesquitas das principais cidades.

O protectorado iniciado em 1912, terminará em 1956 num mundo totalmente diferente, que viveu duas guerras mundiais, que assistiu a progressos científicos e à construção de dois sistemas internacionais, o entre guerras e o pós 1945. Em 1956 ainda sopravam os ventos da primeira vaga de descolonizações, após um difícil mas rápido processo de descolonização Marrocos recupera a sua independência. Depois de avanços e recuos por parte da França, que levaram Mohammed V ao exílio em Madagáscar, o papel que o Sultão e futuro Rei de Marrocos desempenha no processo de independência é determinante para a instituição monárquica e para o próprio sucesso da independência.

Os partidos nacionalistas, especialmente o Istiqlal, pretendiam estabelecer um regime republicano e não contavam com o protagonismo do Sultão nem com o apoio popular. Em 1947 o Sultão efectuou uma visita a Tânger onde discursou, referindo-se à unidade islâmica e à justiça garantida no seu ideário, manifestando grande apreço pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo que ignorava o papel da França. Este discurso mereceu uma enorme adesão popular que reflectia o apoio das massas ao seu Sultão que se revela como elemento agregador. As ideias nacionalistas que inicialmente se tinham espalhado através do futebol e de círculos religiosos ganharam em 1944 novo ímpeto com a constituição do partido da Independência, o Istiqlal. Este partido associa personalidades de várias origens, famílias poderosas ligadas à dinastia Alauíta, intelectuais e personalidades da ala esquerda em torno de uma proposta nacionalista que apresenta um manifesto em que reclamam a independência de Marrocos sob Sidi

⁸⁷ Decreto que institui regime jurídico Berbere Anexo 4 - Fonte: Bulletin Officiel n° 918 30 Mai 1930 – Édition française, p. 652.

[Consult. 23-11-2011] Disponível em: http://www.sgg.gov.ma/BO/bulletin/Fr/1912/BO_918_fr.pdf

Mohammed, a participação deste nas negociações de independência, a subscrição do Pacto do Atlântico e a constituição de um regime democrático sob a forma de uma monarquia constitucional. Para além da concordância de objectivos entre o Istiqlal e o Sultão, outro factor contribuiu para o desenvolvimento das ideias nacionalistas. Com o avanço da guerra as forças norte-americanas desembarcaram e estabeleceram bases em território marroquino, trazendo novos bens e ideias. Quando em Janeiro de 1943 Churchill e Roosevelt se encontraram em Casablanca foram convidados pelo futuro Mohammed V, embora à margem das recepções oficiais, para um banquete onde Roosevelt terá manifestado simpatia pela causa independentista⁸⁸.

Considerados dois dos períodos mais relevantes da história de Marrocos detemos elementos que consideramos determinantes na constituição do *ethos* marroquino aos quais acrescem o percurso pós colonial e o surgimento dos movimentos islâmicos.

No período pós-colonial assiste-se à retoma do poder pela dinastia Alauíta e aos esforços que manteve para a sua preservação no poder. Mohammed V e depois Hassan II levam a cabo estratégias de controlo total do governo e da população marroquina, para isso contam com um modelo governativo assente em dependências clientelares e laços familiares a que associam um forte aparelho policial capaz de reprimir movimentos e vozes discordantes. Durante os seus longos reinados são inúmeros os casos de severa repressão e do regime constante do manifesto do Istiqlal resta uma pálida imagem.

Quando alcança a independência em 1956 o Reino de Marrocos compreende um vasto território com vias de comunicação modernas, com vastas terras irrigadas e com uma próspera indústria de extração de fosfatos. Contudo a população vivia miseravelmente e a maioria não sabia ler nem escrever⁸⁹. É esta a realidade a transformar, é este o estado do país. Sidi Mohammed ainda Sultão de Marrocos assume o poder com um apoio mais vasto que o principal partido nacionalista, o Istiqlal. É ainda sem um parlamento e sem um texto constitucional que exerce o poder com o apoio dos meios coercivos ao seu dispôr, as unidades marroquinas do exército colonial e os elementos que tinham feito parte do exército de libertação nacional. A união destas forças lideradas por militares de alta patente do exército colonial francês e espanhol cria

⁸⁸ PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 157.

⁸⁹ PENNEL, op. cit., p. 163.

algum mal-estar do lado do Istiqlal que pretendia assumir um papel liderante na primeira formação governamental e se multiplicava em acções para aumentar as suas fileiras, ao mesmo tempo que chegava a impedir a constituição de novos partidos usando os poderes que os seus representantes no governo detinham. O Sultão entretanto coroado Rei procurará sempre dividir o poder partidário, sendo particularmente bem sucedido na cisão verificada no Istiqlal, na sequência de uma revolta no Rif que foi esmagada pelo filho do Sultão, o futuro Hassan II, e que deu origem à fundação da União Nacional de Forças Populares (UNFP) partido de matriz socialista. Neste período são criados muitos novos partidos contribuindo para a fragmentação desejada pelo Rei. Só em 1962, já em pleno reinado de Hassan II, e sem que tenha sido criada uma assembleia constituinte será adoptado um texto constitucional, que incluirá amplos mecanismos de controlo do poder face à possibilidade de desenvolvimento do papel dos partidos e à ameaça das correntes nacionalistas que percorrem o mundo árabe após a chegada de Nasser ao poder. A nova constituição consagra um regime multi-partidário que garante o fraccionamento partidário e um sistema bi-cameral que assegura o poder do monarca. O reinado de Hassan II merece-nos especial atenção devido aos acontecimentos que condicionarão o período de análise da presente dissertação.

Nos anos que se seguiram Hassan II esforça-se por adquirir a legitimidade que a participação no processo de independência tinha agregado a seu pai. Socorre-se da instituição militar, que chefia desde muito jovem, das associações com os líderes locais nas áreas rurais e das tradições do sultanato Alauíta. A exploração de apoios nas áreas rurais permite-lhe passar de uma base de apoio comum aos nacionalistas e maioritariamente urbana para um suporte mais amplo englobando os anteriores apoiantes do regime colonial. Hassan II exerce um poder arbitral mas simultaneamente interventivo, que o afasta do desgaste das lutas partidárias. Os actos eleitorais que se realizam na década de sessenta e setenta são actos limitados. Os resultados das primeiras eleições legislativas criaram um parlamento com metade dos lugares ocupados pelo Frente para a Defesa das Instituições Constitucionais, constituída em torno do monarca e seus apoiantes, e a outra metade, dividida entre os 41 lugares do Istiqlal e os 28 da UNFP. Esta situação de empate conduziu a grande confrontação

parlamentar e a sucessivos impasses que terminaram com o Rei a decidir proclamar o estado de excepção e a suspender quer o parlamento quer a constituição⁹⁰.

O poder do monarca é incapaz de resolver as crises económicas, Hassan II manteve as orientações económicas do período do protectorado e como tal deu prioridade às grandes explorações agrícolas e à construção de barragens. Estas opções resultaram num significativo aumento de produção agrícola de frutas e legumes frescos ao mesmo tempo que decrescia a produção cerealífera daí resultando uma dupla dependência. Como o escoamento da produção era direccionado para o mercado externo europeu havia uma dependência exportadora que coexistia com a dependência importadora resultante da necessidade de obtenção de cereais.

Na mesma época é efectuado um significativo investimento em infra-estruturas rodoviárias e telecomunicações mas que não consegue promover desenvolvimento que origine emprego para a população rural, que desta forma se vê forçada a migrar para as cidades ou emigrar para a Europa. Casablanca torna-se a terceira maior cidade de África, passa de 96,500 habitantes em 1960 para 1,5 milhões em 1971⁹¹. Este crescimento exponencial acarreta novos problemas, pois trata-se de um processo não planeado e completamente desregulado. Assiste-se ao crescimento urbano de forma desordenada em quase todas as cidades sem que o governo apoie, regule ou tente minorar os efeitos deste fenómeno, uma vez que o investimento estava a ser canalizado para a agricultura, construção de barragens e infra-estruturas. A escassez de empregos levava a que em 1971 69% da população vivesse no seio da economia informal⁹².

As dificuldades económicas agravaram-se no início da década de 1960, com a tomada de medidas proteccionistas relativamente aos produtos agrícolas por parte da Comunidade Económica Europeia (CEE), sendo o elevado preço dos fosfatos o único factor que separava Marrocos da insolvência. A crise instala-se, e tal como na transição entre o século XIX e XX, Marrocos contrai avultados empréstimos, agora junto do Fundo Monetário Internacional (FMI), antecipando as várias intervenções que se

⁹⁰ ALCARIO, Isabel Cristina Correia - *O processo de liberalização política em Marrocos (1992-2007): uma transição adiada*. Lisboa: ISCTE, 2009, p. 23. [Consult. 15-12-2010] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/1685>

⁹¹ PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 168.

⁹² PENNEL, op. cit., p. 169.

realização entre 1983 e 1992. As dificuldades sentidas pela população originaram protestos que foram duramente reprimidos. Neste capítulo, o ministro do interior Oukfir evidenciou a sua brutal eficácia e adquiriu significativo protagonismo que viria a ter efeito adverso ao ser responsabilizado por atentar contra a vida do próprio rei numa tentativa gorada de golpe. Do outro lado o protagonista foi Ben Barka, um fundador do Istiqlal que o abandonou para criar a UNFP e que foi tutor de Hassan II durante a sua juventude. Afastado por Oukfir viveu exilado em França até ser assassinado em Paris em 1965. Este episódio ilustra o nível de empenhamento e eficácia de Oukfir e indica a forma autoritária e repressiva de funcionamento da monarquia marroquina nos denominados anos de chumbo, que se estenderiam até à década de 1980. Embora no início da década de 1970 tenha sido aprovada uma nova constituição com alterações que favoreciam o controlo do governo pelo monarca, nomeadamente prevendo uma única câmara parlamentar, o facto é que o regime marroquino de democracia pouco mais tinha que a declaração constitucional, porque até a realização de eleições era muito condicionada e qualquer tentativa que colocasse em causa o regime tinha como resposta a repressão “*A repressão seria assim um instrumento ao dispor do regime para assegurar a estabilidade da posição do rei no controlo do sistema político.*”⁹³

Durante os anos de chumbo e antes da abertura que o regime irá registar após a década de 1980, Hassan II carecia de um projecto que agregasse a população e que tivesse um sucesso plausível. A questão do Saara Ocidental, suscitada com o fim da presença espanhola, criou condições para a afirmação da soberania marroquina e tornou-se um autêntico desígnio nacional. No período em que a questão do Saara Ocidental é colocada a conjuntura interna e a registada no mundo árabe eram favoráveis às pretensões marroquinas. A sustentação para a reivindicação da soberania sobre o vasto território a sul de Marrocos baseia-se em ligações de soberania muito anteriores à colonização espanhola, no argumento do governo marroquino trata-se da “*...posse imemorial do território.*” (tradução nossa)⁹⁴ comprovada por factos históricos. Estes argumentos foram reconhecidos em 1975 pelo Tribunal de Justiça Internacional, que

⁹³ ALCARIO, Isabel Cristina Correia - *O processo de liberalização política em Marrocos (1992-2007): uma transição adiada*. Lisboa: ISCTE, 2009, p. 23. [Consult. 15-12-2010] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/1685>

⁹⁴ “*la possession immémorial du territoire*” in *Sahara Occidentale Avis Consultatif du 16 Octobre 1975*, Cour Internationale de Justice, p. 65, para. 90. [Consult. 17-12-2011] Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/61/6195.pdf>

considera comprovado que “... o território tinha, com o Reino de Marrocos, laços jurídicos...” (tradução nossa)⁹⁵. Contudo o mesmo tribunal não as considera suficientes para a determinação da soberania⁹⁶, devido à impossibilidade de demonstrar a continuidade dos laços jurídicos por força da descontinuidade temporal das provas historiográficas apresentadas.

O território disputado tem uma área de aproximadamente 266.000 kms² significando que a sua agregação representará uma adição de mais 3/5 de área territorial aos incontestados 446.500 kms² do território marroquino. Com esta agregação o Reino de Marrocos passará da 58ª posição no ranking de estados com maior dimensão para a 40ª. Não sendo despiciente a questão da dimensão territorial, o significado e valor que a monarquia marroquina atribuiu à questão do Saara Ocidental é que está na origem da sua relevância.

Quando em 1975 Hassan II deu início à grande marcha verde criou um desígnio nacional que serviu para agregar a sociedade marroquina. Como a questão permanece por resolver mantêm-se condições de agregação em torno desse desígnio nacional. No entanto a questão do Saara ocidental contribuiu para agravar as condições económicas dos marroquinos, o aumento de gastos nas forças armadas, de 2,6% do PIB em 1972 passou-se para 6,9% em 1980⁹⁷ num período em que os produtos petrolíferos aumentaram e os preços dos fosfatos caíram. Surgiram de novo motins e protestos que foram prontamente esmagados e os seus líderes sujeitos à mais dura repressão e tortura. Mais uma vez um ministro do Interior destaca-se pela brutal eficácia, Driss Basri, licenciado em direito, foi aos 37 anos designado secretário de estado do Interior, e quatro anos depois, em 1979, nomeado ministro do Interior, cargo que ocupou até à morte de Hassan II. O cargo de ministro do Interior trouxe-lhe poder e reconhecimento que justificaram o epíteto de vice-rei, que não o impediu de coleccionar inimizades na

⁹⁵ “...le territoire avait, avec le Royaume du Maroc, des liens juridiques...” in *Sahara Occidentale Avis Consultatif du 16 Octobre 1975*, Cour Internationale de Justice, p. 118, para. 163. [Consult. 17-12-2011] Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/61/6195.pdf>

⁹⁶ *Sahara Occidentale Avis Consultatif du 16 Octobre 1975*, Cour Internationale de Justice, p. 118, para. 162. [Consult. 17-12-2011] Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/61/6195.pdf>

⁹⁷ PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 173.

esfera do poder e da corte e lhe valeu uma inesperada destituição em 9 de Setembro de 1999⁹⁸.

É neste cenário de nova crise que o FMI irá intervir com consequente agravamento das condições de vida dos mais desprotegidos, que são uma parte significativa dos quase 35 milhões de habitantes indicados nos dados demográficos disponíveis no sítio na internet da embaixada do Reino de Marrocos em Portugal⁹⁹, em contraste com os 32,3 milhões de habitantes referenciados no relatório de desenvolvimento humano¹⁰⁰ e com os 30 milhões constantes no sítio da embaixada de Marrocos em França¹⁰¹. Esta significativa discrepância levou-nos a optar pelos dados das Nações Unidas

. A população reparte-se em dois grandes grupos linguísticos, um constituído pelos que têm como primeira língua o árabe e o outro pelos que têm como língua principal o *tamazigh*¹⁰², estimando-se em aproximadamente 30% a população que usa primariamente o *tamazigh*. Outro factor muito importante é a distribuição etária da população em Marrocos que é idêntica à de outros países em vias de desenvolvimento, apresentando uma significativa maioria de população jovem, na faixa de idades até aos 25 anos. As estatísticas demográficas das Nações Unidas contam mais de 15 milhões de habitantes jovens que correspondem a 47% da população total¹⁰³. Esta distribuição tem reflexo directo na eficácia de políticas sectoriais, como sejam as adoptadas na educação, saúde e emprego. Mas esta realidade demográfica coloca questões mais amplas ao nível da política interna. Num cenário de escassez a incapacidade para proporcionar acesso a

⁹⁸ CEMBRERO, Ignacio – *OBITUARIO Dris Basri, 'brazo derecho' del rey Hassan II*, in Jornal El Pais, MADRID, 28/07/2007, [Consult. 08-01-2012]. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/agenda/Dris/Basri/brazo/derecho/re/Hassan/II/elpepigen/20070828elpepiage_2/Tes

⁹⁹ [Consult. 28-12-2011] Disponível em: http://www.emb-marrocos.pt/textos/historia/populacao_94.html

¹⁰⁰ Nações Unidas - Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, p. 179. [Consult. 28-12-2011] Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf

¹⁰¹ [Consult. 28-12-2011] Disponível em: <http://www.amb-maroc.fr/>

¹⁰² O *tamazigh* é o dialecto Berbere que desde 1 de Julho de 2011 foi consagrado constitucionalmente como a segunda língua oficial do Reino de Marrocos.

¹⁰³ Base de dados da United Nations Population Division [Consult. 21-11-2011] Disponível em: <http://data.un.org/Explorer.aspx?d=PopDiv&f=variableID%3a19>

emprego, bens e reconhecimento social gera descontentamento que num registo de baixa intensidade catalisa a mudança, num registo mais elevado coloca sérias questões de manutenção de *status quo*. Adiante observaremos, ainda que numa forma sucinta, que o governo de Marrocos tem lidado com estas questões com alguma subtileza e cautela mas sem encontrar soluções adequadas para as questões dos jovens. Estes jovens que do ponto de vista religioso, como quase toda a população marroquina, professam a fé islâmica vivenciam um dilema identitário são primeiro que tudo muçulmanos, uma vez que a religião se constitui como grande factor de união da sociedade, disputando com a cidadania a primazia da pertença.

As características da religião muçulmana são baseadas em elevados níveis de participação e o conceito de comunidade de crentes *Umma*¹⁰⁴ está subjacente e presente em quase todos os vectores das sociedades islâmicas. No caso de Marrocos o poder atribuído constitucionalmente ao Rei como líder religioso, detentor do título de “*Amir Al Mouminine*”¹⁰⁵, permite condicionar o papel social do crente e do cidadão, garantindo uma complementaridade entre as duas faces.

É no contexto demográfico apresentado e no clima cultural descrito que se assiste ao crescimento dos movimentos islâmicos. A crise generalizada na década de 1980 e a existência de uma vasta parte da população insatisfeita com as propostas que os partidos políticos tinham levado a que ideias sustentadas em acontecimentos no distante Irão fossem acolhidas com interesse. A revolução iraniana alterou a visão de fatal imutabilidade associada ao regime marroquino. O derrube do Xá através de um

¹⁰⁴ “«Comunidade» ou «povo». Termo corânico utilizado para referência aos diversos povos e nações da terra. O Corão fala do facto de que Deus enviou um profeta a cada umma e no Islão considera-se que cada profeta tem a sua própria umma, que segue a sua mensagem.” (Tradução nossa) in AA.VV - *El Islam, el fundamentalismo y la traición al Islam tradicional: Ensayos de especialistas muçulmanes occidentales*, ed. Joseph E.B. Lombard, trad. Esteve Serra, Mandala, Barcelona, 2007, p. 464.

Excepção ao método de apresentação de citações em língua estrangeira justificado pela força e reconhecimento da palavra *Umma*.

¹⁰⁵ “Comandante dos Crentes” (tradução nossa) excepção à tradução justificada pela singularidade do termo - Ver anexo 1 - Constituição do Reino de Marrocos de 1996, Artigo 19.

Excepção ao método de apresentação de citações em língua estrangeira justificado pela força e reconhecimento da designação *Amir Al Mouminine* comprovado pela adopção de método idêntico na versão da Constituição em língua francesa.

movimento popular com base religiosa varreu o mundo árabe e tornou as ideias de retorno ao islão mais purista atraentes.

Em Marrocos estão instituídas práticas integradas com o Islão que incluem romarias, rituais em torno do marabutismo e ainda as confrarias sufistas, com a importância dos elementos de poder simbólico do islamismo, representados por três conceitos centrais: sabedoria *‘ilm*, santidade *baraka* e descendência cherifina a *sarafa*. Dos três conceitos associados ao poder simbólico só o primeiro é acessível a qualquer muçulmano, a *‘ilm*, sabedoria científica de natureza jurídico-religiosa que pode ser adquirida através do estudo aprofundado. A santidade é exclusiva dos “*escolhidos*” (tradução nossa)¹⁰⁶ ou dos seus descendentes, que através de obras de caridade e de uma vida plena de misticidade desenvolvem a *baraka*. Quanto à *sarafa* só a genealogia a determina, sendo por isso muito restrita.

A instituição monárquica estabeleceu um controlo sobre os elementos simbólicos do poder islâmico abrangendo as estruturas religiosas “oficiais” os *ulemas*, juristas islâmicos, que estão sujeitos à tutela do ministério dos assuntos islâmicos. Desta forma, as vozes que orientam os crentes estão sujeitas ao controlo do monarca. O rei mantém o estatuto de comendador dos crentes que é anualmente renovado através da *bay’a*, o juramento de fidelidade que situa o rei como sucessor do profeta e consagra a sua superioridade religiosa. Até as confrarias sufistas que no período inicial do reinado de Hassan II tinham sido vetadas ao ostracismo, senão à oposição do poder estatal, foram sendo aceites e integram o modelo de prática religiosa oficial. Com este domínio do poder simbólico, que nas sociedades islâmicas é preponderante, não se afigurava tarefa fácil o apelo às ideias de retorno à pureza islâmica, ao ideal da comunidade de Medina, por parte dos partidários do islamismo contemporâneo como alternativa ao regime.

Embora os movimentos islâmicos lhe sejam anteriores, é na década de 1980 que ganham significativa expressão com a revolução iraniana e com a crise e intervenção económica como pano de fundo, que levaria à execução do Plano de Ajustamento Estrutural PAE, imposto pelo Fundo Monetário Internacional como contrapartida ao

¹⁰⁶ “*escogidos*” in MACÍAS AMORETTI, Juan António - *Movimento Islamista y Democracia em Marruecos. Una aproximación al desarrollo sociopolítico e ideológico del islamismo marroquí contemporáneo*, (online), Altafulla, FIMAM, 2008, p. 25. [consult. 14/11/2011] Disponível em : <http://www.fimam.org/d.htm>

apoio financeiro¹⁰⁷. O agravamento das dificuldades sentidas pela população neste período e a necessidade da estrutura governativa apoiar o desenvolvimento da sociedade civil, como forma de contrabalançar a escassez distributiva a que o regime tinha chegado, originaram condições favoráveis à constituição de associações da sociedade civil baseadas em noções de pertença, onde se incluíam as muito afectadas actividades económicas, ou em reivindicações de direitos, onde pontuavam os direitos das mulheres e os direitos humanos. Considerando a plausível controvérsia em torno da, muito comum, prática de exclusão dos movimentos religiosos de entre as associações da sociedade civil, justificamos a sua inclusão no contexto da sociedade marroquina adoptando o critério que Macías Amoretti¹⁰⁸ definiu e que consistiu na análise das práticas dos movimentos islâmicos no quadro das actividades expectáveis por parte das associações da sociedade civil, que resultou na clara conformidade com esse critério. Daí resultando que o quadro de análise usado no âmbito das associações da sociedade civil poderia ser alargado aos movimentos islâmicos marroquinos, porque “... *a relação entre os diferentes actores sociais e a democracia deve ser entendida como um todo, do qual o islamismo é uma parte não só importante, como imprescindível*” (tradução nossa)¹⁰⁹.

Hassan al-Banna fundou em 1928 no Egipto a Irmandade Muçulmana, que é considerado o movimento percussor do islamismo contemporâneo. O islamismo desenvolve-se contestando os regimes, quer em 1928, quando existiam formas coloniais de governo que impediam a generalidade dos muçulmanos participar nos destinos dos seus interesses, quer no final do século XX quando subsistiram regimes autoritários que sem sinais de suporte popular mantinham a mesma característica.

¹⁰⁷ MACÍAS AMORETTI, Juan António - *Movimiento Islamista y Democracia em Marruecos. Una aproximación al desarrollo sociopolítico e ideológico del islamismo marroquí contemporáneo*, (online), Altafulla, FIMAM, 2008, p. 30. [consult. 14/11/2011] Disponível em: <http://www.fimam.org/d.htm>

¹⁰⁸ MACÍAS AMORETTI, Juan António - *Movimiento Islamista y Democracia em Marruecos. Una aproximación al desarrollo sociopolítico e ideológico del islamismo marroquí contemporáneo*, (online), Altafulla, FIMAM, 2008, p. 28. [consult. 14/11/2011] Disponível em: <http://www.fimam.org/d.htm>

¹⁰⁹ “... *las relaciones entre los diferentes actores sociales con la democracia debe ser entendida como un todo, del cual el islamismo es una parte no sólo importante, sino imprescindible.*” in MACÍAS AMORETTI, Juan António - *Movimiento Islamista y Democracia em Marruecos. Una aproximación al desarrollo sociopolítico e ideológico del islamismo marroquí contemporáneo*, (online), Altafulla, FIMAM, 2008, p. 28. [consult. 14/11/2011] Disponível em: <http://www.fimam.org/d.htm>

Em Marrocos o relacionamento entre o movimento islamista e o poder processa-se de forma oscilante, entre a confrontação e a cooperação e passando da contestação à institucionalização política do movimento¹¹⁰. Com o surgimento do movimento ocorreram protestos e contestação que suscitaram confronto com as autoridades, com a ocorrência da abertura à sociedade civil, o poder iniciou um processo de controlo do movimento promovendo a sua integração no jogo político instituído.

O islamismo marroquino compreende dois grandes movimentos e um grupo de organizações com uma postura combatente e radical. Os grandes movimentos, são ambos influenciados pelos Irmãos Muçulmanos e considerados do ponto de vista ocidental moderados, contudo um aceita o regime e a monarquia hereditária enquanto o outro além de não aceitar as fundações constitucionais de Marrocos subscreve um ideário marcadamente sufista. São respectivamente o Partido da Justiça e Desenvolvimento e a Associação Justiça e Espiritualidade. Ambos os movimentos são rigorosos na sua conduta social irrepreensível e na recusa de qualquer conduta ou acção de natureza violenta. Intervêm na sociedade junto dos mais necessitados realizando trabalho de campo no apoio social, concretamente, na educação, na saúde, no emprego e no apoio familiar. A Associação por não subscrever o modelo político vigente tem sido mantida numa ilegalidade tolerada¹¹¹. Já o Partido da Justiça e Desenvolvimento, após um período em que desenvolveu a sua actividade à margem do sistema político, integrou o modelo vigente e é, na actualidade, uma das principais forças políticas do país. Nas primeiras eleições em que participou, em 1997, obteve 9 mandatos de deputados, em 2002, 42, em 2007, 46 e recentemente, em 2011, venceu com 107 mandatos. As organizações armadas com postura radical adoptam o conceito de *jihad*¹¹²

¹¹⁰ MACÍAS AMORETTI, Juan António - *Movimento Islamista y Democracia en Marruecos. Una aproximación al desarrollo sociopolítico e ideológico del islamismo marroquí contemporáneo*, (online), Altafulla, FIMAM, 2008, p. 13. [consult. 14/11/2011] Disponível em: <http://www.fimam.org/d.htm>

¹¹¹ ALCARIO, Isabel Cristina Correia - *O processo de liberalização política em Marrocos (1992-2007): uma transição adiada*. Lisboa: ISCTE, 2009, p. 89. [Consult. 15-12-2010] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/1685>

¹¹² “Literalmente, «esfuerzo» o «lucha»; se utiliza en el Islam para toda forma de lucha, desde la batalla contra los propios vicios interiores hasta la guerra militar. La jihad suele dividirse en dos partes: la «jihad menor» (jihad asghar) que significa la guerra defensiva contra la agresión, la opresión y/o la ocupación para defender la propia vida, familia, propiedad religión y país; y la «jihad mayor» (jihad akbar) que significa la lucha espiritual contra los propios deseos y tentaciones con el fin de superarse moral y espiritualmente.” In LUMBARD, Joseph E.B. et al – *El Islam, el fundamentalismo y la traición al Islam tradicional*, Barcelona, Mandala, 2007, p. 458.

adulterando-o para sustentar a sua acção combatente visando a luta contra todo o inimigo do islão. Entre elas contam-se a Organização de Combatentes de Marrocos, a Salafiya Yihadí, o Caminho Recto ou os Marroquinos Afegãos. Trata-se de organizações identificadas e perseguidas criminalmente pelas autoridades.

Finalizando este périplo pela caracterização político-social marroquina e antes de abordar as questões de segurança avançamos ainda com o suporte ideológico das propostas dos movimentos islâmicos moderados. Ainda que posteriormente o Partido da Justiça e Desenvolvimento tenha integrado o sistema político vigente, o seu suporte ideológico, tal como o da Associação Justiça e Espiritualidade, é obtido nas raízes, no Corão e particularmente num conceito que corresponde a uma forma de exercício de poder paralela ao conceito de democracia da sociedade ocidental, trata-se do conceito de *Shura*¹¹³ que consiste na consulta recíproca entre governados e governantes. A *Shura* obtém uma vantagem notória perante a comunidade islâmica por ser um modelo gerado no seio do ethos islâmico e ser um dever religioso, ao contrário do modelo de democracia ocidental gerado e desenvolvido noutro contexto cultural, ideológico e religioso. Se para o Partido da Justiça e Desenvolvimento o modelo da consulta passou a ser uma referência mais remota, pelo menos devido à participação no modelo de monarquia constitucional vigente, para a Associação Justiça e Espiritualidade continua a ser um dos elementos do seu arsenal ideológico que visa a reformulação do regime marroquino.

2. As questões de segurança. As questões de segurança relacionadas com Marrocos envolvem muito mais que o território nacional marroquino. O território marroquino, tal como Barnett afirma, encontra-se na “linha da costura” que efectua a ligação entre os dois mundos. Dessa forma suscita da parte dos territórios contíguos a adopção de medidas preemptivas visando a segurança destes últimos.

Mas existem em Marrocos ameaças que se constituem como problemas de segurança relevantes? A resposta a esta questão é afirmativa, existem de facto ameaças que se constituem como problemas de segurança relevantes do ponto de visto regional.

¹¹³ *Shura* é uma palavra árabe que significa consulta e é referida no Corão como o dever de obtenção de legitimidade e orientação entre governantes e governados. Conforme MACÍAS AMORETTI, Juan António - *Movimento Islamista y Democracia em Marruecos. Una aproximación al desarrollo sociopolítico e ideológico del islamismo marroquí contemporáneo*, (online), Altafulla, FIMAM, 2008, p. 117. [consult. 14/11/2011] Disponível em: <http://www.fimam.org/d.htm>

Segundo o enquadramento conceptual proposto por António Horta Fernandes e João Vieira Borges em que “*Só se está seguro quando se alcançam os objectivos almejados e não apenas quando se assegura a sobrevivência.*”¹¹⁴ e sabendo que “*...toda a segurança é colectiva...*”¹¹⁵, considerando que “*A ameaça é assim sempre um acto ofensivo, uma antecâmara da agressão, portanto uma realidade estratégica sem ser ainda guerra*”¹¹⁶ e realçando que estes autores tem o cuidado de separar os conceitos de ameaça e de risco, atribuindo a este último um carácter inesperado e desestruturante, desprovido de intencionalidade¹¹⁷, mas retirando-lhe a possibilidade de ser considerado “*uma ameaça difusa ou latente*”¹¹⁸. A perspectiva do conceito de segurança na actualidade, onde os fenómenos simultâneos de globalização e individualização estão presentes, resulta da adequação do conceito já apresentado às premissas de segurança societal e segurança humana propugnados pelas Nações Unidas no estruturante documento publicado em 2004 denominado “*A more secure world: Our shared responsibility*”¹¹⁹ e conforme Barry Buzan, Ole Waever e Proença Garcia¹²⁰ tendo como base a transição do enfoque na protecção de interesses vitais para o enfoque no indivíduo e na sociedade, considerando o desenvolvimento e salvaguarda de ambos.

Como contributo para a sustentação da resposta avançada procederemos a uma enumeração, não exaustiva relativamente às ameaças, considerando factos objectivos totalmente identificados, situações potenciais que pela sua natureza poderão constituir-se como ameaças de facto, levando em consideração que existem factores específicos

¹¹⁴ FERNANDES, António Horta; BORGES, João Vieira – *Enquadramento Conceptual* in José Freire Nogueira, Coord., *Pensar a Segurança e Defesa*, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2005, p. 77.

¹¹⁵ FERNANDES, op. cit., p. 79.

¹¹⁶ FERNANDES, op. cit., p. 79.

¹¹⁷ FERNANDES, op. cit., p. 75.

¹¹⁸ FERNANDES, op. cit., p. 73.

¹¹⁹ United Nations - *A more secure world: Our shared responsibility report of the Secretary-General's High level panel on Threats, Challenges and Change*. 2004. [consult. 14/11/2010] Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>

¹²⁰ GARCIA, Francisco Proença – *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo* in *Negócios Estrangeiros*, Instituto Diplomático, Março de 2006, nº 9.1, p. 342.

que influenciam as questões de segurança onde incluiremos aspectos de natureza geográfica, demográfica e da própria política interna do Reino de Marrocos.

A percepção de ameaça do desenvolvimento do radicalismo islâmico, por parte dos países que Barnett insere no *núcleo empreendedor* e por parte dos próprios poderes instituídos nos estados de maioria religiosa muçulmana, antecede os catastróficos atentados de 11 de Setembro de 2001, mas são estes acontecimentos que a inscrevem como prioridade absoluta na agenda de segurança mundial.

Os perpetradores destes ataques seguem uma linha ideológica já anteriormente identificada como anti-ocidental e que considera ilegítimos os governos de modelo ocidental de estados islâmicos. João Marques de Almeida apresenta desta forma o seu comportamento anti-ocidental “*Para os radicais islâmicos, o que o Ocidente considera virtudes políticas, são exemplos de corrupção política e decadência social. Por outras palavras, é um “Mal” que se deve combater.*”¹²¹ O mesmo autor aborda a exploração do ressentimento por parte dos movimentos radicais islâmicos apresentando como origem para a existência do ressentimento do mundo islâmico, a ocupação colonial, a imposição dos valores liberais democráticos sem levar em conta a história, religião e cultura dos destinatários e em constante contradição com as práticas dos próprios países que as “exportam”, as frequentes intervenções militares e ainda o apoio político social e económico a regimes autoritários e impopulares¹²².

Com base neste descontentamento e ressentimento surgiu apoio para o combate à sua origem. Este tipo de ameaça já produziu efeitos no território de Marrocos, comprovada pela ocorrência dos atentados de 2003 em Casablanca e integrou elementos de nacionalidade marroquina nos atentados de 2004 na estação de caminhos-de-ferro de Atocha em Madrid. Outros incidentes de gravidade e repercussão variável foram registados consubstanciando a existência de ameaça terrorista em Marrocos. Esta ameaça é particularmente relevante devido aos factores específicos que se reúnem no Reino de Marrocos que por um lado podem contribuir para o apoio ao desenvolvimento da actividade terrorista e por outro permitem obter maiores efeitos na sua prática.

¹²¹ ALMEIDA, João Marques de - *O Choque das Civilizações e o 11 de Setembro*, IPRI, Lisboa. [consult. 14/11/2011] Disponível em: <http://ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=31>

¹²² ALMEIDA, op. cit.

A população marroquina é maioritariamente jovem, cerca de 47% tem menos de 25 anos, dentro desta população são os jovens entre os 15 e 24 anos que tem mais dificuldade em obter emprego contando com 21,9%¹²³ de desempregados, são também as gerações mais qualificadas e que conseqüentemente mais expectativas teriam. Muitos destes jovens cresceram em bairros, muito precários, construídos ao redor das principais cidades pela população rural que na década de 1980 iniciou uma migração de grande escala para as zonas urbanas. Trata-se de filhos de camponeses citadinos, apropriamo-nos aqui da ruralização da cidade¹²⁴ utilizada por Beatriz Tomé Alonso e originalmente apresentada por Bichara Kader, que em 1995 a este propósito afirmou “*é a ruralização das cidades o que constitui o fenómeno sociológico mais impressionante. Com efeito, o êxodo rural não somente colide com a cidade e faz colapsar o antigo modelo urbano que estabelecia uma harmonia entre a sociedade e o seu espaço, como também faz com que a cidade perca todo o seu carácter simbólico a que correspondiam numerosos valores económicos, sociais e culturais, incrementa a indefinição urbana reveladora das dificuldades que os poderes existentes tem em controlar este lugar estratégico, debilita mesmo o conceito de cidadania e agudiza os fenómenos de segmentação*” (tradução nossa)¹²⁵. No novo espaço urbano estas populações descaracterizaram-se e as fortes ligações originais de apoio recíproco esbatem-se num cenário competitivo. Os jovens crescem entregues a si mesmos ou a quem deles cuide, tendo como referências modelos distantes que lhes trazem insatisfação. Essa insatisfação é agravada com a

¹²³ [Consult. 28-12-2011] Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mo.html>

¹²⁴ ALONSO, Beatriz Tomé - *El Islam político en Marruecos. dos estrategias enfrentadas: participación institucional frente a oposición desde fuera* in UNISCI Discussion Papers, Universidade Complutense de Madrid, Número 19, Janeiro, 2009, p. 190 [consult. 17/01/2010]. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/767/76711407011.pdf>

¹²⁵ “es la ruralización de las ciudades lo que constituye el fenómeno sociológico más impresionante. En efecto, el êxodo rural no solamente conmueve a la ciudad y hace estallar el antiguo modelo urbano que establecía una real armonía entre la sociedad y su espacio, sino que hace perder a la ciudad todo su carácter simbólico al que correspondían numerosos valores económicos, sociales y culturales, incrementa la indefinición urbana reveladora de las dificultades de los poderes existentes para controlar este lugar estratégico, debilita el concepto mismo de ciudadanía y agudiza los fenómenos de segmentación.” Bichara Khader citado em LACOMBA, Joan Antonio – *Emergencia del Islamismo en el Magrebe : Las Raíces Sociopolíticas de Los Movimientos Islamistas*, Ed. Los Libros de la Catarata, Barcelona, 2000, p. 68. [consult. 17/01/2010]. Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=3B37KUFAA8UC&pg=PA75&lpg=PA75&dq=Emergencia+del+islamismo+en+el+Magreb,+Barcelona&source=bl&ots=wru0YUDnfx&sig=64uAaSOikqxfsrZ5DaJFTIR0Gwg&hl=pt-PT&sa=X&ei=L4gJT-S6F4W1hAeB3lidCQ&ved=0CB0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false>

incapacidade para partilhar da prosperidade económica das elites e com a exclusão no acesso ao poder das instituições do estado¹²⁶. A insatisfação e a exclusão proporcionam campo fértil para quem proponha alterações à ordem vigente, pois esta parte da população que não tem acesso à participação nas estruturas de poder, com o qual têm que conviver e que assiste ao sucesso das elites está disponível para desenvolver processos de reacção ao sistema vigente.

A posição geográfica do território do Reino de Marrocos constitui outro dos factores específicos que influenciam e potenciam a ameaça terrorista. A costa setentrional de Marrocos encontra-se a escassa distância da costa sul de Espanha, esta proximidade não só facilita a perpetração de actos terroristas, visando populações e alvos situados no continente europeu, como o trânsito de pessoas e equipamentos para envolvimento distante, no tempo e no espaço. O estreito de Gibraltar é um dos pontos de maior intensidade de passagem de tráfego marítimo do mundo e a manutenção da liberdade de navegação nesta importante SLOC “*Sea Lane of Communication*” é vital para o funcionamento da economia mundial. Neste *choke point* transitam diariamente milhares de toneladas de combustíveis, de matéria primas e de bens manufacturados, todos os anos mais de 80.000¹²⁷ navios cruzam o estreito de Gibraltar. Este significativo número ganha maior expressão quando se estima que 80% do transporte de mercadorias no mundo se realiza por mar, alguns autores apontam para mais de 90% se medido em volume e dimensão¹²⁸. Desde os ataques terroristas realizados a dois navios, um norte-americano e outro de bandeira francesa, a *North Atlantic Treaty Organization* NATO realizou desde 2001¹²⁹ missões de protecção ao tráfego marítimo e à livre circulação de navios, reconhecendo que em Gibraltar ao impacto dos denominados “*choke points*” está associada a vulnerabilidade dos estreitos, a proximidade dos navios e, no caso específico de Marrocos, a ausência de barreiras naturais, ao invés do que sucede noutros

¹²⁶ ALONSO, Beatriz Tomé - *El Islam político en Marruecos. dos estrategias enfrentadas: participación institucional frente a oposición desde fuera* in UNISCI Discussion Papers, Universidade Complutense de Madrid, Número 19, Janeiro, 2009, p. 190 [consult. 17/01/2010]. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/767/76711407011.pdf>

¹²⁷ [consult. 12/01/2012]. Disponível em: <http://www.aferry.com/gibraltar-ferry.htm>

¹²⁸ CARVALHO, Pedro - *O PODER MARÍTIMO* in Cadernos Navais, Jornadas do Mar, 2006, p. 37. [Consult. em 12/01/2012]. Disponível em: <http://jornadasdomar.marinha.pt/PT/trabalhos/Documents/2006/Cad1.pdf>

¹²⁹ [Consult. em 12/01/2012]. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_7932.htm

“choke points” como seja o Panamá, onde a densa selva cria dificuldade de acesso ao canal¹³⁰.

A “Operação Active Endeavour”, que ainda decorre, é uma das oito medidas tomadas pela NATO em apoio dos Estados Unidos ao abrigo do artigo 5º, a cláusula de defesa colectiva do Tratado de Washington, sendo a primeira vez na história que é iniciada uma operação com base neste conceito. A opção tomada foi a de proteger o tráfego marítimo no Mediterrâneo de forma a impedir ataques com e contra navios, como tinham acontecido em 2000 contra o vaso de guerra norte-americano USS Cole e em 2002, contra o petroleiro francês Linburg. O conceito operacional da Active Endeavour foi sofrendo ajustamentos e presentemente envolve países que não são membros da NATO que contribuem com apoio às operações, encontrando-se Marrocos entre eles.

Mas a influência da posição geográfica ocupada por Marrocos não se faz sentir exclusivamente a norte. A sul, o Saara Ocidental reclamado pela coroa marroquina está junto da linha denominada de Sahel. O Sahel é a extensa zona de “cintura” do norte de África e atravessa o continente inteiro fazendo a transição entre o deserto e as terras mais temperadas sendo maioritariamente constituído por zonas senão ainda desérticas, inhóspitas. Nestas áreas remotas onde a presença humana é escassa regista-se movimento de grupos armados ligados a movimentos terroristas e ocorreram vários sequestros de cidadãos ocidentais.¹³¹

Do ponto de vista da política externa e de defesa, Marrocos tem pontuado a sua actuação entre o alinhamento com as democracias ocidentais, nomeadamente os Estados-Unidos, França e Grã-Bretanha, e a solidariedade com a causa palestiniana e com os estados árabes, particularmente com as monarquias do golfo. Tendo mesmo prometido contribuir com tropas na guerra israelo-árabe de 1967, onde pela rapidez do curso da acção acabaram por não participar. Já em 1973 tropas marroquinas

¹³⁰ WEITZ, Rockford - *Strategic Oceanic Chokepoints: Are They Still Important?*, 2000.

[Consult. 12/01/2012]. Disponível em:

http://fletcher.tufts.edu/Maritime/~media/Fletcher/Microsites/Maritime/pdfs/Oceanic_Chokepoints.a shx

¹³¹ DEIROS, Trinidad – *el terrorismo convierte el Sahel en una fábrica de secuestros* in *Jornal Público.es*, MADRID, 24/08/2010, [Consult. 12/01/2012]. Disponível em:

<http://www.publico.es/internacional/333420/el-terrorismo-convierte-el-sahel-en-una-fabrica-de-secuestros>

combateram nos montes Golan e na primeira guerra do golfo Marrocos fez parte da coligação contra o Iraque de Saddam Hussein embora tendo como objectivo primário a defesa do território da Arábia-Saudita¹³² ainda que sob forte contestação popular.

O alinhamento com a causa palestiniana nunca impediu o governo de Marrocos e o seu rei de albergarem uma próspera comunidade judaica que já contou com a presença dos seus membros nos mais elevados cargos da nação, especificamente um ministro e durante a guerra dos 6 dias o cargo de secretário do ministro da Defesa também foi ocupado por um membro da comunidade judaica¹³³. A par da boa convivência com a comunidade judaica residente em Marrocos, as relações ao mais alto nível com o estado Israelita contaram com significativa disponibilidade de Marrocos para a intermediação nos conflitos israelo-árabes tendo sido registadas as visitas secretas de altos representantes do governo israelita, em 1976 e 1977, nomeadamente o primeiro-ministro Yitzhak Rabin e Moshe Dayan¹³⁴. Este papel de mediação começou a ser explorado por Hassan II após a segunda guerra israelo-árabe, pois Marrocos detém um distanciamento físico das zonas em conflito que lhe permite protagonizar intervenções de mediação com menores riscos de envolvimento directo, que poderiam advir fundamentalmente das ligações religiosas. Marrocos mantém uma relação histórica com os Estados Unidos que têm sabido socorrer-se do papel mediador que o reino do norte de África pode desenvolver. No entanto, no período que se seguiu ao fim da guerra-fria e colapso da União Soviética, o interesse norte-americano pelo Reino de Marrocos diminuiu substancial mas temporariamente. A agenda internacional estava em redefinição e o papel dos estados africanos e em particular dos magrebinos voltaria a ser relevante pelas piores razões, uma vez que a ameaça radical islâmica na Argélia e os desenvolvimentos do terrorismo internacional com raízes religiosas trouxeram estes estados para a acção central. A administração norte-americana, que reformulou a sua estrutura de comando e controlo militar, consitiuiu em 2007 um comando unificado denominado *United States Africa Command*, cuja missão seguidamente reproduzimos: “*Africa Command protege e defende os interesses de segurança nacional dos Estados-Unidos através do fortalecimento das capacidades de defesa dos Estados Africanos e*

¹³² PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003, p. 181.

¹³³ PENNEL, op. cit., p. 165.

¹³⁴ PENNEL, op. cit., p. 181.

organizações regionais e, quando ordenado, conduz operações militares, para sustentar e derrotar ameaças transnacionais e para prover um clima de segurança que seja favorável à boa governança e ao desenvolvimento.” (tradução nossa)¹³⁵ Na missão estão presentes as preocupações com a constituição de um espaço de segurança baseado no desenvolvimento dos estados envolvidos e nos objectivos estratégicos para o teatro africano são expressas da seguinte forma:

“Assegurar que a rede al-Qaida e extremistas violentos associados não atacam os Estados Unidos;

Manter assegurados o acesso e liberdade de movimento pela área de responsabilidade;

Assistir os estados Africanos e as organizações regionais no desenvolvimento da vontade, dos recursos e da capacidade para combater as ameaças transnacionais tais como o terrorismo, a pirataria, e o tráfico ilícito de armas, pessoas e narcóticos;

Assistir os estados Africanos e as organizações regionais no desenvolvimento da capacidade para executar operações de paz ao nível continental de forma efectiva e na resposta a crises, e;

Encorajando os militares africanos a operar sob autoridade civil, respeitando o primado do direito, cumprindo as normas internacionais de direitos humanos e contribuindo para a estabilidade dos respectivos estados.” (tradução nossa)¹³⁶

¹³⁵ “Africa Command protects and defends the national security interests of the United States by strengthening the defense capabilities of African states and regional organizations and, when directed, conducts military operations, in order to deter and defeat transnational threats and to provide a security environment conducive to good governance and development. “ Consultado em 30/12/2011 disponível em : <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1644>

¹³⁶ “Ensure that the al-Qaida networks and associated violent extremists do not attack the United States; Maintain assured access and freedom of movement throughout our AOR; Assist African states and regional organizations in developing the will, capability, and capacity to combat transnational threats such as terrorism, piracy, and the illicit trafficking of weapons, people, and narcotics; Assist African states and regional organizations in developing the capacity to execute effective continental peace operations and to respond to crises, and; Encourage African militaries to operate under civilian authority, respect the rule of law, abide by international human rights norms, and contribute to stability in their respective states.” Consultado em 30/12/2011 disponível em : <http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1644>

III – AS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E MARROCOS.

1. A Política Externa da União Europeia. A evolução da política externa da União Europeia resultou do crescimento e evolução não só da própria UE, mas também das alterações surgidas no sistema internacional. Durante o processo de construção europeia o sistema internacional altera-se substancialmente, na composição e na estrutura, conduzindo à assumpção por parte da UE de novas responsabilidades no seu seio e à percepção da importância crescente, senão vital, do equilíbrio económico e social no relacionamento com as regiões limítrofes. Sendo o relacionamento com as regiões limítrofes fulcral na presente dissertação importa referir que esse processo é catalisado pelo desenvolvimento tecnológico e pela globalização.

O processo de construção europeia, iniciado num clima de incerteza e insegurança mas pondo de parte a hostilidade e desconfiança entre povos que se tinham digladiado na mais mortífera de todas as guerras, é sem dúvida uma das mais belas páginas da história mundial. Motivados por ideais de nível superior e certos das dificuldades da sua missão, personalidades como Jean Monnet, Robert Schuman, Konrad Adenauer, Paul-Henry Spaak e Alcide de Gasperi encetaram um projecto que suplantaria todas as suas melhores expectativas. Estes ilustres protagonistas tinham vivenciado situações muito difíceis devido à guerra de 1939-1945, ou aos anos que a antecederam, tendo sido impedidos de exercer a sua actividade profissional, passado por prisões e resistido ao nazismo. Conscientes que só medidas inovadoras, que introduzissem novos relacionamentos e interesses comuns aos povos, poderiam afastar de forma mais firme o espectro da guerra, fundam ou contribuem para a fundação da Comunidade Económica do Carvão e do Aço CECA, percussora da Comunidade Económica Europeia CEE e posteriormente da União Europeia.

A ideia de tornar o comércio e produção das matérias-primas mais importantes para as máquinas e esforço de guerra, respectivamente o carvão e o aço, dependentes de uma estrutura de gestão supranacional, revelou-se tão bem sucedida que motivou o alargamento deste conceito a outros sectores e áreas da actividade económica e social. Neste período inicial não se vislumbra qualquer esboço de política externa comum prevalecendo o papel dos estados neste domínio. No entanto, com a adesão de novos membros e com as sucessivas transformações dos tratados, que foram sendo expandidos à área social, a outros sectores da área económica e à justiça, começam a ser sentidas

necessidades na política externa senão comum pelo menos concertada. Com a complexificação das relações entre os estados-membros e com outros estados, surgem tensões e conflitos que exigem decisões onde o modelo de tomada de decisão baseado no consenso se tornou regra. O quadro de desenvolvimento da política externa no seio da UE irá originar a definição de procedimentos de grande alcance no relacionamento com os estados limítrofes.

2. O acordo de associação.¹³⁷ Foi assinado em 26 de Fevereiro de 1996, em Bruxelas, pelos 15 países membros da União Europeia e pelo Reino de Marrocos. É relevante notar que os quatro anos que separam a assinatura deste Acordo e a sua entrada em vigor, em Março de 2000, compreendem transformações significativas em qualquer dos contraentes. Ocorreu uma sucessão na monarquia marroquina, o acordo negociado no reinado de Hassan II entra em vigor já com Mohammed VI a reinar. Este novo rei, no seu discurso do trono, tinha declarado *”Estamos totalmente comprometidos com a monarquia constitucional, o multipartidarismo, o liberalismo económico, a política de regionalização e de descentralização, a edificação do estado de direito, a salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades individuais e colectivas, e com a manutenção da segurança e estabilidade para todos.”*¹³⁸ (tradução nossa), manifestando um preciso alinhamento com as grandes linhas de acção previstas no Acordo. Durante estes quatro anos, a União Europeia, que “vivia” o efeito Maastrich, também se transformou no aspecto normativo, económico e na própria dimensão. Em 1997, em Amesterdão, tinha sido elaborado um novo tratado da União Europeia que consolidou textos dos tratados anteriores e transformou as instituições. A par da execução de preparativos no âmbito da União Económica e Monetária, e embora a União ainda mantivesse os 15 estados-membros que assinaram o Acordo, decorrem neste período as negociações com 10 estados candidatos do leste europeu: Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e

¹³⁷ Anexo 5 ACORDO EURO-MEDITERRÂNICO que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino de Marrocos, por outro.

¹³⁸ *“Nous sommes extrêmement attaché à la monarchie constitutionnelle, au multipartisme, au libéralisme économique, à la politique de régionalisation et de décentralisation, à l’édification de l’Etat de droit, à la sauvegarde des droits de l’Homme et des libertés individuelles et collectives, et au maintien de la sécurité et de la stabilité pour tous”* in Discurso do trono, 30 de Julho de 1999.

[Consult. 14/01/2012] Disponível em : <http://www.maroc.ma/NR/exeres/E27E83A7-4EC5-4DDF-90E9%2021FD53362247>

Roménia; e ainda com os estados insulares de Chipre e Malta. Este enfoque no leste cuja motivação deriva da desagregação dos estados da esfera de domínio da extinta União Soviética e da existência de situação de guerra e grave instabilidade nos Balcãs tem como consequência uma diminuição da disponibilização da atenção e dos meios comunitários aos países da margem sul do Mediterrâneo.

O Acordo de Associação, assinado em 1996, substitui o Acordo de Cooperação entre a Comunidade Europeia e o Reino de Marrocos, bem como o Acordo entre os Estados-Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e o Reino de Marrocos, concluídos em Rabat, em 25 de Abril de 1976¹³⁹ que por sua vez sucedeu a outro acordo de associação assinado em 21 de Março de 1969. Este documento espelha os novos princípios de cooperação entre a União Europeia e os países da fachada sul do Mediterrâneo estabelecidos na conferência de Barcelona¹⁴⁰. Apresenta na sua parte inicial a motivação para a sua celebração, partindo de um reconhecimento dos importantes laços históricos e valores comuns, onde pontificam o respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas e dos Direitos do Homem, referindo as mudanças políticas e económicas e a partilha de responsabilidades na manutenção da estabilidade, da segurança e da prosperidade euro-mediterrânica. Observam-se dois grandes vectores de desenvolvimento do acordo, o económico, referido através do conceito de prosperidade euro-mediterrânica e o da estabilidade e segurança. Ainda na parte inicial novas considerações são feitas no respeitante à integração económica de Marrocos na economia mundial e à sua participação na comunidade de estados democráticos, reflectindo nos seus objectivos e no modo como serão alcançados as teses da escola liberal. No texto, do acordo propriamente dito, encontram-se dispostos no articulado inicial os objectivos e a declaração de respeito pelos princípios democráticos e dos direitos humanos como orientação permanente no seu desenvolvimento. Os objectivos apresentados são:

- Diálogo Político;
- Liberalização das trocas comerciais de bens, serviços e capitais;

¹³⁹ Texto do Acordo de Cooperação UE-Marrocos [Consult. 27-01-2012] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1978:264:0002:0034:FR:PDF>

¹⁴⁰ Anexo 6 Declaração de Barcelona.

- Desenvolver a prosperidade de Marrocos através do desenvolvimento de relações económicas e sociais;
- Incentivar a integração magrebina, favorecendo as trocas comerciais e a cooperação;
- Promover a cooperação nos domínios económico, social, cultural e financeiro.

Estes objectivos serão desenvolvidos ao longo do texto do Acordo em oito títulos de maior precisão. Embora alinhado com a declaração de Barcelona, que dá origem a um processo de natureza multilateral provido de instituições próprias, o Acordo de Associação é estabelecido entre a União Europeia por um lado e o Reino de Marrocos por outro, sendo por isso um acordo de génese bilateral realizado sob o enquadramento do processo de Barcelona. A Declaração resulta de uma conferência ministerial euro-mediterrânica, que envolveu para além dos 15 estados-membros da União Europeia, 12 participantes mediterrânicos: Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana, tendo sido convidadas a assistir à conferência a Liga dos Estados Árabes e a União do Magrebe Árabe (UMA), bem como a Mauritânia (na sua qualidade de membro da UMA).

Comparando o teor dos objectivos do Acordo com os da Declaração observa-se que relativamente ao exposto na declaração de Barcelona os aspectos de segurança descem de nível deixando de figurar nos objectivos principais. Os cinco grandes objectivos apresentados no Acordo derivam dos três componentes essenciais da declaração de Barcelona, apresentados no texto da declaração como parcerias, designadamente:

- A componente política e de segurança, cujo objectivo é a definição de um espaço comum de paz e de estabilidade.
- A componente económica e financeira, que deve permitir a construção de uma zona de prosperidade partilhada.
- A componente social, cultural e humana, que visa desenvolver os recursos humanos, favorecer a compreensão entre as culturas e os intercâmbios entre as sociedades civis.

Na declaração de Barcelona a segurança estava a par da parceria política, conforme o título “PARCERIA POLÍTICA E DE SEGURANÇA: DEFINIÇÃO DE UM ESPAÇO COMUM DE PAZ E ESTABILIDADE”¹⁴¹, que no Acordo de Associação é descrito por “DIÁLOGO POLÍTICO”¹⁴², transitando a segurança para o seu articulado. Esta mudança do enfoque na segurança está de acordo com a discussão entre os princípios da escola realista, que defende uma diminuição das possibilidades de cooperação quando estão envolvidos domínios chave para a afirmação internacional de um estado, como sejam a sua soberania e as questões de segurança. Como já referido¹⁴³, no debate entre Mearsheimer, Keohane e Martin sobre a possibilidade de realização de cooperação no âmbito da segurança, Mearsheimer considera a cooperação no que diz respeito à segurança muito improvável. No entanto, Keohane e Martin consideram que a cooperação é tão plausível no domínio da segurança como em qualquer área, socorrendo-se de uma das bases do raciocínio do próprio Mearsheimer, a propósito da sua não aplicação ao domínio da segurança, e tem que ver com a actuação dos Estados face à incerteza quanto às intenções dos outros Estados. Para Keohane e Martin essa incerteza leva os estados a cooperar, ao invés de limitar a cooperação, uma vez que esta se baseia na partilha de informação, que por sua vez permitirá conhecimento sobre as reais intenções dos outros actores com consequente diminuição da incerteza. Por outro lado, a geometria variável que o sistema internacional apresenta no pós guerra-fria altera a relação que os estados têm com os interesses e com a segurança nacionais. Na actualidade a segurança e os interesses de um estado raramente não ultrapassam as fronteiras nacionais surgindo dessa forma áreas de sobreposição de interesses, senão mesmo interesses partilhados.

Se no domínio da segurança existe uma atenuação de propósitos mais amplos, constantes da declaração de Barcelona, o mesmo não se verifica no segundo grande objectivo, poderemos mesmo afirmar que eles são amplificados. Na declaração de Barcelona o segundo título é “PARCERIA ECONÓMICA E FINANCEIRA: CRIAÇÃO DE UMA ZONA DE PROSPERIDADE PARTILHADAS”, que no acordo de associação está espelhado em 5 títulos reflectindo muito maior detalhe:

¹⁴¹ Ver Anexo 6.

¹⁴² Ver Anexo 5.

¹⁴³ Ver capítulo II.

- Livre Circulação de Mercadorias;
- Direito de Estabelecimento e Prestação de Serviços:
- Pagamentos, Capitais, Concorrência e outras disposições em matéria económica;
- Cooperação Económica;
- Cooperação Financeira.

O maior enfoque no desenvolvimento económico reflecte a percepção dominante na época, de que perante o crescimento da União Europeia a assimetria gerada suscitaria um desequilíbrio insustentável nos países do Norte de África e acabaria por perturbar o desenvolvimento europeu.

A Parceria nos domínios Social, Cultural e Humano: Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Promoção da compreensão entre Culturas e trocas entre as Sociedades Civas está espelhada no Acordo como Cooperação Social e Cultural, afigurando-se existir uma diminuição da maior amplitude proposta na Declaração.

Para procedermos ao estudo da evolução dos Objectivos constantes do acordo de Associação será utilizado um outro instrumento de referência, o Plano de Acção União Europeia-Marrocos. Este documento, aprovado em 24 de Outubro de 2005, tem como duplo objectivo o estabelecimento de medidas concretas tendo em vista o cumprimento das obrigações das partes enunciadas no Acordo Euro-Mediterrânico, de modo a que seja atingido um grau significativo de integração económica e um aprofundamento da cooperação política, segundo os objectivos gerais do Acordo. Será este o documento que servirá de guia na análise da evolução dos objectivos, sendo para o efeito considerados indicadores e literatura respeitantes a cada objectivo. Todos os objectivos serão analisados, contudo será dado maior relevo aos objectivos de natureza não fundamentalmente económica, embora reconheçamos a sua importância na promoção do desenvolvimento que é essencial para o estabelecimento de uma zona de paz e prosperidade.

O Plano de Acção¹⁴⁴ reflecte o novo contexto internacional, o amplo alargamento da União Europeia ocorrido em 2004, o instrumento de política externa da

¹⁴⁴ Anexo 7.

União Europeia, estabelecido em 2003, denominado Política Europeia de Vizinhança PEV e a prioridade que o governo de Marrocos atribuiu ao relacionamento com a União Europeia.

A PEV foi lançada para enquadrar as relações entre a União alargada em 2004 e os países vizinhos a leste e a sul, dando continuidade aos processos iniciados com compromissos recíprocos já existentes, como sejam os acordos de associação, mas projectando um grau de integração económica e de relacionamento político mais profundo.

*“O objectivo da Política Europeia de Vizinhança (PEV) é partilhar com os países vizinhos os benefícios do alargamento da UE em 2004 ou seja, estabilidade, segurança e bem-estar num quadro distinto da adesão à UE. Esta política tem por objectivo evitar novas linhas divisórias entre a União alargada e os seus vizinhos e conceder a estes últimos a possibilidade de participar em diversas actividades da UE mediante de uma estreita cooperação nos domínios político, económico e cultural, bem como em matéria de segurança.”*¹⁴⁵

Os objectivos da PEV começaram a ser desenhados em Março de 2003 com a comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu com o título “A Europa alargada – Vizinhança: um novo quadro para as relações com os vizinhos do Leste e do Sul da Europa”¹⁴⁶. O relator desta comunicação Chaves Gonzales refere que a parceria é indispensável porque *"as grandes diferenças económicas que existem dos dois lados de uma mesma fronteira não podem senão afectar a paz social de uma região e favorecer a imigração ilegal, o tráfico ilícito, o crime organizado e outros problemas colaterais"*.¹⁴⁷ Considerando ainda os países envolvidos na PEV parceiros

¹⁴⁵ Press release Após o alargamento, a Comissão dá um novo impulso à Política Europeia de Vizinhança [consult. 17/01/2011] disponível em:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/04/632&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>

¹⁴⁶ Texto da comunicação “A Europa alargada – Vizinhança: um novo quadro para as relações com os vizinhos do Leste e do Sul da Europa” [consult. 17/01/2011] disponível em:

http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com03_104_fr.pdf

¹⁴⁷ Press release Europa alargada - Relações com os países vizinhos do Leste e do Sul "Partilhar tudo com a União, excepto as instituições" [consult. 22/01/2011] disponível em:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=COR/03/94&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>

essenciais para a União Europeia, porque para além de contribuírem para o crescimento económico e desenvolvimento do comércio externo, irão "*garantir a estabilidade política e o Estado de Direito num espaço alargado e para favorecer os intercâmbios de capital humano, de ideias, de saberes e de culturas. É preciso fazer frente em conjunto às ameaças mais importantes: O terrorismo, o crime, a imigração ilegal e os desafios ambientais*"¹⁴⁸. Ainda no contexto da Comunicação da Comissão, Chaves Gonzales afirma que no âmbito desta nova proposta os países vizinhos poderão partilhar tudo com a União, excepto as instituições, obtendo acesso ao denominado "*acquis communautaire*"¹⁴⁹.

A Comunicação de Março de 2003 deu origem, em Maio de 2004, a um Documento de Estratégia da Comissão, intitulado "Política Europeia de Vizinhança",¹⁵⁰ no qual são vertidas as propostas da Comunicação e onde é definido o novo Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria¹⁵¹ IEVP, que será instituído em Outubro de 2006 pelo Regulamento (CE) N.º 1638/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, para vigorar entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013. Este novo instrumento visa regular a actividade desenvolvida pelo Banco Europeu de Investimento no apoio financeiro a projectos dos países vizinhos do Leste e do Sul da Europa e com a sua entrada em vigor são revogados vários regulamentos que tratavam de anteriores instrumentos de financiamento. No que diz respeito à região do Mediterrâneo são revogados: o Regulamento (CEE) n.º 1762/92 do Conselho, de 29 de Junho de 1992, relativo à aplicação dos protocolos de cooperação financeira e técnica celebrados pela

¹⁴⁸ Press release Europa alargada - Relações com os países vizinhos do Leste e do Sul "Partilhar tudo com a União, excepto as instituições" [consult. 22/01/2011] disponível em:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=COR/03/94&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>

¹⁴⁹ "Acervo comunitário" excepção à regra de tradução devido ao peso conotativo que a expressão detém. "... para além do direito comunitário propriamente dito, o acervo comunitário é constituído por todos os actos adoptados no âmbito do segundo e terceiro pilares da União, assim como por todos os objectivos fixados pelos Tratados." Glossário - [consult. 23/01/2011] disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/community_acquis_pt.htm

¹⁵⁰ Comissão das Comunidades Europeias – Política Europeia de Vizinhança - documento de orientação [consult. 22/01/2011] disponível em:

http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/strategy/strategy_paper_fr.pdf

¹⁵¹ REGULAMENTO (CE) N.º 1638/2006 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO [consult. 22/01/2011] disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/oj_l310_pt.pdf

Comunidade com os países terceiros mediterrânicos e o regulamento (CE) n.º 1488/96 do Conselho, de 23 de Julho de 1996, relativo às medidas financeiras e técnicas de apoio à reforma das estruturas económicas e sociais no âmbito da Parceria Euro-Mediterrânica denominado programa MEDA¹⁵².

A Parceria Euro-Mediterrânica é o instrumento político que emerge da Declaração de Barcelona e o programa MEDA funcionou como instrumento financeiro até ao estabelecimento do IEVP. Barcelona marca uma nova abordagem nos termos da ajuda aos países da fachada sul do Mediterrâneo, referindo pela primeira vez a necessidade de salvaguarda de Direitos Humanos, tornando os mecanismos de ajuda condicionais e com desenvolvimento paralelo relativamente à evolução positiva dos direitos humanos, liberdades fundamentais e princípios democráticos¹⁵³. Os acordos de associação celebrados no âmbito da Declaração e o programa MEDA reflectem essa condicionalidade. Na figura 7 está representada graficamente a evolução do contexto político na UE e dos instrumentos de cooperação. Registe-se que a mudança de instrumentos normativos e a evolução da própria União Europeia não originaram substanciais mudanças nos próprios instrumentos de cooperação, que foram sempre centrados na actuação em três grandes áreas:

- Política e Segurança;
- Económica e Financeira;
- Social, Cultural e Humana.

¹⁵² MEDA é o acrónimo que representa as *medidas financeiras e técnicas de apoio à reforma das estruturas económicas e sociais no âmbito da parceria euro-mediterrânica*, conforme o disposto no código de redacção interinstitucional.

[consult. 27/01/2011] disponível em: <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000400.htm#im>

¹⁵³ BARAKA, Nikar – *El apoyo europeo a las reformas: clave del éxito de la transición en Marruecos in Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona*, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007, p. 21.

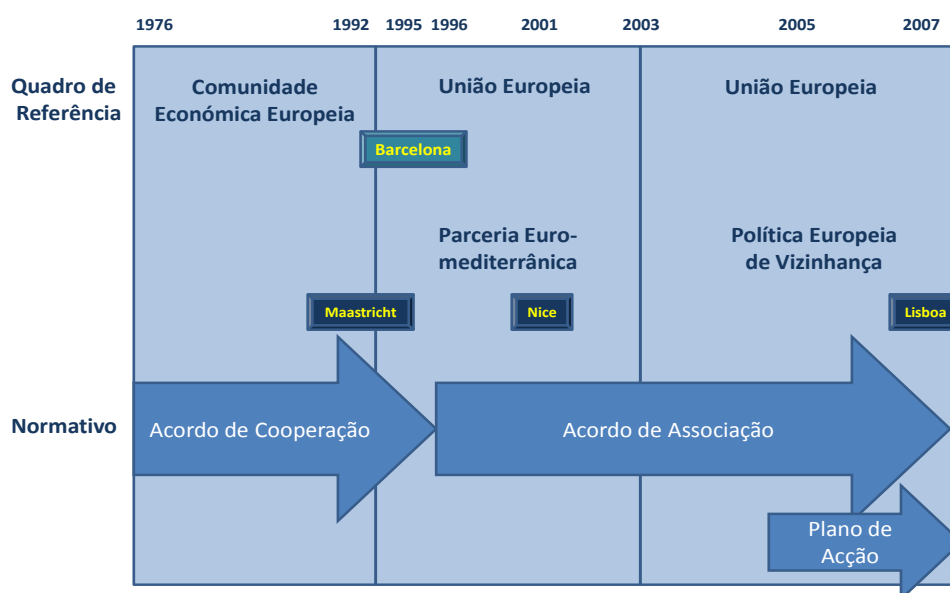


Figura 7 – A União Europeia e os instrumentos de cooperação com Marrocos.
Fonte: Elaboração própria.

A principal alteração no quadro de referência no período em análise ocorre em 2003, quando as iniciativas já descritas conduziram ao estabelecimento da PEV que, na sua génese, tem como objectivo a obtenção de segurança, estabilidade e prosperidade no espaço europeu e é baseada na adesão dos países vizinhos aos valores democráticos, no respeito dos direitos humanos e do estado de direito. A execução da PEV é efectuada através do estabelecimento de instrumentos bilaterais, acordos de associação e respectivos planos de acção, radicados no quadro de objectivos estabelecidos no seio da PEV. É igualmente em 2003 que o Acordo de Associação ganha maior expressão com a Decisão n.º 1/2003 do Conselho de Associação UE-Marrocos¹⁵⁴ que institui 6 subcomités dependentes do comité de Associação previsto no artigo 81º do Acordo. Os subcomités criados em 2003 são:

- Mercado interno;
- Indústria, comércio e serviços;

¹⁵⁴ Conselho de Associação UE-Marrocos - Decisão n.º 1/2003 [consult. 27/01/2011] disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?val=284422:cs&lang=pt&list=284422:cs,278272:cs,259258:cs,241789:cs,235961:cs,241391:cs,&pos=1&page=3&nbl=26&pgs=10&hwords=Conselho de Associação~MARROCOS~&checktexte=checkbox&visu=#texte>

- Transporte, ambiente e energia;
- Investigação e inovação;
- Agricultura e pesca;
- Justiça e segurança.

Estes subcomités passaram a coexistir com o comité de Cooperação Aduaneira, com o de Diálogo Económico e ainda com o grupo de trabalho sobre a migração e os assuntos sociais instituídos com o próprio acordo, no caso dos dois primeiros¹⁵⁵, ou criado por decisão anterior do conselho da associação no caso do grupo de trabalho. Com estes seis novos subcomités ficou coberta a quase totalidade das áreas do acordo, uma vez que a área de direitos humanos e democracia só em 2006, já em pleno funcionamento da PEV e no quadro do Plano de Acção, viria a dispor de um subcomité especializado.

O Plano de Acção de UE/Marrocos reconfigura o âmbito e detalha as acções a levar a cabo no seio da cooperação entre a UE e Marrocos, contemplando para o efeito acções prioritárias e acções de fundo. As acções designadas prioritárias desenvolvem-se em todas as áreas do acordo e dizem respeito a: Direitos Humanos, Política Externa e de Segurança Comum PESC, Política Europeia de Segurança e Defesa PESD, luta contra o Terrorismo, liberalização de trocas no domínio dos serviços, investimento directo estrangeiro e crescimento económico, política social visando a criação de emprego e a diminuição da pobreza e da precariedade.

As acções de fundo previstas no Plano são:

- Cooperação e reforma política;
- Reforma económica e social;
- Questões ligadas ao comércio, ao mercado e à reforma do quadro regulamentar;

¹⁵⁵ Embora previsto no texto do acordo de associação, nomeadamente no seu artigo 40º, só em Novembro de 2008 por decisão do Conselho da Associação será concretizada a criação do comité de cooperação aduaneira. Conselho de Associação UE-Marrocos - Decisão n.º 1/2008.

[consult. 28/01/2011] disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?val=486547:cs&lang=pt&list=486547:cs,&pos=1&page=1&nbl=1&pgs=10&hwords=&checktexte=checkbox&visu=#texte>

- Cooperação em matéria de justiça e assuntos internos;
- Transportes, energia, sociedade da informação, ambiente e ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento;
- Contactos entre os povos.

Na sua maioria as acções previstas desenvolvem-se no plano económico. No texto do Plano de Acção é vertido o enfoque na integração económica expressa na PEV que é norteadada pelo objectivo de aprofundar as relações políticas proporcionando um elevado grau de integração económica, através de uma inclusão progressiva no mercado interno da União. Esta referência ao mercado interno constitui-se como um apelo e prémio para os países vizinhos.

No período em análise, Marrocos é o país a norte do Saara que mais meios financeiros obtém junto da UE. Entre 2000 e 2009 são pagas, através de instrumentos europeus de ajuda externa, despesas que ascendem a mais de 1.680 milhões de euros. Trata-se de uma década de relações económicas crescentes, não só no domínio da ajuda externa mas igualmente na exportação de produtos marroquinos para a UE.

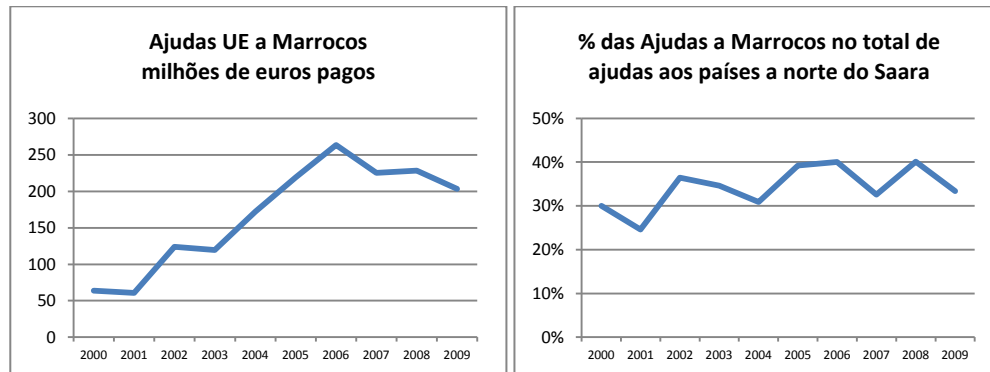


Figura 8 – Ajudas da UE a Marrocos e Percentagem das Ajudas a Marrocos no total das ajudas aos países a norte do Saara. Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios anuais sobre a Política de Desenvolvimento da Comunidade Europeia e a Implementação da Ajuda Externa.

A cooperação e a reforma política derivam do objectivo Diálogo Político, especificado no acordo de associação, que tem por finalidade fortalecer os laços entre as partes e assegurar a prosperidade, estabilidade e segurança. Este objectivo prevê a realização de contactos periódicos a nível ministerial sendo integrado nas acções do Conselho de Associação, reuniões de informação regulares e a realização de consultas em reuniões internacionais, como forma de garantir um amplo diálogo que permita levar

em conta os interesses de cada uma das partes e desenvolver iniciativas comuns, contribuindo para a segurança e estabilidade na região.

No item cooperação e reforma política estão inscritos sub-itens que compreendem uma vasta esfera de acções, sendo esses sub-itens:

- Democracia e estado de direito;
- Direitos do Homem e liberdades fundamentais;
- Direitos sociais fundamentais e normas laborais básicas;
- Questões regionais e internacionais, cooperação nas áreas de relações externas e de segurança, prevenção de conflitos e gestão de crises;
- Cooperação e Iniciativas Regionais.

Os sub-itens cooperação e iniciativas regionais, direitos sociais fundamentais e normas laborais básicas, pelo tipo de acções e medidas que os integram estarem directamente relacionadas ou mesmo incluídas noutros sub-itens não serão analisados detalhadamente.

No respeitante ao sub-item democracia e estado de direito, o plano de acção inclui objectivos a alcançar ou executar a curto e médio prazo que contribuem para consolidar os órgãos administrativos e para assegurar o fortalecimento da prática democrática e do estado de direito, embora sem mensurar o entendimento de curto e médio prazo. No curto prazo considera:

- Troca de experiências e conhecimento no contexto dos desenvolvimentos regulamentares relacionados com os partidos políticos;
- Reforçar as capacidades da Administração, especialmente através do apoio à implementação da Lei sobre a motivação formal de actos administrativos do governo, autoridades locais e instituições públicas;
- Prosseguir os esforços para descentralizar e trabalhar para melhorar as competências das comunidades locais através do apoio à nova Carta de Planeamento Regional.

Regista-se uma significativa assimetria nas medidas propostas para curto prazo, quanto à especificidade e âmbito. A segunda medida é muito objectiva e concretiza-se através do apoio à implementação de uma lei, enquanto a primeira e a terceira medidas são imprecisas, quanto à forma como se procede à “troca de experiências e

conhecimento” no quadro regulamentar dos partidos políticos e quanto ao mecanismo de desenvolvimento de esforços e trabalhos para apoio à nova Carta de Planeamento Regional. Ficam em aberto e por definir acções de concretização de medidas inscritas no curto prazo. A imprecisão na especificação, quer de meios, quer de procedimentos, permite a condução das acções de acordo com a agenda do estado parceiro, num domínio tão relevante como é a democracia e o estado de direito.

Mas no médio prazo a situação não é melhor. Ainda no âmbito da consolidação dos órgãos administrativos e fortalecimento da prática democrática e do estado de direito está inscrita uma medida visando garantir a implementação da reforma da administração local. Mais uma vez, não é especificado nem como é efectuada essa medida, nem que meios lhe são atribuídos. Ainda no âmbito do sub-item democracia e estado de direito para facilitar o acesso à justiça e a direitos consagrados estão inscritos objectivos de médio prazo no domínio da Justiça visando a simplificação dos procedimentos judiciais, melhorando a assistência judiciária, diminuindo a duração de processos e julgamentos. No domínio do novo código da família apoiar as secções especializadas criadas nos tribunais de primeira instância de forma a melhorar a implementação das novas disposições, apoiar os tribunais de menores na implementação das reformas previstas no novo código de procedimento penal, prosseguir o plano nacional de modernização da administração penitenciária promovendo a salvaguarda de direitos dos presos e a sua formação e reinserção, apoiar a formação de magistrados e pessoal judiciário e continuar o programa MEDA de modernização das jurisdições de Marrocos.

Os objectivos inscritos nesta medida, ao invés dos especificados no âmbito da primeira medida, são mais detalhados e convergem para a transformação do panorama da Justiça no Reino de Marrocos. A proposta de profunda transformação colide com interesses instituídos na esfera do poder secular e religioso e com as práticas assimiladas pelos protagonistas do sistema policial, judicial e penitenciário. Com efeito é muito relevante o papel das instituições religiosas islâmicas em Marrocos e o seu poder efectivo é colocado em causa pela adopção de algumas destas medidas, nomeadamente com as relacionadas com o código da família, uma vez que no artigo 19º da constituição¹⁵⁶ está atribuída ao rei a responsabilidade de velar pelo respeito pelo Islão e

¹⁵⁶ Artigo 19º da constituição de 1996 cf. Anexo 1.

pela Constituição. A colocação do domínio religioso a par do da constituição, ou mesmo na precedência que se observa, revela uma hierarquia que detém significado próprio, particularmente por se verificar num estado cuja constituição afirma *a priori* ser um estado muçulmano¹⁵⁷, ficando desta forma o papel da religião naturalmente vincado, e ainda pelas características holísticas da religião islâmica. No respeitante aos vários protagonistas da Justiça é significativo referir que foram formatados por um longo período de instrumentalização da sua acção, enquanto elementos de salvaguarda do regime, e pelo processo proposto são sujeitos a uma transformação que suscita resistências pela retirada de poder particular e pela transformação do seu papel.

As medidas inscritas no âmbito do sub-item democracia e estado de direito incluem ainda uma medida de natureza diferente das primeiras, que visam promover e melhorar, enquanto a terceira visa a erradicação da corrupção, trata-se de uma medida visando a supressão enquanto as duas anteriores visavam a promoção.

A erradicação da corrupção é porventura uma das mais amplas acções previstas no plano por se tratar de uma medida que lida com um facto social, que independentemente do seu sucesso tem repercussões nos vários domínios da sociedade marroquina e na execução do plano de acção. A corrupção em Marrocos foi agregada ao próprio *mahkzen* envolvendo a esfera pública e privada, o domínio político, económico e social. Séculos de práticas clientelares e exercícios de poder com permanente adopção de acções coercivas contribuíram para inculcar na sociedade marroquina a presença da corrupção. Para levar a cabo esta erradicação estão previstas no plano as seguintes medidas de curto prazo:

- Prosseguimento das conclusões do subcomité Justiça e Segurança;
- Troca de informação sobre as legislações respectivas e sobre os instrumentos internacionais;
- Assistência à implementação de medidas no âmbito da Convenção das Nações Unidas; cooperação internacional.

E a médio prazo fortalecer e apoiar a implementação da estratégia nacional anti-corrupção, incluindo a formação e especialização de serviços anti-corrupção, a elaboração de um código de conduta e de campanhas de consciencialização pública.

¹⁵⁷ Preâmbulo da constituição de 1996 cf. Anexo 1.

O plano de acção prevê três eixos de desenvolvimento de medidas respeitantes ao sub-ítem democracia e estado de direito, um centrado sobre a acção governativa, outro sobre a justiça e um último direccionado para a erradicação da corrupção. O primeiro destes eixos afigura-se auto limitado face às características da acção governativa em Marrocos, onde se identificam necessidades de alteração mais profundas que as propostas a médio ou curto prazo. É a própria comissão europeia que realça, em 2004, no relatório respeitante à política de vizinhança e ao acordo de associação celebrado com Marrocos “*mesmo se a separação de poderes está consagrada na constituição, na prática o Soberano guarda um número importante de prerrogativas executivas e exerce um certo poder legislativo*” (tradução nossa)¹⁵⁸. A par desta limitação da acção governativa outras estão identificadas, nomeadamente a prerrogativa detida pelo rei da nomeação dos titulares dos ministérios da soberania e dos chefes de governo independentemente dos resultados eleitorais¹⁵⁹, situações estas que só foram modificadas, ainda que não totalmente eliminadas, pela constituição de 2011, e que seriam porventura um objectivo legítimo e adequado no seio do sub-ítem democracia e estado de direito. De facto prevaleceram as percepções de manutenção da estabilidade da União Europeia tal como Dorothee Schmidt afirma “*Por outras palavras, esta escolha manifesta a alternativa clássica entre reforma e estabilidade que constitui o dilema central da Parceria Euro-Mediterrânica*” (tradução nossa)¹⁶⁰. Esta menor ousadia nos objectivos no domínio da democracia e do estado de direito, quer no Acordo de Associação, quer no Plano de Acção, evidenciam de novo a prevalência dos pressupostos realistas sempre que se colocam em jogo elementos do poder, uma vez que perante a possibilidade de diminuição da probabilidade de estabelecimento dos acordos

¹⁵⁸ “*Même si la séparation des pouvoirs est consacrée par la Constitution, dans la pratique le Souverain garde un nombre important de prérogatives exécutives et exerce un certain pouvoir législatif.*” in Comissão dos Comunautés Europeénes - *Politique européenne de voisinage : Rapport sur Maroc*, 2004, Bruxelas, p. 6.

¹⁵⁹ Além do chefe de governo a nomeação dos titulares dos denominados ministérios da soberania era competência reservada do monarca e envolvia os seguintes ministérios: Interior, Negócios Estrangeiros, Assuntos Religiosos e Justiça.

¹⁶⁰ “*In other words, this choice manifests the classic alternative between reform and stability that constitutes the core dilemma of the Euro-Mediterranean Partnership*” in SCHIMDT, Dorothee – *Interlinkages Within the Euro-Mediterranean Partnership: Linking Economic, Institutional and Political Reform: Conditionally Within the Euro-Mediterranean Partnership*, EuroMeSCo Papers 27, 2003, p. 55.

[consult. 27/01/2011] disponível em:

<http://www.euromesco.net/euromesco/media/euromescopaper27.pdf>

assiste-se a uma retracção que assegura uma conformidade com o poder instituído. A tímida condicionalidade, estabelecida no acordo de associação e no plano de acção, relaciona os apoios no âmbito dos objectivos económicos, aos direitos do homem, ao estado de direito e à reforma governativa e da justiça. Desta forma a União Europeia criaria um estímulo para a realização de mudanças nestes domínios, contudo o hábil comportamento dos representantes marroquinos e a já referida prioridade na estabilidade contribuíram para a ineficácia do condicionalismo.

Durante o período em análise, 1999 a 2009, os aspectos considerados no âmbito do sub-item democracia e estado de direito evoluíram de forma pouco acentuada. A corrupção enquanto objectivo de supressão não teve evolução favorável, nem em termos globais, nem em termos relativos. Considerando o índice de percepção de corrupção disponibilizado pela Transparência Internacional¹⁶¹, após um período inicial em que Marrocos apresenta uma diminuição significativa, segue-se uma estabilização com tendência para a manutenção que contraria a tendência dos outros estados comparados, em que se observa uma tendência para a diminuição. No entanto, a posição relativa ocupada pelo Reino de Marrocos é reveladora de uma evolução francamente negativa. Marrocos que em 1999 ocupava a 45ª posição passou em 2009 para a 89ª posição.

¹⁶¹ O índice de percepção de corrupção disponibilizado pela Transparência Internacional é um índice composto que agrega dados provenientes de múltiplas fontes, tão distintas como o Banco Mundial, o Forum Económico Mundial, a PricewaterhouseCoopers, ou a Freedom House. O índice de percepção da corrupção classifica países/territórios medindo o nível de percepção de corrupção no sector público. A pontuação do país/território indica o nível de percepção de corrupção do sector público numa escala de 0 - 10, onde 0 significa que um país é visto como muito corrupto e 10 que está livre de corrupção.

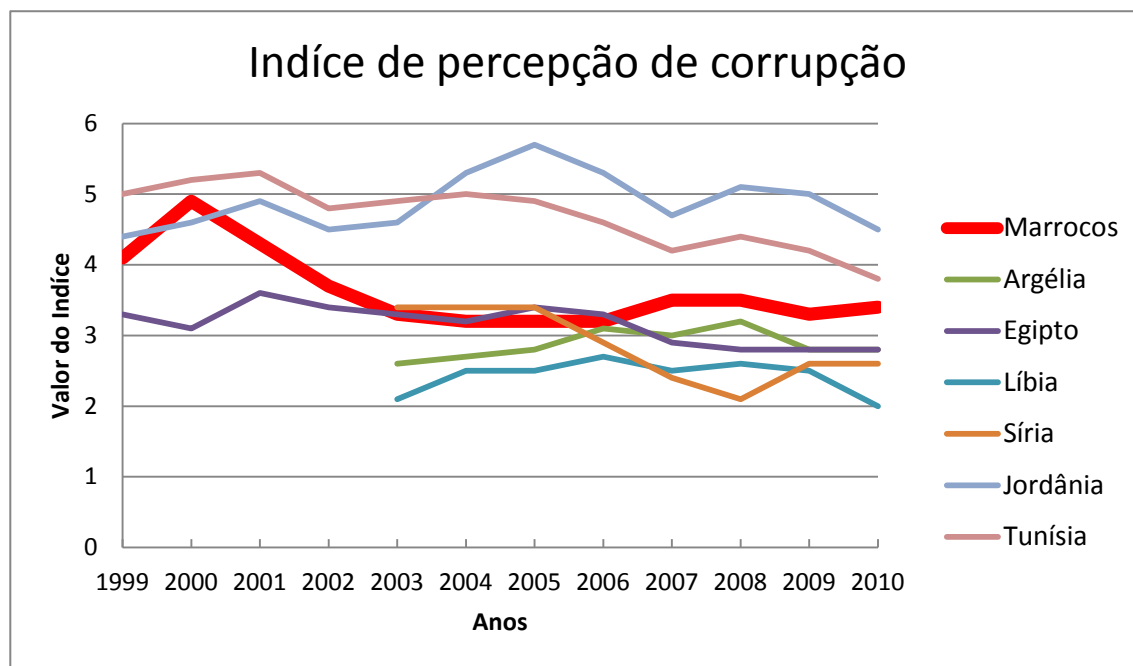


Figura 9 – Comparativo do índice de percepção de corrupção disponibilizado pela Transparencia Internacional entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada nos relatórios anuais da Transparência Internacional. Consultado em 27/01/2012 disponível em: http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/previous_cpi/1999

Não obstante as transformações registadas na sociedade marroquina, o *mahkzen* subsiste, mantendo no seu seio uma oligarquia suportada em relações de dependência e protecção clientelar, pelo que ao seu redor ergue-se uma barreira de muito difícil acesso, que impede a integração dos que se situam na periferia do sistema e que contribui quer para a sua exclusão de participação em meios de decisão e produtivos, quer para a diminuição, senão eliminação, das probabilidades de mobilidade social ascendente.

Nas medidas englobadas no âmbito da acção governativa, cujo objectivo é consolidar os órgãos administrativos, para assegurar o fortalecimento da prática democrática e do estado de direito, registaram-se numerosos actos, iniciativas e transformações que se afiguram enquadráveis no âmbito da primeira e terceira medidas enunciadas, respectivamente na troca de experiências e conhecimento no contexto dos desenvolvimentos regulamentares relacionados com os partidos políticos e na prossecução dos esforços para descentralizar e trabalhar para melhorar as competências das comunidades locais através do apoio à nova Carta de Planeamento Regional.

Desenvolvimento da medida respeitante a *troca de experiências e conhecimento no contexto dos desenvolvimentos regulamentares relacionados com os partidos políticos*.

O relatório de seguimento da Comissão Europeia, de 4 de Dezembro de 2006¹⁶², refere a adopção de um novo quadro legislativo respeitante aos partidos políticos que contém diversos melhoramentos, especialmente nas regras de constituição dos partidos e no sistema de financiamento público que lhes é aplicável e realça os trabalhos de preparação de uma nova lei eleitoral.

Em 4 abril de 2008, no relatório de seguimento respeitante a 2007¹⁶³, o realce é naturalmente atribuído às eleições realizadas em 2007, em que entrou em prática um novo quadro legal eleitoral e que de acordo com o relatório decorreram com um bom nível de transparência, de organização do processo eleitoral e de rapidez na publicação dos resultados. Relativamente ao processo eleitoral o mesmo relatório realça a aceitação pela primeira vez, em eleições realizadas em Marrocos, de observadores internacionais que realizaram a sua missão ao lado de observadores nacionais representando a sociedade civil, refere igualmente a muito elevada taxa de abstenção registada, que cresceu de 48% (2002) para 63%, e o significativo número de votos nulos. A falta de um quadro jurídico claro sobre a observação eleitoral que estabeleça regras, prazos e procedimentos é referida no relatório. Ainda em 2007, em Maio, o Reino de Marrocos tornou-se membro da Comissão Europeia para a Democracia pelo Direito (Comissão de Veneza). No entanto assistiram-se a desenvolvimentos contraditórios com essa adesão, como sejam, a entrada em vigor de uma lei que instituiu um Tribunal de Instância Elevada para julgar membros de governo por crimes de delito comum cometidos no exercício das suas funções e a invalidação pelo Tribunal Constitucional de disposições e projectos visando alterações na lei eleitoral ou mesmo o projecto de lei para a declaração do património pelos titulares de altos cargos públicos.

¹⁶² Comissão Europeia – *Rapport de Suivi PEV Maroc*, 2006 [Consult. 11-2-2012] Disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/sec06_1511-2_fr.pdf

¹⁶³ Comissão Europeia – *Mise en oeuvre de la politique européenne de voisinage en 2007: Rapport de Suivi Maroc*, 2008 [Consult. 14-2-2012] Disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2008/sec08_398_fr.pdf

No relatório de seguimento publicado em 23 de Abril de 2009, respeitante a 2008¹⁶⁴, tal como no relatório referente a 2007, um acto eleitoral domina a medida em análise. Nesse sentido o relatório refere que em 2008, o parlamento adoptou várias disposições e reformas no quadro preparatório das eleições municipais de 2009, nomeadamente:

- Uma nova divisão municipal, por iniciativa do Ministério do Interior;
- Um novo código eleitoral reforçando, em particular, a participação das mulheres;
- Uma nova Carta Comunal que visa fortalecer a governança local;
- A lei sobre a organização das finanças públicas locais e seus agrupamentos visando simplificar e facilitar a sua tutela financeira, e melhoria dos procedimentos de elaboração e execução dos orçamentos;
- Um fundo de apoio para o fomento da representação das mulheres.

O relatório respeitante a 2008 assinala ainda que se mantém a ausência de um quadro jurídico sobre a observação eleitoral.

O relatório referente a 2009¹⁶⁵ é datado de 12 de Maio de 2010 e no que à medida *troca de experiências e conhecimento no contexto dos desenvolvimentos regulamentares relacionados com os partidos políticos* diz respeito refere o sucesso das eleições municipais de Junho de 2009 ao revelar o aumento do número de mulheres eleitas, associando este facto às alterações realizadas na lei eleitoral e realça o significativo aumento de participação, uma vez que a taxa de participação subiu de 37% em 2007 para 52,4% em 2009. É de novo referida a ausência de enquadramento legislativo que regule a observação eleitoral

¹⁶⁴ Comissão Europeia – *Mise en oeuvre de la politique européenne de voisinage en 2008: Rapport de Suivi Maroc*, 2009. [Consult. 22-2-2012] Disponível em:
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2009/sec09_520_fr.pdf

¹⁶⁵ Comissão Europeia – *Mise en oeuvre de la politique européenne de voisinage en 2009: Rapport de Suivi Maroc*, 2010. [Consult. 23-2-2012] Disponível em:
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2010/sec10_521_fr.pdf

que no entanto não obistou à realização de observação eleitoral por várias associações independentes.

A segunda medida, que consiste em *reforçar as capacidades da Administração, especialmente através do apoio à implementação da Lei sobre a motivação formal de actos administrativos do governo, autoridades locais e instituições públicas*, sendo de uma grande objectividade, afinal trata-se de apoiar a implementação de uma Lei¹⁶⁶, publicada em 25 de Agosto de 2002, mas que suscita muitas dificuldades na sua entrada no quotidiano da administração e dos cidadãos. Trata-se de uma peça legislativa em tudo idêntica às suas congéneres europeias e a sua entrada em vigor representaria uma transformação radical no relacionamento entre os cidadãos e a administração. Ao invés, as dificuldades sentidas na sua entrada em vigor conduzem a uma reflexão acerca da capacidade da administração para aplicar e executar as leis emanadas do seu seio, mas que porventura colidam com as práticas institucionalizadas. Podendo mesmo considerar-se esta dificuldade como um sério revés ao funcionamento da administração de acordo com os princípios de um estado de direito.

A terceira medida, *prosseguir os esforços para descentralizar e trabalhar para melhorar as competências das comunidades locais através do apoio à nova Carta de Planeamento Regional* é uma medida de grande transformação social que implica a transição de poder entre órgãos da máquina administrativa, sendo os destinatários dessa transferência maioritariamente novos organismos, resultantes das recentes leis, que irão ser sujeitos ao peso das relações instituídas ao longo da história de Marrocos. O equilíbrio vigente, resultante muitas vezes das relações clientelares, é perturbado pelas alterações e a atribuição de responsabilidades mais amplas a órgãos regionais, dificultando a manutenção dos mecanismos de controlo centralizadores. Não obstante o cenário repleto de dificuldades, os relatórios da comissão indicam alguns progressos no desenvolvimento das competências das comunidades locais. No relatório respeitante a 2007 é referido o prosseguimento da reforma das colectividades locais destacando a promulgação em Novembro de 2007 duma lei que introduziu uma importante reforma fiscal que simplifica a estrutura de taxas e impostos, moderniza procedimentos e

¹⁶⁶ Lei 03-01 Relativa á obrigação de motivação das decisões administrativas emanadas das administrações públicas das colectividades locais e dos estabelecimentos públicos, Bulletin Officiel n° 5030 15 Août 2002— Édition française. [Consult. 23-1-2012] Disponível em: http://www.sgg.gov.ma/BO/bulletin/Fr/2002/BO_5030_fr.PDF

aumenta a autonomia financeira dos conselhos municipais. O processo de descentralização e desconcentração tem prosseguido para os serviços do Estado, sobretudo nos sectores da Educação e da Saúde. A cooperação com a União Europeia no âmbito do processo de reforço da descentralização e das capacidades das colectividades locais desenvolveu-se especialmente através do lançamento de três novas operações de geminação¹⁶⁷. Entretanto as colectividades locais mantêm-se caracterizadas por capacidades de gestão muito limitadas, o papel dos eleitos locais não é suficientemente especificado e o processo de descentralização não é guiado por uma estratégia claramente definida. No mesmo relatório respeitante a 2007, é referido que o Rei pediu ao governo para preparar uma nova reforma visando aumentar a regionalização e a desconcentração. A iniciativa do monarca tem resposta por parte do governo e do parlamento, conforme descrito no relatório de seguimento respeitante a 2008 e atrás referido, tendo sido adoptadas novas disposições nesse âmbito, nomeadamente, a carta Comunal, a nova divisão administrativa e o reforço de poderes das colectividades locais. O relatório de seguimento respeitante ao ano de 2009, no âmbito desta medida, refere a instalação já em 2010, em Janeiro, da comissão para a regionalização. O processo de descentralização e regionalização em Marrocos ainda terá muitos passos a efectuar, no entanto podemos observar que a iniciativa está em marcha e apresenta-se de forma consolidada.

O sub-item democracia e estado de direito inclui ainda uma terceira acção, *aumentar os esforços para facilitar o acesso à justiça e aos direitos*, que se encontra dividida em 6 medidas:

- Simplificação de procedimentos judiciais, redução da duração dos procedimentos, dos processos e da execução das sentenças e melhoramento da assistência judiciária;
- Apoio às secções da família no seio dos tribunais de primeira instância, com vista a acompanhar as disposições do novo código da família;

¹⁶⁷ O conceito de geminação foi originalmente concebido para preparação dos estados em fase de adesão à UE a sua utilização passou a ser efectuada no âmbito da PVE. Os projectos que envolvem geminação agregam os meios do sector público dos estados-membros aos do estado beneficiário. Estes projectos embora considerados conjuntos tem a gestão atribuída ao estado beneficiário.

[Consult. 12-01-2012] disponível em:

http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/overview/twinning_fr.htm

- Apoio à justiça de menores, com vista a acompanhar as reformas do novo código de processo penal;
- Prosseguimento do plano nacional de modernização da administração penitenciária sobretudo nas componentes de formação, reinserção e salvaguarda de direitos dos detidos;
- Formação de Magistrados e de pessoal judiciário;
- Prosseguimento do programa MEDA «modernização das jurisdições em Marrocos».

O relatório de seguimento de 2006, no que diz respeito ao domínio da Justiça, descreve uma série de desenvolvimentos e projectos a realizar, nomeadamente, o progresso efectuado em matéria de simplificação de procedimentos judiciais e na execução de julgamentos. No respeitante à modernização, faz referência à informatização de 40 jurisdições e refere ainda a criação de dois tribunais administrativos de recurso. Este relatório inclui ainda uma referência a um projecto de lei visando garantir a execução das sentenças contra a administração pública e um projecto de apoio financeiro da comissão à modernização da administração penitenciária. Finaliza o tema com a afirmação da necessidade de adequar os meios humanos e financeiros às exigências de uma justiça moderna e de modo a fazer face à sobrepopulação prisional e à formação de pessoal. Este desiderato não se concretiza e até se agrava com o aumento da população prisional, pois ao observarmos os relatórios de seguimento dos anos seguintes, este facto destaca-se e as referências às condições de higiene e aos direitos dos detidos sobem de tom.

Todos estes aspectos são retomados no relatório de 2007. De facto, no relatório de 2007, existe uma significativa repetição do exposto no relatório anterior, indiciando a dificuldade em desenvolver as medidas preconizadas no plano no âmbito desta acção. Surgem igualmente novos desenvolvimentos, nomeadamente a promulgação de legislação sobre arbitragem e mediação, considerando que a adopção de mecanismos de resolução alternativa de litígios visa simplificar procedimentos, e a publicação de legislação sobre a troca electrónica de dados jurídicos e sobre o desenvolvimento e prestação de serviços *online*. Observa-se no relatório de 2007 um aumento da preocupação com a sobrepopulação prisional que é associado a más condições de higiene, a maus-tratos e a tortura. Este relatório de seguimento reflecte ainda um cenário pouco favorável ao indicar que não obstante alguns melhoramentos pontuais a justiça

em Marrocos nem sempre garante os direitos dos cidadãos e é frequentemente disfuncional.

Já no relatório de seguimento de 2008, a Comissão apresenta o sucesso do projecto de disponibilização de uma base de dados de legislação e anuncia a introdução a curto prazo de um sistema informático de gestão de todo o circuito processual civil e penal. O mesmo relatório debruça-se ainda sobre a promulgação de novas disposições de âmbito penal sobre menores e na instituição de jurisdições especializadas em menores, referindo igualmente a apresentação de um plano de reestruturação da Justiça a desenvolver entre 2008 e 2012 com vastos objectivos, que envolve o aumento do número de tribunais, a redução dos atrasos processuais e a revisão do código penal, do código de processo civil e as leis dos tribunais de comércio. Contudo, no relatório de seguimento de 2009 refere-se que as especificações da reforma ainda não estão concluídas, não obstante o ênfase que o Rei deu ao tema através do discurso anual do trono. As referências sobre as condições de encarceramento da população prisional passam a constar no âmbito do sub-item direitos do homem, quer no relatório de 2008 quer no de 2009.

As observações referidas nos vários relatórios de seguimento da Comissão Europeia são corroboradas por outro instrumento estatístico, elaborado desde 1996, no âmbito de um amplo projecto de investigação levado a cabo pelo Banco Mundial. Este projecto apura Indicadores Mundiais de Governança, (tradução nossa)¹⁶⁸ que medem seis dimensões de governança: participação e liberdades, estabilidade política e ausência de violência/terrorismo, efectividade governativa, qualidade reguladora, estado de direito e controlo da corrupção. (tradução nossa)¹⁶⁹

¹⁶⁸ “Worldwide Governance Indicators”.

¹⁶⁹ Os indicadores são definidos originalmente como:

1. *Voice and Accountability (VA)* – capturing perceptions of the extent to which a country's citizens are able to participate in selecting their government, as well as freedom of expression, freedom of association, and a free media.
2. *Political Stability and Absence of Violence (PV)* – capturing perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism.
3. *Government Effectiveness (GE)* – capturing perceptions of the quality of public services, the quality of the civil service and the degree of its independence from political pressures, the quality of policy formulation and implementation, and the credibility of the government's commitment to such policies.
4. *Regulatory Quality (RQ)* – capturing perceptions of the ability of the government to formulate and implement sound policies and regulations that permit and promote private sector development.

Ao relacionarmos o indicador de estado de direito com os dados dos relatórios de seguimento observamos uma ausência de relação entre os factos relatados e os indicadores obtidos. A figura 10 apresenta graficamente a evolução do indicador de estado de direito em Marrocos e noutros países árabes e do Magrebe. Este indicador agrega várias origens de dados e um dado estado preenche mais requisitos como estado de direito consoante o valor do indicador é maior.

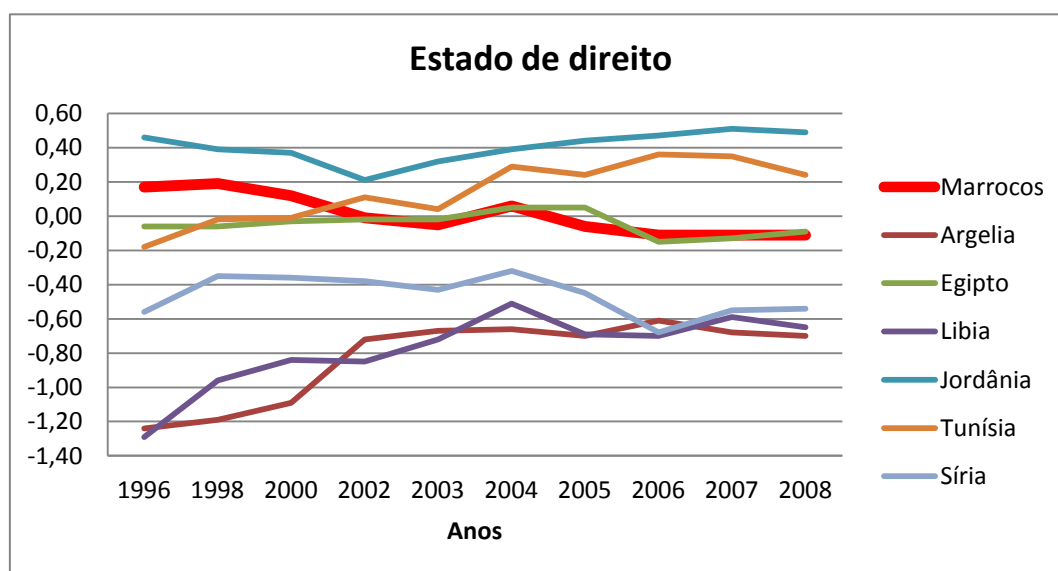


Figura 10 – Comparativo do indicador de estado de direito entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada no relatório KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo - Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2008, Policy Research Working Paper 4978, The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team, Junho de 2009, pp. 92-94.

[Consult. 17-12-2011] Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1424591&rec=1&srcabs=1148386

A porventura surpreendente diminuição do indicador do estado de direito em Marrocos, reflecte a reacção securitária aos atentados de 11 de Setembro de 2001, o valor inicial do indicador em 2000 decresce 0,12 pontos absolutos em 2002. Idêntica

5. Rule of Law (RL) – capturing perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.

6. Control of Corruption (CC) – capturing perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as "capture" of the state by elites and private interests."

In KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo - Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2008, Policy Research Working Paper 4978, The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team, Junho de 2009, P. 8.

[Consult. 17-12-2011] Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1424591&rec=1&srcabs=1148386

evolução pode ser inferida na sequência dos atentados de 11 de Março de 2003, em Madrid e de 13 de Maio de 2006 em Casablanca. Entre 2004 e 2005 o valor do indicador diminui 0,12 pontos e de 2005 para 2006 decresce mais 0,05 pontos. A reacção securitária ocorre com diminuição das garantias judiciais e à custa do estado de direito. Outro aspecto evidenciado no comparativo anual do indicador e que suscita reflexão são os elevados valores registados na década de 1990. Afigura-se possível que a melhoria dos instrumentos estatísticos e o aumento da transparência e rigor decorrente do estatuto avançado detido por Marrocos, poderão ter contribuído para uma avaliação mais rigorosa de elementos que contribuem para o indicador. Contudo, esta possibilidade não impede nem explica a evolução posterior, uma vez que numa década inteira Marrocos não consegue inverter nem a tendência, nem atingir valores positivos no respeitante ao indicador de estado de direito. Outro aspecto a ter em conta é a margem de erro que o indicador determina. Esse valor diminui substancialmente nos últimos anos (0,24 para 0,13) ao mesmo tempo que o número de fontes que contribuem para o indicador aumentam, no caso de Marrocos para o triplo (6 em 1996 para 18 em 2008).

Outros indicadores relevantes no respeitante ao sub-item em análise são o de efectividade do governo, o de participação e liberdades e o de qualidade regulatória.

A efectividade de governo apresentada na figura 11, que relacionamos com a acção *consolidar os órgãos administrativos, para assegurar o fortalecimento da prática democrática e do estado de direito*, apresenta uma estabilização que é decepcionante quando relacionada com o empenhamento político e económico que a União Europeia tem tido em incrementá-la.

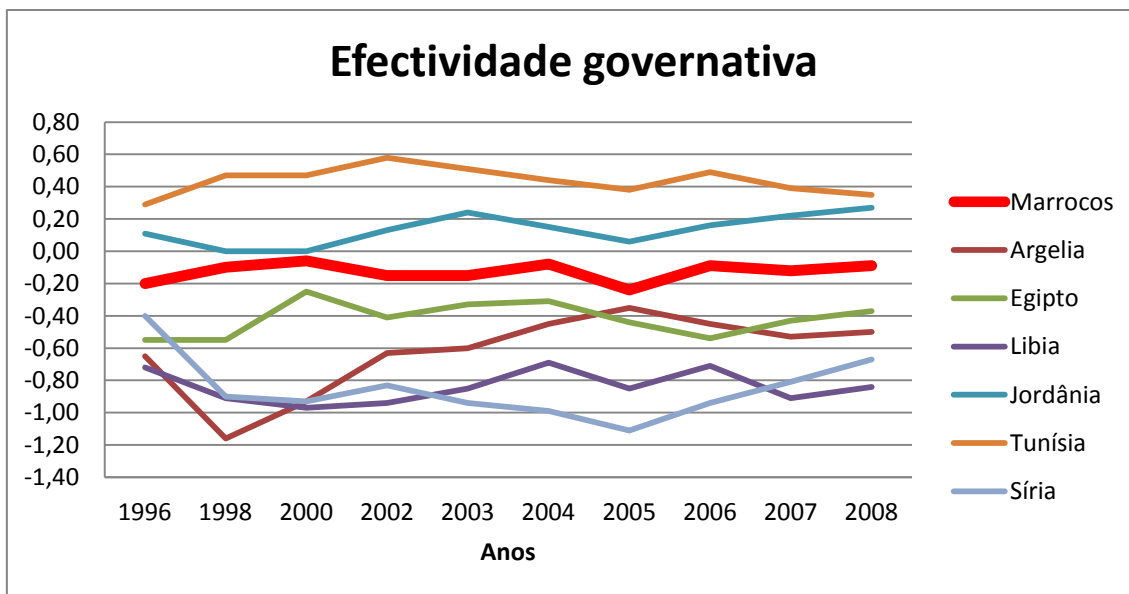


Figura 11 – Comparativo do indicador de efectividade governativa entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada no relatório KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo - Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2008, Policy Research Working Paper 4978, The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team, Junho de 2009, pp. 86-88.

[Consult. 17-12-2011] Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1424591&rec=1&srcabs=1148386

Quanto ao indicador participação e liberdades, apresentado na figura 12, que agrega os índices de participação dos cidadãos na escolha do governo com as liberdades cívicas, de associação e expressão e com a liberdade nos media, apresenta uma evolução negativa. De facto, o seu valor é negativo em todo o período considerado, no entanto realça-se a posição superior que Marrocos ocupa no seio dos países da fachada sul do Mediterrâneo.

Os vários episódios de controlo dos media, sempre que se vislumbram referências menos favoráveis à instituição monárquica em geral ou ao Rei em particular, contribuem substancialmente para o declive, negativo e bastante acentuado, registado neste indicador.

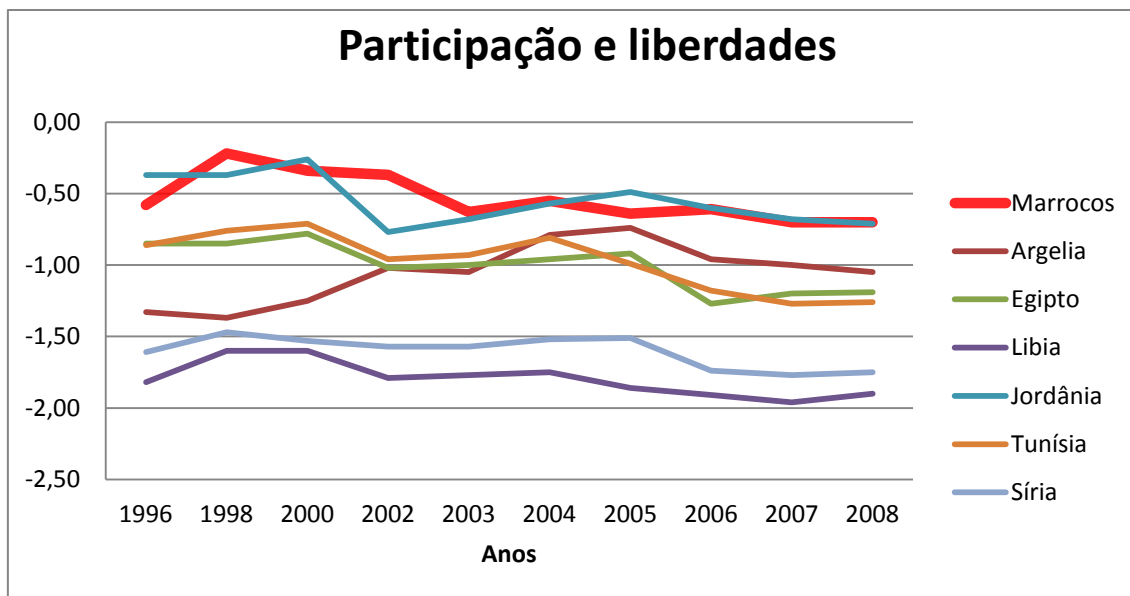


Figura 12 – Comparativo do indicador de participação e liberdades entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada no relatório KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo - Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2008, Policy Research Working Paper 4978, The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team, Junho de 2009, pp. 80-82.

[Consult. 17-12-2011] Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1424591&rec=1&srcabs=1148386

O indicador de qualidade reguladora apresenta numericamente a percepção que as várias fontes usadas no projecto do Banco Mundial têm sobre a liberdade de comércio, aplicação de taxas, protecção e muitas outras medidas, na sua maioria de natureza económica, que servem para determinar a capacidade que um determinado governo tem para implementar medidas que tenham influência no comportamento e expectativas, neste caso, dos agentes económicos. A eficácia destas medidas e a percepção que os vários agentes delas têm é apurada para a constituição do indicador que apresentamos graficamente na figura 13.

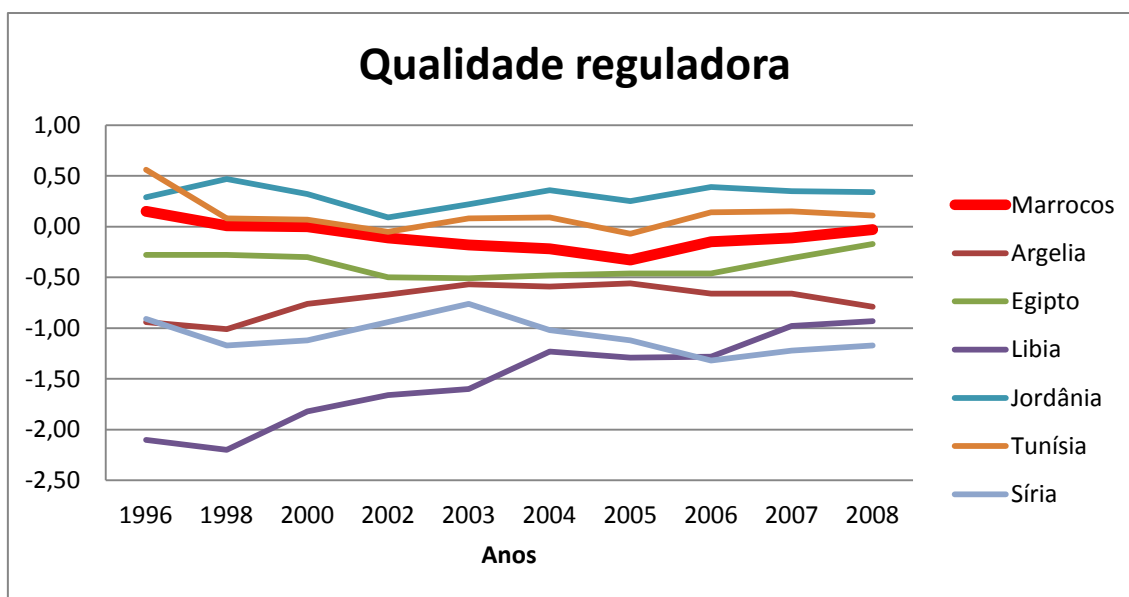


Figura 13 – Comparativo do indicador de qualidade reguladora entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada no relatório KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo - Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2008, Policy Research Working Paper 4978, The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team, Junho de 2009, pp. 89-91.

[Consult. 17-12-2011] Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1424591&rec=1&srcabs=1148386

A mesma fonte disponibiliza elementos sobre controlo da corrupção que confirma o já apresentado sentido de evolução negativa no respeitante à mesma. O indicador de controlo da corrupção, apresentado na figura 14, tem valores com elevado paralelismo relativamente ao índice de percepção de corrupção já apresentado. Embora o indicador tenha uma composição diferente do índice, este paralelismo não é desprovido de significado e contribui para uma forma diferente de mensurar um facto social de difícil aferição. Esta medida de uma perspectiva diferente permite tornar mais firme a percepção obtida pelo primeiro índice e entender a necessidade de uma intervenção muito mais ampla neste domínio sensível.

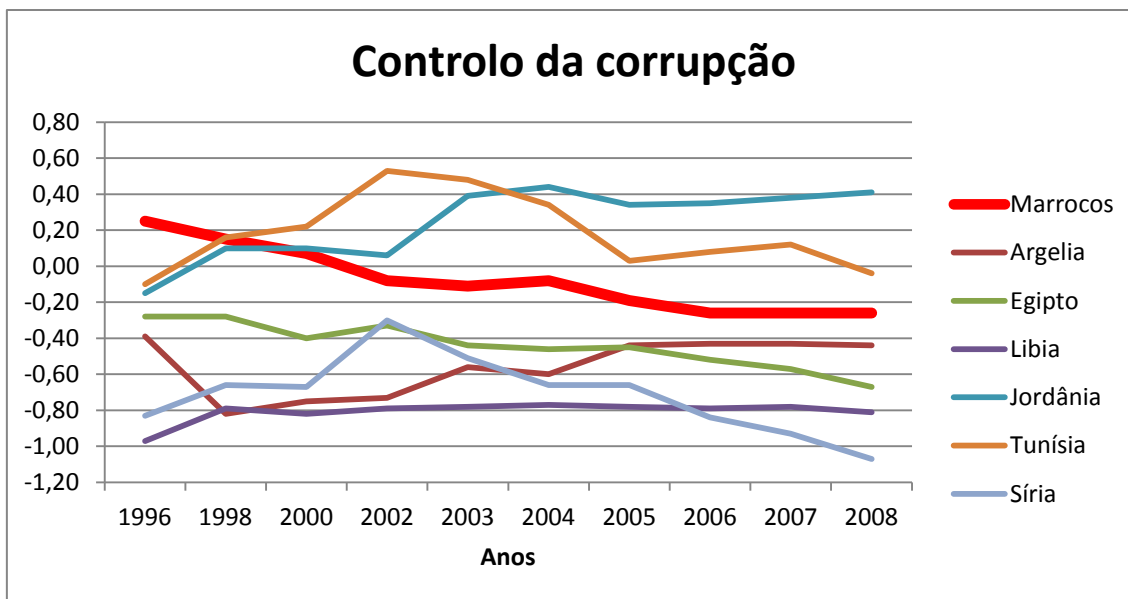


Figura 14 – Comparativo do indicador de controlo de corrupção entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada no relatório KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo - Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2008, Policy Research Working Paper 4978, The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team, Junho de 2009, pp. 95-97.

[Consult. 17-12-2011] Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1424591&rec=1&srcabs=1148386

A observação e análise de forma conjunta dos elementos obtidos respeitantes ao sub-item democracia e estado de direito e à execução das três acções que o compõem permitem intuir dificuldades na evolução deste sub-item, que são corroboradas por diferentes instrumentos de análise e pela bibliografia consultada. É notada uma diminuição no tocante à totalidade dos indicadores observados que contrasta com a percepção de ténue evolução global partilhada em vários relatórios.

Os direitos do homem e as liberdades fundamentais são o segundo sub-item que integra o Diálogo Político e Reformas. Este sub-item relaciona-se de forma muito estreita com o sub-item democracia e estado de direito e particularmente com as medidas na área da Justiça que o integram, sendo desta forma que alguns aspectos transitam entre um sub-item e o outro.

O Plano de Acção no tocante ao sub-item direitos do homem e liberdades fundamentais inclui três acções:

- *Assegurar a protecção dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais em conformidade com as normas internacionais;*
- *Liberdade de associação e expressão;*
- *Continuar a promover e proteger os direitos das mulheres e crianças.*

A primeira destas três acções é a mais ampla, visando o cumprimento integral do disposto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, implicando por isso, a segunda e terceiras acções, visto que o direito de associação e expressão estão contidos na Declaração, especificamente nos seus artigos 19º e 20º. Desta forma entendemos a segunda e terceira acções como especial reforço da primeira e para detalhar as medidas que lhe estão associadas.

A primeira das acções, *assegurar a protecção dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais em conformidade com as normas internacionais*, integra as seguintes oito medidas concretas:

- Iniciar os trabalhos no âmbito da subcomissão "direitos humanos, democratização e governança";
- Examinar a possibilidade de rever as reservas às convenções internacionais sobre direitos do homem;
- Prosseguir as reformas legislativas visando adoptar as disposições internacionais em matéria de direitos do homem, incluindo as convenções fundamentais da ONU e os seus protocolos facultativos;
- Avaliar as possibilidades de adesão aos protocolos facultativos respeitantes às convenções internacionais dos direitos do homem em que Marrocos é parte;
- Finalizar o plano de acção nacional em matéria de direitos do homem e fornecer suporte para a sua implementação;
- Reforçar o diálogo sobre direitos humanos em todos os níveis, nomeadamente através da acção da Instância de Equidade e Reconciliação¹⁷⁰;
- Promover os direitos culturais e linguísticos do conjunto dos integrantes da nação marroquina;
- Continuar a reforma da legislação penal, a fim de apresentar uma definição de tortura em conformidade com a da Convenção contra a Tortura da ONU.

¹⁷⁰ A Instancia de Equidade e Reconciliação foi estabelecida em Abril de 2004 por decreto-real como instância consultiva de carácter não judicial com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e os desaparecimentos ocorridos até à subida de Mohamed VI ao trono e determinar compensações para as vítimas ou seus representantes. Com esta iniciativa Mohamed VI lidou com um problema fulcral na sociedade marroquina, contudo escusou-se a realizar qualquer responsabilização criminal.

A segunda acção, *liberdade de associação e expressão*, inclui três medidas que consistem:

- Na garantia da implementação da lei sobre a liberdade de associação e de reunião em conformidade com as disposições específicas do pacto internacional sobre direitos civis e políticos;
- Na troca de experiência e conhecimento no contexto da evolução do Código da Imprensa;
- No apoio da nova lei sobre a liberalização do audiovisual e na cooperação neste domínio.

A terceira acção inscrita no sub-item direitos do homem e liberdades fundamentais consiste em *continuar a promover e proteger os direitos das mulheres e crianças* e inclui as seguintes 5 medidas:

- Aplicação das recentes reformas constantes no Código da Família;
- Luta contra a discriminação e a violência contra as mulheres, em aplicação da convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação das mulheres;
- Consolidação dos direitos da criança em aplicação da convenção referente aos direitos da criança;
- Promoção do papel da mulher no progresso económico e social (conforme o artigo 71 do Acordo de Associação)
- Protecção das mulheres grávidas no local de trabalho.

A totalidade das medidas elencadas para qualquer das três acções são consideradas de curto prazo, denotando uma urgência na sua execução que é igualmente reveladora da importância atribuída a este sub-item.

Relativamente a este sensível domínio, a história de Marrocos não favorece uma prática aceitável da salvaguarda dos direitos humanos na actualidade. O uso da força nas disputas políticas e a submissão coerciva pontuada por episódios de crueldade exercida publicamente são frequentes até ao século XX. Posteriormente, o uso da força para fins políticos passou a ser mais discreto, sendo exercido no recato dos sistemas penitenciário e policial. O plano de acção visa abolir estas práticas totalmente incompatíveis com o estado de direito e tem objectivos noutros âmbitos como sejam a discriminação das mulheres e os direitos das crianças.

Na acção em análise, os relatórios de seguimento da Comissão Europeia começam por realçar que o subcomité direitos do homem, democratização e governança instituído para o efeito, apenas em 2006 e ainda no âmbito do acordo de associação, realizou a sua primeira reunião em Novembro desse ano. Ainda no relatório respeitante a 2006 é indicado que algumas das reservas a convenções internacionais foram levantadas, nomeadamente sobre a discriminação racial, os direitos da criança e contra a tortura. Em 2005 foram igualmente iniciados debates sobre a adopção de vários protocolos facultativos, merecendo especial destaque o respeitante à pena de morte. No mesmo ano foi aprovada uma nova lei sobre a tortura, criminalizando a sua prática e contendo uma definição de tortura em conformidade com os acordos internacionais. Ainda em 2005 foi criado um instituto real para promover o ensino e divulgação da língua berbere, o *tamazigh*.

No relatório seguinte, respeitante a 2007, é referida a segunda reunião do subcomité e a adopção de protocolos facultativos no domínio dos direitos humanos, realçando-se a situação sobre a pena de morte. Marrocos mantém uma moratória sobre as execuções, mas de facto não aboliu a pena de morte o que condiciona a adopção de outras convenções e protocolos, e iniciou nesse ano um amplo debate sobre a sua abolição. Contudo, conforme especificado nos relatórios de 2008 e 2009, a moratória de facto mantém-se e não ocorreu a publicação de qualquer instrumento legal que abolisse a pena de morte¹⁷¹. No relatório é colocado ênfase no facto da tomada de decisão noutros pontos importantes não ter sido realizada após qualquer debate preparatório. Ainda no relatório de 2007, é referido que em resultado das novas disposições constantes na lei, de 2006, sobre a tortura, foram processados 17 agentes de segurança por violação dos direitos do homem.

Noutro aspecto do relatório de 2007 é referida a decisão de fundar um canal de televisão em língua *tamazigh*, de estabelecer um plano de estudos na universidade de Agadir e de incluir nos curricula da educação básica o estudo das línguas Berberes. Estes acontecimentos favoráveis contrastam com a dificuldade de estabelecimento de

¹⁷¹ Em 2011 foi condenado à pena capital Adilal-Atmani considerado responsável pelo atentado à bomba perpetrado em Marraquexe em Abril de 2011. [consult. 16-02-2012] disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/10/29/marrocos-pena-de-morte-para-o-principal-acusado-do-atentado-de-marraquexe/>

várias organizações de apoio à cultura Berbere e com facto do Partido Democrático Amazigh Marroquino ter sido declarado ilegal por se tratar de um partido baseado num critério étnico e a lei marroquina não permitir a criação de partidos baseados em critérios étnicos ou religiosos. Em anos posteriores, os relatórios de seguimento referem que a fundação do canal de televisão em língua *tamazigh* acaba por ser retardada e só em Janeiro de 2010 é realizada a sua primeira emissão, embora o relatório de 2009 indique que as emissões são iniciadas nesse mesmo ano. Continuaram as discussões em torno da lei da imprensa, que ainda não terminaram, porém o projecto elaborado contém sanções penais e penas de prisão. Em 2007 registaram-se vários casos envolvendo a imprensa, que conduziram à suspensão da publicação de vários títulos e à condenação de vários jornalistas a penas de prisão efectiva.

Não obstante Marrocos possuir uma legislação bastante liberal relativamente ao direito de associação, o relatório de seguimento de 2007 realça as dificuldades que certas organizações têm em conseguir o seu registo legal, nomeadamente as que tem ligações com a questão do Saara Ocidental, ou que envolvem outros assuntos considerados igualmente sensíveis que são tratadas de forma diferenciadamente negativa pelas autoridades. Este relatório refere ainda a repressão policial de manifestações, nomeadamente a levada a cabo no primeiro de Maio, donde resultaram condenações dos seus organizadores a penas de prisão efectiva. Nos relatórios dos anos subsequentes, 2008 e 2009, o direito de associação e a liberdade de reunião, apesar de alguns progressos, são referidos como dependentes da sensibilidade das autoridades que é por sua vez determinada em função dos temas envolvidos. A lei marroquina prevê que a criação de uma associação não requer autorização, mas apenas a declaração da sua constituição. Esse processo de declaração contempla a emissão de um recibo referente a essa declaração e é este passo que a administração usa para dificultar a criação legal de algumas associações. Idêntico procedimento legal é aplicável à realização de reuniões públicas, em que a administração também usa com discricionariedade a emissão do recibo.

No ano de 2007 foi aumentado o número de lugares atribuído às mulheres no novo governo e foram realizados importantes desenvolvimentos na luta contra a violência visando as mulheres, através da implementação de um sistema de informação e de campanhas de sensibilização. Neste mesmo sentido foi preparado um projecto de lei mas que ainda não foi aprovado no parlamento. Pesem as declarações emitidas em

2006 e reiteradas em 2007, Marrocos termina esse ano sem levantar a totalidade das reservas à Convenção das Nações Unidas contra todas as formas de discriminação das mulheres.

O relatório refere ainda as dificuldades sentidas em torno da colocação em prática do novo Código da Família, que resultam fundamentalmente da escassez de meios materiais e humanos no aparelho judicial e da falta de preparação e formação dos juízes, que se mostram reticentes em aplicar as novas disposições, especialmente as mais inovadoras e que envolvem tomadas de decisão na atribuição de pensões de alimentos e no casamento de menores. O peso das práticas instituídas sobrepõe-se à força da lei e a tradição, por vezes suportada na lei islâmica, é de difícil modificação. Outra dessas práticas instituídas é o trabalho infantil, nomeadamente o trabalho doméstico realizado por meninas de menos de 15 anos, muitas com apenas 10 anos. Para combater o trabalho infantil, foi iniciada em Janeiro de 2007 uma ampla iniciativa governamental, visando reduzi-lo globalmente em 60% e erradicar o trabalho doméstico infantil. Contudo, nos relatórios de seguimento dos anos de 2008 e 2009 não se registam os avanços projectados nesta questão, nem o número de envolvidos em trabalho infantil diminui significativamente, nem foram introduzidas as alterações legislativas anunciadas e até a adesão às convenções internacionais neste domínio tem vindo a ser sucessivamente adiada.

O relatório de 2008 realça o acolhimento favorável, por parte da União Europeia, ao facto de Marrocos ter aceite 11 das 13 sugestões propostas pelo Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas, onde se inclui o levantamento de reservas relativamente a convenções internacionais. Igualmente em 2008, o governo de Marrocos anunciou o levantamento das reservas, relativamente à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, embora não tenha procedido ao depósito dos instrumentos de ratificação junto das Nações Unidas, e ao início dos procedimentos para ratificação da Convenção internacional para a protecção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado bem como da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. A Convenção internacional para a protecção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado tem em Marrocos especial significado devido ao longo período repressivo, os anos de chumbo, em que as práticas repressivas tinham como consequência o frequente desaparecimento de cidadãos.

A Comissão Europeia no relatório de seguimento respeitante a 2008 refere, com significativo relevo, a persistente dificuldade na aplicação das convenções internacionais subscritas pelo governo de Marrocos no quadro jurídico nacional. Não tem sido suficiente a ratificação de convenções para que as suas disposições sejam eficazes, uma vez que não se tem verificado o primado dessas convenções. Esta dificuldade torna inócuas muitas das ratificações efectuadas.

A União Europeia denotou clara preocupação no tocante aos Direitos Humanos, quando incluiu em todos os acordos de associação celebrados com os estados da fachada sul do Mediterrâneo, um artigo com o mesmo texto denominado “cláusula dos Direitos Humanos” que considera elemento essencial do acordo¹⁷². Contudo, os aspectos relacionados com os direitos da mulher, nestes estados, nunca foram especificados nos acordos de associação por terem sido sempre vistos como uma “... *questão cultural e religiosa específica e sensível que dizem respeito mais à gestão interna daqueles países do que ao diálogo político* ...” (tradução nossa)¹⁷³.

O sub-item denominado *Assuntos Regionais e Internacionais, cooperação nas áreas de relações externas e segurança, prevenção de conflitos e gestão de crises* está na base da declaração de Barcelona, dos acordos de Associação e da Política Europeia de Vizinhança. Em total alinhamento com os pressupostos realistas a União Europeia procura criar em seu redor uma zona de segurança e estabilidade, um autêntico cordão de segurança que lhe permita desenvolver-se e assegurar que futuros processos de alargamento serão realizados com estados já preparados do ponto de vista comunitário. As acções previstas no âmbito deste sensível sub-item compreendem:

- O reforço do diálogo político e a cooperação sobre questões de política externa e de segurança, e quaisquer outras questões de interesse comum;

¹⁷² BARAKA, Nikar – *El apoyo europeo a las reformas: clave del éxito de la transición en Marruecos* in in *Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona*, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007, p. 24.

¹⁷³ “... *una cuestión cultural y religiosa específica y sensible que afectan a una gestión interna de estos países más que al diálogo político* ...” BARAKA, Nikar – *El apoyo europeo a las reformas: clave del éxito de la transición en Marruecos* in in *Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona*, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007, p. 32.

- O reforço da cooperação no domínio da cooperação regional e internacional, prevenção de conflitos e gestão de crises;
- O prosseguimento do desenvolvimento da cooperação em matéria de luta contra o terrorismo;
- A continuação do desenvolvimento da cooperação no combate à proliferação de armas de destruição maciça e às exportações ilegais de armamentos.

No teor de todas as acções descritas, regista-se a presença da noção de continuidade expressa na utilização dos verbos reforçar, prosseguir e continuar, pressupondo a ligação com actividades de cooperação anteriores ao Plano de Acção, como sejam o projecto Capacidade de Controlo Fronteiriço levado a cabo com apoio do programa MEDA no âmbito do acordo de associação. Tal como nos sub-itens anteriormente analisados, estas acções desdobram-se em medidas que contribuem para a sua execução. No caso da primeira das acções elencadas as medidas consistem em:

- Prosseguir o diálogo político estratégico reforçado, estruturar e regular a relação Marrocos UE cobrindo a evolução interna nas duas partes, assim como as questões mediterrânicas, africanas, regionais e internacionais e outras questões de interesse comum;
- Desenvolver e enriquecer o diálogo político bilateral, com vista a reforçar as ligações de solidariedade activa entre as duas partes e permitir a toma em consideração das suas posições e interesses recíprocos;
- Cooperar para melhorar a eficácia das instituições e convenções multilaterais de forma a reforçar a governança global, a melhorar a coordenação sobre iniciativas na luta contra as ameaças de segurança e a tratar de questões de desenvolvimento conexas;
- Promover o diálogo político regular sobre a não proliferação de armas de destruição maciça e seus vectores.

Tratam-se de medidas pouco detalhadas invalidando por isso um acompanhamento adequado do seu progresso. Esta imprecisão não é alheia aos temas base envolvidos, as relações externas e a segurança. São temas que suscitam reserva da informação, que poderia comprometer o sucesso de algumas acções. No respeitante à segurança, estas medidas são realizadas através de projectos classificados como preventivos, protectivos ou de prosseguimento, dirigidos a entidades ou instituições no estado beneficiário, como sejam a polícia, o exército, os magistrados e as autoridades

fronteiriças, em que a sua realização depende de estados membro que as patrocinam e organizam. A tipologia dos projectos resulta da relação directa com o disposto no documento de estratégia da União denominado *Stratégie de l'Union européenne visant à lutter contre le terrorisme*, produzido em Dezembro de 2005 e que tem por objectivo estabelecer a estratégia de combate ao terrorismo e o enquadramento das suas acções. Neste documento são definidos quatro pilares no combate ao terrorismo: prevenção, protecção, perseguição e reacção. A tipologia dos projectos corresponde exactamente aos pilares com excepção da reacção.

De acordo com o texto do documento de estratégia:

- a prevenção consiste em “*impedir o recurso ao terrorismo, combatendo os factores ou causas profundas que podem conduzir à radicalização e recrutamento, tanto na Europa como em todo o espaço internacional*” (tradução nossa)¹⁷⁴;
- a protecção concretiza-se ao “*proteger os cidadãos e as infraestruturas reduzindo a nossa vulnerabilidade a atentados, especialmente reforçando a segurança das fronteiras, dos transportes e das infraestruturas críticas*” (tradução nossa)¹⁷⁵;
- a perseguição compreende “*investigar e perseguir criminalmente os terroristas dentro das fronteiras europeias e mais além, para impedir viagens, planeamento e comunicações, afectar as suas redes de apoio, impedir o acesso ao financiamento e equipamento necessário para realizar ataques; e levar os terroristas a tribunal.*” (tradução nossa)¹⁷⁶;

¹⁷⁴ “*Empêcher que des individus se tournent vers le terrorisme en s’attaquant aux facteurs et aux causes profondes qui peuvent conduire à la radicalisation et au recrutement, en Europe et au niveau international*” in Conseil de l’ Union Européenne - *Stratégie de l'Union européenne visant à lutter contre le terrorisme*, Conseil Justice et affaires intérieures, Bruxelles , 2005, p. 3. [Consult. 24-02-2012] disponível em: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/fr/jha/87261.pdf

¹⁷⁵ “*Protéger les citoyens et les infrastructures et réduire notre vulnérabilité aux attentats, notamment en renforçant la sécurité des frontières, des transports et des infrastructures critiques*” in Conseil de l’ Union Européenne - *Stratégie de l'Union européenne visant à lutter contre le terrorisme*, Conseil Justice et affaires intérieures, Bruxelles , 2005, p. 3. [Consult. 04-02-2012] Disponível em: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/fr/jha/87261.pdf

¹⁷⁶ “*Enquêter sur les terroristes et les poursuivre à l’intérieur des frontières européennes et au-delà, empêcher la planification, les déplacements et les communications, désorganiser les réseaux de soutien, empêcher l’accès aux financements et au matériel nécessaire à la réalisation des attentats et traduire les terroristes en justice*” in Conseil de l’ Union Européenne - *Stratégie de l'Union européenne visant à lutter contre le terrorisme*, Conseil Justice et affaires intérieures, Bruxelles , 2005, p. 3. [Consult. 04-02-2012] Disponível em: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/fr/jha/87261.pdf

- a reacção efectiva-se ao “*prepararmo-nos, com espírito de solidariedade, para enfrentar as consequências de um ataque terrorista e reduzir ao mínimo os efeitos do ataque, melhorando a nossa capacidade de gerir a coordenação da resposta e as necessidades das vítimas*” (tradução nossa)¹⁷⁷.

Estes projectos envolvem participantes nos vários níveis de intervenção, abrangendo os níveis tático, operacional e o da tomada de decisão. Tratam-se de projetos, entre outros, de assistência no treino em contraterrorismo, na manipulação de explosivos, na criação de uma unidade de informações (intelligence) financeiras, no treino de monitorização na internet, em áreas judiciais e judiciárias envolvendo a formação de magistrados e funcionários. Estas actividades desenvolvem-se através de cursos realizados em modelo clássico de formação, em *workshop*, visitas de trabalho e treino. Numa nota que apresenta um plano de acção contra-terrorismo, de Dezembro de 2005, para o Conselho, o coordenador de Contra-Terrorismo da UE identifica Marrocos e a Argélia como prioritários no apoio da UE em contra-terrorismo.¹⁷⁸

Os relatórios de seguimento do plano de acção UE Marrocos prestam escasso contributo no desenvolvimento destas medidas, referindo nos relatórios de 2006 e 2007 as reuniões da Tróica¹⁷⁹ da UE com Marrocos, realizadas em 2004, 2005, 2006 e 2007, no âmbito do *diálogo político estratégico reforçado*. Marrocos envolveu-se activamente nas discussões envolvendo a Política Externa de Segurança e Defesa e manifestou interesse no fortalecimento do diálogo político com o Comité Político e de Segurança, estrutura permanente do Conselho que acompanha a situação internacional no domínio da PESC. Neste período, Marrocos contribuiu com efectivos militares nas operações nos

¹⁷⁷ “*Nous préparer, dans un esprit de solidarité, à faire face aux conséquences d'un attentat terroriste et à les atténuer le plus possible en améliorant nos capacités de gérer: les effets de l'attentat, la coordination de la réaction et les besoins des victimes*” in Conseil de l' Union Européenne - *Stratégie de l'Union européenne visant à lutter contre le terrorisme*, Conseil Justice et affaires intérieures, Bruxelas , 2005, p. 3. [Consult. 04-02-2012] Disponível em: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/fr/jha/87261.pdf

¹⁷⁸ Conselho da União Europeia - *Implementation of the Action Plan to Combat Terrorism*, 2005. [Consult. 14-2-2012] Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/05/st15/st15704.en05.pdf>

¹⁷⁹ A designação Tróica da UE refere-se à formação adoptada pela União na representação no âmbito Política Externa e de Segurança Comum PESC. No período em análise vigorava o tratado de Amesterdão que no seu artigo J.8 estipulava que a Presidência é responsável pela tomada de decisão no âmbito da PESC, associada à Comissão e que “*será assistida pelo pelo Secretário-Geral do Conselho, que exercerá as funções de Alto-Representante para a política externa e de segurança comum*”. A Presidência será igualmente “*assistida, se necessário, pelo Estado-Membro que for exercer a presidência seguinte*”.

Balcãs, nomeadamente na operação ALTHEA na Bósnia-Herzegovina. O relatório de 2006 refere ainda a importante contribuição de Marrocos na luta contra o terrorismo. Nesse ano foi desmantelada em Marrocos uma importante célula terrorista, o que não evitou, que acontecesse o exposto no relatório de 2007, “*Marrocos foi tocado por vários atentados terroristas...*” (tradução nossa)¹⁸⁰ tendo intensificado a cooperação na luta anti-terrorista. Igualmente em 2007 a UE inicia um projecto em regime de geminação para reforço do combate ao branqueamento de dinheiro. Esta iniciativa insere-se na recomendação nº 8 inscrita na nota do Coordenador da Luta Antiterrorista para a Comissão de Representantes Permanentes do Conselho, visando a “Revisão da Estratégia contra o Financiamento do Terrorismo”

«Recomendação n.º 8 – Cooperação internacional

A UE deverá continuar a trabalhar no sentido de assegurar a adesão universal e a plena implementação das pertinentes convenções internacionais e resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Este tópico deverá ser constantemente abordado no diálogo político a todos os níveis com os países que ainda não ratificaram ou implementaram plenamente estes instrumentos. O Conselho transmitirá importantes mensagens sobre o financiamento do terrorismo nas reuniões de diálogo político pertinentes, designadamente com os países prioritários identificados pelo Grupo do Terrorismo para a PESC (COTER).»

In Conselho da União Europeia - *Revisão da Estratégia contra o Financiamento do Terrorismo*, Bruxelas, 2008, p. 18. [consult. 16-02-2012] Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/08/st11/st11778-re01.pt08.pdf>

A recomendação n.º 8 refere expressamente os países prioritários, como atrás referimos, Marrocos foi considerado um país prioritário neste domínio pelo COTER. Este órgão do Conselho da União Europeia está vocacionado para tratar das questões relacionadas com o terrorismo para lá das fronteiras da UE¹⁸¹, especialmente através da realização de diálogos bilaterais com os principais parceiros e de questões de assistência a países terceiros. É debaixo da sua alçada que se desenvolvem os projectos de cooperação neste domínio.

Nos relatórios de 2008 e 2009 são referenciadas mais reuniões entre Marrocos e a Tróica da UE, encontros realizados no quadro do conselho de associação e reuniões informais no âmbito do diálogo político sobre temas de segurança e sobre a luta contra o

¹⁸⁰ “*Le Maroc a été touché par plusieurs attentats terroristes ...*” in Comissão Europeia – *Mise en oeuvre de la politique européenne de voisinage en 2007: Rapport de Suivi Maroc*, 2008, p. 6. [Consult. 14-2-2012] Disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2008/sec08_398_fr.pdf

¹⁸¹ <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/enjeux-internationaux/defense-et-securite/terrorisme>

terrorismo em particular. Mais uma vez são realçadas as participações de Marrocos em iniciativas da UE, a participação num exercício de gestão de crises em 2008 e a cooperação com os serviços de informações de vários estados-membros, particularizando os serviços de França, Espanha e Reino Unido. Com sinal negativo surge em ambos os relatórios a referência à falta de ratificação do estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional de que Marrocos é signatário.

No relatório de 2009, é destacada a realização de duas reuniões de nível ministerial à margem da assembleia geral das Nações Unidas e o início de conversações para reforçar a cooperação regional em matéria de luta anti-terrorista no Sahel. Trata-se de uma área onde Marrocos mantém interesses e disputas. Marrocos assinalou ainda o seu interesse para obter um acordo estratégico com a EUROPOL.

Neste domínio particular Marrocos tem mantido relações de cooperação em matéria de segurança e defesa com vários países europeus, nomeadamente com Portugal com quem tem realizado programas de formação e treino de pilotos militares, com o acolhimento de militares marroquinos em cursos de promoção e de formação e ainda com a participação em exercícios conjuntos e combinados¹⁸², tendo o SWORDFISH 08 sido um desses casos. A participação em exercícios militares internacionais com países da UE também tem sido frequente, uns no quadro da iniciativa 5+5¹⁸³, como foi o caso do exercício *Sea Border*, em 2009, ou sob a égide da NATO inserido no “Diálogo do Mediterrâneo”¹⁸⁴ na operação *Active Endeavour*.

¹⁸² A designação “conjuntos e combinados” refere-se respectivamente à participação de forças de vários ramos das forças armadas e de vários países.

¹⁸³ A iniciativa 5+5, ou diálogo 5+5, foi lançada em 1983 com o objectivo de promover a cooperação entre os países ribeirinhos do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente a França, Itália, Portugal, Espanha, a que posteriormente se juntou Malta e a Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. Em 2004 teve lugar em Roma uma reunião onde foi aprovado um “Documento de Entendimento”, a ser assinado pelos Ministros da Defesa dos “5+5”, e um “Plano de Actividades para a cooperação multilateral sobre segurança na bacia ocidental do Mediterrâneo”, englobando as seguintes áreas: Vigilância Marítima; Participação das Forças Armadas no domínio da Protecção Civil e Segurança Aérea.

¹⁸⁴ “O Diálogo do Mediterrâneo foi lançado para contribuir para a segurança e a estabilidade regionais; conseguir uma melhor compreensão mútua entre a OTAN e os seus Parceiros Mediterrânicos; desfazer más compreensões acerca da Aliança nos países participantes; e promover boas relações amigáveis em toda a região. Além disso, complementa outras iniciativas internacionais para a região, como o Processo de Barcelona da União Europeia e a Iniciativa do Mediterrâneo da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE).” in Notícias da OTAN, Outono de 2004. Consultado em disponível em : http://www.nato.int/docu/review/2004/issue3/portuguese/art4_pr.html

Retomando a análise do desenvolvimento das medidas no âmbito da segurança e relacionando-o com a estabilidade governativa recorreremos de novo aos dados disponibilizados pelo *Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team*, que para o efeito elaborou um indicador denominado *estabilidade política e ausência de violência/terrorismo*. A análise da evolução deste indicador realça uma tendência de estabilização ainda que com ligeira tendência negativa, observando-se inflexões nos períodos que sucedem às acções terroristas de 2003 e de 2006. Quanto à estabilidade governativa, Marrocos é um exemplo paradigmático, sendo poucos os eventos registados que pudessem contribuir para a diminuição dessa estabilidade. No respeitante à ausência de violência/terrorismo, ocorreram vários episódios de significativa dimensão que justificam quer as inflexões já identificadas, quer a tendência de diminuição observada graficamente na figura 15. Este indicador utiliza 11 fontes de informação diferenciadas e 39 variáveis que incluem desde a ocorrência de tortura, assassinatos, desaparecimentos, guerra civil, conflito armado, conflito étnico, terrorismo político e manifestações violentas, entre muitos outros. O valor do índice é maior consoante se regista maior estabilidade política e ausência de violência/terrorismo.

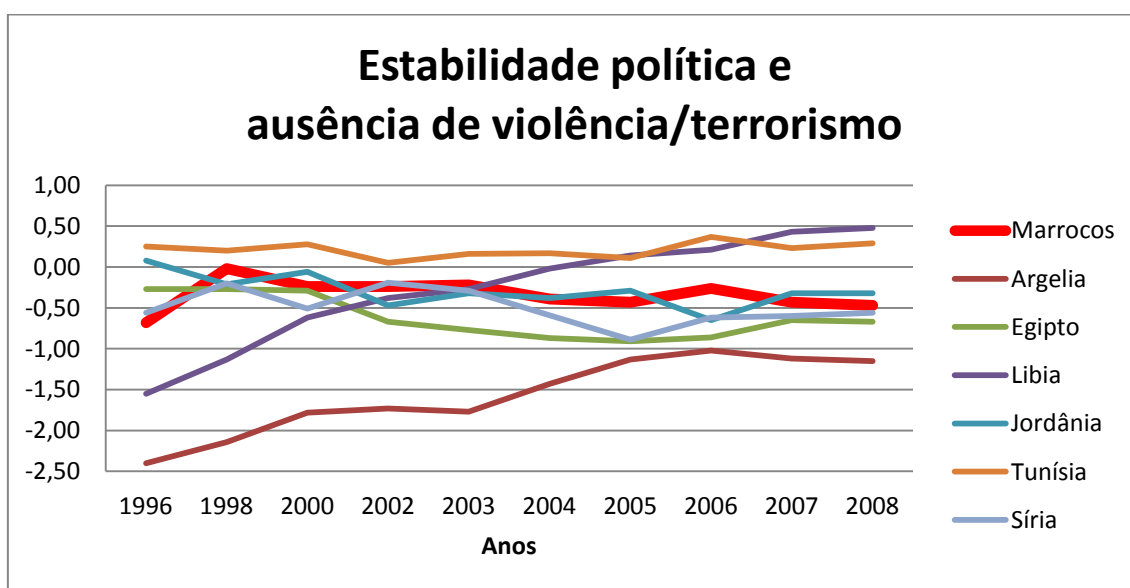


Figura 15 – Comparativo do indicador de estabilidade política e ausência de violência/terrorismo entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada no relatório KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo - Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2008, Policy Research Working Paper 4978, The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team, Junho de 2009, pp. 83-85. [Consult. 17-12-2011] Disponível em:

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1424591&rec=1&srcabs=1148386

No relatório respeitante à situação e tendência do terrorismo referentes a 2009, a EUROPOL¹⁸⁵ considera que a ameaça terrorista a que estão sujeitos os estados-membros mantém-se séria, particularizando a ameaça extremista islâmica. Este mesmo relatório apresenta dados sobre detenções relacionadas com terrorismo na EU, que apontam para uma representação de 42% de naturais de estados do Norte de África no universo de detidos. Esta percepção, os trágicos acontecimentos já ocorridos e as tendências¹⁸⁶ apresentadas no citado relatório justificam a manutenção da estreita colaboração com os países vizinhos em matéria de combate ao terrorismo, não como fim em si próprio¹⁸⁷, mas enquanto face visível da intolerância e geradora de elevados danos às populações e aos valores democráticos.

A diminuição e a tendência apresentadas vão de encontro à afirmação de Alfonso Garcia, este investigador afirma que os desenvolvimentos realizados nos quadros de cooperação vigentes após a declaração de Barcelona não tiveram como consequência a articulação e implementação de mecanismos para *“conter e anular ameaças assimétricas de primeira ordem – como é caso do terrorismo jihadista - que afectam directamente tanto o Magrebe como os estados europeus em seu conjunto.”* (tradução nossa)¹⁸⁸.

Alfonso Garcia relaciona esta ineficácia com a falta de intervenção da UE na mudança política nos regimes autoritários do Mediterrâneo Sul e adianta que a UE não levou a cabo uma intervenção política directa e crítica, abstendo-se de fomentar reformas no sentido da democratização dos regimes vigentes. O mesmo autor relaciona a proliferação da ideologia salafista com a falta de mudança democrática e com o forte

¹⁸⁵ EUROPOL - TE-SAT 2010: EU Terrorism Situation and Trend Report, p. 6. [consult. 27-02-2012]
disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/TE-SAT%202010.pdf>

¹⁸⁶ EUROPOL - TE-SAT 2010: EU Terrorism Situation and Trend Report, p.21. [consult. 27-02-2012]
disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/TE-SAT%202010.pdf>

¹⁸⁷ O terrorismo não é algo que se combata. Trata-se de uma forma de acção violenta inesperada, orientada para causar impacto mediático e terror. O combate dirige-se contra os que praticam estes actos.

¹⁸⁸ *“... contener y anular amenazas asimétricas de primer orden - como es el caso del terrorismo yihadista – que afectan directamente tanto el Magreb como a los Estados Europeos en su conjunto.”* GARCÍA, Alfonso Merlos – *Causas, desarrollo e implicaciones estratégicas del auge del terrorismo salafista en el espacio de seguridad euromediterráneo: la amenaza de las redes marroquíes* in Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007, p. 61.

crescimento populacional, que conduziu ao significativo aumento da população jovem que não encontra emprego nem qualquer expectativa de melhoria das condições de vida. Esta corrente Islâmica reformista, cuja origem remonta ao século XIX, defendia um retorno à pureza da comunidade islâmica da época do Profeta, após ser sujeita a sucessivas transformações tornou-se no Norte de África “*uma ideologia de raiz islamista inimiga de toda a forma de nacionalismo, socialismo e em geral, de toda a influência importada da Europa*” (tradução nossa)¹⁸⁹.

As relações entre a União Europeia e Marrocos foram sempre muito centradas na área económica, a convicção de que o desenvolvimento económico conduziria à democracia e à prosperidade serviram de base à profusão no plano de acção de itens com agenda quase totalmente centrada em assuntos económicos, de tal forma que a própria EU, praticamente até ao século XXI, efectuou a medição da ajuda externa apenas pela comparação dos montantes disponibilizados. Posteriormente, já com o plano de acção como pano de fundo, inicia um ciclo em que são realizados relatórios anuais de seguimento das actividades propostas e desenvolvidas.

As actividades de natureza económica previstas no plano de acção são merecedoras de vastas referências elogiosas nos relatórios de seguimento, porém identificamos um permanente desfasamento entre os objectivos traçados e os efectivamente alcançados. Essa diferença constitui-se como estímulo para sucessivos avanços para medidas mais arrojadas e que contribuirão para a modernização das estruturas económicas.

As negociações entre a UE e Marrocos respeitantes ao acordo de associação foram realizadas com reduzido envolvimento da totalidade dos estados-membros da União, só os estados com interesses próprios a defender nas negociações se envolveram mais. Nestes interesses a agricultura e pescas dominavam a agenda. Tal como Carl Dawson afirma, só a França, Itália e Espanha se envolveram significativamente no

¹⁸⁹ “... una ideologia de raíz islamista enemiga de toda forma de nacionalismo, socialismo y, en general, de toda influencia importada de Europa” GARCÍA, Alfonso Merlos – *Causas, desarrollo e implicaciones estratégicas del auge del terrorismo salafista en el espacio de seguridad euromediterráneo: la amenaza de las redes marroquíes* in Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007, p. 62.

processo negocial¹⁹⁰. Por outro lado, a estrutura económica do Reino de Marrocos condicionou tremendamente as negociações. A ausência de estruturas independentes agregadoras das actividades económicas e a super presença estatal, levaram a que muitos dos interesses sectoriais fossem menosprezados, colocando em risco uma economia antiquada e maioritariamente composta por pequenos negócios familiares. O acordo de associação contemplou um acordo de livre comércio a vigorar entre 1998 e 2010, mas excluiu na quase totalidade a agricultura e os serviços, áreas em que Marrocos poderia obter significativas vantagens¹⁹¹. Muitos dos fundos europeus para o desenvolvimento de actividades económicas em Marrocos não foram utilizados por razões de vária ordem onde se destacam: as demoras burocráticas, a inviabilidade de muitas das candidaturas e a resistência das empresas de estrutura familiar a fontes de financiamento externas.

Carl Dawson sustenta que a UE celebrou com Marrocos um acordo que contradiz os objectivos de Barcelona, a prosperidade e estabilidade na região, devido ao modo como o processo negocial decorreu, com falta de empenhamento dos estados-membros e ausência de participação dos agentes económicos imposta por um regime autoritário.

As elevadas expectativas expressas nos acordos não tiveram correspondência no desenvolvimento económico, conforme o gráfico da figura 16 demonstra.

¹⁹⁰ DAWSON, Carl - *EU INTEGRATION WITH NORTH AFRICA: Trade Negotiations and Democracy Deficits in Morocco*, Tauris Academic Studies, Londres, 2009, P. 4.

¹⁹¹ DAWSON, op. cit., p. 2.

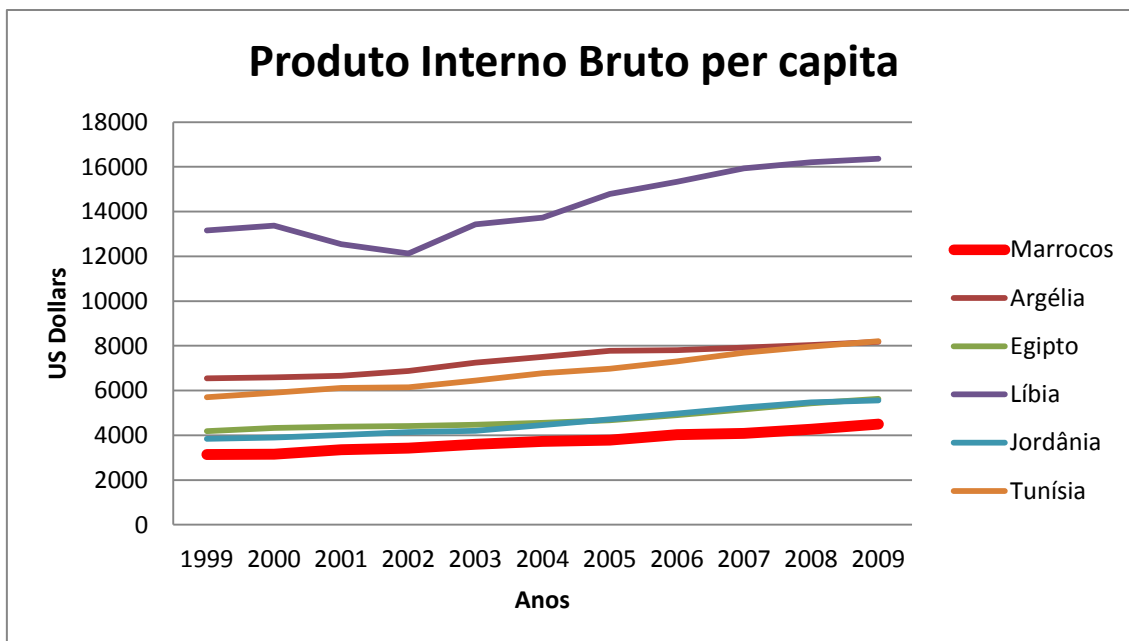


Figura 16 – Comparativo da evolução do PIB per capita entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada no relatório de Desenvolvimento Humano de 2010. [Consult. 17-12-2011] Disponível em: hdr.undp.org/en/media/2010_Hybrid-HDI-data.xls

No período que medeia entre 1999 e 2009, Marrocos além de ocupar a última posição no conjunto de estados da fachada sul do Mediterrâneo comparados, apresenta a evolução menos acentuada.

Com uma perspectiva mais abrangente, as Nações Unidas apuram anualmente o Índice de Desenvolvimento Humano. A figura 17 apresenta um gráfico comparativo da evolução do IDH. Como o IDH sofreu alterações na forma de ser determinado, será utilizada a variante do IDH, denominada IDH híbrido, que permite a comparação entre anos diferentes com critérios idênticos.

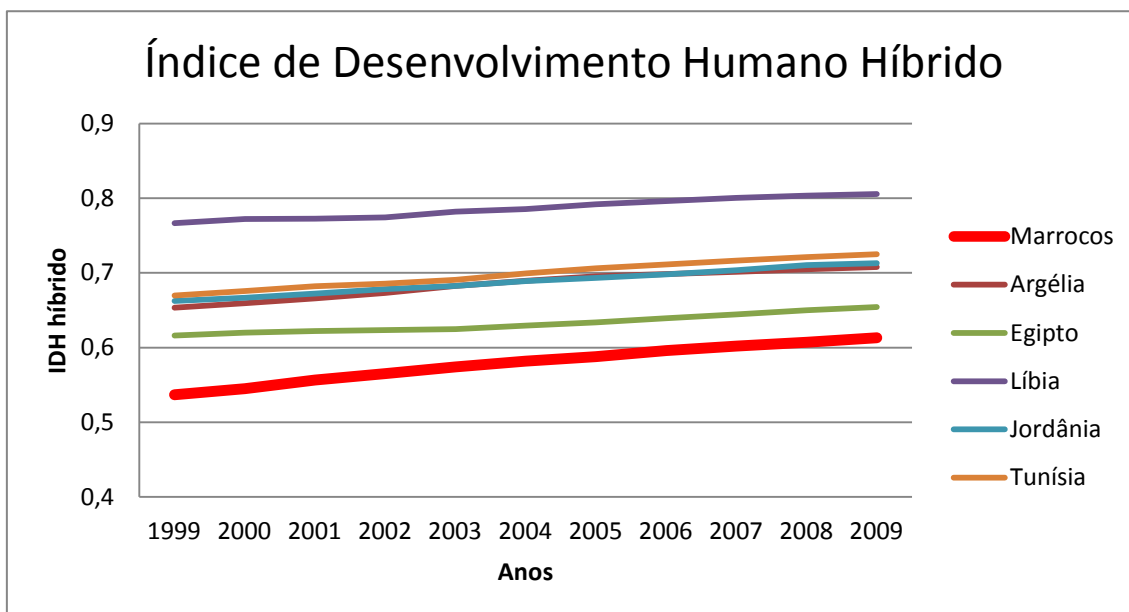


Figura 17 – Comparativo da evolução do IDH híbrido entre estados da fachada sul do Mediterrâneo. Fonte: Elaboração própria baseada no relatório de Desenvolvimento Humano de 2010. [Consult. 17-12-2011] Disponível em: hdr.undp.org/en/media/2010_Hybrid-HDI-data.xls

O gráfico da figura 17 corrobora a ineficácia da parceria da UE em termos de desenvolvimento humano. Mais uma vez Marrocos ocupa a última posição nos estados comparados e embora o índice aumente, o aumento não é suficiente para atingir o mesmo nível dos estados com índice de desenvolvimento humano mais elevado.

A cooperação económica foi efectuada na perspectiva de integração de Marrocos no mercado europeu tendo sido projectada de acordo com três princípios: a reciprocidade, a assimetria e a evolução gradual. Na opinião de Gonzalo Francés, os seus principais problemas derivam do carácter limitado, por não incluir a agricultura nem desenvolver em profundidade o sector dos serviços e pela falta de investimento estrangeiro directo, a insuficiência dos fundos disponibilizados para a melhorar o aparelho produtivo económico e a diminuição de receitas provenientes das taxas alfandegárias¹⁹².

¹⁹² FRANCÉS, Gonzalo Escribano– *Marruecos y la Unión Europea: 10 años después de la Conferencia de Barcelona* in Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007, p. 62

IV - CONCLUSÃO

*“...há um crescente sentido de desilusão na Europa sobre o potencial do processo para atingir os seus objetivos. Mas, simultaneamente, todos os parceiros percebem a sua utilidade e, portanto, querem o seu sucesso.”*¹⁹³ (tradução nossa)

George Joffé

A pretexto da partilha de padrões de desenvolvimento económico mais elevados, os estados vizinhos do sul da União Europeia aderiram a acordos de associação, que incluíam compromissos na democratização e no respeito pelos direitos humanos, ao mesmo tempo que tinham como objectivo a criação de uma área de segurança no flanco sul da UE.

O funcionamento destes acordos de associação, num quadro definido pelo Processo de Barcelona e posteriormente pela Política de Vizinhança Europeia, configura um projecto de elevada institucionalização levado a cabo por parte de uma entidade política igualmente muito institucionalizada perante estados com baixos índices de governança, onde dominam os modelos autoritários e se registam baixos níveis de desenvolvimento humano. Alguns desses estados apresentam indicadores económicos menos frágeis, caso dos países produtores de petróleo ou gás natural.

A assimetria existente conduz a que os países alvo desta forma de cooperação negoceiem com interesse no desenvolvimento económico, enquanto a União Europeia negoceia para a criação de estabilidade ao seu redor. A diferença nos pressupostos considerados mais relevantes para cada um dos intervenientes, decerto terá contribuído para o funcionamento pouco eficiente da cooperação, que se afigura extensível a todos os domínios da cooperação. A cooperação tem sido tão ineficaz no domínio social ou económico como no da segurança. Não obstante a evolução negativa, confirma-se o

¹⁹³ “existe um creciente sentido de desilusion en europa sobre el potencial del proceso para lograr sus objetivos. Pero a la vez todos los socios perciben la utilidad y por tanto, desean su éxito” George Joffé citado em JERCH, Martin – *De Barcelona a Barcelona Plus: pasado presente y futuro del Proceso de Barcelona* in *Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona*, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana; SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007, p. 61.

modelo da interdependência proposto por Robert Kehoane, uma vez que ocorre cooperação em todas estas áreas, os resultados é que são pouco relevantes. Esta falta de resultados prende-se com a existência de significativa inércia em todos os sectores envolvidos na cooperação, naturalmente existem razões para isso, que de seguida apontaremos.

Marrocos não sendo produtor de produtos petrolíferos e partindo de indicadores económicos muito débeis apresenta-se como um país com tudo para desenvolver, com tudo para transformar. A frágil economia, a agricultura excluída no acordo de associação e os indicadores socioeconómicos exigiam a transformação e o desenvolvimento.

Sob outra perspectiva a União Europeia aposta no desenvolvimento económico como catalisador da transformação política. Considerando que as modificações necessárias para o processo de criação de uma economia de mercado exigem transparência e competitividade, com consequente repercussão noutros sectores como a educação, a saúde ou a administração pública. Estas transformações desenvolvem o conhecimento e a consciência social, em suma a cidadania, que por sua vez reclamará a transformação democrática, o respeito pelos direitos humanos e a melhoria global das condições de vida, toda esta sequência, que pode ser inscrita em qualquer ideário liberal, está subjacente aos princípios constantes na Declaração de Barcelona e vertida na letra e no espírito do acordo de Associação UE-Marrocos. No entanto, em Marrocos o peso da história, das instituições e da religião fazem-se sentir de forma muito significativa, constituindo-se como obstáculos a todos os processos de transformação, que são dessa forma desacelerados, quando não são mesmo travados. As ratificações de convenções internacionais na área dos direitos humanos são um exemplo desse comportamento, após uma auspiciosa declaração de intenções seguem-se anos de imobilismo, diminuindo a eficácia dos instrumentos legais que derivem dessas convenções. Encontramos outro exemplo nas reservas ao primado de tratados e convenções e ainda nas dificuldades em implementar legislação como foi, e ainda é, o caso do código da família. Qualquer alteração ao estabelecido realiza-se muito lentamente e sempre com muitas reservas ou condições.

No primeiro dos grandes objectivos do processo de Barcelona a “*Parceria Política e de Segurança: definição de um espaço comum de paz e estabilidade*” existem alguns sucessos, embora os indicadores não o comprovem. Foram transformados

aspectos fundamentais do sistema eleitoral, foram investigados desaparecimentos e violações de direitos humanos, com atribuição de indemnizações às vítimas, ou seus representantes.

A Constituição foi revista, reduzindo a concentração de poderes na figura do Monarca.

O respeito pelos direitos humanos tem aumentado embora o indicador que lhe foi associado indique o contrário, tal facto deve-se à evolução negativa da liberdade de imprensa, sucedendo-se os episódios de penalização e encerramento de publicações. Neste capítulo Marrocos apresenta um aspecto muito diferenciador, é um dos poucos estados do Magrebe onde a pena de morte, embora não esteja abolida, não é concretizada, sendo discutida a sua abolição.

Por último os actos eleitorais têm sido objecto de melhoria sucessiva, podendo-se afirmar com elevado grau de confiança que as eleições em Marrocos têm ocorrido de forma livre e justa, pelo menos desde 2007. A tão prezada, pela EU, estabilidade tem sido mantida em grande parte graças à estreita ligação entre a religião e a monarquia, que cautelosamente tem antecipado transformações visando controlar o seu andamento, o caso dos direitos humanos é emblemático, perante a subida de tom de protestos nessa área o Rei cria uma comissão para o efeito.

Em matéria política afigura-se que o percurso tem sido positivamente influenciado pelos acordos, embora subsistam barreiras a ultrapassar e muitos passos a trilhar merecedores de acompanhamento e futura investigação. O facto de neste domínio terem ocorrido estas transformações, confirma não só o estipulado na teoria da Interdependência, mas também no Realismo Neoclássico. No primeiro dos citados modelos teóricos é defendida a ausência de clara separação entre a política doméstica e as relações internacionais, enquanto no segundo é determinante a relação entre a esfera doméstica e a política externa, bem como o condicionamento recíproco.

Em matéria de segurança os resultados são prometedores, embora a situação internacional, tal como Robert Kehoane descreveu, já não se baseie numa concepção do mundo em que os estados procuram garantir interesses nacionais moldados pela realidade geopolítica e económica, mas muito mais pela noção identitária, étnica e religiosa. É neste contexto que a emergência do Islamismo enquanto fenómeno político é transnacional e também por isso proporcionador de grande vantagem para a difusão de

ideias extremistas. A adopção de medidas de segurança preventivas, protectivas, persecutórias ou reactivas tornou-se essencial para mitigar as ameaças. Como os extremistas também elegeram a monarquia Alauita e o território marroquino como alvos gera-se um interesse mútuo no controlo e erradicação da ameaça.

Os acordos de associação e o acompanhamento que as instituições europeias têm efectuado acabaram por moldar o comportamento das autoridades marroquinas, registando-se uma ocorrência do teorizado por Robert Keohane, relativamente ao efeito das instituições no comportamento dos actores da cena internacional. Embora no caso a UE não funcione nos moldes previstos por Keohane, uma vez que não se trata nem de uma instituição constituída com a participação de Marrocos, tendo como finalidade a prossecução de objectivos comuns, nem de uma já existente com esse propósito à qual o Reino de Marrocos tenha aderido. Porém, Marrocos ao subscrever o acordo de associação inicia um processo de acções recíprocas, cujos objectivos são uma quase adesão. O condicionalismo, ainda que ineficaz, coloca na agenda doméstica as transformações sociais e o processo inicia-se.

De acordo com a teoria Realista Neoclássica o poder normativo é essencial para influenciar efectivamente Marrocos, para difundir as práticas e normas da UE, expandindo a sua influência. Do ponto de vista de Marrocos, devido aos factos históricos recentes e por não haver expectativa de se tornar membro da União, torna-se evidente que nem tudo é feito no respeitante ao processo de cooperação. De um lado, como não existe o prémio maior, não há o empenhamento total, do outro a preponderância dos vectores económicos, onde a União tem justificadas pretensões hegemónicas, diminui a possibilidade de uso da condicionalidade prevista nos acordos. Como no domínio da segurança a UE não dispõe do mesmo nível de recursos, poder e autoridade tem optado por usar a influência e a socialização das elites governantes para as envolver na criação do espaço de estabilidade e segurança, por sua vez estas elites têm procurado capitalizar esta opção da UE visando a sua manutenção no poder. Ainda numa lógica realista, a União não condena este aproveitamento, uma vez que a manutenção da estabilidade, ainda que nestas condições, tem sido mais importante do que a transformação dos modelos governativos.

A análise efectuada ao desenvolvimento das relações entre a União Europeia e Marrocos no período de 1999 a 2009 suscita uma nova questão para determinar em que

medida as características próprias do Reino de Marrocos têm contribuído para os objectivos não exclusivamente económicos do acordo de associação com a UE.

O Reino de Marrocos apresenta características que lhe conferem senão excepionalidade, singularidade. Vários factores contribuem para esta diferenciação relativamente aos outros estados da região. Estes factores são muitas das vezes revestidos de um elevado peso temporal que os tornam agregadores e constitutivos de uma forte unidade. Destacamos os factores basilares na estrutura de um estado e que no caso de Marrocos são milenares: a religião, a supremacia da instituição monárquica, a unidade territorial permanente, a língua e a população. Outros factores igualmente importantes, que não se revestem de uma natureza temporal tão grande, são a manutenção de uma dinastia com mais de 300 anos, a posição geográfica do território e a prática centenária de uma diplomacia abrangente.

A religião é um dos maiores factores de agregação da população marroquina revestindo-se de práticas diferenciadas relacionadas com o Marabutismo e as Confrarias. Não sendo a religião nem estas práticas um exclusivo de Marrocos são um elemento fundamental para a construção do particularismo marroquino.

A supremacia da instituição monárquica em Marrocos é um factor de grande relevo e de unidade nacional, consagrada constitucionalmente e fundida com a liderança religiosa através da descendência cherifina.

O território actualmente detido por Marrocos tem uma mancha geográfica constante desde o século VII. Existe uma continuidade temporal com permanente tutela por governantes marroquinos e mesmo no período do protectorado as leis eram promulgadas pelo Sultão que mantinha privilégios de chefe de estado.

A existência de população Árabe e Berbere, constituindo duas comunidades étnicas e dois grupos linguísticos maioritários, encontra-se inculcada na sociedade marroquina, embora subsistam tensões entre as duas comunidades, resultantes de um processo histórico em que a conflitualidade tem sido frequente. Na actualidade a tensão centra-se em torno do uso da língua Tamazigh.

Aos factores milenares acrescem a continuidade dinástica, a posição geográfica do território e o seu reflexo geoestratégico, sendo porta de entrada no mar Mediterrâneo e no oceano Atlântico e também relativamente ao Sahel. Ainda no respeitante ao reflexo geoestratégico e socorrendo-nos do modelo de Thomas Barnett consideramos que o

espaço territorial marroquino está em trânsito, entre o *espaço de exclusão* e o *núcleo empreendedor*, mantendo as características de estado na *linha da costura*.

Outro factor que consideramos muito relevante é a prática centenária de diplomacia envolvendo uma ampla variedade de estados. Marrocos que no século XVI e XVII negociou habilmente com as potências europeias e com o império Otomano tornou-se no século XVIII um importante parceiro dos Estados Unidos. Relativamente aos estados árabes Marrocos posicionou-se sempre como um estado membro dessa comunidade, apoiando, participando e dando suporte às decisões políticas daqueles estados, tendo mesmo assumido posições de força na política externa, com difíceis tomadas de decisão.

Os determinantes factores elencados contribuíram para a constituição de um *ethos* marroquino diferenciado, cuja existência consideramos sustentar a singularidade do Reino de Marrocos, patenteada ao longo de séculos e com visível efeito nos indicadores que foram relacionados com as medidas do Plano de Acção. Projectando o exposto para os desenvolvimentos que ocorreram na área geográfica do Magrebe após o período temporal da presente dissertação, a denominada primavera Árabe, consideramos que Marrocos confirma a sua singularidade.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV - *El Islam, el fundamentalismo y la traición al Islam tradicional: Ensayos de especialistas musulmanes occidentales*, ed. Joseph E.B. Lombard, trad. Esteve Serra, Mandala, Barcelona, 2007.

ALCARIO, Isabel Cristina Correia - *O processo de liberalização política em Marrocos (1992-2007): uma transição adiada*. Lisboa: ISCTE, 2009. [Consult. 15-12-2010] Disponível em http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1685/2/IAlcario_o%20processo%20de%20Liberaliza%c3%a7%c3%a3o%20pol%c3%adtica%20em%20Marrocos.pdf

ALMEIDA, João Marques de – *Uma Teoria Constitucionalista da Ordem Internacional*. IPRI. [Consult. 20-09-2011] Disponível em : <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=35>

ALMEIDA, João Marques de - *O Choque das Civilizações e o 11 de Setembro*, IPRI, Lisboa. [consult. 14/11/2011] Disponível em: <http://ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=31>

ALONSO, Beatriz Tomé - *El Islam político en Marruecos. dos estrategias enfrentadas: participación institucional frente a oposición desde fuera* in UNISCI Discussion Papers, Universidade Complutense de Madrid, Número 19, Janeiro, 2009. [consult. 17/01/2010]. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/767/76711407011.pdf>

AMIN, Samir - *Le Maghreb moderne*, Paris: Les éditions de Minuit, 1970.

BARAKA, Nikar – *El apoyo europeo a las reformas: clave del éxito de la transición en Marruecos* in Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007.

BARNETT, Thomas - *The Pentagon's New Map War and Peace in the Twenty –First Century*, Universidade de Michigan, G.P. Putnam's Sons, 2004.

BEAUFRE, André - *Introdução à Estratégia*, Lisboa: ed. Sílabo, 2004

BRAUDEL, Fernand - *O Mediterrâneo o Espaço e a História*, trad. Manuela Torres, Lisboa: Teorema, 1995.

BRAUDEL, Fernand - *O Mediterrâneo os Homens e a Herança*, Trad. Teresa Meneses, Ed. Teorema, 1987.

BRUMBERG, Daniel - *Democratization in the Arab World? THE TRAP OF LIBERALIZED AUTOCRACY* in Journal of Democracy, volume 13, número 4, 2002. P. 64.

BUZAN, Barry – *As implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais* in Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol,24, nº 2, Julho/Dezembro 2002.

CARVALHO, Pedro - *O PODER MARÍTIMO* in Cadernos Navais, Jornadas do Mar, 2006, p. 37. [consult. 12/01/2012]. Disponível em: <http://jornadasdomar.marinha.pt/PT/trabalhos/Documents/2006/Cad1.pdf>

COSTALLI, Stefano - *Power over the Sea: The Relevance of Neoclassical Realism to Euro-Mediterranean Relations* in Mediterranean Politics, vol.14, nº 3, 2009, pp. 323-342. [Consult. 12-03-2012] Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13629390903346814>

DAWSON, Carl - *EU INTEGRATION WITH NORTH AFRICA: Trade Negotiations and Democracy Deficits in Morocco*, Tauris Academic Studies, Londres, 2009.

FARINHA, António Dias - *As relações luso-marroquinas: Identidade e História* in Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Novembro de 2004, nº 17-18.

FERNANDES, António Horta; BORGES, João Vieira – *Enquadramento Conceptual* in José Freire Nogueira,. Coord., Pensar a Segurança e Defesa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2005.

FRANCÉS, Gonzalo Escribano– *Marruecos y la Unión Europea: 10 años después de la Conferencia de Barcelona* in Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007.

GADDIS, John Lewis - *What Is Grand Strategy?* [Consult. 18-11-2011] Disponível em:
<http://www.duke.edu/web/agsp/grandstrategy.pdf>

GARCÍA, Alfonso Merlos – *Causas, desarrollo e implicaciones estratégicas del auge del terrorismo salafista en el espácio de seguridad euromediterráneo: la amenaza de las redes marroquíes* in Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana, SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007.

GARCIA, Francisco Proença – *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo* in Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático, Março de 2006, nº 9.1.

JERCH, Martin – *De Barcelona a Barcelona Plus: passado presente y futuro del Proceso de Barcelona* in Europa y Marruecos: diez años del Proceso de Barcelona, FÉRNANDEZ-ARDAVÍN, Ana; SALTO, Mónica Goded Coords., Biblioteca Nueva, Madrid, 2007.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo - *Governance Matters VIII: Aggregate and Individual Governance Indicators 1996–2008*, Policy Research Working Paper 4978, The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team, Junho de 2009.
[Consult. 17-12-2011] Disponível em:
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1424591&rec=1&srcabs=1148386

KEOHANE, Robert O. - *International Institutions: Can Interdependence Work?*, in Foreign Policy, Primavera de 1998.

KEHOANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. – *The Promise of Institutional Theory* in Theories of International Relations editado por David. A. Baldwin, Princeton University, USA, 2008.

KISSINGER, Henry - *Les Années Orageuses*; traduit de l'américain par Marc Saporta, Philippe Delamare, Denise Meunier, Paris, 1982, Fayard, Vol II.

LACOMBA, Joan Antonio – *Emergencia del Islamismo en el Magrebe : Las Raíces Sociopolíticas de Los Movimientos Islamistas*, Ed. Los Libros de la Catarata, Barcelona, 2000. [consult. 17/01/2010]. Disponível em:
<http://books.google.pt/books?id=3B37KUFAA8UC&pg=PA75&lpg=PA75&dq=Emergencia+del+islamismo+en+el+Magreb,+Barcelona&source=bl&ots=wru0YUDnfx&sig=64uAaSOikqxfsrZ5DaJFTIR0Gwg&hl=pt-PT&sa=X&ei=L4gJT-S6F4W1hAeB3lidCQ&ved=0CB0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false>

LACOSTE, Yves – *A Geopolítica do Mediterrâneo*, trad. Pedro Elói Duarte, Lisboa, Edições 70, 2006.

LAKE, David A. – *The State and International Relations* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008.

LUMBARD, Joseph E.B. et al – El Islam, el fundamentalismo y la traición al Islam tradicional, Barcelona, Mandala, 2007.

MACÍAS AMORETTI, Juan António - *Movimento Islamista y Democracia em Marruecos. Una aproximación al desarrollo sociopolítico e ideológico del islamismo marroquí contemporáneo*, (online), Altafulla, FIMAM, 2008. [consult. 14/11/2011] Disponível em : <http://www.fimam.org/d.htm>

MACLEOD, J. M. - *The Achievements of France in Morocco*. The Geographical Journal, Vol. 52, No. 2 (Aug., 1918). [Consult. 18-11-2011] Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1779556>

MAYER, Ann Elizabeth – *Stratification, Authority, and Justice in the Law of the Islamic Middle East: A Bibliographical Essay. Part I*, in Bulletin (British Society for Middle Eastern Studies), Vol. 4, No. 2 (1977), p. 84. [Consult. 23-12-2011] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/194341>

MEARSHEIMER, John J. – *The Tragedy of Great Power Politics*, New York : W. W. Norton, 2003.

MITRANY, David - *The Functional Approach to World Organization* in Foreign Affairs, vol. 24, n. 3, Julho de 1948.

MONTEIRO, Sardinha - *Mahan, Corbett e o poder naval do séc. XXI*. [Consult. 23-11-2011] Disponível em : <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/atividade/areacultural/academiademarinha/Documents/Mahan,%20Corbett%20e%20o%20poder%20naval%20no%20s%C3%A9c.%20XXI.pdf>

MORAVCSIK, Andrew - *Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics* in International Organization, Vol. 51, No. 4. (Autumn, 1997). Consultado em 13-04-2011 disponível em : <http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183%28199723%2951%3A4%3C513%3ATPSALT%3E2.0.CO%3B2-C>

MORAVCSIK, Andrew – *The New Liberalism* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008.

MORLINO, Leonardo - *Hybrid Regimes or Regimes in Transition?*, Working Paper nº 70. [Consult. 15-12-2010] Disponível em www.fride.org

MORLINO, Leonardo - *Are there hybrid regimes? Or are they just an optical illusion?*, in European Political Science Review, 2009, nº 1:2. [Consult. 28-12-2011] Disponível em: <http://www.democraciaenamericalatina.org/articulos/leonardomorlino/aretherehybrid.pdf>

PENNEL, C.R. – *Morocco: from empire to independence* – Oneworld, Oxford, 2003.

REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan – *Practical Discourses of International Relations* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008.

RICHARDSON, James L. - *The Ethics of Neoliberal Institutionalism* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008.

ROSE, Gideon - *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy* in World Politics, Vol. 51, No. 1 (Oct., 1998), pp. 144-172. [Consult. 28-02-2012] Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25054068>

RUGGIE, John Gerald - *International Responses to Technology: Concepts and Trends* in International Organization, Vol. 29, No. 3, Verão de 1975.

SCHIMDT, Dorothée – *Interlinkages Within the Euro-Mediterranean Partnership: Linking Economic, Institutional and Political Reform: Conditionally Within the Euro-Mediterranean Partnership*, EuroMeSCo Papers 27, 2003. [consult. 27/01/2011] Disponível em:
<http://www.euromesco.net/euromesco/media/euromescopaper27.pdf>

STEIN, Arthur A. – *Neoliberal Institutionalism* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008.

WALTZ, Kenneth – *Realist Thought and Neorealist Theory*, Charles W. Kegley Jr. (ed.). Controversies in International Relations Theory: Realism and the Neoliberal Challenge. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1995.

WALTZ, Kenneth – *Teoria das Relações Internacionais*; trad. Maria Luísa Felgueiras Gayo ; rev. cient. Luís Filipe Lobo Fernandes, Lisboa: Gradiva, 1ª ed., 2002.

WEITZ, Rockford - *Strategic Oceanic Chokepoints: Are They Still Important?*, 2000. [Consult. 12/01/2012]. Disponível em:
http://fletcher.tufts.edu/Maritime/~media/Fletcher/Microsites/Maritime/pdfs/Oceanic_Chokepoints.a.shx

WOHLFORTH, William C. – *Realism* in The Oxford Handbook of International Relations, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, Oxford: Oxford University Press, 2008.

Fontes :

CEMBRERO, Ignacio – *OBITUARIO Dris Basri, 'brazo derecho' del rey Hassan II*, in Jornal El Pais, MADRID, 28/07/2007, [Consult. 08-01-2012]. Disponível em:
http://www.elpais.com/articulo/agenda/Dris/Basri/brazo/derecho/re/Hassan/II/elpepigen/20070828elpepage_2/Tes

Comissão das Comunidades Europeias – Política Europeia de Vizinhança - documento de orientação [consult. 22/01/2011] disponível em:
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/strategy/strategy_paper_fr.pdf

Comissão Europeia – *Rapport de Suivi PEV Maroc*, 2006. [Consult. 11-2-2012] Disponível em:
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/sec06_1511-2_fr.pdf

Comissão Europeia – *Mise en oeuvre de la politique européenne de voisinage en 2007: Rapport de Suivi Maroc*, 2008. [Consult. 14-2-2012] Disponível em:
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2008/sec08_398_fr.pdf

Comissão Europeia – *Mise en oeuvre de la politique européenne de voisinage en 2008: Rapport de Suivi Maroc*, 2009. [Consult. 22-2-2012] Disponível em:
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2009/sec09_520_fr.pdf

Comissão Europeia – *Mise en oeuvre de la politique européenne de voisinage en 2009: Rapport de Suivi Maroc*, 2010. [Consult. 23-2-2012] Disponível em:
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2010/sec10_521_fr.pdf

Comission des Comunnautés Européenes - *Politique européenne de voisinage : Raport sur Maroc*, 2004, Bruxelas.

Conselho de Associação UE-Marrocos - *Decisão n.o 1/2003* [consult. 27/01/2011] disponível em:
<http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?val=284422:cs&lang=pt&list=284422:cs,278272:cs,259258:cs,241789:cs,235961:cs,241391:cs,&pos=1&page=3&nbl=26&pgs=10&hwords=Conselho de Associação~MARROCOS~&checktexte=checkbox&visu=#texte>

Conselho de Associação UE-Marrocos - *Decisão n.o 1/2008* [consult. 28/01/2011] disponível em:
<http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?val=486547:cs&lang=pt&list=486547:cs,&pos=1&page=1&nbl=1&pgs=10&hwords=&checktexte=checkbox&visu=#texte>

Conseil de l' Union Européenne - *Stratégie de l'Union européenne visant à lutter contre le terrorisme*, Conseil Justice et affaires intérieures, Bruxelas , 2005. [Consult. 24-02-2012] disponível em:
http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/fr/jha/87261.pdf

Conselho da União Europeia - *Implementation of the Action Plan to Combat Terrorism*, 2005. [Consult. 14-2-2012] Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/05/st15/st15704.en05.pdf>

Código de redacção interinstitucional [consult. 27/01/2011] disponível em:
<http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000400.htm#im>

DEIROS, Trinidad – *el terrorismo convierte el Sahel en una fábrica de secuestros* in Jornal Público.es, MADRID, 24/08/2010, [Consult. 12/01/2012]. Disponível em:
<http://www.publico.es/internacional/333420/el-terrorismo-convierte-el-sahel-en-una-fabrica-de-secuestros>

Euronews – Marrocos pena de morte para o principal acusado do atentado de Marraquexe. [consult. 16-02-2012] disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/10/29/marrocos-pena-de-morte-para-o-principal-acusado-do-atentado-de-marraquexe/>

EUROPOL - *TE-SAT 2010: EU Terrorism Situation and Trend Report*. [consult. 27-02-2012] disponível em:
<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/TE-SAT%202010.pdf>

Lei 03-01 Relativa á obrigação de motivação das decisões administrativas emanadas das administrações públicas das colectividades locais e dos estabelecimentos públicos, Bulletin Officiel nº 5030 15 Août 2002– Édition française. [Consult. 23-1-2012] Disponível em:
http://www.sgg.gov.ma/BO/bulletin/Fr/2002/BO_5030_fr.PDF

Nações Unidas - *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011*. [Consult. 28-12-2011] Disponível em:
http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf

Notícias da OTAN, Outono de 2004. Consultado em disponível em :
http://www.nato.int/docu/review/2004/issue3/portuguese/art4_pr.html

Press release Europa alargada - Relações com os países vizinhos do Leste e do Sul "Partilhar tudo com a União, excepto as instituições" [consult. 22/01/2011] disponível em:
<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=COR/03/94&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>

Press release Após o alargamento, a Comissão dá um novo impulso à Política Europeia de Vizinhança [consult. 17/01/2011] disponível em:
<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/04/632&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>

REGULAMENTO (CE) N.º 1638/2006 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO [consult. 22/01/2011] disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/oj_l310_pt.pdf

Sahara Occidentale Avis Consultatif du 16 Octobre 1975, Cour Internationale de Justice, p. 65, para. 90. [Consult. 17-12-2011] Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/61/6195.pdf>

Texto da comunicação “*A Europa alargada – Vizinhança: um novo quadro para as relações com os vizinhos do Leste e do Sul da Europa*” [consult. 17/01/2011] disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com03_104_fr.pdf

Texto do Acordo de Cooperação UE-Marrocos [consult. 27-01-2012] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1978:264:0002:0034:FR:PDF>

United Nations - *A more secure world: Our shared responsibility report of the Secretary-General's High level panel on Threats, Challenges and Change*. 2004. [consult. 14/11/2010] Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>

Sítios da Internet

<http://www.aferry.com/gibraltar-ferry.htm>

<http://www.africom.mil/>

<http://www.amb-maroc.fr/>

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mo.html>

<http://data.un.org/Explorer.aspx?d=PopDiv&f=variableID%3a19>

http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/overview/twinning_fr.htm

<http://www.emb-marrocos.pt>

http://europa.eu/legislation_summaries/glossary

<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/enjeux-internationaux/defense-et-securite/terrorisme>

<http://geocarto.org>

<http://www.larousse.fr>

<http://www.maroc.ma>

<http://www.nato.int>

<http://www.transparency.org>

LISTA DE FIGURAS

1 - The Pentagon's New Map: War and Peace in the Twenty-First Century.	28
2 - Mapa do território do Reino de Marrocos.	32
3 - Ilhas e Enclaves Espanhóis.	33
4 – Expansão do Islão durante a dinastia Omíada.	36
5 – O Bled Makhzen e o Bled Siba.	38
6 – Território dos protectorados francês e espanhol.	45
7 – A União Europeia e os instrumentos de cooperação com Marrocos.	76
8 – Ajudas da UE a Marrocos e Percentagem das Ajudas a Marrocos no total das ajudas aos países a norte do Saara.	78
9 – Comparativo do índice de percepção de corrupção disponibilizado pela..... Transparencia Internacional entre estados da fachada sul do Mediterrâneo.....	84
10 – Comparativo do indicador de estado de direito entre estados da fachada sul do Mediterrâneo..	91
11 – Comparativo do indicador de efectividade governativa entre estados da fachada sul do Mediterrâneo	93
12 – Comparativo do indicador de participação e liberdades entre estados da fachada sul do Mediterrâneo.....	94
13 – Comparativo do indicador de qualidade reguladora entre estados da fachada sul do Mediterrâneo	95
14 – Comparativo do indicador de controlo de corrupção entre estados da fachada sul do Mediterrâneo	96
15 – Comparativo do indicador de estabilidade política e ausência de violência/terrorismo entre estados da fachada sul do Mediterrâneo.	108
16 – Comparativo da evolução do PIB per capita entre estados da fachada sul do Mediterrâneo.	112
17 – Comparativo da evolução do IDH híbrido entre estados da fachada sul do Mediterrâneo	113

ANEXOS

Anexo 1– A Constituição marroquina na versão de 1996 – texto em francês

ROYAUME DU MAROC

la Constitution

PREAMBULE

Le Royaume du Maroc, Etat musulman souverain, dont la langue officielle est l'arabe, constitue une partie du Grand Maghreb Arabe.

Etat africain, il s'assigne, en outre, comme l'un de ses objectifs la réalisation de l'unité africaine.

Conscient de la nécessité d'inscrire son action dans le cadre des organismes internationaux, dont il est un membre actif et dynamique, le Royaume du Maroc souscrit aux principes, droits et obligations découlant des Chartes des dits organismes et réaffirme son attachement aux droits de l'Homme tels qu'ils sont universellement reconnus.

De même, le Royaume du Maroc réaffirme sa détermination à oeuvrer pour le maintien de la paix et de la sécurité dans le monde.

TITRE PREMIER DISPOSITIONS GENERALES DES PRINCIPES FONDAMENTAUX

ARTICLE PREMIER.

Le Maroc est une Monarchie constitutionnelle, démocratique et sociale.

ARTICLE 2.

La souveraineté appartient à la Nation qui l'exerce directement par voie de référendum et indirectement par l'intermédiaire des institutions constitutionnelles.

ARTICLE 3.

Les partis politiques, les organisations syndicales, les Collectivités Locales et les Chambres professionnelles concourent à l'organisation et à la représentation des citoyens. Il ne peut y avoir de parti unique.

ARTICLE 4.

La loi est l'expression suprême de la volonté de la Nation. Tous sont tenus de s'y soumettre. La loi ne peut avoir d'effet rétroactif.

ARTICLE 5.

Tous les Marocains sont égaux devant la loi.

ARTICLE 6.

L'islam est la Religion de l'Etat qui garantit à tous le libre exercice des cultes.

ARTICLE 7.

L'emblème du Royaume est le drapeau rouge frappé en son centre d'une étoile verte à cinq branches. La devise du Royaume est DIEU, LA PATRIE, LE ROI.

ARTICLE 8.

L'homme et la femme jouissent de droits politiques égaux. Sont électeurs tous les citoyens majeurs des deux sexes jouissant de leurs droits civils et politiques.

ARTICLE 9.

La Constitution garantit à tous les citoyens:

- la liberté de circuler et de s'établir dans toutes les parties du Royaume;
- la liberté d'opinion, la liberté d'expression sous toutes ses formes et la liberté de réunion;
- la liberté d'association et la liberté d'adhérer à toute organisation syndicale et politique de leur choix.

Il ne peut être apporté de limitation à l'exercice de ces libertés que par la loi.

ARTICLE 10.

Nul ne peut être arrêté, détenu ou puni que dans les cas et les formes prévus par la loi.

Le domicile est inviolable. Les perquisitions ou vérifications ne peuvent intervenir que dans les conditions et les formes prévues par la loi.

ARTICLE 11.

La correspondance est secrète.

ARTICLE 12.

Tous les citoyens peuvent accéder, dans les mêmes conditions, aux fonctions et emplois publics.

ARTICLE 13.

Tous les citoyens ont également droit à l'éducation et au travail.

ARTICLE 14.

Le droit de grève demeure garanti. Une loi organique précisera les conditions et les formes dans lesquelles ce droit peut s'exercer.

ARTICLE 15.

Le droit de propriété et la liberté d'entreprendre demeurent garantis.

La loi peut en limiter l'étendue et l'exercice si les exigences du développement économique et social de la Nation en dictent la nécessité.

Il ne peut être procédé à l'expropriation que dans les cas et les formes prévus par la loi.

ARTICLE 16.

Tous les citoyens contribuent à la défense de la patrie.

ARTICLE 17.

Tous supportent, en proportion de leurs facultés contributives, les charges publiques que seule la loi peut, dans les formes prévues par la présente Constitution, créer et répartir.

ARTICLE 18.

Tous supportent solidairement les charges résultant des calamités nationales.

TITRE II

DE LA ROYAUTE

ARTICLE 19.

Le Roi, Amir Al Mouminine. Représentant Suprême de la Nation, Symbole de son unité, Garant de la pérennité et de la continuité de l'Etat, veille au respect de l'Islam et de la Constitution. Il est le protecteur des droits et libertés des citoyens, groupes sociaux et collectivités.

Il garantit l'indépendance de la Nation et l'intégrité territoriale du Royaume dans ses frontières authentiques.

ARTICLE 20.

La Couronne du Maroc et ses droits constitutionnels sont héréditaires et se transmettent de père en fils aux descendants mâles en ligne directe et par ordre de primogéniture de SA MAJESTE LE ROI HASSAN II, à moins que le Roi ne désigne, de son vivant, un successeur parmi ses fils, autre que son fils aîné. Lorsqu'il n'y a pas de descendants mâles en ligne directe, la succession au Trône est dévolue à la ligne collatérale mâle la plus proche et dans les mêmes conditions.

ARTICLE 21.

Le Roi est mineur jusqu'à seize ans accomplis. Durant la minorité du Roi, un Conseil de régence exerce les pouvoirs et les droits constitutionnels de la Couronne, sauf ceux relatifs à la révision de la Constitution. Le Conseil de régence fonctionnera comme organe consultatif auprès du Roi jusqu'au jour où il aura atteint l'âge de vingt ans (20) accomplis.

Le Conseil de régence est présidé par le premier président de la Cour Suprême. Il se compose, en outre, du président de la Chambre des Représentants, du président de la Chambre des Conseillers, du Président du Conseil régional des oulémas des villes de Rabat et Salé et de dix personnalités désignées par le Roi *intuitu personae*.

Les règles de fonctionnement du Conseil de régence sont fixées par une loi organique.

ARTICLE 22.

Le Roi dispose d'une liste civile.

ARTICLE 23.

La personne du Roi est inviolable et sacrée.

ARTICLE 24.

Le Roi nomme le Premier ministre.

Sur proposition du Premier ministre, Il nomme les autres membres du Gouvernement, Il peut mettre fin à leurs fonctions.

Il met fin aux fonctions du Gouvernement, soit à Son initiative, soit du fait de la démission du Gouvernement.

ARTICLE 25.

Le Roi préside le Conseil des ministres.

ARTICLE 26.

Le Roi promulgue la loi dans les trente jours qui suivent la transmission au Gouvernement de la loi définitivement adoptée.

ARTICLE 27.

Le Roi peut dissoudre les deux Chambres du Parlement ou l'une d'elles seulement, par dahir, dans les conditions prévues aux articles 71 et 73 du titre V.

ARTICLE 28.

Le Roi peut adresser des messages à la Nation et au Parlement. Les messages sont lus devant l'une et l'autre Chambre et ne peuvent y faire l'objet d'aucun débat.

ARTICLE 29.

Le Roi exerce, par dahir, les pouvoirs qui Lui sont expressément réservés par la Constitution.

Les dahirs sont contresignés par le Premier ministre, sauf ceux prévus aux articles 21 (2°alinéa), 24 (1er, 3° et 4° alinéas) 35, 69, 71, 79, 84 91 et 105.

ARTICLE 30.

Le Roi est le Chef Suprême des Forces Armées Royales.

Il nomme aux emplois civils et militaires et peut déléguer ce droit.

ARTICLE 31.

Le Roi accrédite les ambassadeurs auprès des puissances étrangères et des organismes internationaux. Les ambassadeurs ou les représentants des organismes internationaux sont accrédités auprès de Lui. Il signe et ratifie les traités. Toutefois, les traités engageant les finances de l'Etat ne peuvent être ratifiés sans avoir été préalablement approuvés par la loi. Les traités susceptibles de remettre en cause les dispositions de la Constitution sont approuvés selon les procédures prévues pour la réforme de la Constitution.

ARTICLE 32.

Le Roi préside le Conseil Supérieur de la Magistrature, le Conseil Supérieur de l'Enseignement et le Conseil Supérieur de la Promotion Nationale et du Plan.

ARTICLE 33.

le Roi nomme les magistrats dans les conditions prévues à l'article 84.

ARTICLE 34.

Le Roi exerce le droit de grâce.

ARTICLE 35.

Lorsque l'intégrité du territoire national est menacée ou que se produisent des événements susceptibles de mettre en cause le fonctionnement des institutions constitutionnelles, le Roi peut, après avoir consulté le président de la Chambre des Représentants, le président de la Chambre des Conseillers ainsi que le président du Conseil Constitutionnel, et adressé un message à la Nation, proclamer, par dahir, l'état d'exception. De ce fait, Il est habilité, nonobstant toutes dispositions contraires, à prendre les mesures qu'imposent la défense de l'intégrité territoriale, le retour au fonctionnement des institutions constitutionnelles et la conduite des affaires de l'Etat.

L'état d'exception n'entraîne pas la dissolution du Parlement.

Il est mis fin à l'état d'exception dans les mêmes normes que sa proclamation.

TITRE III
DU PARLEMENT
DE L'ORGANISATION DU PARLEMENT

ARTICLE 36.

Le Parlement est composé de deux Chambres, la Chambre des Représentants et la Chambre des Conseillers. Leurs membres tiennent leur mandat de la Nation. Leur droit de vote est personnel et ne peut être délégué

ARTICLE 37.

Les membres de la Chambre des Représentants sont élus pour cinq ans au suffrage universel direct. La législature prend fin à l'ouverture de la session d'octobre de la cinquième année qui suit l'élection de la Chambre.

Le nombre des Représentants, le régime électoral, les conditions d'éligibilité, le régime des incompatibilités et l'organisation du contentieux électoral sont fixés par une loi organique.

Le président est élu d'abord en début de législature puis à la session d'avril de la troisième année de cette dernière et pour la période restant à courir de celle-ci.

Les membres du bureau sont élus à la représentation proportionnelle des groupes pour une durée d'une année.

ARTICLE 38.

La Chambre des Conseillers comprend, dans la proportion des 3/5, des membres élus dans chaque région par un collège électoral composé de représentants des collectivités locales et, dans une proportion des 2/5, des membres élus dans chaque région par des collèges électoraux composés d'élus des Chambres professionnelles et de membres élus à l'échelon national par un collège électoral composé des représentants des salariés.

Les membres de la Chambre des Conseillers sont élus pour neuf ans.

La Chambre des Conseillers est renouvelable par tiers tous les trois ans. Les sièges faisant l'objet du premier et du deuxième renouvellements seront tirés au sort. Le nombre et le régime électoral des Conseillers, le nombre des membres à élire par chacun des collèges électoraux, la répartition des sièges par région, les conditions d'éligibilité et le régime des incompatibilités, les modalités du tirage au sort prévu ci-dessus ainsi que l'organisation du contentieux électoral sont fixés par une loi organique.

Le président de la Chambre des Conseillers et les membres du bureau sont élus au début de la session d'octobre, lors de chaque renouvellement de la Chambre, les membres du bureau sont élus à la représentation proportionnelle des groupes.

Lors de la mise en place de la première Chambre des Conseillers ou de son élection après dissolution de celle qui l'a précédée, le Président et les membres du bureau sont élus au début de la session qui suit l'élection puis renouvelés au début de la session d'octobre lors de chaque renouvellement de la Chambre.

ARTICLE 39.

Aucun membre du Parlement ne peut être poursuivi ou recherché, arrêté, détenu ou jugé à l'occasion des opinions ou votes émis par lui dans l'exercice de ses fonctions, hormis le cas où les opinions exprimées mettent en cause le régime monarchique, la religion musulmane ou constituent une atteinte au respect dû au Roi.

Aucun membre du Parlement ne peut, pendant la durée des sessions, être poursuivi ou arrêté pour crimes ou délits, autres que ceux indiqués à l'alinéa précédent, qu'avec l'autorisation de la Chambre à laquelle il appartient, sauf dans le cas de flagrant délit.

Aucun membre du Parlement ne peut, hors session, être arrêté qu'avec l'autorisation du bureau de la Chambre à laquelle il appartient, sauf dans le cas de flagrant délit, de poursuites autorisées ou de condamnation définitive.

La détention ou la poursuite d'un membre du Parlement est suspendue si la Chambre à laquelle il appartient le requiert, sauf dans le cas de flagrant délit, de poursuites autorisées ou de condamnation définitive.

ARTICLE 40.

Le Parlement siège pendant deux sessions par an. Le Roi préside l'ouverture de la première session qui commence le deuxième vendredi d'octobre. La seconde session s'ouvre le deuxième vendredi d'avril.

Lorsque le Parlement a siégé trois mois au moins, au cours de chaque session, la clôture peut être prononcée par décret.

ARTICLE 41.

Le Parlement peut être réuni en session extraordinaire, soit à la demande de la majorité absolue des membres de l'une des deux Chambres, soit par décret.

Les sessions extraordinaires du Parlement se tiennent sur la base d'un ordre du jour déterminé. Lorsque ce dernier est épuisé, la session est close par décret.

ARTICLE 42.

Les ministres ont accès à chaque Chambre et à leurs commissions; ils peuvent se faire assister de commissaires désignés par eux.

Outre les commissions permanentes mentionnées à l'alinéa précédent, peuvent être créées à l'initiative du Roi ou à la demande de la majorité des membres de l'une des deux Chambres, au sein de chacune des deux Chambres, des commissions d'enquête formées pour recueillir les éléments d'information sur des faits déterminés et soumettre leurs conclusions à celle-ci. Il ne peut être créé de commission d'enquête lorsque les faits ont donné lieu à des poursuites judiciaires et aussi long temps que ces poursuites sont en cours. Si une commission a déjà été créée, sa mission prend fin dès l'ouverture d'une information judiciaire relative aux faits qui ont motivé sa création.

Les commissions d'enquête ont un caractère temporaire. Leur mission prend fin par le dépôt de leur rapport.

Une loi organique fixera les modalités de fonctionnement de ces commissions.

ARTICLE 43.

Les séances des Chambres du Parlement sont publiques. Le compte rendu intégral des débats est publié au bulletin officiel.

Chaque Chambre peut siéger en comité secret, à la demande du Premier ministre ou du tiers de ses membres.

ARTICLE 44.

Chaque Chambre établit et vote son règlement. Toutefois, il ne pourra être mis en application qu'après avoir été déclaré par le Conseil Constitutionnel conforme aux dispositions de la présente Constitution.

DES POUVOIRS DU PARLEMENT

ARTICLE 45.

La loi est votée par le Parlement.

Une loi d'habilitation peut autoriser le Gouvernement, pendant un délai limité et en vue d'un objectif déterminé, à prendre par décret des mesures qui sont normalement du domaine de la loi. Les décrets entrent en vigueur dès leur publication, mais ils doivent

être soumis, dans un délai fixé par la loi d'habilitation, à la ratification du Parlement. La loi d'habilitation devient caduque en cas de dissolution des deux Chambres du Parlement ou de l'une d'entre elles.

ARTICLE 46.

Sont du domaine de la loi, outre les matières qui lui sont expressément dévolues par d'autres articles de la Constitution:

- les droits individuels et collectifs énumérés au titre premier de la présente Constitution;
- la détermination des infractions et des peines qui leur sont applicables, la procédure pénale, la procédure civile et la création de nouvelles catégories de juridictions;
- le statut des magistrats;
- le statut général de la fonction publique;
- les garanties fondamentales accordées aux fonctionnaires civils et militaires;
- le régime électoral des assemblées et conseils des Collectivités Locales;
- le régime des obligations civiles et commerciales;
- la création des établissements publics;
- la nationalisation d'entreprises et les transferts d'entreprises du secteur public au secteur privé.

Le Parlement est habilité à voter des lois-cadres concernant les objectifs fondamentaux de l'action économique, sociale et culturelle de l'Etat.

ARTICLE 47.

Les matières autres que celles qui sont du domaine de la loi appartiennent au domaine réglementaire.

ARTICLE 48.

Les textes pris en forme législative peuvent être modifiés par décret, après avis conforme du Conseil Constitutionnel lorsqu'ils seront intervenus dans un domaine dévolu à l'exercice du pouvoir réglementaire.

ARTICLE 49.

L'état de siège peut être déclaré, par dahir, pour une durée de trente jours. Le délai de trente jours ne peut être prorogé que par la loi.

ARTICLE 50.

Le Parlement vote la loi de finances dans des conditions prévues par une loi organique. Les dépenses d'investissements résultant des plans de développement ne sont votées qu'une seule fois, lors de l'approbation du plan par le Parlement. Elles sont reconduites automatiquement pendant la durée du plan. Seul le Gouvernement est habilité à déposer des projets de lois tendant à modifier le programme ainsi adopté.

Si, à la fin de l'année budgétaire, la loi de finances n'est pas votée ou n'est pas promulguée en raison de sa soumission au Conseil Constitutionnel en application de l'article 81, le Gouvernement ouvre, par décret, les crédits nécessaires à la marche des services publics et à l'exercice de leur mission, en fonction des propositions budgétaires soumises à approbation.

Dans ce cas, les recettes continuent à être perçues conformément aux dispositions législatives et réglementaires en vigueur les concernant à l'exception, toutefois, des recettes dont la suppression est proposée dans le projet de loi de finances. Quant à celles

pour lesquelles ledit projet prévoit une diminution de taux, elles seront perçues au nouveau taux proposé.

ARTICLE 51.

Les propositions et amendements formulés par les membres du Parlement ne sont pas recevables lorsque leur adoption aurait pour conséquence, par rapport à la loi de finances, soit une diminution des ressources publiques, soit la création ou l'aggravation d'une charge publique.

DE L'EXERCICE DU POUVOIR LEGISLATIF

ARTICLE 52.

L'initiative des lois appartient concurremment au Premier ministre et aux membres du Parlement.

Les projets de lois sont déposés sur le bureau d'une des deux Chambres.

ARTICLE 53.

Le Gouvernement peut opposer l'irrecevabilité à toute proposition ou amendement qui n'est pas du domaine de la loi.

En cas de désaccord, le Conseil Constitutionnel statue, dans un délai de huit jours, à la demande de l'une des deux Chambres ou du Gouvernement.

ARTICLE 54.

Les projets et propositions sont envoyés pour examen devant des commissions dont l'activité se poursuit entre les sessions.

ARTICLE 55.

Le Gouvernement peut prendre, dans l'intervalle des sessions, avec l'accord des commissions concernées des deux Chambres, des décrets-lois qui doivent être, au cours de la session ordinaire suivante du Parlement, soumis à ratification de celui-ci.

Le projet de décret-loi est déposé sur le bureau de l'une des deux Chambres. Il est examiné successivement par les commissions concernées des deux Chambres en vue de parvenir à une décision commune dans un délai de six jours. A défaut, il est procédé, à la demande du Gouvernement, à la constitution d'une commission mixte paritaire qui dispose d'un délai de trois jours à compter de sa saisine, en vue de proposer une décision commune à soumettre aux commissions concernées.

L'accord prévu au premier alinéa de cet article est réputé avoir été refusé, si la commission mixte paritaire n'aboutit pas dans le délai précité ou si la décision proposée par elle n'est pas adoptée par les commissions parlementaires concernées dans un délai de quatre jours.

ARTICLE 56.

L'ordre du jour de chaque Chambre est établi par son bureau. Il comporte, par priorité, et dans l'ordre que le Gouvernement a fixé, la discussion des projets de lois déposés par le Gouvernement et des propositions de lois acceptées par lui.

Une séance par semaine est réservée dans chaque Chambre par priorité, aux questions des membres de celle-ci et aux réponses du Gouvernement.

La réponse du Gouvernement doit être donnée dans les vingt jours suivant la date à laquelle le Gouvernement a été saisi de la question.

ARTICLE 57.

Les membres de chaque Chambre et le Gouvernement ont le droit d'amendement. Après l'ouverture du débat, le Gouvernement peut s'opposer à l'examen de tout amendement qui n'a pas été antérieurement soumis à la commission intéressée.

Si le Gouvernement le demande, la Chambre saisie du texte en discussion se prononce par un seul vote sur tout ou partie de celui-ci en ne retenant que les amendements proposés ou acceptés par le Gouvernement.

ARTICLE 58.

Tout projet ou proposition de loi est examiné successivement par les deux Chambres du Parlement pour parvenir à l'adoption d'un texte identique. La Chambre, saisie la première, examine le texte du projet de loi présenté par le Gouvernement ou de la proposition de loi inscrite; une Chambre saisie d'un texte voté par l'autre Chambre délibère sur le texte qui lui est transmis.

Lorsqu'un projet ou une proposition de loi n'a pu être adopté après deux lectures par chaque Chambre, ou si le Gouvernement a déclaré l'urgence, après une seule lecture par chaque Chambre, le Gouvernement peut provoquer la réunion d'une commission mixte paritaire chargée de proposer un texte sur les dispositions restant en discussion. Le texte élaboré par la commission mixte paritaire peut être soumis pour adoption par le Gouvernement aux deux Chambres. Aucun amendement n'est recevable sauf accord du Gouvernement.

Si la commission mixte paritaire ne parvient pas à l'adoption d'un texte commun ou si celui-ci n'est pas adopté par les Chambres, le Gouvernement peut soumettre à la Chambre des Représentants le projet ou la proposition de loi, modifié, le cas échéant, par les amendements résultant de la discussion parlementaire et repris par le Gouvernement. La Chambre des Représentants ne peut adopter définitivement le texte qu'à la majorité absolue des membres la composant.

Sont réputées votées à la majorité absolue de la Chambre des Représentants les dispositions adoptées par celle-ci en application de l'article 75, alinéa 2.

Les lois organiques sont votées et modifiées dans les mêmes conditions. Cependant le projet ou la proposition de loi organique n'est soumis à la délibération et au vote de la première Chambre saisie qu'à l'issue d'un délai de dix jours après son dépôt.

Les lois organiques relatives à la Chambre des Conseillers doivent être votées dans les mêmes termes par les deux Chambres.

Les lois organiques ne peuvent être promulguées qu'après que le Conseil Constitutionnel se soit prononcé sur leur conformité à la Constitution.

TITRE IV DU GOUVERNEMENT

ARTICLE 59.

Le Gouvernement se compose du Premier ministre et des ministres.

ARTICLE 60.

Le Gouvernement est responsable devant le Roi et devant le Parlement.

Après la nomination des membres du Gouvernement par le Roi, le Premier ministre se présente devant chacune des deux Chambres et expose le programme qu'il compte appliquer.

Ce programme doit dégager les lignes directrices de l'action que le Gouvernement se propose de mener dans les divers secteurs de l'activité nationale et, notamment dans les domaines intéressant la politique économique, sociale, culturelle et extérieure.

Ce programme fait l'objet d'un débat devant chacune des deux Chambres. A la Chambre des Représentants, il est suivi d'un vote dans les conditions prévues aux deuxième et troisième alinéas de l'article 75 et avec l'effet visé au dernier alinéa de ce même article.

ARTICLE 61.

Sous la responsabilité du Premier ministre, le Gouvernement assure l'exécution des lois et dispose de l'administration.

ARTICLE 62.

Le Premier ministre a l'initiative des lois. Aucun projet de loi ne peut être déposé par ses soins sur le bureau de l'une des deux Chambres avant qu'il n'en ait été délibéré en Conseil des ministres.

ARTICLE 63.

Le Premier ministre exerce le pouvoir réglementaire.

Les actes réglementaires du Premier ministre sont contresignés par les ministres chargés de leur exécution.

ARTICLE 64.

Le Premier ministre peut déléguer certains de ses pouvoirs aux ministres.

ARTICLE 65.

Le Premier ministre assume la responsabilité de la coordination des activités ministérielles.

ARTICLE 66.

Le Conseil des ministres est saisi, préalablement à toute décision:

- des questions concernant la politique générale de l'Etat;
- de la déclaration de l'état de siège;
- de la déclaration de guerre;
- de l'engagement de la responsabilité du gouvernement devant la Chambre des Représentants;
- des projets de lois avant leur dépôt sur le bureau de l'une des deux Chambres;
- des décrets réglementaires;
- des décrets visés aux articles 40, 41, 45 et 55 de la présente Constitution;
- du projet de plan;
- du projet de révision de la Constitution.

TITRE V
DES RAPPORTS ENTRE LES POUVOIRS
DES RAPPORTS ENTRE LE ROI
ET LE PARLEMENT

ARTICLE 67.

Le Roi peut demander aux Chambres qu'il soit procédé à une nouvelle lecture de tout projet ou proposition de loi.

ARTICLE 68.

La demande d'une nouvelle lecture est formulée par un message. Cette nouvelle lecture ne peut être refusée.

ARTICLE 69.

Le Roi peut, après une nouvelle lecture, soumettre, par dahir, au référendum tout projet ou proposition de loi, hormis le cas où le texte du projet ou de la proposition de loi soumis à la nouvelle lecture aurait été adopté ou rejeté par chacune des deux Chambres à la majorité des deux tiers des membres la composant.

ARTICLE 70.

Les résultats du référendum s'imposent à tous.

ARTICLE 71.

Le Roi peut, après avoir consulté les présidents des deux Chambres et le président du Conseil Constitutionnel et adressé un message à la Nation, dissoudre, par dahir, les deux Chambres du Parlement ou l'une d'elles seulement.

ARTICLE 72.

L'élection du nouveau Parlement ou de la nouvelle Chambre intervient trois mois, au plus tard, après la dissolution. Le Roi exerce entre-temps, outre les pouvoirs qui Lui sont reconnus par la présente Constitution, ceux dévolus au Parlement en matière législative.

ARTICLE 73.

Lorsqu'une Chambre a été dissoute, celle qui lui succède ne peut être dissoute qu'un an après son élection.

ARTICLE 74.

La déclaration de guerre a lieu après communication faite à la Chambre des Représentants et à la Chambre des Conseillers.

DES RAPPORTS ENTRE LE PARLEMENT ET LE GOUVERNEMENT

ARTICLE 75.

Le Premier ministre peut engager la responsabilité du Gouvernement devant la Chambre des Représentants, sur une déclaration de politique générale ou sur le vote d'un texte.

La confiance ne peut être refusée ou le texte rejeté qu'à la majorité absolue des membres composant la Chambre des Représentants.

Le vote ne peut intervenir que trois jours francs après que la question de confiance ait été posée.

Le refus de confiance entraîne la démission collective du Gouvernement.

ARTICLE 76.

La Chambre des Représentants peut mettre en cause la responsabilité du Gouvernement par le vote d'une motion de censure. Une telle motion n'est recevable que si elle est signée par le quart au moins des membres composant la Chambre.

La motion de censure n'est approuvée par la Chambre des Représentants que par un vote pris à la majorité absolue des membres qui la composent. Le vote ne peut intervenir que trois jours francs après le dépôt de la motion.

Le vote de censure entraîne la démission collective du Gouvernement.

Lorsque le Gouvernement a été censuré par la Chambre des Représentants, aucune motion de censure de la Chambre des Représentants n'est recevable pendant un délai d'un an.

ARTICLE 77.

La Chambre des Conseillers peut voter des motions d'avertissement ou des motions de censure du Gouvernement.

La motion d'avertissement au Gouvernement doit être signée par le tiers au moins des membres de la Chambre des Conseillers. Elle doit être votée à la majorité absolue des membres composant la Chambre. Le vote ne peut intervenir que trois jours francs après le dépôt de la motion.

Le texte de l'avertissement est immédiatement adressé par le président de la Chambre des Conseillers au Premier ministre qui dispose d'un délai de six jours pour présenter devant la Chambre des Conseillers la position du Gouvernement sur les motifs de l'avertissement.

La déclaration gouvernementale est suivie d'un débat sans vote.

La motion de censure n'est recevable que si elle est signée par le tiers au moins des membres composant la Chambre des Conseillers. Elle n'est approuvée par la Chambre que par un vote pris à la majorité des 2/3 des membres qui la composent. Le vote ne peut intervenir que trois jours francs après le dépôt de la motion.

Le vote de censure entraîne la démission collective du Gouvernement.

Lorsque le Gouvernement a été censuré par la Chambre des Conseillers, aucune motion de censure de la Chambre des Conseillers n'est recevable pendant un délai de un an.

TITRE VI DU CONSEIL CONSTITUTIONNEL

ARTICLE 78.

Il est institué un Conseil Constitutionnel.

ARTICLE 79.

Le Conseil Constitutionnel comprend six membres désignés par le Roi pour une durée de neuf ans et six membres désignés pour la même durée, moitié par le président de la Chambre des Représentants, moitié par le président de la Chambre des Conseillers, après consultation des groupes. Chaque catégorie de membres est renouvelable par tiers tous les trois ans.

Le président du Conseil Constitutionnel est choisi par le Roi parmi les membres qu'Il nomme. Le mandat du président et des membres du Conseil Constitutionnel n'est pas renouvelable.

ARTICLE 80.

Une loi organique détermine les règles d'organisation et de fonctionnement du Conseil Constitutionnel, la procédure qui est suivie devant lui, et notamment les délais ouverts pour le saisir de contestations.

Elle détermine également les fonctions incompatibles avec celles de membre de ce Conseil, les conditions des deux premiers renouvellements triennaux ainsi que les modalités de remplacement des membres empêchés, démissionnaires ou décédés en cours de mandat.

ARTICLE 81.

Le Conseil Constitutionnel exerce les attributions qui lui sont dévolues par les articles de la constitution ou par des dispositions de lois organiques. Il statue, par ailleurs, sur la régularité de l'élection des membres du Parlement et des opérations du référendum.

En outre, les lois organiques, avant leur promulgation, et le règlement de chaque Chambre, avant sa mise en application, doivent être soumis au Conseil Constitutionnel, qui se prononce sur leur conformité à la Constitution.

Aux mêmes fins, les lois peuvent être déferées au Conseil Constitutionnel avant leur promulgation par le Roi, le Premier ministre, le président de la Chambre des Représentants, le président de la Chambre des Conseillers ou le quart des membres de l'une ou l'autre Chambre. Dans les cas prévus aux deux alinéas précédents, le Conseil Constitutionnel doit statuer dans le délai d'un mois. Toutefois, à la demande du Gouvernement, s'il y a urgence, ce délai est réduit à huit jours.

Dans ces mêmes cas, la saisine du Conseil Constitutionnel suspend le délai de promulgation. Une disposition inconstitutionnelle ne peut être promulguée ni mise en application. Les décisions du Conseil Constitutionnel ne sont susceptibles d'aucun recours. Elles s'imposent aux pouvoirs publics et à toutes les autorités administratives et juridictionnelles.

TITRE VII DE LA JUSTICE

ARTICLE 82.

L'autorité judiciaire est indépendante du pouvoir législatif et du pouvoir exécutif.

ARTICLE 83.

Les jugements sont rendus et exécutés au nom du ROI.

ARTICLE 84.

Les magistrats sont nommés ,par dahir, sur proposition du Conseil Supérieur de la Magistrature.

ARTICLE 85.

Les magistrats du siège sont inamovibles.

ARTICLE 86.

Le Conseil Supérieur de la Magistrature est présidé par le Roi. Il se compose, en outre: - du ministre de la Justice, vice-président;
- du premier président de la Cour Suprême;
- du procureur général du Roi près de la Cour Suprême;
- du président de la première Chambre de la Cour Suprême;
- de deux représentants élus, parmi eux, par les magistrats des Cours d'appel;
- de quatre représentants élus, parmi eux, par les magistrats des juridictions de premier degré.

ARTICLE 87.

Le Conseil Supérieur de la Magistrature veille à l'application des garanties accordées aux magistrats quant à leur avancement et à leur discipline.

TITRE VIII DE LA HAUTE COUR

ARTICLE 88.

Les membres du Gouvernement sont pénalement responsables des crimes et délits commis dans l'exercice de leurs fonctions.

ARTICLE 89.

Ils peuvent être mis en accusation par les deux Chambres du Parlement et renvoyés devant la Haute Cour.

ARTICLE 90.

La proposition de mise en accusation doit être signée par au moins le quart des membres de la Chambre devant laquelle elle est présentée en premier lieu. Elle est examinée successivement par les deux Chambres et ne peut être approuvée que par un vote identique émis. La proposition de mise en accusation doit être signée par au moins le quart des dans chaque Chambre au scrutin secret et à la majorité des deux tiers des membres la composant, à l'exception de ceux appelés à participer aux poursuites, à l'instruction ou au jugement.

ARTICLE 91.

La Haute Cour est composée, par parts égales, de membres élus au sein de la Chambre des Représentants et au sein de la Chambre des Conseillers. Son président est nommé par dahir.

ARTICLE 92.

Une loi organique fixe le nombre des membres de la Haute Cour, les modalités de leur élection ainsi que la procédure applicable.

TITRE IX DU CONSEIL ECONOMIQUE ET SOCIAL

ARTICLE 93.

Il est institué un Conseil Economique et Social.

ARTICLE 94.

Le Conseil Economique et Social peut être consulté par le Gouvernement, par la Chambre des Représentants et par la Chambre des Conseillers sur toutes les questions à caractère économique ou social.

Il donne son avis sur les orientations générales de l'économie nationale et de la formation.

ARTICLE 95.

La composition, l'organisation, les attributions et les modalités de fonctionnement du Conseil Economique et Social sont déterminées par une loi organique.

TITRE X DE LA COUR DES COMPTES

ARTICLE 96.

La Cour des comptes est chargée d'assurer le contrôle supérieur de l'exécution des lois de finances.

Elle s'assure de la régularité des opérations de recettes et de dépenses des organismes soumis à son contrôle en vertu de la loi et en apprécie la gestion. Elle sanctionne, le cas échéant, les manquements aux règles qui régissent les dites opérations.

ARTICLE 97.

La Cour des comptes assiste le Parlement et le Gouvernement dans les domaines relevant de sa compétence en vertu de la loi.

Elle rend compte au Roi de l'ensemble de ses activités.

ARTICLE 98.

Les Cours régionales des comptes sont chargées d'assurer le contrôle des comptes et de la gestion des Collectivités Locales et de leurs groupements.

ARTICLE 99.

Les attributions, l'organisation et les modalités de fonctionnement de la Cour des comptes et des Cours régionales des comptes sont fixées par la loi.

**TITRE XI
DES COLLECTIVITES LOCALES**

ARTICLE 100.

Les Collectivités Locales du Royaume sont les régions, les préfectures, les provinces et les communes. Toute autre Collectivité Locale est créée par la loi.

ARTICLE 101.

Elles élisent des assemblées chargées de gérer démocratiquement leurs affaires dans les conditions déterminées par la loi.

Les gouverneurs exécutent les délibérations des assemblées provinciales, préfectorales et régionales dans les conditions déterminées par la loi.

ARTICLE 102.

Dans les provinces, les préfectures et les régions, les gouverneurs représentent l'Etat et veillent à l'exécution des lois. Ils sont responsables de l'application des décisions du Gouvernement et, à cette fin, de la gestion des services locaux des administrations centrales.

**TITRE XII
DE LA REVISION DE LA CONSTITUTION**

ARTICLE 103.

L'initiative de la révision de la Constitution appartient au Roi, à la Chambre des Représentants et à la Chambre des Conseillers.

Le Roi peut soumettre directement au référendum le projet de révision dont Il prend l'initiative.

ARTICLE 104.

La proposition de révision émanant d'un ou de plusieurs membres d'une des deux Chambres ne peut être adoptée que par un vote à la majorité des deux tiers des membres qui composent cette Chambre. Cette proposition est soumise à l'autre Chambre qui peut l'adopter à la majorité des deux tiers des membres la composant.

ARTICLE 105.

Les projets et propositions de révision sont soumis, par dahir, au référendum.

La révision de la Constitution est définitive, après avoir été adoptée par voie de référendum.

ARTICLE 106.

La forme monarchique de l'Etat ainsi que les dispositions relatives à la religion musulmane ne peuvent faire l'objet d'une révision constitutionnelle.

TITRE XIII

DISPOSITIONS PARTICULIERES

ARTICLE 107.

Jusqu'à l'élection des Chambres du Parlement prévue par la présente Constitution, la Chambre des Représentants, actuellement en fonction, continuera d'exercer ses attributions, notamment pour voter les lois nécessaires à la mise en place des nouvelles Chambres du Parlement, sans préjudice de l'application de l'article 27.

ARTICLE 108.

En attendant l'installation du Conseil Constitutionnel, selon la composition prévue par la présente Constitution, le Conseil Constitutionnel, actuellement en fonction, demeure compétent pour exercer les attributions qui lui sont conférées par la Constitution et les lois organiques.

Anexo 2 – Convenção Relativa à Organização do Estatuto de Tânger – texto em Português.

Euerer Exzellenz vorzuschlagen, das provisorische Handelsabkommen, welches von den Vertretern der Deutschen und Portugiesischen Regierung am 31. Dezember 1924 in Lissabon gezeichnet ist, bis zum 30. April 1926 zu verlängern. Meine Regierung wird das Nötige veranlassen, damit der Reichstag sich über das zukünftige Handelsabkommen bis zum 22. April entscheidet.

Genehmigen Sie, Herr Minister, den Ausdruck meiner vorzüglichen Hochachtung.— *Voretzsch.*

Seiner Exzellenz Herrn Dr. Vasco Borges, Minister der auswärtigen Angelegenheiten.— Lissabon.

Tradução

Legação Alemã—Lisboa, 23 de Março de 1926.—*Senhor Ministro.*—Considerando que o novo acôrdo comercial já foi assinado, mas em virtude das férias da Páscoa do Reichstag não pode ser ratificado antes de expirar o antigo Acôrdo, tenho a honra, de ordem do meu Governo, de propor a V. Ex.^a prorrogar até 30 de Abril de 1926 o Acôrdo comercial provisório assinado em Lisboa a 31 de Dezembro de 1924 pelos representantes dos Governos Alemão e Português. O meu Governo fará o necessário para que o Reichstag se pronuncie sobre o futuro Acôrdo até 22 de Abril.

Queira receber, Senhor Ministro, as reiteradas seguranças da minha alta consideração.— *Voretzsch.*

Sua Excelência o Sr. Dr. Vasco Borges, Ministro dos Negócios Estrangeiros.— Lisboa.

Ministério dos Negócios Estrangeiros—Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares.—Lisboa, 23 de Março de 1926.—*Senhor Ministro.*—Tenho a honra de acusar a recepção da nota datada de hoje, pela qual V. Ex.^a se serviu, em nome do seu Governo, propor a prorrogação até 30 de Abril próximo do Acôrdo comercial entre Portugal e a Alemanha, de 31 de Dezembro de 1924, visto ser impossível, por motivo das férias da Páscoa, conseguir até o fim do mês a aprovação pelo Reichstag do Acôrdo comercial assinado em 20 do corrente. Acrescenta V. Ex.^a que o seu Governo se esforçará por que o Parlamento Alemão se pronuncie sobre o Acôrdo ultimamente celebrado até 22 de Abril próximo.

Em resposta tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que, atendendo à razão apresentada pelo Governo do Reich e registando a sua declaração de se empenhar pela votação parlamentar, antes da data indicada, do Acôrdo recentemente concluído, o Governo da República Portuguesa, pela presente troca de notas, considera prorrogado até 30 de Abril de 1926 o Acôrdo comercial vigente.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex.^a os protestos da minha alta consideração.— *Vasco Borges.*

Senhor Dr. E. A. Voretzsch.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 23 de Março de 1926.—O Director Geral, *A. de Oliveira Soares.*

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos

1.^a Repartição

Por ordem superior se faz público que, em virtude da Lei n.º 1.840, de 28 de Janeiro do corrente ano, foi notificada, em 23 de Fevereiro último, aos Governos de França e da Grã-Bretanha, e em 24 do mesmo mês ao

Governo de Espanha, a adesão do Governo da República Portuguesa à Convenção de Paris, de 18 de Dezembro de 1923, entre a Espanha, a Grã-Bretanha e a França, relativa à organização do Estatuto de Tanger.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, 23 de Março de 1926.—O Director Geral, *José Duarte Pedrosa Júnior.*

Convenção relativa à organização do estatuto da zona de Tanger

Sua Majestade o Rei de Espanha, Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Territórios Britânicos de além mar, Imperador das Índias, o Presidente da República Francesa, no desejo de assegurar à cidade de Tanger e seus arredores o regime previsto pelos Tratados em vigor, nomearam para esse efeito por seus plenipotenciários:

Sua Majestade o Rei de Espanha:

O Sr. Mauricio Lopez Roberts y Terry, Marquês de la Torrehermosa, Camarista de Sua Majestade o Rei de Espanha, Ministro Plenipotenciário, Chefe da Secção Colonial do Ministério de Estado, Seu Plenipotenciário à Conferência relativa à organização do Estatuto de Tanger, e o Sr. Manuel Aguirre de Carcer, Ministro Residente de Sua Majestade o Rei de Espanha, Chefe da Secção de Marrocos no Ministério de Estado, Seu Plenipotenciário adjunto àquela conferência.

Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e dos Territórios Britânicos de além mar, Imperador das Índias:

O Sr. Malcom Arnold Robertson, Ministro Plenipotenciário, Agente e Cônsul Geral de Sua Majestade Britânica em Tanger, e o Sr. Gerald Hyde Villiers, Conselheiro de Embaixada, Chefe de Secção no Foreign Office.

O Presidente da República Francesa:

O Sr. Maurice-Paul-Jean Delarue Caron de Beaumarchais, Ministro Plenipotenciário, Sub-director no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Os quais, depois de se terem comunicado os seus respectivos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes, que assinaram:

ARTIGO 1.º

Em conformidade das disposições do artigo 1.º do Tratado de Protectorado de 30 de Março de 1912 e do artigo 7.º da Convenção franco-espanhola, relativa a Marrocos, de 27 de Novembro de 1912, os três Governos contratantes concordam em que, na região definida no artigo 2.º abaixo mencionado e qualificada de zona de Tanger, pertence às autoridades e organismos ao deante designados, e por delegação de Sua Majestade Cherifiana, assegurar a ordem pública e a administração geral da zona.

ARTIGO 2.º

A zona de Tanger fica compreendida nos limites fixados no § 2.º do artigo 7.º da Convenção franco-espanhola de 27 de Novembro de 1912.

ARTIGO 3.º

A zona de Tanger é colocada sob o regime da neutralidade permanente. Consequentemente, nenhum acto de hostilidade em terra, no mar ou no ar poderá ser cometido por ou contra a zona, nem nos seus limites.

Não poderão ser criados nem mantidos na zona quaisquer estabelecimentos militares terrestres, navais ou

aeronáuticos, bases de operações ou instalações susceptíveis de ser utilizadas para fins de guerra.

Ficam interditos todos os depósitos de munições e de material de guerra.

São contudo autorizados os que forem constituídos pela administração da zona para necessidade da defesa local contra incursões de tribus inimigas. Por outro lado, a Administração poderá, dentro dos mesmos limites, adoptar todas as providências, salvo agrupamento de forças aéreas e levantar mesmo obras e fortificações de defesa pouco importantes na frente terrestre.

Os aprovisionamentos militares e as fortificações assim autorizadas serão submetidas à inspecção dos oficiais mencionados no parágrafo último do presente artigo.

Os aeródromos civis estabelecidos na zona de Tânger ficam igualmente submetidos à inspecção dos mesmos oficiais.

Nenhum aprovisionamento aeronáutico ultrapassará as quantidades necessárias à aviação civil e comercial.

Toda a aviação civil ou comercial destinada à zona de Tânger, proveniente dela, ou nela estabelecida, ficará sujeita às leis e disposições da Convenção regulamentando a navegação aérea.

Todavia, os combóios de abastecimento e as tropas que se destinem ou provenham das zonas francesa e espanhola poderão, depois de aviso prévio ao administrador da zona de Tânger, utilizar o porto de Tânger e as vias de comunicação que ligam aquele porto à sua zona respectiva para passagem à entrada e à saída.

Os Governos francês e espanhol comprometem-se a não usar esta faculdade senão em caso de necessidade real e durante o tempo estritamente necessário às operações de trasbordo e aos preparativos de marcha. Em caso algum poderá o prazo exceder 48 horas para uma força armada.

Por esta passagem nunca poderá ser cobrada qualquer taxa ou direito especial de trânsito.

A autorização da Administração de Tânger não é necessária para as visitas de navios de guerra, devendo, porém, se as circunstâncias o permitirem, ser aquela Administração previamente avisada dessas visitas.

Os governos contratantes têm a faculdade de agregar aos seus Consulados em Tânger um oficial encarregado de os informar da observância dos compromissos de ordem militar precedentes.

ARTIGO 4.º

A vigilância do contrabando de armas e munições de guerra nas águas territoriais da zona de Tânger é exercida conjuntamente pelas forças navais britânicas, espanholas e francesas.

Os delinquentes serão entregues ao tribunal mixto de Tânger.

ARTIGO 5.º

A zona de Tânger dispõe, por delegação de Sua Majestade Cherifiana e sob reserva das excepções previstas, dos mais latos poderes legislativos e administrativos.

Esta delegação é geral e permanente, salvo em matéria diplomática, em tudo o que não derogar as disposições do artigo 5.º do Tratado de Protectorado de 30 de Março de 1912.

Todavia as autoridades qualificadas da zona podem tratar com os cônsules as questões que interessem à zona nos limites da sua autonomia.

ARTIGO 6.º

A protecção no estrangeiro dos súbditos marroquinos da zona de Tânger e bem assim a dos seus interesses é

confiada aos agentes diplomáticos e consulares da República francesa, em conformidade com as disposições do artigo 5.º do Tratado de Protectorado de 30 de Março de 1912.

ARTIGO 7.º

A zona de Tânger respeita os tratados em vigor.

A igualdade económica entre as nações tal como resulta daqueles tratados continuará a ser observada em Tânger, ainda que os ditos tratados venham a ser revogados ou modificados.

ARTIGO 8.º

Os acordos internacionais concluídos de futuro por Sua Majestade Cherifiana não serão extensivos à zona de Tânger sem o assentimento da Assembleia legislativa internacional da zona.

Excepcionalmente, tornar-se hão extensivos de pleno direito à zona os acordos internacionais nos quais sejam Partes contratantes, ou a que tenham aderido todas as Potências signatárias da Acta de Algeciras.

As disposições dos artigos 141.º e seguintes do Tratado de Versailles continuam a aplicar-se à zona de Tânger. Os dahirs cherifianos resultantes daqueles textos só poderão ser modificados mediante acôrdo com o Poder Central Cherifiano.

ARTIGO 9.º

Pela aplicação das disposições dos artigos 141.º e seguintes do Tratado de Versailles, dos artigos 96.º e seguintes do Tratado de Saint-Germain-en-Laye, e dos artigos 80.º e seguintes do Tratado de Trianon, as disposições do presente estatuto não poderão em caso algum ser invocadas pelos súbditos alemães, austriacos e húngaros.

ARTIGO 10.º

É proibida na zona de Tânger qualquer tentativa de agitação, propaganda ou preparação de cometimentos contra a ordem estabelecida nas zonas francesa e espanhola de Marrocos.

É também proibido análogo procedimento contra qualquer país estrangeiro.

ARTIGO 11.º

Sob reserva do respeito da ordem pública, fica assegurado na zona de Tânger o livre exercício dos diferentes cultos.

ARTIGO 12.º

As potências signatárias do Acto de Algeciras têm o direito de manter na zona de Tânger as escolas e todos os estabelecimentos que lhes pertençam ou que pertençam a qualquer dos seus súbditos à data da entrada em vigor da presente Convenção.

Os estabelecimentos que venham a ser criados deverão conformar-se com os regulamentos que forem promulgados. Os princípios gerais desses regulamentos deverão inspirar-se nas disposições em uso nas zonas francesa e espanhola do império cherifiano.

ARTIGO 13.º

Por efeito do estabelecimento em Tânger do tribunal mixto previsto no artigo 48.º, as capitulações são derogadas na zona. Esta derogação importa a supressão do regime da protecção.

Os súbditos marroquinos cujos direitos à protecção tenham sido previamente reconhecidos, ficam pessoal

e vitaliciamente sob a jurisdição do tribunal mixto de Tânger.

As actuais listas de protecção serão revistas num prazo não superior a seis meses, a datar da entrada em vigor da presente Convenção, de comum acôrdo entre o Representante do Govêrno Cherifiano e o Consulado interessado.

As disposições da Convenção de Madrid de 3 de Julho de 1880 continuam em vigor no que respeita a naturalização. A lista dos súbditos marroquinos naturalizados em Tânger será revista pela mesma formá e no mesmo prazo.

ARTIGO 14.º

Enquanto não fôr estabelecida uma estação postal, telegráfica e telefónica inter-urbana própria da zona de Tânger, estabelecimento que só poderá ser iniciado com a aprovação unânime da Comissão de Fiscalização, as Potências signatárias do Acto de Algeciras poderão conservar em Tânger as repartições postais e as estações de cabos que ali possuam à data da entrada em vigor da presente Convenção.

Na hipótese do estabelecimento duma estação postal, telegráfica e telefónica inter-urbana própria da zona de Tânger, a estação postal e telegráfica cherifiana, transferirá para aquela os direitos exclusivos que em matéria de telegrafo e telefone inter-urbano conserva em virtude dos acordos assinados entre o govêrno cherifiano e a sociedade concessionária dos telégrafos e telefones inter-urbanos.

Os direitos dos Estados ou Companhias que possuam actualmente cabos telegráficos amarrados em Tânger não serão prejudicados.

O estabelecimento de novos cabos deverá ser combinado com a administração da zona.

ARTIGO 15.º

De acôrdo entre um representante do Govêrno Cherifiano e o consulado interessado e num prazo que não ultrapassará seis meses a contar da entrada em vigor da presente Convenção, será efectuada na zona de Tânger a revisão das detenções dos bens habous e domínios prevista no artigo 63.º do Acto de Algeciras.

Caso se não chegue a acôrdo, o representante do Maghzen e o cônsul interessado recorrerão à arbitragem dum membro do tribunal mixto escolhido pelas partes ou designado pela sorte.

ARTIGO 16.º

O Estado Cherifiano transmite o seu domínio público e privado, compreendendo os seus direitos sobre os terrenos *guich*, à zona de Tânger que o administrará, receberá os rendimentos que lhe competem e assegurará a sua conservação, sem poder alienar nenhuma parte dêlo.

Esta transmissão cessará logo que expire a presente Convenção e o domínio entregue à zona voltará ao Estado cherifiano.

ARTIGO 17.º

O domínio público compreende:

a) Domínio marítimo: o mar e as suas costas com um terreno livre de seis metros, já onerado com a concessão dada à companhia concessionária do Porto que a zona de Tânger deverá respeitar. Os rendimentos da pesca, compreendendo as rendas previstas a favor do Estado nas concessões de pesca já concedidas pelo Govêrno Cherifiano, reverterão, bem como as obrigações derivadas daquelas concessões, à zona de Tânger.

b) Domínio terrestre: estrada de Tânger a Tetuão; estrada de Tânger a Larache e a Rabat.

Estrada do Cabo Espartel.

Estrada da Gare ao Porto e em redor do porto.

As vias públicas urbanas.

Os esgotos e conductos de água e suas dependências, ficando reservados os direitos de qualquer concessionário de águas.

A zona deve:

1.º Conservar em prioridade com os fundos provenientes dos recursos da taxa especial, as estradas de Tânger a Tetuão e de Tânger a Larache e a Rabat, na zona de Tânger.

2.º Deixar à disposição gratuita da Companhia do Caminho de Ferro Franco-Espanhol de Tânger a Fez os terrenos do domínio que forem necessários às suas instalações.

c) Domínio fluvial:

Cursos de água.

Ficam reservados todos os direitos anteriores e todos os direitos de uso em proveito de terceiros.

d) Domínio mineiro:

As rendas mineiras na zona de Tânger e as cobranças sobre a saída dos minerais extraídos na dita zona reverterem à administração da mesma zona.

e) Domínio florestal:

ARTIGO 18.º

O domínio privado compreende todos os imóveis construídos e não construídos, inscritos nos registos dos bens do Maghzen e não previstos no artigo 17.º, bem como os matadouros.

Sob reserva das disposições do artigo 15.º da presente convenção, os arrendamentos ou detenções dos bens Maghzen por particulares e bem assim todos os direitos de Gza, ou outros estabelecidos sobre os ditos imóveis, são respeitados. Do mesmo modo serão respeitadas as obrigações de interesse público que onerem esses bens.

Todavia o Estado cherifiano reserva para os serviços públicos que conservar em Tânger, os imóveis seguintes:

Antiga Legação da Alemanha e suas dependências; o Palácio do Sultão; a Kasbah e suas dependências; o Bordj dos Mokhaznis sobre as muralhas, o terreno e o Bordj da encosta do Marshan, actualmente ocupadas pela Companhia Cherifiana.

Todo e qualquer novo arrendamento além dos existentes não poderá ultrapassar o termo da presente convenção.

ARTIGO 19.º

Com o fim de reservar para cada zona o produto dos rendimentos mineiros que lhe devem reverter, as receitas proporcionais de extracção pertencem à zona onde a mina fica situada, ainda que sejam cobradas à saída por um pósto aduaneiro de outra zona.

ARTIGO 20.º

A Alfândega de Tânger só cobrará os direitos e taxas que incidirem sobre as mercadorias destinadas ao consumo exclusivo da zona.

As mercadorias desembarcadas em Tânger e destinadas a ser utilizadas ou entregues ao consumo nas zonas francesa e espanhola, beneficiam dos regimes ordinários de trânsito, entrepôsto, ou admissão temporária, devendo os direitos alfandegários que sobre as mesmas incidem ser cobrados nos postos aduaneiros da zona de consumo. O regime de trânsito inspirar-se há nas conclusões da Conferência de Barcelona de 1921.

As mercadorias de importação em trânsito pelas zonas francesa e espanhola pagam, por seu lado, os direitos alfandegários de importação em Tânger. Os direitos de exportação só incidem sobre as mercadorias originárias da zona.

ARTIGO 21.º

A zona de Tânger tem, por sua parte, participação no serviço dos empréstimos de 1904 e 1910.

Esta participação é proporcional ao montante das receitas alfândegárias arrecadadas pela zona, em relação às receitas totais arrecadadas nos portos das três zonas de Marrocos, durante o ano precedente.

Esse montante será anualmente fixado sobre o total das receitas alfândegárias, após entendimento com as autoridades das duas outras zonas.

Para o primeiro ano, esta participação não será definitivamente estabelecida senão no fim do exercício e os levantamentos antecipadamente feitos pela alfândega irão até à importância de um total de 500.000 francos, e estarão sujeitos ulteriormente a reclamação ou restituição.

ARTIGO 22.º

Não podendo a autonomia da zona de Tânger colidir com os direitos e privilégios concedidos conforme o Acto de Algeciras ao Banco de Estado de Marrocos para todo o território do Império, o Banco de Estado continua a gozar na zona de todos os direitos que resultam do seu acto de concessão e do Regulamento de 9 de Novembro de 1906, que regula as suas relações com o Governo cherifiano.

O Banco de Estado cumprirá, por sua vez e relativamente à administração da zona, todas as obrigações que lhe incumbem em virtude dos actos acima citados.

Designará um representante encarregado de assegurar as suas relações com a Administração da Zona.

No caso em que o estatuto judiciário do Banco de Estado venha a ser modificado nas zonas francesa e espanhola, o Tribunal Mixto de Tânger terá, relativamente ao Banco de Estado, a mesma competência que as jurisdições francesa e espanhola daquelas zonas.

ARTIGO 23.º

O franco marroquino tem curso legal o valor liberatório na zona de Tânger.

O orçamento da zona, todas as tarifas e operações de contabilidade que se relacionem com elle, são feitos em francos marroquinos.

Em conformidade com o artigo 37.º do Acto de Algeciras, a moeda espanhola continua a ser admitida na circulação com valor liberatório.

A taxa de cambio entre as duas moedas, sobretudo pelo que respeita à sua admissão nos cofres públicos, será diariamente determinada pelo Banco de Estado de Marrocos, depois de verificação e visto do Director das Finanças, que terá por missão velar pela exactidão da taxa fixada. Esta taxa deverá corresponder ao cambio médio, entre os preços de compra e venda, efectuados na praça no dia da operação.

As declarações de valores sujeitos a imposto poderão ser feitas nas duas moedas. Os recebedores e exatores são obrigados a afixarem nas suas repartições as tarifas expressas nas duas moedas.

ARTIGO 24.º

Não podendo a autonomia administrativa da zona colidir com os direitos, prerrogativas e privilégios concedidos, em conformidade com o Acto de Algeciras, à Sociedade Internacional da régie co-interessada dos tabacos em Marrocos, a dita Sociedade continua a gozar na zona de todos os direitos que lhe advem dos diplomas que a regem. A autonomia da zona de Tânger não poderá pôr obstáculos à sua acção e as autoridades facilitar-lhe hão o livre e completo exercício dos seus direitos.

Os tabacos importados em Tânger a que ali forem admitidos sob o regime da suspensão de direitos aduaneiros, em conformidade com o artigo 20.º da presente Convenção, não pagarão direitos de entrada nem taxa indirecta local.

O direito de 2 1/2 por cento a que são sujeitos os tabacos entrados em Tânger pertence integralmente à zona.

A taxa dos preços de venda dos tabacos na zona de Tânger é a da zona francesa. Só poderá ser modificada por acôrdo entre a assemblea legislativa e a Régie.

Para a repartição da renda fixa anual e dos lucros (artigos 20.º e 23.º do caderno de encargos) aplicar-se há uma percentagem determinada pelo consumo efectivo da zona no ano precedente em relação ao consumo total do Império.

A mesma percentagem ficará a cargo da zona de Tânger em caso de resgate antecipado da Sociedade.

ARTIGO 25.º

Não podendo a autonomia da zona colidir com os direitos do soberania de Sua Majestade o Sultão, nem com o seu prestígio e as suas prerrogativas do chefe da Comunidade Muçulmana do Império e de chefe da família cherifiana com residência em Tânger, a administração da população indígena e dos interesses muçulmanos na zona e hem assim o exercício do poder judiciário continuam a ser assegurados, respeitando-se as formas tradicionais, por um pessoal marroquino nomeado directamente pelo Sultão e fiscalizado pelos seus agentes.

ARTIGO 26.º

Sob reserva da manutenção da ordem pública, ficam garantidos na zona o respeito e o livre exercício da religião dos indígenas e das suas práticas tradicionais, a observância das festas religiosas muçulmanas e israeliticas tradicionais e do seu ceremonial.

ARTIGO 27.º

As três Potências contratantes obrigam-se a fazer elaborar no mais curto prazo possível o estatuto administrativo e jurídico da comunidade israelita marroquina de Tânger.

ARTIGO 28.º

Os súbditos marroquinos, muçulmanos e israelitas gozam, em matéria de impostos e de taxas de qualquer espécie, de uma completa igualdade relativamente aos súbditos das Potências.

São obrigados a pagar exactamente essas taxas e impostos.

Beneficiam, da mesma maneira que os súbditos estrangeiros, das obras de assistência, hospitalização e ensino que a zona venha a criar ou subvencionar.

ARTIGO 29.º

Sua Majestade Cherifiana designará para a representar em Tânger um Mendoub que promulgará os textos legislativos votados pela assemblea internacional com o visto, como referenda, do presidente da Comissão de Fiscalização. O Mendoub administrará directamente a população indígena. Desempenhará as funções de Pachá e exercerá as atribuições de ordem administrativa e judiciária normalmente pertencentes a este cargo no Império. Gozará do direito de expulsão relativamente a súbditos marroquinos. Exercerá o mesmo direito contra os indivíduos sujeitos à jurisdição do Tribunal Mixto depois de opinião conforme da Assembleia Geral dos membros titulares do Tribunal.

Quando se tratar de indivíduo pertencente a uma nacionalidade não representada no Tribunal, o seu cônsul tem o direito de tomar parte na deliberação.

A expulsão é de direito quando for pedida pelo cônsul do interessado.

O Mendoub visará nos considerandos da ordem de expulsão a determinação do Tribunal.

Terá o dever de fazer observar e executar pelos seus administrados as cláusulas gerais do estatuto da zona e sobretudo assegurar, pelos meios administrativos e judiciais de que dispõe, a exacta cobrança dos impostos e taxas devidos pela população indígena.

O Mendoub presidirá à assembleia legislativa internacional e poderá intervir nas suas deliberações, não tomando porém parte na votação.

ARTIGO 30.º

A Comissão de Fiscalização será composta pelos cônsules de carreira das Potências signatárias do Acto de Algeciras ou pelos seus substitutos de carreira.

As funções de presidente da Comissão de Fiscalização serão assumidas por turno por cada um dos cônsules daquelas Potências. Estas funções durarão um ano. Consistem em convocar as reuniões da Comissão, transmitir-lhe todas as comunicações que lhe sejam dirigidas e dar seguimento aos negócios da sua competência.

O Cônsul chamado em primeiro lugar a desempenhar as funções do presidente será designado pela sorte. O turno dos cônsules pelo que respeita à presidência será em seguida regulado segundo a ordem alfabética das Potências representadas na Comissão. Se o cônsul designado para a presidência não puder, por qualquer razão, aceitar ou desempenhar essas funções, serão elas exercidas pelo cônsul da Potência que segue imediatamente na ordem alfabética. O mesmo sucederá para o caso de substituição do Presidente por ausência, doença ou qualquer outro impedimento.

Cada membro da Comissão de Fiscalização dispõe apenas de um voto. A Comissão de Fiscalização incumbe velar pela observância do regime de igualdade económica e das disposições insertas no estatuto de Tânger.

O Presidente, quer por sua própria iniciativa, quer a pedido de um dos membros, convoca a Comissão de Fiscalização de controlo e submete-lhe as questões da sua competência.

ARTIGO 31.º

A Comissão de Fiscalização receberá, por intermédio do Administrador, num prazo máximo de 8 dias, os textos legislativos ou regulamentos votados pela assembleia. No prazo de quinze dias a contar desta notificação, o Comité de Controlo tem o direito de opor o seu veto à promulgação do texto.

Neste caso as suas decisões são tomadas por maioria, devendo ser invocada, nos seus motivos, a não observância das cláusulas e princípios do estatuto de Tânger.

Salvo estipulação em contrário, as decisões do Comité são tomadas por maioria de votos.

Em caso de empate, deverá haver segunda deliberação num prazo máximo de 8 dias.

Se no decurso da segunda deliberação não for obtida a maioria, o voto do Presidente será preponderante.

A decisão da Comissão será notificada ao Mendoub pelo Presidente.

ARTIGO 32.º

Os poderes legislativos e regulamentares pertencem a uma Assembleia legislativa internacional presidida pelo Mendoub e composta dos representantes das comunidades estrangeiras e indígenas.

Todavia, os Códigos previstos no artigo 48.º da pre-

sente Convenção só poderão ser revogados ou modificados precedendo acordo entre as zonas francesa e espanhola do Império Cherifiano e a Comissão de Fiscalização, decidindo por unanimidade.

Os textos regulamentares e fiscais cuja lista é objecto do artigo seguinte não poderão ser revogados ou modificados durante um primeiro período de dois anos. Quando este período expirar poderão ser revogados ou modificados com o assentimento da Comissão de Fiscalização por maioria de três quartas partes dos seus votos.

Os códigos, e bem assim os textos regulamentares e fiscais acima designados, serão redigidos por comissões de técnicos britânicos, espanhóis e franceses, cujos trabalhos deverão estar terminados no prazo de três meses a datar da assinatura da presente convenção.

ARTIGO 33.º

Os textos regulamentares e fiscais previstos no parágrafo 3.º do artigo precedente são os seguintes:

Dahir sobre o regimen das Associações.

Dahir regulando a abertura e exploração de lojas de bebidas;

Dahir regulando o exercício das profissões de médico, farmacêutico, dentista, veterinário e parteira;

Dahir regulando a abertura e exploração dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos.

Dahir sobre a protecção aos monumentos históricos e paisagens.

Dahir sobre alinhamentos, planos de desenvolvimento e corte de matas, servidões e taxas de conservação do ruas e estradas.

Dahir fixando o regime de expropriação e ocupação temporária por motivo de utilidade pública.

Caderno de cláusulas e condições gerais impostas aos empreiteiros de trabalhos públicos.

Dahir determinando as condições da ocupação temporária de parcelas do domínio público.

Dahir estabelecendo o processo de delimitação dos bens do domínio privado do Estado.

Dahir sobre a exploração das pedreiras.

Dahir actualizando o regimen mineiro de 1914.

Regulamento de contabilidade pública.

Dahir fixando a taxa e determinando o regime dos alcoóis.

Dahir regulando as taxas de consumo sobre açúcares, sobre os principais produtos coloniais e seus derivados (chá, café, cacau, baunilha, etc), volas, cervejas;

Dahir sobre registos (direitos de transmissão) e sêlo.

Dahir fixando as condições de transmissão da propriedade imóvel segundo o direito comum (chraa).

ARTIGO 34.º

Tomando em conta o número de súditos, a importância do comércio local, os interesses imobiliários e a importância do tráfico em Tânger das diferentes Potências signatárias do Acto de Algeciras, a Assembleia legislativa internacional compreenderá:

4 membros francezes.

4 membros espanhóis.

3 membros britânicos.

2 membros italianos.

1 membro americano.

1 membro belga.

1 membro hollandez.

1 membro português.

designados pelos seus consulados respectivos e além desses, 6 súditos Muçulmanos do Sultão designados pelo Mendoub e 3 súditos israelitas do Sultão designados pelo Mendoub e escolhidos de uma lista de 9 nomes apresentada pela comunidade israelita.

A Assembleia nomeará, de entre os seus membros, 3 vice-presidentes, um cidadão francês, um súbdito britânico e um súbdito espanhol, encarregados de auxiliar o Mendoub na presidência da Assembleia e de o substituir em caso de ausência ou impedimento.

ARTIGO 35.º

Um administrador executará as decisões da Assembleia e dirigirá a Administração Internacional da Zona.

O Administrador terá sob as suas ordens dois administradores adjuntos e dois engenheiros.

Um dos administradores adjuntos ficará mais especialmente encarregado, com o título de director, dos serviços de higiene e de assistência; o outro administrador adjunto ficará mais especialmente encarregado, com o título de director, dos serviços financeiros.

Durante um primeiro período de seis anos, o administrador será de nacionalidade francesa; o administrador adjunto encarregado dos serviços de higiene e assistência será de nacionalidade espanhola; o administrador adjunto, encarregado dos serviços financeiros será de nacionalidade britânica. O Administrador, os dois administradores adjuntos e os dois engenheiros serão nomeados por Sua Magestade Cherifiana a pedido da Comissão de Fiscalização, a quem são apresentados pelos seus consulados respectivos.

Passado este primeiro período de 6 anos, a Assembleia nomeará o administrador e os administradores adjuntos entre os súbditos das Potências signatárias do Acto de Algeciras. Todavia, os três postos só serão confiados a súbditos de nacionalidade diferente. Tendo em vista os interesses particulares da França e da Espanha nas obras públicas, nas empresas e concessões de obras públicas da Zona de Tânger, o engenheiro das obras públicas do Estado será de nacionalidade francesa; o engenheiro encarregado das obras municipais será de nacionalidade espanhola. Os 2 engenheiros são apresentados à Comissão de Fiscalização pelos seus respectivos consulados.

A Comissão de Fiscalização poderá, se for caso disso, e por decisão tomada por maioria de tres quartas partes do número de votos, submeter um pedido motivado de substituição do administrador a Sua Magestade Cherifiana, que nomeará um candidato da mesma nacionalidade.

Se a colaboração de um dos administradores adjuntos ou de um dos engenheiros não satisfizer o administrador poderá este submeter um pedido motivado de substituição à Comissão de Fiscalização, a qual apresentará a Sua Magestade Cherifiana um candidato da mesma nacionalidade.

ARTIGO 36.º

Os vencimentos dos funcionários serão fixados pela Assembleia. Todavia, durante um primeiro período de seis anos, os vencimentos anuais do administrador, dos administradores adjuntos e dos engenheiros serão fixados pela forma seguinte:

Administrador, 50.000 francos marroquinos.

Administradores adjuntos, 40.000 francos marroquinos.

Engenheiros, 38.000 francos marroquinos.

A administração proverá, além disso, a residência daqueles funcionários.

No decurso do primeiro período de seis anos acima citado, estes vencimentos poderão, a título excepcional, ser modificados a pedido da assembleia por decisão fundamentada da Comissão de Fiscalização, tomada por três quartas partes dos seus votantes.

ARTIGO 37.º

O recrutamento dos funcionários da Administração internacional além dos previstos no artigo 36.º será feito por uma comissão presidida pelo Administrador e composta pelos tres vice-presidentes da assembleia e pelo chefe do serviço interessado.

Os candidatos escolhidos serão nomeados pelo administrador após aprovação da assembleia.

ARTIGO 38.º

O produto da taxa especial que cabe à zona de Tânger é depositado no Banco de Estado e lançado em conta da zona.

Esta receita é destinada com prioridade:

As obras e à conservação na zona de Tânger das estradas de Tânger a Tetuan e de Tânger a Larache e a Rabat;

Aos trabalhos de melhoramento e conservação da frolagem marítima e da balizagem, com excepção dos faróis do porto e da balizagem do porto.

O excesso das disponibilidades será destinado, em conformidade do artigo 66.º do Acto de Algeciras, às despesas e à execução de obras públicas que interessem o desenvolvimento da navegação e do comércio em geral.

ARTIGO 39.º

A Administração da Fiscalização da Dívida conserva os direitos, privilégios e obrigações que lhe são atribuídos pela Convenção de 21 de Março de 1910.

Essa administração pedirá ao Governo Cherifiano que designe o Chefe do Serviço da Alfândega de Tânger que dependerá da Administração das Alfândegas Marroquinas.

O Serviço das Alfândegas e Régies de Tânger cobra e arrecada os direitos alfandegários sobre as mercadorias importadas para consumo da zona e sobre as mercadorias exportadas da mesma zona.

Cobra e arrecada igualmente os rendimentos e lucros do monopólio dos tabacos e o direito de 2 1/2 por cento estabelecido pelo Acto de Algeciras a título de taxa especial de obras públicas.

Cobra e arrecada além disso o produto das diversas taxas de consumo.

Não cobra os outros impostos e rendimentos, especialmente a taxa urbana, o tertib, os direitos de portas, as receitas do domínio e os rendimentos do mostafadat.

O serviço das alfândegas e régies levanta de direito das somas que arrecadou, e após reembolso das suas despesas de régie, a importância das diversas despesas obrigatórias da zona de Tânger, que enviará na data do vencimento aos respectivos credores:

1.º A delegação dos portadores de títulos dos empréstimos de 1904 e 1910: a parte de Tânger no serviço dos ditos empréstimos;

2.º Ao Estado Cherifiano: os direitos alfandegários pagos pelo monopólio dos tabacos e que não correspondam ao consumo de Tânger;

3.º À companhia de Tânger-Fez: a parte de Tânger na garantia dos seus empréstimos;

4.º A companhia do Porto de Tânger: as anuidades do serviço dos seus empréstimos.

Por outra parte o Serviço das Alfândegas e Régies remete o produto da taxa especial ao Banco de Estado de Marrocos.

Se as receitas arrecadadas forem inferiores aos levantamentos acima mencionados o deficit será levado de preferência em conta do conjunto das receitas de Tânger ou, se for caso disso, do seu fundo de reserva.

Se as receitas forem superiores, o excedente será depositado no Banco de Estado à disposição da Administração da zona.

O orçamento do serviço das alfândegas será anualmente apresentado, antes de 15 de Novembro, ao administrador, que o submeterá à aprovação da Assembleia. Em caso de desacôrdo, a divergência entre a administração da zona e o serviço da alfândega será submetida à arbitragem da Comissão de Fiscalização que decide por maioria de votos. É necessária uma maioria de três quartas partes dos votos para as divergências relativas à criação e supressão de empregos.

Se o orçamento do serviço das alfândegas não for aprovado antes do primeiro de Janeiro, as previsões orçamentais do ano anterior aplicar-se hão de direito ao novo exercício.

A Comissão de Fiscalização poderá, ser for caso disso, e por maioria de três quartas partes dos votos, submeter ao Governo cherifiano um pedido fundamentado de substituição do chefe do Serviço da Alfândega.

ARTIGO 40.º

Nas condições abaixo expressas o Governo cherifiano delega na zona de Tânger:

1.º Os direitos e encargos que lhe advêm do contrato de concessão do porto, com data de 21 de Junho de 1921;

2.º A reacquirição, por prescrição, resgate ou fim de concessão, em benefício da zona de Tânger.

A zona cumprirá integralmente as obrigações que incumbiam ao governo cherifiano segundo o contrato de concessão. As anuidades do capital garantido pelo Governo cherifiano serão pagas pela zona de Tânger por levantamento, com prioridade, sobre as receitas alfandegárias e os lucros da exploração e dos terrenos do porto.

Serão submetidas à aprovação do Governo Cherifiano:

a) Todas as modificações das cláusulas do contrato e dos estatutos da Sociedade concessionária do porto;

b) Toda a cessão parcial ou total da empresa;

c) A prescrição;

d) O resgate.

Desde que esteja em jôgo a garantia do Governo Cherifiano, serão igualmente submetidos à sua aprovação:

a) toda a transformação de acções nominais em acções ao portador;

b) todos os tratados, disposições ou acordos conformes com as disposições do contrato e tendo por efeito aumentar o capital fornecido pela Sociedade, como está expresso no artigo 10.º da Convenção do porto.

A aprovação do Governo Cherifiano poderá ser dada em seu nome pelo seu representante na comissão do porto.

Na falta de execução pela Administração de Tânger das obrigações previstas nos parágrafos acima indicados, o Governo Cherifiano retomará por si só a fiscalização financeira da Concessão.

A pedido da Administração de Tânger o Governo Cherifiano exercerá o direito, que lhe confere a última alínea do artigo 6.º da Convenção do porto de Tânger, ficando entendido que essa administração terá a obrigação expressa de reembolsar o Governo Cherifiano dos encargos provenientes do exercício d'este direito.

A pedido da Administração de Tânger o Governo Cherifiano exercerá igualmente o direito, que lhe confere o artigo 6.º da Convenção do porto de Tânger, de apressar a amortização das obrigações garantidas à medida que essa administração, por seus próprios meios, assegure as despesas da dita operação.

Os títulos, tanto acções como obrigações, emitidos pela companhia concessionária serão, na zona de Tânger, isentos de todos os impostos, taxas e contribuições.

ARTIGO 41.º

Será constituída uma Comissão do Porto que terá as atribuições do Serviço de Fiscalização tais como estão

definidas no Acto de concessão e sob reserva das disposições do artigo 40.º anterior.

No que respeita à execução dos trabalhos de construção e conservação, a Comissão tomará as suas decisões ouvido o parecer do engenheiro encarregado das obras do Estado da zona e da fiscalização das obras do porto a quem pertence a responsabilidade técnica. No caso da comissão estar em desacordo com o engenheiro, o parecer d'este ficará anexo à acta.

Sob a autoridade da Comissão de Fiscalização, a comissão velará pela observância do regime de igualdade económica na exploração do porto.

A comissão será composta de um representante do Governo Cherifiano, de um representante da Assembleia legislativa, de um representante da Comissão de Fiscalização.

O engenheiro assistirá às sessões com voto deliberativo.

O administrador da zona tem o direito de assistir com voto consultivo às sessões da Comissão.

A comissão pertencerão também de direito, com voto consultivo:

Um representante dos interesses comerciais de Tânger eleito pelas Câmaras de Comércio, e os Directores ou Chefes de serviço da administração internacional para os negócios que os interessam.

O Director local da Sociedade concessionária poderá também ser ouvido.

A seu pedido, os cônsules serão ouvidos sobre as questões que os interessem.

Além das reuniões periódicas que decida realizar, poderá a Comissão ser convocada por iniciativa de qualquer dos seus membros, e, em caso de urgência pela do Administrador da zona.

O regulamento interno da Comissão será aprovado pela Comissão de Fiscalização.

A Comissão designará o seu presidente. Na falta de designação, a presidência será exercida por turno por cada um dos seus três membros.

Os fornecimentos de materiais importados e bem assim o material de exploração (com excepção de qualquer fornecimento ou compra de material derivados de contrato por adjudicação pública), serão objecto de concursos sob a fiscalização da comissão do porto.

A Comissão, no caso de compra de fornecimentos cuja importância exceda vinte mil francos sem ser superior a cem mil francos:

1.º determinará os termos dos contratos e as condições segundo as quais se procederá, quer na aceitação de ofertas para contratos particulares, quer em adjudicações públicas.

2.º aprovará os contratos e adjudicações.

Para os fornecimentos cuja importância exceda cem mil francos proceder-se há a uma adjudicação pública.

ARTIGO 42.º

Os direitos de ancoragem existentes em virtude de antigos tratados de comércio serão substituídos pelos direitos de estacionamento previstos no contracto de concessão do porto.

ARTIGO 43.º

A administração de Tânger velará por que os litígios que possam surgir entre a Sociedade concessionária do porto de Tânger e a Companhia do caminho de ferro de Tânger a Fez sejam regulados como está respectivamente previsto nos contratos dos dois concessionários.

ARTIGO 44.º

A administração de Tânger terá, no que respeita ao caminho de ferro de Tânger a Fez, todos os direitos e obri-

gações que lhe pertencem, no território da zona, segundo o protocolo Franco Espanhol de 27 de Novembro de 1912 e a concessão de 18 de Março de 1914 e seus anexos.

Todas as modificações à concessão, feitas de acôrdo entre os governos francês e espanhol, antes da entrada em vigor do presente estatuto, serão applicáveis à zona de Tânger.

ARTIGO 45.º

Salvo estipulação contrária na presente convenção, os direitos e obrigações resultantes de todas as concessões dadas na zona de Tânger antes da entrada em vigor da presente convenção pertencem à dita zona.

As concessões feitas de futuro pela zona de Tânger, por um prazo superior à duração da presente convenção e a dos períodos pelos quais ela poderá ser eventualmente renovada, só obrigarão o governo cherifiano, em caso de não renovação do estatuto, se o dito Governo tiver prévia e formalmente aprovado essas concessões a requerimento do proponente.

ARTIGO 46.º

É criado um orçamento da zona de Tânger.

Este orçamento é estabelecido e executado segundo as regras determinadas pelo dahir orgânico junto à presente convenção.

ARTIGO 47.º

A segurança na zona é exclusivamente mantida por um corpo de gendarmeria indígena posto à disposição do administrador. Esta força, comandada por um oficial belga, com o posto de capitão, assistido de quadros franceses e espanhóis não excederá 250 homens. Pode estabelecer quartel na cidade de Tânger e manter postos nos arredores.

O regulamento respeitante à gendarmeria está junto à presente convenção.

ARTIGO 48.º

Uma jurisdição internacional, denominada Tribunal Mixto de Tânger e composta de magistrados franceses, britânicos e espanhóis fica encarregada de administrar justiça aos súbditos das potências estrangeiras.

O Ministério público é confiado a dois magistrados, um francês e outro espanhol.

O Tribunal Mixto de Tânger é objecto do dahir especial junto ao presente estatuto e substitui as jurisdições consulares existentes.

O dahir instituindo o Tribunal Mixto de Tânger não poderá ser modificado sem o assentimento de todas as potências signatárias do Acto de Algeciras.

As relações das autoridades judiciárias da zona francesa ou da zona espanhola com o Tribunal Mixto de Tânger serão reguladas pelo acôrdo de 29 de Dezembro de 1916 referente às relações entre as autoridades judiciárias destas duas zonas.

Os três governos obrigam-se a fazer promulgar, num prazo de três meses a contar da data da assinatura da presente convenção, os códigos necessários para o funcionamento do Tribunal. Estes códigos são:

Código sobre a situação civil dos estrangeiros na zona.

Código de comércio;

Código penal;

Código de processo criminal;

Código de obrigações e contratos;

Código do processo civil com um anexo fixando os emolumentos de justiça.

Código de matrícula.

ARTIGO 49.º

A datar da entrada em vigor do novo regime, as Agências Diplomáticas em Tânger serão substituídas por Consulados.

ARTIGO 50.º

As Comissões e Comitês actuais de Tânger são suprimidos.

A missão de fixar a tarifa dos valores alfandegários applicável nas três zonas, que incumbe actualmente à comissão dos valores alfandegários, é confiada a uma comissão composta de representantes das três zonas. Esta comissão reunir-se há em Tânger pelo menos duas vezes por ano.

ARTIGO 51.º

O árabe, o espanhol e o francês são as únicas línguas oficiais na zona de Tânger. A assembleia legislativa regulará o seu emprego. Os textos legislativos e regulamentares deverão ser publicados nas três línguas.

ARTIGO 52.º

São proibidos na zona de Tânger os jogos de azar. Esta proibição só poderá ser revogada por decisão da Comissão de Fiscalização tomada por unanimidade.

ARTIGO 53.º

Os governos contratantes reconhecem ao Governo cherifiano a posse do farol do cabo Spartel ficando provisoriamente em vigor a convenção de 31 de Março de 1865.

ARTIGO 54.º

Os desacordos que venham a surgir por virtude da interpretação e aplicação das disposições da presente Convenção serão submetidos, quer ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional, quer, por comum acôrdo das partes, ao Tribunal Permanente de Arbitragem da Haia.

ARTIGO 55.º

Ficam revogadas todas as cláusulas de tratados, convenções ou acordos anteriores contrárias às estipulações do presente estatuto.

ARTIGO 56.º

A presente convenção será comunicada às Potências Signatárias do Acto de Algeciras, junto das quais os três Governos contratantes se obrigam a prestar-se mutuamente apoio para obter a sua adesão.

A convenção será ratificada e as ratificações serão trocadas em Paris logo que fôr possível.

É concluída para um período de doze anos a contar da sua ratificação.

Será renovada de pleno direito por um ou mais períodos iguais, se, pelo menos seis meses antes da sua expiração, nenhuma das Potências contratantes tiver pedido que seja revista. Neste caso continuará a ser aplicada durante a revisão efectuada de comum acôrdo.

Em testemunho do que os Plenipotenciários abaixo assinados assinaram o presente Tratado.

Feito em Paris, em 18 de Dezembro de 1923, em três exemplares.

(Seguem as assinaturas)

Fonte: Diário da República, nº 62, I Série, 25 de Março de 1926. [Consult. 23-11-2011] Disponível em:
<http://www.dre.pt/pdf1s/1926/03/06200/02660273.pdf>

**Anexo 3 – Tratado para a Organização do Protectorado Francês no Império
Cherifino – texto em língua francesa.**

EMPIRE CHÉRIFIEN
Protectorat de la République Française
AU MAROC

Bulletin Officiel

ABONNEMENTS :

	MAROC	FRANCE et Colonies	ETRANGER
3 Mois	3,50	4	4,50
6 Mois	6	7	8
1 An	10	12	15

ÉDITION FRANÇAISE**Hebdomadaire****ON PEUT S'ABONNER :**

A la Résidence de France à Rabat
à l'Imprimerie Rapide { à Rabat
 { à Casablanca
et dans tous les bureaux de postes.

SOMMAIRE

- I. — Arrêté portant création du *Bulletin Officiel*.
- II. — Proclamation de S. M. le Sultan Moulay Youssef.
- III. — Traité conclu entre la France et le Maroc pour l'Organisation du Protectorat Français sur l'Empire Chérifien.
- IV. — Loi approuvant le traité du Protectorat.
- V. — Télégrammes échangés entre le Président de la République Française et S. M. le Sultan Moulay Youssef.
- VI. — Décret nommant le Commissaire Résident Général.
- VII. — Décret fixant les attributions du Commissaire Résident Général.
- VIII. — Décret relatif aux pouvoirs exercés par le Haut Commissaire des Confins Algéro-Marocains (Maroc Oriental).
- IX. — Services de la Résidence Générale et du Commandement en Chef.
- X. — Arrêté chargeant M. le Consul de France à Mogador de l'intérim du Secrétariat général.
- XI. — Ordre Général du Général Commandant en Chef à l'occasion de la prise de commandement du Général Franchet d'Espèrey.
- XII. — Ordre Général du Général Commandant en Chef à la suite de l'occupation de Marrakech.
- XIII. — Télégrammes échangés entre S. M. le Sultan Moulay Youssef et le Commissaire Résident Général.
- XIV. — Circulaire du Grand Vizir aux Gouverneurs, Caïds, Cadis.
- XV. — Arrêté portant création d'un Service des Études et de Renseignements Économiques.
- XVI. — Instructions aux Régions relativement à la transmission des Renseignements Économiques.
- XVII. — Circulaire aux Consuls relativement à la création du Service des Études et des Renseignements Économiques.

LE COMMISSAIRE RÉSIDENT GÉNÉRAL.**ARRÊTE :**

Article 1^{er}. — Il est créé un Bulletin Officiel du Gouvernement Chérifien et du Protectorat de la République Française au Maroc destiné à publier les décrets et décisions du Gouvernement Chérifien, les lois, décrets, arrêtés et décisions du Gouvernement de la République relatifs au Maroc ainsi que les arrêtés et décisions du Commissaire Résident Général.

Article II. — Le Bulletin Officiel comporte une édition française et une édition arabe.

Article III. — La direction et la rédaction du Bulletin Officiel sont assurées par le Chef du Cabinet Civil du Résident Général.

Rabat, le 2^e Septembre 1912.

LYAUTEY.

A la suite de l'abdication de Sa Majesté MOULAY HAFID, les Chorfas, les Oulémas et les notables de la ville de Rabat, siège actuel du Gouvernement Chérifien, se sont réunis au Dar El Maghzen le 29 Ramadan 1336 (13 Août 1912) et ont procédé à la proclamation de Sa Majesté MOULAY YOUSSEF comme Sultan du Maroc.

Les Chorfas, les Oulémas et les notables des autres villes de l'Empire, ainsi que les caïds des tribus, ont fait acte d'hommage au nouveau Sultan.

TRAITÉ conclu entre la France et le Maroc le 30 Mars 1912, pour l'Organisation du Protectorat Français dans l'Empire Chérifien.

Le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement de Sa Majesté Chérifienne, soucieux d'établir au Maroc un régime régulier fondé sur l'ordre intérieur et la sécurité générale qui permettra l'introduction des réformes et assurera le développement économique du pays, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE I. — Le Gouvernement de la République Française et Sa Majesté le Sultan sont d'accord pour instituer au Maroc un nouveau régime comportant des réformes administratives, judiciaires, scolaires, économiques, financières et militaires que le Gouvernement Français jugera utile d'introduire sur le territoire marocain.

Ce régime sauvegardera la situation religieuse, le respect et le prestige traditionnel du Sultan, l'exercice de la religion musulmane et des institutions religieuses, notamment de celles des habous. Il comportera l'organisation d'un Maghzen chérifien réformé.

Le Gouvernement de la République se concertera avec le Gouvernement Espagnol au sujet des intérêts que ce Gouvernement tient de sa position géographique et de ses possessions territoriales sur la côte marocaine.

De même, la ville de Tanger gardera le caractère spécial qui lui a été reconnu et qui déterminera son organisation municipale.

ART. II. — Sa Majesté le Sultan admet dès maintenant que le Gouvernement Français procède, après avoir prévenu le Maghzen, aux occupations militaires du territoire marocain qu'il jugerait nécessaires au maintien de l'ordre et de la sécurité des transactions commerciales et à ce qu'il exerce toute action de police sur terre et dans les eaux marocaines.

ART. III. — Le Gouvernement de la République prend l'engagement de prêter un constant appui à Sa Majesté Chérifienne contre tout danger qui menacerait Sa personne ou Son trône ou qui compromettrait la tranquillité de Ses États. Le même appui sera prêté à l'héritier du trône et à ses successeurs.

ART. IV. — Les mesures que nécessitera le nouveau régime de protectorat seront édictées, sur la proposition du Gouvernement Français, par Sa Majesté Chérifienne ou par les autorités auxquelles elle en aura délégué le pouvoir. Il en sera de même des règlements nouveaux et des modifications aux règlements existants.

ART. V. — Le Gouvernement Français sera représenté auprès de Sa Majesté Chérifienne par un Commissaire Résident Général, dépositaire de tous les pouvoirs de la République au Maroc, qui veillera à l'exécution du présent accord.

Le Commissaire Résident Général sera le seul intermédiaire du Sultan auprès des représentants étrangers et dans les rapports que ces représentants entretiennent avec le gouvernement marocain. Il sera, notamment, chargé de toutes les questions intéressant les étrangers dans l'Empire Chérifien.

Il aura le pouvoir d'approuver et de promulguer, au nom du Gouvernement Français, tous les décrets rendus par Sa Majesté Chérifienne.

ART. VI. — Les agents diplomatiques et consulaires de la France seront chargés de la représentation et de la protection des sujets et des intérêts marocains à l'étranger.

Sa Majesté le Sultan s'engage à ne conclure aucun acte ayant un caractère international sans l'assentiment préalable du Gouvernement de la République Française.

ART. VII. — Le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement de Sa Majesté Chérifienne se réservent de fixer d'un commun accord les bases d'une réorganisation financière qui, en respectant les droits conférés au porteur des titres des emprunts publics marocains, permette de garantir les engagements du trésor chérifien et de percevoir régulièrement les revenus de l'Empire.

ART. VIII. — Sa Majesté Chérifienne s'interdit de contracter à l'avenir, directement ou indirectement, aucun emprunt public ou privé et d'accorder, sous une forme quelconque, aucune concession sans l'autorisation du Gouvernement Français.

ART. IX. — La présente convention sera soumise à la ratification du Gouvernement de la République Française et l'instrument de ladite ratification sera remis à Sa Majesté le Sultan dans le plus bref délai possible.

En foi de quoi les soussignés ont dressé le présent acte et l'ont revêtu de leurs cachets.

Fait à Fez, le 30 Mars 1912.

Signé : REGNAULT. Signé : MOULAY ABD EL HAFID.

LOI

Portant approbation du traité conclu entre la France et le Maroc, le 30 Mars 1912, pour l'organisation du Protectorat Français dans l'Empire Chérifien

- Le Sénat et la Chambre des députés ont adopté,
- Le Président de la République promulgue :
- La loi dont la teneur suit :

Article unique. — Le Président de la République Française est autorisé à ratifier et, s'il y a lieu, à faire exécuter le traité conclu à Fez, le 30 Mars 1912, pour l'organisation du protectorat français dans l'Empire Chérifien.

Une copie authentique de ce traité sera annexée à la présente loi.

La présente loi, délibérée et adoptée par le Sénat et par la Chambre des députés, sera exécutée comme loi de l'Etat.

Fait à Paris, le 15 Juillet 1912.

A. FALLIÈRES.

Par le Président de la République :

Le Président du Conseil,
Ministre des Affaires Étrangères.

R. POINCARE.

A l'occasion de sa proclamation, S.M. le Sultan Moulay Youssef a fait parvenir par l'intermédiaire de son Vizir à M. le Président de la République le Télégramme suivant :

Au moment où le peuple marocain vient de procéder spontanément à la proclamation de Sa Majesté Fortunée et où des délégations viennent lui rapporter les actes d'hommage selon l'usage traditionnel, Sa Majesté Éminente a jugé devoir faire connaître à Son Excellence M. le Président de la République qu'elle était décidée à compléter l'entente et à parfaire la collaboration amicale avec la France dans l'œuvre de paix et de progrès de l'Empire Chérifien poursuivie par les deux gouvernements amis.

M. le Président de la République a fait répondre par M. le Président du Conseil, Ministre des Affaires Étrangères, le Télégramme suivant adressé au Vizir de S.M. le Sultan.

Monsieur le Président me prie de faire savoir à Sa Majesté le Sultan qu'il a reçu avec une très vive satisfaction l'assurance qu'Elle lui donne de sa ferme intention de compléter l'entente entre les deux pays et de travailler amicalement avec la France à la pacification de l'Empire Chérifien et à son développement. Veuillez dire à Sa Majesté qu'Elle peut compter sur l'entier concours du Gouvernement de la République qui, tout en respectant les croyances et les traditions de la population musulmane sera heureux de l'aider à obtenir les avantages de la civilisation.

DÉCRET

nommant le Commissaire Résident Général
de la République Française au Maroc

Le Président de la République Française,
Sur la proposition du Président du Conseil, Ministre des Affaires Étrangères,

Décède :

ART. 1^{er}. — Le Général de division Lyautey est nommé Commissaire Résident Général de la République Française au Maroc.

ART. 2. — Le Président du Conseil, Ministre des Affaires Étrangères, est chargé de l'exécution du présent décret.

Fait à Rambouillet, le 28 Avril 1912.

A. FALLIÈRES.

Par le Président de la République :

Le Président du Conseil,
Ministre des Affaires Étrangères,
R. POINCARE.

DÉCRET

fixant les attributions et les pouvoirs du Commissaire
Résident Général

Le Président de la République Française,
Sur la proposition du Président du Conseil, Ministre des Affaires Étrangères,

Décède :

ART. 1^{er}. — Le Représentant de la République Française au Maroc porte le titre de Commissaire Résident Général et relève du Ministre des Affaires Étrangères.

ART. 2. — Le Commissaire Résident Général est le dépositaire de tous les pouvoirs de la République dans l'Empire Chérifien.

Il est le seul intermédiaire du Sultan auprès des représentants des puissances étrangères.

Il approuve et promulgue, au nom du Gouvernement de la République, les décrets rendus par Sa Majesté Chérifienne.

Il dirige tous les services administratifs ; il a le commandement en chef des forces de terre et la disposition des forces navales.

Art. 3. — Le Commissaire Résident Général communique par l'entremise du Ministre des Affaires Étrangères avec les divers membres du Gouvernement de la République ; il les saisit, sans délai, des questions qui intéressent leurs départements.

Art. 4. — Le Commissaire Résident Général est assisté d'un Délégué à la Résidence Générale, destiné à le remplacer, en cas d'absence ou d'empêchement.

Art. 5. — Le Président du Conseil, Ministre des Affaires Étrangères, est chargé de l'exécution du présent décret.

Fait à Paris, le 11 Juin 1912.

A. FALLIÈRES.

Par le Président de la République :

*Le Président du Conseil,
Ministre des Affaires Étrangères,
R. POINCARÉ.*

DECRET

*relatif aux pouvoirs exercés par le Haut Commissaire
des Confins algéro-marocains (Maroc Oriental)*

Le Président de la République Française,

Sur la proposition du Président du Conseil, Ministre des Affaires Étrangères,

Décède :

ART. 1^{er}. — Le Haut Commissaire des confins algéro-marocains exerce les pouvoirs dévolus aux consuls : en matière de juridiction civile, pénale et de haute police, par l'édit de 1778 et par la loi du 28 Mai 1836 ; en matière d'état civil, par l'ordonnance du 23 Octobre 1833 ; en matière de certificats de vie, par les ordonnances des 30 Juin 1814 et 20 Mai 1818 et le décret du 26 Juin 1882 ; en ce qui concerne la conservation des archives, par l'ordonnance du 18 Août 1833 ; en matière de dépôts, par l'ordonnance du 24 Octobre 1833 ; en matière de passeports, légalisations et transmissions d'actes judiciaires, par l'ordonnance du 25 Octobre 1833 ; en matière de successions, par l'ordonnance de 1681 ; en matière d'actes notariés, par les instructions du 30 Novembre 1833 ; en ce qui concerne le service militaire, par la loi du 21 Mars 1905 ; en ce qui concerne l'immatriculation, par le décret du 16 Septembre 1910 ; et en ce qui concerne la comptabilité et la perception des taxes de chancellerie, par le décret du 20 Décembre 1910 et la loi du 8 avril 1910, ainsi que par les lois et décrets qui modifieront les textes précités.

ART. 2. — En cas d'absence ou d'empêchement, le Haut Commissaire pourra se faire suppléer, soit par le chef du bureau civil, qui lui est adjoint en vertu de ses instructions de service, soit par un fonctionnaire de ses bureaux.

ART. 3. — Il nommera, dans les conditions prévues par l'article 20 de l'ordonnance du 20 Août 1833, le personnel qu'il jugera le plus capable pour remplir les fonctions de chancelier.

ART. 4. — Le tribunal institué près du Haut Commissaire de France à Oujda fonctionnera dans les conditions prévues aux articles 1^{er}, 2 et 3 jusqu'au jour où, confor-

mément aux dispositions du paragraphe 2 de l'article 9 de la convention franco-allemande du 4 Novembre 1911, aura été institué un régime judiciaire destiné à remplacer les tribunaux consulaires.

Fait à Paris, le 30 Mai 1912.

A. FALLIÈRES.

Par le président de la République :

*Le Président du Conseil,
Ministre des Affaires Étrangères,
R. POINCARÉ.*

SERVICES DE LA RÉSIDENCE GÉNÉRALE ET DU COMMANDEMENT EN CHEF

Délégué à la Résidence Générale

M. LE COMTE DE SAINT-AULAIRE, Ministre plénipotentiaire, nommé par décret du Président de la République en date du 7 Mai 1912.

Le Délégué de la Résidence remplace le Résident Général en cas d'absence ou d'empêchement et le seconde dans la direction générale des affaires.

Cabinet du Résident Général

Officiers d'ordonnance :

M. le Lieutenant d'Infanterie breveté hors cadres BÉNÉDICT (E.), mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision du Ministre de la Guerre, en date du 3 Mai 1912.

M. le Lieutenant d'Infanterie Coloniale hors cadres DROIN (A.), mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision du Ministre de la Guerre en date du 8 Mai 1912.

Interprète :

M. l'Officier Interprète de 2^{me} classe ZHILIL (M.).

Chef du Cabinet Civil :

M. BILLECARD (ROBERT), Avocat à la Cour d'Appel de Paris.

Attachés au Cabinet civil : M. JACTEL (RENÉ), Avocat à la Cour d'Appel de Paris.

M. CORVAIZIER (MARCEL), Diplômé de l'École des Langues Orientales vivantes, Rédacteur à la Résidence Générale.

Bureau Diplomatique de la Résidence Générale

M. GUARD (M.), Secrétaire d'ambassade de 2^{me} classe nommé par décret du 7 mai 1912.

M. DU PERRON DE REVEL (GEY), Secrétaire d'ambassade de 3^{me} classe nommé par décret du 7 mai 1912.

M. BLANC (M.), vice-consul de 1^{re} classe, 1^{er} interprète de la Résidence.

M. FORCIEL (D.), vice-consul de 3^{me} classe.

M. BAGIOT (M.), élève-interprète.

Le bureau diplomatique est chargé des questions relatives à l'exécution des traités internationaux, protection, contentieux administratif et immobilier, condition des étrangers et de la correspondance relative à ces matières.

Bureau Militaire de la Résidence Générale*Chef du bureau*

M. le chef de bataillon d'infanterie breveté hors cadres POEYMIRAU, mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision ministérielle du 3 mai 1912.

Service d'état-major

M. le capitaine d'infanterie breveté hors cadres MERCIER, détaché de l'Etat-Major des troupes d'occupation du Maroc occidental.

M. l'officier d'Administration de 1^{re} classe LEFRANÇOIS, mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision ministérielle du 1^{er} juillet 1912.

Service Topographique

M. le Capitaine d'Artillerie hors cadres RIEDER mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision ministérielle du 3 mai 1912.

Service de l'Intendance

M. l'adjoint à l'intendance LAURENT (J.-A.) mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision ministérielle du 24 septembre 1912.

Service des Remontes Chérifiennes

M. le Capitaine de cavalerie hors cadres CHARLES-ROUX mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision ministérielle du 3 mai 1912.

Commandant du quartier général

M. le Lieutenant de cavalerie hors cadres GARINEAU mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision ministérielle du 15 mai 1912.

Service maritime

M. l'Enseigne de vaisseau MONTAGNE, mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision du Ministre de la Marine en date du 15 septembre 1912.

Bureau politique de la Résidence Générale

(Service des Renseignements)

Chef du bureau politique :

M. le Capitaine d'Infanterie hors cadres BERRIAU (H.), mis à la disposition du Commissaire Résident Général, par décision ministérielle du 15 Mai 1912.

M. le Lieutenant d'Infanterie LUCAS, mis en mission hors cadres pour être employé au Bureau des Renseignements de la Résidence Générale, par décision ministérielle du 25 Septembre 1912.

M. le Lieutenant d'Infanterie CANONGE (M.), mis en mission hors cadres, pour être employé au service des Renseignements de la Résidence Générale, par décision ministérielle du 25 Septembre 1912.

Secrétariat Général

Le Secrétaire Général a spécialement dans ses attributions l'administration, la police, la justice, l'enseignement et les cultes.

Secrétaire général près le Commissaire Résident Général :

M. GAILLARD (F.-H.), Consul de 1^{re} classe (en conge).

M. D'HOTES (A.), rédacteur au Secrétariat général.

M. REYNIER (A.), officier interprète de 2^{me} classe détaché au Secrétariat Général.

M. MOURIES (L.-A.), Diplômé de l'Ecole des Sciences Politiques, Rédacteur au Secrétariat général.

M. MALJEAN (A.), attaché au Secrétariat Général.

M. BALME (P.), Commis au Secrétariat général.

Chef des Services de l'Enseignement :

M. LOTH (G.), Inspecteur d'Académie hors cadres, chargé de la direction du Collège Alaoui à Tunis (en mission).

Conseiller Judiciaire du Protectorat :

M. LANDRY, Procureur de la République d'Oran, mis à la disposition du Commissaire Résident Général, par décision du Garde des Sceaux, Ministre de la Justice.

Direction Générale des Services Financiers

Le Directeur Général des Services Financiers a dans ses attributions les Finances, la Dette Publique, les Domaines, le Commerce, les Postes et les Communications télégraphiques et téléphoniques.

Directeur Général des Services Financiers :

M. GALLUT, Inspecteur des Finances, mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision du Ministre des Finances.

Service du Budget de la Comptabilité :

M. ALBERGE, Rédacteur au Ministère des Finances hors cadres (Administration centrale des Contributions Indirectes). *Chef du Service.*

M. D'AMBERT, Commis principal hors cadres de la Trésorerie d'Indo-Chine. *Chef du Bureau du Contrôle et de l'Ordonnancement.*

M. DE LAPOMMERAYE, Rédacteur principal hors cadres à la Caisse des Dépôts et Consignations, Commis de Trésorerie hors cadres. *Caissier provisoire du Protectorat.*

Service des Domaines. — Chef du Service :

M. DE CHAVIGNY, Inspecteur Adjoint de l'Enregistrement et des Domaines.

Service des Études et des Renseignements Économiques. — Chef du Service :

M. RENÉ-LECLERC (CH.)

Service des « Télégraphes Chérifiens ». — Directeur :

M. BIARNAY.

Direction Générale des Travaux Publics

La Direction Générale des Travaux Publics a, dans ses attributions, les travaux d'intérêt public, les mines, les ports, les phares, les eaux et forêts, l'agriculture, le cadastre.

Directeur Général des Travaux Publics :

M. DELURE, Inspecteur Général des Ponts et Chaussées hors cadres.

Ingénieur en Chef des Ponts et Chaussées, Ingénieur en Chef de la Caisse Spéciale, Conseiller Technique du Maghzen :

M. PORCHÉ-BANES (continuera à remplir, à l'avenir, auprès de la Commission Générale des Adjudications, les fonctions de Délégué de l'Administration des Travaux Publics).

Adjoint au Directeur Général :

M. FRANÇOIS, Ingénieur des Ponts et Chaussées.

Chef du Cabinet du Directeur Général :

M. HUBERT, Conducteur des Ponts et Chaussées.

Comptable : M. SOUQUE.

Dessinateurs et Commis : MM. VERNET, CASANOVA, OMAR ARIEF, LEOTARD DE RICARD, EICHENE, DARDOIZE, LIGUIER.

Direction Générale de l'Administration militaire du Protectorat

Directeur général :

M. l'Intendant Général BLANCHENAY, mis à la disposition du Résident Général par décision du Ministre de la Guerre.

Direction Générale des Travaux Militaires du Protectorat

Directeur Général :

M. le Colonel du Génie hors cadres CALONI, mis à la disposition du Commissaire Résident Général par décision du Ministre de la Guerre.

Adjoint au Directeur :

M. le Capitaine du Génie breveté hors cadres BRACONNIER, mis à la disposition du Commissaire Résident Général, par décision du Ministre de la Guerre.

Direction Générale du Service de Santé au Maroc

Directeur Général :

M. le Médecin Inspecteur BÉCHARD (en mission).

Adjoint au Directeur :

M. le Médecin-major de 2^{me} classe PÉCHINÉ.

ARRÊTÉ

Le COMMISSAIRE RÉSIDENT GÉNÉRAL,

ARRÊTE :

En l'absence de M. GAILLARD, Secrétaire Général, en congé, M. MARC, Consul de France à Mogador, est chargé de l'intérim de ses fonctions.

Rabat, le 27 Septembre 1912.

LYAUTEY.

ORDRE GÉNÉRAL N° 11 bis

Par Décision Ministérielle du 14 Août 1912, M. le Général de Division FRANCHET D'ESPEREY a été nommé au Commandement des Troupes d'Occupation du Maroc Occidental, en remplacement de M. le Général de Division MOINIER rentré en France.

Au moment où le Général MOINIER quitte le Commandement, qu'il a exercé pendant plus de trois ans et demi avec tant de distinction et de succès, le Général Commandant en Chef, Commissaire Résident Général, tient à lui exprimer toute sa gratitude pour sa collaboration si loyale, complète et éclairée.

Il se fait l'interprète des sentiments du Corps du Maroc Occidental pour le Chef qui, en 1911, a préparé et exécuté la marche sur Fez, titre d'honneur impérissable, et qui a réalisé à la tête de ces troupes si vaillantes, dévouées jusqu'au sacrifice, une œuvre dont la Patrie doit lui être à jamais reconnaissante.

Casablanca, le 31 Août 1912.

Le Commissaire Résident Général,
Commandant en Chef,

LYAUTEY.

ORDRE GÉNÉRAL N° 12 bis

Le Commissaire Résident Général Commandant en Chef est heureux de porter à la connaissance des troupes du Corps d'Occupation le brillant succès remporté à Marrakech par nos troupes, sous le Commandement du Colonel MANGIN.

Un détachement mobile sous le commandement du Commandant SIMON arriva le 6 à la nuit devant l'oasis de Marrakech : les Caïds restés fidèles à la cause de l'ordre vinrent l'assurer qu'ils soulèveraient la population contre El Hiba à notre arrivée.

Cette promesse fut réalisée.

Le 7 à huit heures du matin le détachement entra dans le Dar Maghzen et trouvait tous nos compatriotes délivrés sous la poussée énergique des grands Caïds GLAOUI.

Quant à El Hiba, il avait pris la fuite poursuivi par la fusillade intense de la population.

Cette opération menée avec tant de vigueur, de rapidité, d'habileté et de succès fait le plus grand honneur au Colonel MANGIN et à ses vaillantes troupes, soulage tous les cœurs français de la plus angoissante préoccupation et marque une étape décisive de la pacification du Maroc.

Casablanca, le 8 Septembre 1912.

Le Commissaire Résident Général,
Commandant en Chef,

LYAUTEY.

A la suite de l'occupation de Marrakech, le Résident Général a adressé à S.M. Moulay Youssef le télégramme suivant :

J'ai la profonde satisfaction d'annoncer à Votre Majesté que nos troupes, arrivées devant Marrakech le 7 Septembre au matin, y sont entrées avec le concours des caïds restés fidèles à la cause du makhzen et de Glaoui, grâce auxquels elles ont délivré nos compatriotes des mains d'El Hiba. L'imposteur a pris la fuite, poursuivi par la fusillade de la population. Le colonel Mangin, qui commande les troupes françaises, a prêté tout son concours aux autorités locales pour rétablir à Marrakech le pouvoir de Votre Majesté, y établir désormais un régime d'ordre et de paix. J'espère que Votre Majesté pourra bientôt se rendre elle-même dans cette capitale et affermir son autorité. Je suis heureux de voir son règne commencer dans des conditions aussi favorables et je l'assure de tout mon concours pour que son gouvernement apporte au Maroc les bienfaits de la paix, de l'ordre et de la prospérité.

S.M. le Sultan a répondu :

Nous avons reçu la bonne nouvelle que vous nous avez envoyée. Vos troupes sont arrivées à Marrakech, une réception enthousiaste leur a été faite par des serviteurs loyaux, lesquels leur ont facilité l'entrée en ville, ont rassuré la population, ont chassé de son sein le méchant agitateur et l'ont obligé à fuir. Enfin, les prisonniers ont été délivrés : ils étaient sains et saufs. C'est un heureux résultat dont on ne saurait trop se féliciter. Nous sommes contents de cet événement. Nous nous réjouissons de cette victoire. Nous l'attribuons aux excellentes mesures que, par haute sympathie, vous avez prises et qui ont assuré le succès. Le souvenir en sera impérissable. Le mérite en revient aussi aux chefs militaires éminents qui ont droit aux félicitations générales ainsi qu'au courage et à l'audace des soldats. Notre joie est d'autant plus intense que les prisonniers sont sains et saufs. Enfin, la satisfaction que nous attendions, la prise de possession de cette région nous l'a donnée. Nous sommes tout à fait disposés à nous mettre en route et nous prions Dieu de nous assister et de nous réunir pour arriver au but poursuivi. Demeurez avec la paix et le bonheur.

**CIRCULAIRE du Grand-Vizir aux Gouverneurs,
Caïds et Cadis**

Louange à Dieu !

L'importance toujours croissante que prennent les acquisitions de terrains au Maroc, a déterminé le Maghzen à promulguer ce règlement provisoire auquel seront tenues de se conformer les autorités chérifiennes ayant qualité pour intervenir dans ces opérations et qui est inspiré tant des usages immobiliers du pays que des conventions liant l'Empire avec les puissances étrangères.

TITRE PREMIER

**Dispositions communes aux sujets marocains,
aux protégés et aux étrangers**

Section première : DES BIENS INALIÉNABLES.

Il existe dans l'étendue de l'Empire Chérifien des biens qui ne peuvent être possédés ni aliénés par personne tels que les routes et les pistes, les rues, le rivage de la mer et les ports, les étangs et les sebkas, les fleuves et les rivières, les sources, les puits et abreuvoirs publics ainsi que les forts et remparts des villes avec leurs servitudes et dépendances.

Tous ces biens sont de droits inaliénables quand ils cessent d'être affectés à un usage public, le Maghzen seul peut en disposer.

Il est d'autres biens qui ne peuvent être en aucune façon aliénés qu'avec l'autorisation du Maghzen, parce qu'il a sur ces biens des droits de propriété ou de contrôle.

Ce sont :

1° Les habous dont tout échange ou mutation est subordonné à l'autorisation du Maghzen et soumis à des formalités déterminées par la loi ;

2° Les terres occupées en collectivité par des tribus qui resteront telles qu'elles sont et continueront à être régies par les anciens usages sans pouvoir être vendues ou partagées ;

3° Les forêts qui, dans toute l'étendue de l'Empire, appartiennent au Maghzen sous réserve des droits d'usage (pâturage de troupeaux, ramassage du bois) que pourraient avoir les tribus voisines ;

4° Les terres où le Maghzen a installé des tribus Djich pour y habiter et en jouir sans pouvoir les aliéner ;

5° Les terres désertes et incultes, les biens vacants et sans maître, et d'une façon générale tous les immeubles que la loi musulmane comprend sous les désignations de « terres mortes », lesquelles reviennent de droit au Maghzen et ne peuvent être occupées ou vivifiées sans son autorisation préalable ;

6° Les minerais à extraire du sous-sol ou de la surface de la terre ; un règlement maghzenien sera ultérieurement promulgué en cette matière ;

7° Les biens des disparus qui ne peuvent être vendus qu'avec l'autorisation du Maghzen, car ils reviennent au Bil el Mal ;

8° Tous les biens urbains ou ruraux appartenant en particulier au Maghzen, qu'ils soient ou non inscrits sur le sommier des Oummanas.

En conséquence, pour tout ce qui concerne les immeubles énoncés ci-dessus, il est interdit aux Gouverneurs et Cadis de délivrer des autorisations pour l'établissement d'un acte constitutif de propriété, d'une déclaration de vente, d'une donation, d'un partage, d'un échange ou autres ; ces autorités devront toujours se refuser de donner suite aux requêtes qui leur seraient adressées dans ce but et seront tenues responsables de toute infraction de leur part à ces prescriptions.

Quant aux actes relatifs à des biens de cette nature qui auraient été passés antérieurement aux présentes sans autorisation du Maghzen, celui-ci se réserve la faculté d'intenter toute action en nullité ou en révision des contrats.

Section deuxième : DES BIENS ALIÉNABLES.

Sauf ce qui sera dit au titre II, relativement à l'autorisation préalable nécessaire aux étrangers pour acquérir des immeubles dans l'Empire, tous les autres biens pourront comme par le passé, faire l'objet de mutations entre particuliers, selon la loi du Chréa et les coutumes du pays.

Toutefois, en vue d'apporter plus de sécurité dans ces mutations et d'éviter les contestations futures, il importe de rappeler les points suivants qui ont fait déjà l'objet d'instructions antérieures :

Avant de délivrer aux notaires l'autorisation d'usage pour les actes de transfert, les Cadis doivent examiner soigneusement et minutieusement les titres produits par le vendeur pour voir s'ils remplissent bien toutes les conditions exigées par la loi et s'assurer de leur validité à l'égard du Chréa. Ils demanderont ensuite par écrit au Gouverneur de la ville ou du port tous renseignements qu'ils jugeront utiles sur le nom de la propriété, sa situation, ses limites, les noms du vendeur et de l'acheteur.

En outre, les Cadis seront tenus, avant d'autoriser l'établissement d'un acte constitutif ou transmissif de propriété, de s'assurer que l'immeuble en question n'est pas compris en totalité ou en partie dans l'une quelconque des catégories des biens inaliénables énumérées dans la section I ci-dessus.

Dans ce but, le Gouverneur écrit à l'amin des biens Maghzen, au préposé aux biens des disparus, au nadir des habous et au Caïd de la tribu sur le territoire de laquelle est situé l'immeuble. Lorsque chacun de ces fonctionnaires lui aura fait connaître par écrit que l'immeuble en jeu est la propriété certaine du requérant, qu'il ne dépend point des biens dont ils ont la gestion et qu'il ne fait l'objet d'aucun litige intéressant des tiers, le Gouverneur répondra alors au Cadi. Dans sa réponse qui reproduira intégralement les résultats de l'enquête, il exposera que d'après les renseignements de son vendeur, il lui permettra ainsi d'autoriser les notaires à établir l'acte de vente selon la procédure et les usages en vigueur.

Les cadis se conformeront aux formalités qui étaient d'ailleurs appliquées déjà dans le périmètre myriamétrique des ports ouverts au commerce et qui le seront dorénavant dans toute l'étendue de l'Empire.

Enfin, dans le but de faciliter le contrôle des formalités qui viennent d'être édictées, seuls les notaires et les cadis des villes et des ports auront qualité pour dresser et valider des actes constitutifs ou transmissifs de propriété; ceux qui seront établis par des notaires et cadis de la campagne seront nuls jusqu'au jour où le Maghzen aura désigné parmi les cadis et notaires ceux qui pourront valablement dresser et valider les actes de cette nature.

Ces prescriptions sont applicables à tous, sujets marocains, protégés et étrangers.

TITRE DEUXIÈME

Prescriptions spéciales aux Étrangers à quelque confession qu'ils appartiennent

En vertu de l'art. II de la Convention de Madrid, les Étrangers ont le droit d'acheter des immeubles dans toute l'étendue de l'Empire, à condition de se munir préalablement de l'autorisation ad hoc du Maghzen.

L'Art. 60 de l'Acte d'Algésiras leur a accordé cette autorisation une fois pour toutes, pour les immeubles situés dans le périmètre myriamétrique des 8 ports et dans un rayon de 2 kilomètres autour de El-Ksar-el-Kebir, Arzila et Azemmour. Mais l'autorisation reste indispensable à la validité des opérations effectuées par des étrangers pour tous les immeubles situés en dehors de ces différents périmètres.

En conséquence, le Cadi n'approuvera aucune vente consentie à un étranger que si l'autorisation réglementaire a été accordée par le Maghzen.

Il invitera l'acheteur étranger à présenter sa demande d'autorisation au Cadi de la circonscription de l'immeuble à vendre; le Cadi ouvrira une enquête sur le cas et adressera la requête de l'étranger accompagnée de son avis sur la recevabilité de la demande, au Gouverneur de la ville ou du port le plus proche. Il appartiendra à ce Gouverneur de faire droit à la demande ou de la rejeter, étant entendu que conformément à l'art. 60 de l'Acte d'Algésiras, les autorisations ne pourront être refusées sans un motif légitime.

*
*
*

En plus des dispositions qui précèdent, et dans le but de favoriser la prompte exécution des Travaux Publics au Maroc, le Maghzen a décidé que, dorénavant, les acquéreurs d'immeubles devront, pour obtenir la validation de leurs contrats par les autorités chérifiennes commises à cet effet, souscrire une déclaration notariée aux termes de laquelle ils s'engageront à céder à l'État Marocain, les emprises qui deviendraient nécessaires à l'exécution des travaux publics.

Il sera spécifié qu'au cas où l'indemnité de cession ne pourrait être fixée à l'amiable, deux arbitres seraient désignés, l'un par l'Administration et l'autre par le propriétaire, pour en déterminer le montant; en cas de désaccord sur ce point, ces deux arbitres choisiraient un tiers expert pour les départager; s'ils ne pouvaient se mettre d'accord sur cette désignation, le tiers arbitre serait nommé par le Gouvernement (1).

(1) Il va de soi que la procédure qui précède ne pourra être suivie que dans les cas pour lesquels le recours à la procédure spéciale d'expropriation instituée par l'Acte d'Algésiras n'a pu être prévu dans le dit acte.

ARRÊTÉ

Portant Création d'un Service des Études et des Renseignements Économiques

Organisation et mode de fonctionnement.

Le Service des Études économiques a pour mission :

1^{re}. — De réunir et de classer tous les renseignements relatifs à la situation économique du Maroc, de manière à constituer les Archives Économiques du Protectorat et à préparer la documentation des Services chargés d'élaborer les règlements relatifs à l'agriculture, au commerce et à l'industrie.

2^e. — De mettre en lumière par des études, des monographies, des tableaux de statistique et des graphiques, le développement économique de l'Empire Chérifien depuis l'occupation française, les progrès de la production agricole et industrielle, la multiplication des relations commerciales et l'accroissement de la prospérité publique dans les régions pacifiées; enfin, de fournir au public tous renseignements de nature à faciliter l'œuvre de colonisation.

Ce service correspondra, par l'intermédiaire de la Direction Générale des Finances, avec les Consuls et les Bureaux de renseignements. Les différentes Directions lui communiqueront les renseignements d'ordre économique qui leur parviendront et lui signaleront, par des notes spéciales, les mesures administratives susceptibles d'avoir une répercussion sur la situation économique du Protectorat.

Il sera également en relation avec le Contrôle de la Dette, le Comité des Domaines, la Commission des valeurs en douane, la Sous-Direction des Affaires Commerciales au Ministère des Affaires Étrangères, le Ministère du Commerce et de l'Industrie, le Conseil Supérieur de la Statistique au Ministère du Travail, la Direction Générale de l'Agriculture et du Commerce en Algérie et Tunisie, l'Office National du Commerce Extérieur, l'Office colonial et l'Office de l'Algérie à Paris, le Comité du Maroc à Paris, la Mission Scientifique à Tanger, etc...

Il devra, avec le concours de ces correspondants et des Services intéressés, réunir la documentation la plus complète possible sur :

1^{re} L'Agriculture :

Coutumes, usages et ressources agricoles; méthodes de culture indigènes, conditions climatiques et zones de culture, élevage du bétail, débouchés assurés aux produits agricoles, exploitation des forêts, pêche fluviale, chasse, statistique de la production agricole, etc...

2^e Le Commerce :

Usages commerciaux (poids et mesures usités, conditionnement des marchandises, modes de règlement, crédit); organisations commerciales; exportations et importations; débouchés ouverts au commerce européen et à la production agricole et industrielle du Maroc.

Régime douanier résultant de l'Acte d'Algésiras et des conventions particulières (droits à l'importation; droits de sortie; prohibitions d'exportation).

Régime des transports et des communications; transports maritimes, fluviaux, terrestres, lignes de navigation, voies navigables, voies ferrées, pistes, caravansérails, services des voitures, caravanes.

Communications postales, télégraphiques et téléphoniques.

Trafic intérieur; marchés ruraux et urbains; mercures.

Statistique commerciale, etc.

3° L'Industrie :

Conditions locales de l'exploitation industrielle ; Contrats de travail, prix de la main-d'œuvre, matières premières à utiliser.

Industries indigènes ; tentatives industrielles des Européens ; Débouchés assurés aux produits de l'industrie locale ; Industries extractives.

Pêche maritime ; Statistique de la production industrielle, etc.

4° La Colonisation :

Les attributions ci-dessus sont susceptibles d'être modifiées, augmentées ou restreintes au fur et à mesure de l'organisation des Services du Protectorat.

Rabat, le 27 Septembre 1912.

Le Commissaire Résident Général,

Signé : LYAUTEY.

INSTRUCTIONS aux Régions, relatives à la création du Service des Études et des Renseignements Économiques

Rabat, le 28 Septembre 1912.

Je vous serais reconnaissant d'adresser des instructions aux Officiers des bureaux de renseignements pour qu'ils me transmettent sous le timbre de la Direction Générale des Services Financiers, Service des Études et Renseignements Économiques, toutes les informations qu'il leur sera possible de recueillir sur la vie économique de leur circonscription (conditions d'existence dans les différentes régions, ressources régionales et locales, produits du sol et de l'industrie, colonisation agricole, tentatives industrielles des européens, mouvement commercial, marchés, mercures et statistiques, etc.)

Vous voudrez bien d'autre part me faire parvenir un état sommaire des dossiers existant actuellement dans les bureaux et qui paraîtraient susceptibles d'être utilisés pour la constitution des archives économiques du Protectorat.

J'attache la plus grande importance à ce que chacun des bureaux de renseignements, indépendamment de son service d'informations politiques, de surveillance et de contrôle administratif, devienne un centre actif de renseignements économiques, commerciaux et agricoles, outillé pour fournir à nos compatriotes les données, les conseils et l'assistance qui peuvent leur être nécessaires.

Dans ce domaine, l'activité de nos officiers devra se manifester non seulement par l'étude de ces questions, la recherche des besoins et des moyens d'y satisfaire, mais encore par un contact constant avec la population civile laborieuse autant pour l'éclairer et la diriger, que pour la consulter et recueillir ses vœux et ses aspirations.

A cet effet il y aurait le plus grand intérêt à ce que dans chaque bureau de renseignements on préparât une série de notes sur les questions intéressant les colons, les commerçants et les voyageurs (état de la propriété, ressources du pays, son avenir économique, notices géographiques, etc...) qui pourraient leur être communiquées afin de leur donner rapidement, concurremment avec les renseignements verbaux, toutes les informations utiles à leur état.

C'est une véritable agence de renseignements économiques que je désire voir fonctionner dans chaque bureau pour faciliter aux Européens, et plus particulièrement à nos compatriotes leur installation parmi nous, la mise en valeur du pays, et son développement commercial.

Je serai très attentif aux efforts que feront nos officiers de renseignements pour créer cet organe indispensable et en assurer le fonctionnement régulier et je leur en tiendrai au moment opportun, le plus grand compte.

LYAUTEY.

CIRCULAIRE

Aux Consuls relativement à la création du Service des Études et des Renseignements Économiques

Tous les renseignements qui me parviennent et mes constatations personnelles concordent à démontrer l'impossibilité où sont actuellement nos consulats de faire face à toutes leurs obligations.

Le développement rapide des colonies françaises, l'abondance et la variété croissantes des affaires qui en résultent, les attributions nouvelles qui découlent pour nos agents de l'institution du Protectorat leur imposent un surcroît de travail qui exige sans délai une augmentation de personnel. Je me préoccupe d'y pourvoir en puisant dans le cadre des élèves-interprètes ainsi que dans celui des administrations algériennes et tunisiennes. Je vous prie de me faire connaître vos desiderata à cet égard en spécifiant le nombre et la qualité des auxiliaires qui vous seraient nécessaires et si d'après les besoins particuliers de votre poste, ils devraient être aptes de préférence à l'interprétariat ou au service de la chancellerie.

D'autre part, les consuls, tout en restant chargés du contrôle de l'administration de la ville de leur résidence et de la banlieue dont le périmètre sera ultérieurement déterminé, sont ou seront déchargés, à mesure des progrès de la pénétration, d'une lourde part de leurs fonctions par l'institution de commandements régionaux dont les chefs assureront la direction de la politique indigène dans l'intérieur. Je compte, d'ailleurs, sur votre expérience et votre dévouement pour faciliter leur tâche.

En ce qui concerne l'Administration de la ville et de la banlieue, des officiers assisteront les consuls à titre de chefs des services municipaux déjà existants ou à créer. Un commissaire de police ou à défaut un agent subalterne leur sera également adjoint.

Enfin, j'envisage la possibilité de décharger aussi les consulats de la partie judiciaire de leur tâche par la nomination d'un ou de plusieurs consuls-juges spécialisés dans cette fonction en attendant la création d'un tribunal français.

Ces mesures vous mettront à même de vous consacrer plus complètement à vos attributions essentielles c'est-à-dire, en dehors des attributions consulaires proprement dites, à votre rôle d'administrateur et de guide commercial et économique de nos compatriotes.

La première partie de cette tâche, celle qui a trait à l'administration de la ville et de la banlieue par une commission municipale placée sous votre présidence a fait l'objet d'instructions spéciales.

Mais j'appellerai toute votre attention sur l'urgence de développer votre rôle économique de façon à lui assurer toute son efficacité. J'attache la plus grande importance à ce que nos consulats deviennent sans tarder des centres de renseignements économiques, commerciaux, agricoles, outillés pour fournir à nos compatriotes les données, les conseils et l'assistance nécessaires. Dans ce domaine, votre activité devra se manifester également par la correspondance que vous entretenez, en dehors des particuliers qui s'adresseraient à vous directement, avec la Résidence où, ainsi que vous l'avez appris la dépêche de la Résidence, un Service des Études et des Renseignements Économiques vient d'être créé avec mission de recueillir, coordonner et répandre toutes informations de nature à faciliter les entreprises de nos compatriotes au Maroc.

Je ne doute pas que vous n'apportiez tous vos soins à collaborer à cette œuvre destinée à faire du Maroc des éléments de la prospérité économique de la France et à la dédommager ainsi dans l'avenir des sacrifices qu'elle s'y impose. Il importe que sur ce terrain, s'accroissent chaque jour en notre faveur, l'égalité des droits, la supériorité des résultats, grâce à la supériorité de l'effort, et aussi à celle du concours que nos agents devront apporter sous toutes les formes à nos compatriotes.

Je vous prie de m'accuser réception de cette circulaire.

Rabat, le 28 Septembre 1912.

LYAUTEY.

Fonte: Bulletin Officiel nº 1 1 Novembre 1912 – Édition française. [Consult. 23-11-2011] Disponível em:
http://www.sgg.gov.ma/BO/bulletin/Fr/1912/BO_1_fr.pdf

Anexo 4 – Decreto de 16 de Maio de 1930 (decreto que institui regime jurídico Berbere) – texto em língua francesa.

ART. 2. — Cette vente est consentie au prix de trente mille francs (30.000 fr.), qui devra être versé comptant à la caisse du percepteur de Fès.

ART. 3. — L'acte de vente devra se référer au présent dahir.

Fait à Rabat, le 6 hïja 1348,
(5 mai 1930).

Vu pour promulgation et mise à exécution :

Rabat, le 21 mai 1930.

Le Commissaire Résident général,
LUCIEN SAINT.

DAHIR DU 16 MAI 1930 (17 hïja 1348)

réglant le fonctionnement de la justice dans les tribus de coutume berbère non pourvues de mahakmas pour l'application du Chréa.

LOUANGE A DIEU SEUL !

(Grand sceau de Sidi Mohammed)

Que l'on sache par les présentes — puisse Dieu en élever et en fortifier la teneur !

Que Notre Majesté Chérifienne,

Considérant que le dahir de Notre auguste père S. M. le Sultan Moulay Youssef, en date du 11 septembre 1914 (20 chaoual 1332), a prescrit, dans l'intérêt du bien de nos sujets et de la tranquillité de l'Etat, de respecter le statut coutumier des tribus berbères pacifiées ; que dans le même but, le dahir du 15 juin 1922 (19 chaoual 1340) a institué des règles spéciales en ce qui concerne les aliénations immobilières qui seraient consenties à des étrangers dans les tribus de coutume berbère non pourvues de mahakmas pour l'application du Chréa ; que de nombreuses tribus ont été depuis lors régulièrement classées par Notre Grand Vizir parmi celles dont le statut coutumier doit être respecté ; qu'il devient opportun de préciser aujourd'hui les conditions particulières dans lesquelles la justice sera rendue dans les mêmes tribus,

A DÉCIDÉ CE QUI SUIT :

ARTICLE PREMIER. — Dans les tribus de Notre Empire reconnues comme étant de coutume berbère, la répression des infractions commises par des sujets marocains qui serait de la compétence des caïds dans les autres parties de l'Empire, est de la compétence des chefs de tribu.

Pour les autres infractions, la compétence et la répression sont réglées par les articles 4 et 6 du présent dahir.

ART. 2. — Sous réserve des règles de compétence qui régissent les tribunaux français de Notre Empire, les actions civiles ou commerciales, mobilières ou immobilières sont jugées, en premier ou dernier ressort, suivant le taux qui sera fixé par arrêté viziriel, par les juridictions spéciales appelées tribunaux coutumiers.

Ces tribunaux sont également compétents en toute matière de statut personnel ou successoral.

Ils appliquent, dans tous les cas, la coutume locale.

ART. 3. — L'appel des jugements rendus par les tribunaux coutumiers, dans les cas où il sera recevable, est porté devant les juridictions appelées tribunaux d'appel coutumiers.

ART. 4. — En matière pénale, ces tribunaux d'appel sont également compétents, en premier et dernier ressort, pour la répression des infractions prévues à l'alinéa 2 de l'article premier ci-dessus, et en outre de toutes infractions commises par des membres des tribunaux coutumiers dont la compétence normale est attribuée au chef de la tribu.

ART. 5. — Auprès de chaque tribunal coutumier de première instance ou d'appel est placé un commissaire du Gouvernement, délégué par l'autorité régionale de contrôle de laquelle il dépend. Près de chacune de ces juridictions est également placé un secrétaire-greffier, lequel remplit en outre les fonctions de notaire.

ART. 6. — Les juridictions françaises statuant en matière pénale, suivant les règles qui leur sont propres, sont compétentes pour la répression des crimes commis en pays berbère quelle que soit la condition de l'auteur du crime.

Dans ces cas, est applicable le dahir du 12 août 1913 (9 ramadan 1331) sur la procédure criminelle.

ART. 7. — Les actions immobilières auxquelles seraient parties, soit comme demandeur, soit comme défendeur, des ressortissants des juridictions françaises, sont de la compétence de ces juridictions.

ART. 8. — Toutes les règles d'organisation, de composition et de fonctionnement des tribunaux coutumiers seront fixées par arrêtés viziriels successifs, selon les cas et suivant les besoins.

Fait à Rabat, le 17 hïja 1348,
(16 mai 1930).

Vu pour promulgation et mise à exécution :

Rabat, le 23 mai 1930.

Le Commissaire Résident général,
LUCIEN SAINT.

DAHIR DU 20 MAI 1930 (21 hïja 1348)

relatif à l'exonération des sucres et glucoses employés en brasserie.

LOUANGE A DIEU SEUL !

(Grand sceau de Sidi Mohammed)

Que l'on sache par les présentes — puisse Dieu en élever et en fortifier la teneur !

Que Notre Majesté Chérifienne,

Vu le dahir du 12 décembre 1915 (3 safar 1334) portant création d'un droit de consommation sur le sucre ;

Vu le dahir du 10 janvier 1928 (17 rejeb 1346) relevant le droit sur le sucre et certains produits sucrés ;

Vu le dahir du 8 juin 1922 (11 chaoual 1340) réglant l'application de la taxe intérieure aux produits à base de sucre ;

Vu l'arrêté viziriel du 21 janvier 1922 (22 jourmada I 1340) portant création d'une taxe intérieure de consommation sur les bières ;

Vu l'arrêté viziriel du 18 mars 1922 (18 rejeb 1340) déterminant les obligations imposées aux brasseurs, et fixant les déclarations auxquelles ils sont tenus,

Fonte: Bulletin Officiel nº 918 30 Mai 1930 – Édition française. P. 652. [Consult. 23-11-2011] Disponible en: http://www.sgg.gov.ma/BO/bulletin/Fr/1930/BO_918_fr.pdf

Anexo 5 – ACORDO EURO-MEDITERRÂNICO que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino de Marrocos, por outro – texto em Português.

ACORDO EURO-MEDITERRÂNICO

que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino de Marrocos, por outro

O REINO DA BÉLGICA,

O REINO DA DINAMARCA,

A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA,

A REPÚBLICA HELÉNICA,

O REINO DE ESPANHA,

A REPÚBLICA FRANCESA,

A IRLANDA,

A REPÚBLICA ITALIANA,

O GRÃO-DUCADO DO LUXEMBURGO,

O REINO DOS PAÍSES BAIXOS,

A REPÚBLICA DA ÁUSTRIA,

A REPÚBLICA PORTUGUESA,

A REPÚBLICA DA FINLÂNDIA,

O REINO DA SUÉCIA,

E O REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA DO NORTE,

Partes contratantes no Tratado que institui a Comunidade Europeia e no Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, adiante designados «Estados-Membros», e

A COMUNIDADE EUROPEIA,

A COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO

adiante designadas «Comunidade», por um lado, e

O REINO DE MARROCOS,

adiante designado «Marrocos», por outro,

CONSIDERANDO a proximidade e a interdependência existentes entre a Comunidade, os seus Estados-Membros e o Reino de Marrocos, fundadas em laços históricos e valores comuns;

CONSIDERANDO que a Comunidade, os Estados-Membros e Marrocos desejam reforçar esses laços e estabelecer relações duradouras, baseadas na reciprocidade, na parceria e no co-desenvolvimento;

CONSIDERANDO a importância que as partes atribuem ao respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas e, nomeadamente, ao respeito dos direitos do Homem e das liberdades políticas e económicas que constituem o próprio fundamento da associação;

CONSIDERANDO as mudanças políticas e económicas verificadas nos últimos anos, no continente europeu e em Marrocos, e as responsabilidades comuns daí decorrentes para a estabilidade, a segurança e a prosperidade euro-mediterrânica;

CONSIDERANDO os importantes progressos efectuados por Marrocos e pelo povo marroquino no sentido da realização dos seus objectivos de plena integração da economia marroquina na economia mundial e de participação na comunidade dos Estados democráticos;

CONSCIENTES, por um lado, da importância de relações que se situem num quadro global euro-mediterrânico e, por outro, do objectivo de integração entre os países do Magrebe;

DESEJOSOS de realizar plenamente os objectivos da sua associação, através da aplicação das disposições pertinentes do presente acordo, tendo em vista uma aproximação do nível de desenvolvimento económico e social da Comunidade e do Reino de Marrocos;

CONSCIENTES da importância do presente acordo, assente na reciprocidade de interesses, em concessões mútuas, na cooperação e no diálogo;

DESEJOSOS de estabelecer e de aprofundar a concertação política sobre as questões bilaterais e internacionais de interesse comum;

TENDO EM CONTA a vontade da Comunidade de prestar a Marrocos um apoio significativo aos seus esforços de reforma e de ajustamento a nível económico e de desenvolvimento social;

CONSIDERANDO a opção da Comunidade e de Marrocos a favor do comércio livre, dentro do respeito dos direitos e obrigações decorrentes do Acordo Geral sobre pautas aduaneiras e comércio (GATT), nos termos resultantes do Uruguay Round;

DESEJOSOS de estabelecer uma cooperação baseada num diálogo regular nos domínios económico, social e cultural, a fim de conseguir uma melhor compreensão recíproca;

CONVENCIDOS de que o presente acordo criará um enquadramento propício ao desenvolvimento de uma parceria baseada na iniciativa privada, opção histórica partilhada pela Comunidade e pelo Reino de Marrocos, e proporcionará condições favoráveis ao aprofundamento das suas relações económicas, comerciais e em matéria de investimentos, factor determinante para a sua reestruturação económica e modernização tecnológica;

ACORDARAM NO SEGUINTE:

Artigo 1.º

as partes, nomeadamente através do diálogo e da cooperação, a fim de favorecer o desenvolvimento e a prosperidade de Marrocos e do povo marroquino,

1. É criada uma associação entre a Comunidade e os seus Estados-Membros, por um lado, e Marrocos, por outro.

2. O presente acordo tem os seguintes objectivos:

— proporcionar um enquadramento adequado para o diálogo político entre as partes, a fim de permitir o reforço das suas relações em todos os domínios que considerem pertinentes no âmbito desse diálogo,

— incentivar a integração magrebina, favorecendo as trocas comerciais e a cooperação entre Marrocos e os países da região,

— promover a cooperação nos domínios económico, social, cultural e financeiro.

— estabelecer as condições de liberalização progressiva das trocas comerciais de bens, serviços e capitais,

— desenvolver as trocas comerciais e assegurar o desenvolvimento de relações económicas e sociais equilibradas entre

Artigo 2.º

O respeito dos princípios democráticos e dos direitos humanos fundamentais enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem inspirará as políticas interna e externa da Comunidade e de Marrocos e constitui um elemento essencial do presente acordo.

TÍTULO I

DIÁLOGO POLÍTICO

Artigo 3.º

1. É estabelecido um diálogo político regular entre as partes. Esse diálogo permitirá estabelecer entre as partes laços duradouros de solidariedade que contribuirão para a prosperidade, estabilidade e segurança da região mediterrânica e que desenvolverão um clima de compreensão e de tolerância entre as diferentes culturas.

2. O diálogo e a cooperação políticas destinam-se, nomeadamente, a:

- a) Facilitar a aproximação entre as partes através de uma melhor compreensão recíproca e de uma concertação regular sobre as questões internacionais de interesse mútuo;
- b) Permitir a cada parte tomar em consideração a posição e os interesses da outra parte;
- c) Contribuir para a consolidação da segurança e da estabilidade na região mediterrânica e, em particular, no Magrebe;
- d) Permitir o desenvolvimento de iniciativas comuns.

Artigo 4.º

O diálogo político incidirá sobre todas as questões de interesse comum para as partes e, mais especificamente, sobre as condições necessárias para garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento regional, apoiando os esforços de cooperação, nomeadamente em todo o Magrebe.

Artigo 5.º

O diálogo político realizar-se-á periodicamente e sempre que necessário, nomeadamente:

- a) A nível ministerial, principalmente no âmbito do Conselho de Associação;
- b) A nível de altos funcionários representando, por um lado, Marrocos e, por outro, a Presidência do Conselho e a Comissão;
- c) Através da plena utilização dos canais diplomáticos, nomeadamente, de reuniões de informação regulares, consultas por ocasião de reuniões internacionais e contactos entre representantes diplomáticos em países terceiros;
- d) Recorrendo, se preciso, a outros meios que contribuam para a intensificação e eficácia do diálogo.

TÍTULO II

LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

Artigo 6.º

A Comunidade e Marrocos estabelecerão progressivamente uma zona de comércio livre durante um período de transição com uma duração máxima de 12 anos, a contar da data de entrada em vigor do presente acordo, segundo as regras adiante indicadas e nos termos do Acordo Geral sobre pautas aduaneiras e comércio de 1994 e de outros acordos multilaterais sobre o comércio de mercadorias anexos ao acordo que institui a OMC, adiante designados «GATT».

constantes do anexo II do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

Artigo 8.º

Não pode ser aplicado nenhum novo direito aduaneiro de importação, nem encargo de efeito equivalente, nas trocas comerciais entre a Comunidade e Marrocos.

Artigo 9.º

Os produtos originários de Marrocos são importados na Comunidade com isenção de direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente.

Artigo 10.º

1. As disposições do presente capítulo não impedem a manutenção, pela Comunidade, de um elemento agrícola na importação de produtos originários de Marrocos enunciados no anexo 1.

CAPÍTULO I

PRODUTOS INDUSTRIAIS

Artigo 7.º

As disposições do presente capítulo são aplicáveis aos produtos originários da Comunidade e Marrocos, com excepção dos

Este elemento agrícola reflecte as diferenças entre os preços no mercado da Comunidade dos produtos agrícolas considerados como utilizados na produção dessas mercadorias e os preços das importações provenientes de países terceiros, quando o custo total dos referidos produtos de base seja mais elevado na Comunidade. O elemento agrícola pode assumir a forma de um montante fixo ou de um direito *ad valorem*. Estas diferenças são substituídas, se for caso disso, por direitos específicos, resultantes da tarifação do elemento agrícola ou por direitos *ad valorem*.

As disposições do capítulo II aplicáveis aos produtos agrícolas são aplicáveis *mutatis mutandis* ao elemento agrícola.

2. As disposições do presente capítulo não impedem a separação, por Marrocos, de um elemento agrícola nos direitos em vigor na importação dos produtos originários da Comunidade, enunciados no anexo 2. O elemento agrícola pode assumir a forma de um montante fixo ou de um direito *ad valorem*.

As disposições do capítulo II aplicáveis aos produtos agrícolas são aplicáveis *mutatis mutandis* ao elemento agrícola.

3. Em relação aos produtos da lista 1 do anexo 2, originários da Comunidade, Marrocos aplicará, na data de entrada em vigor do presente acordo, direitos aduaneiros de importação e encargos de efeito equivalente não superiores aos direitos e encargos em vigor em 1 de Janeiro de 1995, dentro do limite dos contingentes pautais indicados na referida lista.

No decurso da eliminação do elemento industrial dos direitos, nos termos do n.º 4, os níveis dos direitos a aplicar aos produtos relativamente aos quais os contingentes pautais serão suprimidos não poderão ser superiores aos direitos em vigor em 1 de Janeiro de 1995.

4. Em relação aos produtos da lista 2 do anexo 2, originários da Comunidade, Marrocos eliminará o elemento industrial dos direitos nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do presente acordo para os produtos do anexo 3.

Em relação aos produtos das listas 1 e 3 do anexo 2, originários da Comunidade, Marrocos eliminará o elemento industrial dos direitos nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do presente acordo para os produtos do anexo 4.

5. Os elementos agrícolas aplicados nos termos dos n.ºs 1 e 2 podem ser reduzidos quando, no comércio entre a Comunidade e Marrocos, a imposição aplicável a um produto agrícola de base é reduzida ou quando essas reduções resultam de concessões mútuas relativas aos produtos agrícolas transformados.

6. A redução prevista no n.º 5, a lista dos produtos em causa e, se for caso disso, os contingentes pautais, dentro dos quais é aplicável a redução, serão estabelecidos pelo Conselho de Associação.

Artigo 11.º

1. Os direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente aplicáveis na importação para Marrocos dos produtos originários da Comunidade, com excepção dos da lista dos anexos 3, 4, 5 e 6, serão suprimidos a partir da entrada em vigor do presente acordo.

2. Os direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente aplicáveis na importação para Marrocos dos produtos originários da Comunidade da lista do anexo 3, serão eliminados progressivamente de acordo com o seguinte calendário:

Na data de entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 75 % do direito de base;

Um ano após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 50 % do direito de base;

Dois anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 25 % do direito de base;

Três anos após a entrada em vigor do presente acordo, serão eliminados os direitos remanescentes.

3. Os direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente aplicáveis na importação para Marrocos de produtos originários da Comunidade, da lista do anexo 4, serão eliminados progressivamente, de acordo com o seguinte calendário:

Três anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 90 % do direito de base;

Quatro anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 80 % do direito de base;

Cinco anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 70 % do direito de base;

Seis anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 60 % do direito de base;

Sete anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 50 % do direito de base;

Oito anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 40 % do direito de base;

Nove anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 30 % do direito de base;

10 anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 20 % do direito de base;

11 anos após a entrada em vigor do presente acordo, cada direito e encargo será reduzido para 10% do direito de base;

12 anos após a entrada em vigor do presente acordo, serão eliminados os direitos remanescentes.

4. Em caso de graves dificuldades em relação a um determinado produto, o calendário aplicável à lista do anexo 4 pode ser revisto por comum acordo pelo Comité de Associação. No entanto, o calendário cuja revisão foi pedida não pode ser prorrogado para o produto em causa, para além do período máximo de transição de 12 anos. Se o comité não tiver tomado uma decisão no prazo de 30 dias a contar da data da notificação do pedido de revisão do calendário apresentado por Marrocos, este país pode, a título provisório, suspender o calendário por um período não superior a um ano.

5. Em relação a cada produto, o direito de base sobre o qual devem ser aplicadas as reduções sucessivas previstas nos n.ºs 2 e 3 é constituído pelo direito efectivamente aplicado às importações originárias da Comunidade em 1 de Janeiro de 1995.

6. Se for aplicada uma redução pautal *erga omnes*, após 1 de Janeiro de 1995, o direito reduzido substituirá o direito de base previsto no n.º 5 a partir da data em que essa redução for aplicada.

7. Marrocos comunicará os seus direitos de base à Comunidade.

Artigo 12.º

1. Marrocos compromete-se a eliminar, o mais tardar três anos após a entrada em vigor do presente acordo, os preços de referência aplicados em 1 de Julho de 1995 aos produtos referidos no anexo 5.

Em relação aos produtos têxteis e de vestuário aos quais são aplicáveis os preços de referência, estes serão progressivamente eliminados durante um período de três anos a contar da entrada em vigor do presente acordo. O ritmo de eliminação dos preços de referência assegurará uma preferência a favor dos produtos originários da Comunidade não inferior a 25% em relação aos preços de referência aplicáveis *erga omnes* por Marrocos. Se esta preferência não puder ser mantida, Marrocos aplicará uma redução pautal aos produtos originários da Comunidade. Esta redução pautal não pode ser inferior a 5% dos direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente em vigor na data em que a redução deve ser aplicada.

Se os compromissos assumidos por Marrocos no âmbito do GATT previrem um prazo mais curto para a eliminação dos preços de referência na importação, será este o prazo aplicável.

2. O disposto no artigo 11.º não é aplicável aos produtos das listas 1 e 2 do anexo 6, sem prejuízo das disposições seguintes:

a) Em relação aos produtos da lista 1, o disposto no n.º 2 do artigo 19.º só será aplicável após o termo do período de transição. O Conselho de Associação pode, todavia, decidir torná-lo aplicável antes dessa data;

b) O regime aplicável aos produtos das listas 1 e 2 será reexaminado pelo Conselho de Associação três anos após a entrada em vigor do presente acordo.

O Conselho de Associação estabelecerá, nesse reexame, o calendário do dismantelamento pautal para os produtos do anexo 6, com excepção dos produtos da subposição pautal 6309 00.

Artigo 13.º

As disposições relativas à eliminação dos direitos aduaneiros de importação são aplicáveis igualmente aos direitos aduaneiros de carácter fiscal.

Artigo 14.º

1. Marrocos pode adoptar medidas excepcionais de duração limitada que constituam uma derrogação ao disposto no artigo 11.º, sob a forma de direitos aduaneiros majorados ou restabelecidos.

Estas medidas são aplicáveis apenas a indústrias nascentes ou a determinados sectores em reestruturação, ou que enfrentam sérias dificuldades, especialmente quando essas dificuldades originem graves problemas sociais.

Os direitos aduaneiros de importação introduzidos por essas medidas, aplicáveis em Marrocos a produtos originários da Comunidade, não podem exceder 25% *ad valorem* e devem manter um elemento de preferência para os produtos originários da Comunidade. O valor total das importações dos produtos sujeitos a essas medidas não pode exceder 15% das importações totais de produtos industriais da Comunidade, durante o último ano em relação ao qual existem estatísticas disponíveis.

Estas medidas serão aplicáveis por um período não superior a cinco anos, a menos que o Comité de Associação autorize um período mais longo, e deixarão de ser aplicáveis no termo do período de transição máximo de 12 anos.

Estas medidas não podem ser introduzidas em relação a um determinado produto se tiverem decorrido mais de três anos desde a eliminação de todos os direitos e restrições quantitativas ou encargos ou medidas de efeito equivalente relativas a esse produto.

Marrocos informará o Comité de Associação de quaisquer medidas excepcionais que tencione adoptar e, a pedido da Comunidade, realizar-se-ão consultas acerca dessas medidas e dos sectores a que se referem antes da sua aplicação. Quando adoptar essas medidas, Marrocos comunicará ao comité o calendário para a eliminação dos direitos aduaneiros introduzidos ao abrigo do presente artigo. Esse calendário conterá uma previsão da eliminação gradual destes direitos, em fracções anuais iguais, o mais tardar a partir do final do segundo ano após a sua introdução. O Comité de Associação pode decidir adoptar um calendário diferente.

2. Em derrogação do disposto no quarto parágrafo do n.º 1 e para ter em conta as dificuldades relacionadas com a criação de uma nova indústria, o Comité de Associação pode, a título

excepcional, autorizar Marrocos a manter as medidas já adoptadas nos termos do n.º 1, por um período máximo de três anos para além do período de transição de 12 anos.

CAPÍTULO II

PRODUTOS AGRÍCOLAS E DA PESCA

Artigo 15.º

As disposições do presente capítulo são aplicáveis aos produtos originários da Comunidade e de Marrocos da lista do anexo II do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

Artigo 16.º

A Comunidade e Marrocos adoptarão progressivamente uma maior liberalização das suas trocas comerciais recíprocas de produtos agrícolas e da pesca.

Artigo 17.º

1. Os produtos agrícolas e da pesca originários de Marrocos beneficiarão, na importação na Comunidade, do disposto nos Protocolos n.ºs 1 e 2.

2. Os produtos agrícolas originários da Comunidade beneficiarão, na importação em Marrocos, do disposto no Protocolo n.º 3.

Artigo 18.º

1. A partir de 1 de Janeiro de 2000, a Comunidade e Marrocos examinarão a situação para definir as medidas de liberalização a aplicar pela Comunidade e por Marrocos a partir de 1 de Janeiro de 2001, de acordo com o objectivo previsto no artigo 16.º

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior e tendo em conta os fluxos comerciais de produtos agrícolas entre as partes, bem como a sensibilidade particular destes produtos, a Comunidade e Marrocos examinarão, no Conselho de Associação, produto a produto e numa base recíproca, a possibilidade de se fazerem concessões de forma adequada.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 19.º

1. Não pode ser introduzida nenhuma nova restrição quantitativa à importação, nem medidas de efeito equivalente nas trocas comerciais entre a Comunidade e Marrocos.

2. As restrições quantitativas à importação e as medidas de efeito equivalente serão suprimidas nas trocas comerciais entre Marrocos e a Comunidade, a partir da data de entrada em vigor do acordo.

3. A Comunidade e Marrocos não aplicarão entre si qualquer direito aduaneiro de exportação ou encargo de efeito equivalente, nem qualquer restrição quantitativa ou medida de efeito equivalente.

Artigo 20.º

1. No caso de estabelecimento de uma regulamentação específica, em consequência da execução das suas políticas agrícolas ou de alteração das regulamentações existentes, ou no caso de alteração ou de desenvolvimento das disposições relativas à execução das suas políticas agrícolas, a Comunidade e Marrocos podem alterar, para os produtos sujeitos a essas políticas, o regime previsto no presente acordo.

A parte que proceder a essa alteração informará o Comité de Associação desse facto. A pedido da outra parte, o Comité de Associação reunir-se-á para ponderar devidamente os interesses desta parte.

2. Se, em aplicação do disposto no n.º 1, a Comunidade ou Marrocos alterarem o regime previsto no presente acordo para os produtos agrícolas, deverão conceder às importações originárias da outra parte uma vantagem comparável à prevista no presente acordo.

3. A alteração do regime previsto no presente acordo será, a pedido da outra parte, objecto de consultas no Conselho de Associação.

Artigo 21.º

Os produtos originários de Marrocos não beneficiarão, na sua importação na Comunidade, de um tratamento mais favorável do que o concedido pelos Estados-Membros entre si.

As disposições do presente acordo são aplicáveis sem prejuízo das previstas no Regulamento (CEE) n.º 1911/91 do Conselho, de 26 de Junho de 1991, relativo à aplicação das disposições do direito comunitário às ilhas Canárias.

Artigo 22.º

1. As duas partes abster-se-ão de qualquer medida ou prática de carácter fiscal interno que estabeleça, directa ou indirectamente, uma discriminação entre os produtos de uma das partes e os produtos similares originários da outra parte.

2. Os produtos exportados para o território de uma das partes não podem beneficiar do reembolso de impostos indirectos

internos superiores ao montante dos impostos indirectos que lhes tenham sido directa ou indirectamente aplicados.

Artigo 23.º

1. O presente acordo não prejudica a manutenção ou a criação de uniões aduaneiras, zonas de comércio livre ou acordos de comércio fronteiriço, na medida em que os mesmos não alterem os regimes comerciais nele previstos.

2. As partes consultar-se-ão no âmbito do Comité de Associação, relativamente a acordos que criem as referidas uniões aduaneiras ou zonas de comércio livre e, se for caso disso, em relação a outras questões importantes relacionadas com as respectivas políticas comerciais com países terceiros. Em especial, no caso da adesão de um país terceiro à Comunidade, realizar-se-ão consultas a fim de assegurar que sejam tomados em consideração os interesses mútuos da Comunidade e de Marrocos referidos no presente acordo.

Artigo 24.º

Se uma das partes verificar a existência de práticas de *dumping* nas suas relações com a outra parte, na acepção do artigo VI do Acordo Geral sobre pautas aduaneiras e comércio, pode adoptar medidas adequadas contra essas práticas, nos termos do acordo sobre a aplicação do artigo VI do GATT, da legislação nacional na matéria e de acordo com as condições e o procedimento previsto no artigo 27.º do presente acordo.

Artigo 25.º

Quando um determinado produto for importado em quantidades e em condições tais que causem ou ameacem causar:

- um grave prejuízo aos produtores nacionais de produtos similares ou directamente concorrentes no território de uma das partes, ou
- graves perturbações num sector da economia ou dificuldades que possam causar uma grave deterioração da situação económica de uma região,

a Comunidade ou Marrocos podem adoptar medidas adequadas, nas condições e nos termos do procedimento previsto no artigo 27.º

Artigo 26.º

Quando o cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 19.º der origem:

- i) À reexportação, para um país terceiro, de um produto em relação ao qual a parte exportadora mantém restrições quantitativas à exportação, direitos aduaneiros de exportação ou medidas ou encargos de efeito equivalente; ou

- ii) A uma grave escassez, ou a uma ameaça de escassez, de um produto essencial para a parte exportadora,

e sempre que as situações acima referidas provocarem ou possam provocar dificuldades importantes para a parte exportadora, esta pode tomar medidas adequadas, nas condições e nos termos do procedimento previsto no artigo 27.º Essas medidas não serão discriminatórias e serão eliminadas quando as circunstâncias deixarem de justificar a sua manutenção.

Artigo 27.º

1. Se a Comunidade ou Marrocos sujeitarem as importações de produtos susceptíveis de provocar as dificuldades a que se refere o artigo 25.º a um procedimento administrativo que tenha por objectivo o fornecimento rápido de informações sobre a evolução dos fluxos comerciais, informarão desse facto a outra parte.

2. Nos casos referidos nos artigos 24.º, 25.º e 26.º, antes da adopção das medidas neles previstas ou, nos casos em que seja aplicável o disposto no n.º 3, alínea d), do presente artigo, a Comunidade ou Marrocos, consoante o caso, comunicarão ao Comité de Associação todas as informações úteis para encontrar uma solução aceitável para ambas as partes.

Na selecção das medidas a adoptar, serão prioritariamente consideradas as que menos perturbem o funcionamento do presente acordo.

O Comité de Associação será imediatamente notificado das medidas de salvaguarda, que serão objecto de consultas periódicas, especialmente com vista à sua eliminação logo que as circunstâncias o permitam.

3. Para efeitos do n.º 2, são aplicáveis as seguintes disposições.

- a) No que diz respeito ao artigo 24.º, a parte exportadora deve ser informada do caso de *dumping*, logo que as autoridades da parte importadora tenham dado início a um inquérito. Se não tiver sido posto termo à prática de *dumping*, na acepção do artigo VI do Acordo Geral sobre pautas aduaneiras e comércio, ou se não tiver sido encontrada qualquer outra solução satisfatória no prazo de 30 dias a contar da notificação do processo, a parte importadora pode adoptar as medidas adequadas;
- b) No que diz respeito ao artigo 25.º, as dificuldades decorrentes da situação nele referida serão notificadas, para análise, ao Comité de Associação, que pode adoptar qualquer decisão necessária para lhes pôr termo.

Se o Comité de Associação ou a parte exportadora não tiverem tomado uma decisão que ponha termo às dificuldades, ou se não tiver sido encontrada qualquer outra solução satisfatória no prazo de 30 dias a contar da data da notificação do processo, a parte importadora pode adoptar as medidas adequadas para resolver o problema. Essas medidas não devem exceder o estritamente indispensável para obviar às dificuldades que tenham surgido;

- c) No que diz respeito ao artigo 26.º, as dificuldades decorrentes das situações nele referidas serão notificadas ao Comité de Associação, a fim de serem por ele analisadas.

O Comité de Associação pode tomar qualquer decisão necessária para pôr termo a essas dificuldades. Se não tiver tomado qualquer decisão no prazo de 30 dias a contar da data da notificação, a parte exportadora pode aplicar as medidas adequadas à exportação do produto em causa;

- d) Sempre que circunstâncias excepcionais exijam uma acção imediata e tornem impossível a informação ou o exame prévio, a Comunidade ou Marrocos, consoante o caso, podem, nas situações previstas nos artigos 24.º, 25.º e 26.º, aplicar imediatamente as medidas de salvaguarda estritamente necessárias para resolver a situação e informar imediatamente desse facto a outra parte.

Artigo 28.º

O presente acordo não prejudica as proibições ou restrições de importação, exportação ou trânsito de mercadorias, justificadas

por razões de moral pública, de ordem pública e de segurança pública, de protecção da saúde e da vida das pessoas e dos animais ou de preservação das plantas, de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico ou de protecção da propriedade intelectual, industrial e comercial, nem as regulamentações relativas ao ouro e à prata. Todavia, essas proibições ou restrições não podem constituir um meio de discriminação arbitrária nem uma restrição dissimulada ao comércio entre as partes.

Artigo 29.º

Para efeitos do disposto no presente título, a noção de «produtos originários» e os respectivos métodos de cooperação administrativa são definidos no Protocolo n.º 4.

Artigo 30.º

Para a classificação das mercadorias nas trocas comerciais entre as duas partes será utilizada a Nomenclatura Combinada das mercadorias.

TÍTULO III

DIREITO DE ESTABELECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Artigo 31.º

1. As partes acordam em alargar o âmbito de aplicação do presente acordo de forma a incluir o direito de estabelecimento das sociedades de uma parte no território da outra parte e a liberalização da prestação de serviços pelas sociedades de uma parte aos destinatários de serviços da outra parte.

2. O Conselho de Associação apresentará as recomendações necessárias para o cumprimento do objectivo previsto no n.º 1.

Ao efectuar essas recomendações, o Conselho de Associação terá em conta a experiência adquirida com a aplicação da concessão recíproca do tratamento de nação mais favorecida, bem como as obrigações respectivas das partes, nos termos do Acordo Geral sobre o comércio de serviços, anexo ao Acordo que institui a OMC, adiante designado «GATS», nomeadamente as previstas no artigo V.

3. A realização deste objectivo será objecto de uma primeira análise pelo Conselho de Associação o mais tardar cinco anos após a entrada em vigor do presente acordo.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 3, o Conselho de Associação examinará, a partir da entrada em vigor do presente

acordo, o sector dos transportes marítimos internacionais, a fim de recomendar as medidas de liberalização mais adequadas. O Conselho de Associação terá em conta os resultados das negociações realizadas neste sector, no âmbito do GATS, após a conclusão do Uruguay Round.

Artigo 32.º

1. Numa primeira fase, as partes reiteram as suas obrigações decorrentes do GATS e, nomeadamente, a concessão mútua do tratamento de nação mais favorecida nos sectores de serviços abrangidos por essa obrigação.

2. Segundo o GATS, esse tratamento não se aplicará:

- a) Às vantagens concedidas por uma ou outra parte nos termos de um acordo na acepção do artigo V do GATS ou das medidas adoptadas com base num acordo desse tipo;
- b) Às outras vantagens concedidas segundo a lista de isenção da cláusula de nação mais favorecida, anexa por uma ou outra parte ao GATS.

TÍTULO IV

PAGAMENTOS, CAPITAIS, CONCORRÊNCIA E OUTRAS DISPOSIÇÕES EM MATÉRIA ECONÓMICA

CAPÍTULO I

PAGAMENTOS CORRENTES E CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS*Artigo 33.º*

Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º, as partes comprometem-se a autorizar numa moeda livremente convertível todos os pagamentos da balança de transacções correntes.

Artigo 34.º

1. Em relação às transacções da balança de capitais, a Comunidade e Marrocos garantirão, a partir da entrada em vigor do presente acordo, a livre circulação de capitais respeitante aos investimentos directos em Marrocos, efectuados em sociedades constituídas nos termos da legislação em vigor, bem como a liquidação ou o repatriamento do produto desses investimentos e de quaisquer lucros deles resultantes.

2. As partes consultar-se-ão a fim de facilitar a circulação de capitais entre a Comunidade e Marrocos e de a liberalizarem integralmente quando estiverem reunidas as condições necessárias.

Artigo 35.º

Se um ou mais Estados-Membros da Comunidade ou Marrocos enfrentarem ou puderem enfrentar graves dificuldades a nível da balança de pagamentos, a Comunidade ou Marrocos, consoante o caso, podem, nas condições previstas no âmbito do GATT e nos termos dos artigos VIII e XIV dos estatutos do Fundo Monetário Internacional, adoptar, por um prazo limitado, medidas restritivas relativas às transacções correntes, que não podem exceder o estritamente necessário para obviar à situação da balança de pagamentos. A Comunidade ou Marrocos, consoante o caso, informarão imediatamente a outra parte desse facto e apresentar-lhe-ão, no mais curto prazo de tempo, um calendário para a eliminação dessas medidas.

CAPÍTULO II

CONCORRÊNCIA E OUTRAS DISPOSIÇÕES EM MATÉRIA ECONÓMICA*Artigo 36.º*

1. São incompatíveis com o bom funcionamento do presente acordo, na medida em que possam afectar o comércio entre a Comunidade e Marrocos:

- a) Todos os acordos entre empresas, decisões de associação de empresas e práticas concertadas que tenham por objectivo ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência;
- b) A exploração abusiva, por uma ou mais empresas, de uma posição dominante no conjunto dos territórios da Comunidade ou de Marrocos ou numa parte substancial dos mesmos;
- c) Qualquer auxílio de Estado que falseie ou ameace falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções, salvo derrogações autorizadas nos termos do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

2. Quaisquer práticas contrárias ao presente artigo serão examinadas com base em critérios decorrentes da aplicação das regras dos artigos 85.º, 86.º e 92.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia(*) e, em relação aos produtos abrangidos pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, das regras previstas nos artigos 65.º e 66.º desse Tratado, bem como das regras relativas aos auxílios de Estado, incluindo as previstas no direito derivado.

3. O Conselho de Associação adoptará, num prazo de cinco anos a contar da entrada em vigor do presente acordo, as normas necessárias à execução dos n.ºs 1 e 2.

Até à adopção das referidas normas, serão aplicáveis como normas de execução da alínea c) do n.º 1 e das partes correspondentes do n.º 2, as disposições do acordo sobre interpretação e aplicação dos artigos VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre pautas aduaneiras e comércio.

- 4. a) Para efeitos da alínea c) do n.º 1, as partes reconhecem que, durante os primeiros cinco anos após a entrada em vigor do presente acordo, qualquer auxílio de Estado concedido por Marrocos será examinado tendo em conta o facto de este país ser considerado uma região idêntica às regiões da Comunidade referidas no n.º 3, alínea a), do artigo 92.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

Durante esse mesmo período, Marrocos pode, excepcionalmente, no que se refere aos produtos do sector do aço abrangidos pelo Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, conceder um auxílio de Estado à reestruturação, desde que:

- esse auxílio contribua para a viabilidade das empresas beneficiárias em condições normais de mercado no final do período de reestruturação,

(*) Renumerados como artigos 81.º, 82.º e 87.º na versão compilada do Tratado CE (na sequência da entrada em vigor do Tratado de Amesterdão).

- o montante e a importância do auxílio sejam limitados aos níveis estritamente necessários para estabelecer essa viabilidade e sejam progressivamente reduzidos,
- o programa de reestruturação esteja ligado a um plano global de racionalização das capacidades de Marrocos.

O Conselho de Associação decidirá, tendo em conta a situação económica de Marrocos, se esse período deve ser prorrogado de cinco em cinco anos.

- b) Cada parte garantirá a transparência em matéria de auxílios de Estado, nomeadamente informando anualmente a outra parte do montante total e da repartição do auxílio concedido e transmitindo, mediante pedido, informações sobre os regimes de auxílio. A pedido de uma parte, a outra parte transmitirá informações sobre certos casos específicos de auxílio de Estado.

5. Em relação aos produtos previstos no título II, capítulo II;

- não é aplicável a alínea c) do n.º 1,
- qualquer prática contrária ao disposto na alínea a) do n.º 1 deve ser avaliada segundo os critérios estabelecidos pela Comunidade com base nos artigos 42.º e 43.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, os critérios estabelecidos no Regulamento n.º 26/1962 do Conselho.

6. Se a Comunidade ou Marrocos considerarem que determinada prática é incompatível com o disposto no n.º 1 do presente artigo, e:

- as normas de execução referidas no n.º 3 não permitirem resolver convenientemente a situação ou,
- na falta dessas normas e se essa prática prejudicar ou ameaçar prejudicar gravemente os interesses da outra parte ou causar um prejuízo importante à sua indústria nacional, incluindo a sua indústria de serviços,

a parte afectada pode adoptar as medidas adequadas, após consulta do Comité de Associação ou decorridos 30 dias úteis após ter submetido a questão à apreciação do referido Comité de Associação.

No que se refere às práticas incompatíveis com o disposto na alínea c) do n.º 1 do presente artigo, essas medidas, quando lhes seja aplicável o GATT, só podem ser adoptadas nos seus termos e de acordo com as condições nele definidas ou em qualquer outro instrumento adequado negociado sob os seus auspícios e aplicável entre as partes.

7. Sem prejuízo de disposições contrárias adoptadas nos termos do n.º 3, as partes procederão a intercâmbios de informações dentro dos limites autorizados pelo segredo profissional e pelo segredo comercial.

Artigo 37.º

Os Estados-Membros e Marrocos ajustarão progressivamente, sem prejuízo dos compromissos assumidos no GATT, todos os monopólios estatais de carácter comercial, de modo a assegurar que, antes do termo do quinto ano seguinte à entrada em vigor do presente acordo, não subsista qualquer discriminação relativamente às condições de abastecimento e de comercialização de mercadorias entre os nacionais dos Estados-Membros e os nacionais de Marrocos. O Comité de Associação será informado das medidas adoptadas para a concretização deste objectivo.

Artigo 38.º

Em relação às empresas públicas e às empresas a que tenham sido concedidos direitos especiais ou exclusivos, o Conselho de Associação garantirá que, a partir do quinto ano seguinte à data de entrada em vigor do presente acordo, não seja adoptada ou mantida qualquer medida que perturbe as trocas comerciais entre a Comunidade e Marrocos numa medida contrária aos interesses das partes. Esta disposição não impede o desempenho, de direito ou de facto, das funções específicas conferidas a essas empresas.

Artigo 39.º

1. As partes garantirão uma protecção adequada e eficaz dos direitos de propriedade intelectual, industrial e comercial, segundo as normas internacionais mais exigentes, incluindo meios eficazes que permitam o gozo desses direitos.

2. A execução do presente artigo e do anexo 7 será regularmente examinada pelas partes. Se se verificarem dificuldades em matéria de propriedade intelectual, industrial e comercial que afectem as trocas comerciais, realizar-se-ão consultas urgentes a pedido de uma ou outra parte, para se obterem soluções mutuamente satisfatórias.

Artigo 40.º

1. As partes tomarão as medidas necessárias para promover a utilização por Marrocos das normas técnicas da Comunidade e das normas europeias de qualidade dos produtos industriais e agro-alimentares, bem como os métodos de certificação.

2. Com base nos princípios referidos no n.º 1, as partes celebrarão acordos de reconhecimento mútuo dos certificados, desde que estejam reunidas as condições necessárias.

Artigo 41.º

1. As partes estabelecem como objectivo uma liberalização recíproca e progressiva dos contratos públicos.

2. O Conselho de Associação adoptará as medidas necessárias para a execução do disposto no n.º 1.

TÍTULO V

COOPERAÇÃO ECONÓMICA

Artigo 42.º

Objectivos

1. As partes comprometem-se a reforçar a cooperação económica, no seu interesse mútuo e de acordo com o espírito de parceria que inspira o presente acordo.

2. A cooperação económica tem como objectivo apoiar a política de Marrocos no sentido do seu desenvolvimento económico e social sustentável.

Artigo 43.º

Âmbito de aplicação

1. A cooperação incidirá preferencialmente nas áreas de actividade em que existam obstáculos e dificuldades internas ou que sejam afectadas pelo processo de liberalização do conjunto da economia marroquina e, sobretudo, pela liberalização das trocas comerciais entre Marrocos e a Comunidade.

2. Do mesmo modo, a cooperação incidirá prioritariamente nos sectores aptos a facilitar a aproximação das economias marroquina e comunitária, nomeadamente os sectores geradores de crescimento e de emprego.

3. A cooperação promoverá a integração económica intra-magrebina, através da execução de todas as medidas susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento das relações intra-magrebina.

4. A cooperação terá como componente essencial, no âmbito da aplicação prática dos diversos elementos da cooperação económica, a preservação do ambiente e dos equilíbrios ecológicos.

5. As partes poderão definir, de comum acordo, outros domínios de cooperação económica.

Artigo 44.º

Meios e modalidades

A cooperação económica realizar-e-á, nomeadamente através de:

a) Um diálogo económico regular entre as duas partes que abranja todos os domínios da política macroeconómica;

b) Intercâmbios de informações e de acções de comunicação;

c) Acções de assessoria, peritagem e formação;

d) Execução de acções conjuntas;

e) Assistência técnica, administrativa e regulamentar.

Artigo 45.º

Cooperação regional

A fim de permitir o pleno desenvolvimento das acções previstas no presente acordo, as partes comprometem-se a favorecer todo o tipo de acções com impacto regional ou que associem outros países terceiros e que incidam, nomeadamente:

a) No comércio intra-regional no âmbito do Magrebe;

b) No domínio do ambiente;

c) No desenvolvimento das infra-estruturas económicas;

d) No investigação científica e tecnológica;

e) No domínio cultural;

f) Em questões aduaneiras;

g) Nas instituições regionais e na execução de programas e de políticas comuns ou harmonizadas.

Artigo 46.º

Educação e formação

A cooperação tem por objectivo:

a) Definir as formas de melhorar sensivelmente a situação do sector da educação e da formação, incluindo a formação profissional;

b) Incentivar mais especificamente o acesso da população feminina à educação, incluindo ao ensino técnico e superior e à formação profissional;

c) Incentivar o estabelecimento de laços duradouros entre organismos especializados das partes com vista à utilização comum e às trocas de experiências e de instrumentos.

*Artigo 47.º***Cooperação científica, técnica e tecnológica**

A cooperação tem por objectivo:

- a) Favorecer o estabelecimento de laços permanentes entre as comunidades científicas das duas partes, nomeadamente através:
 - do acesso de Marrocos aos programas comunitários de investigação e desenvolvimento tecnológico, nos termos das disposições comunitárias em matéria de participação de países terceiros nesses programas,
 - da participação de Marrocos nas redes de cooperação descentralizada,
 - da promoção de sinergias entre a formação e a investigação;
- b) Reforçar a capacidade de investigação de Marrocos;
- c) Promover a inovação tecnológica, a transferência de novas tecnologias e de «know-how»;
- d) Promover todas as acções que se destinem a criar sinergias de impacto regional.

*Artigo 48.º***Ambiente**

O objectivo da cooperação é a prevenção da degradação do ambiente e a melhoria da sua qualidade, a protecção da saúde das pessoas e a utilização racional dos recursos naturais para assegurar um desenvolvimento sustentável.

As partes acordam em cooperar, nomeadamente, nos seguintes domínios:

- a) Qualidade dos solos e das águas;
- b) Consequências do desenvolvimento, nomeadamente industrial (segurança das instalações, especialmente de resíduos);
- c) Controlo e prevenção da poluição marinha.

*Artigo 49.º***Cooperação industrial**

A cooperação tem por objectivo:

- a) Incentivar a cooperação entre os operadores económicos das partes, inclusivamente no âmbito do acesso de Marro-

cos às redes comunitárias de aproximação das empresas ou a redes de cooperação descentralizada;

- b) Apoiar os esforços de modernização e reestruturação da indústria, incluindo da indústria agro-alimentar, desenvolvidos pelos sectores público e privado de Marrocos;
- c) Promover o desenvolvimento de um ambiente favorável à iniciativa privada, a fim de incentivar e diversificar as produções destinadas aos mercados locais e de exportação;
- d) Valorizar os recursos humanos e o potencial industrial de Marrocos através de uma melhor exploração das políticas de inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico;
- e) Facilitar o acesso ao crédito para o financiamento dos investimentos.

*Artigo 50.º***Promoção e protecção dos investimentos**

O objectivo da cooperação é criar um clima favorável aos fluxos de investimentos e realizar-se-á, nomeadamente, através:

- a) Do estabelecimento de procedimentos harmonizados e simplificados, de mecanismos de co-investimento (especialmente entre as pequenas e médias empresas), bem como de dispositivos de identificação e informação sobre oportunidades de investimentos;
- b) Do estabelecimento de um quadro jurídico que favoreça o investimento, se necessário através da celebração de acordos entre Marrocos e os Estados-Membros sobre protecção dos investimentos e de acordos destinados a evitar a dupla tributação.

*Artigo 51.º***Cooperação em matéria de normalização e de avaliação de conformidade**

As partes cooperarão para desenvolver:

- a) A utilização das regras comunitárias de normalização, metrologia, gestão e garantia de qualidade e avaliação de conformidade;
- b) O nível técnico dos laboratórios marroquinos para a conclusão, a prazo, de acordos de reconhecimento mútuo no domínio da avaliação da conformidade;
- c) As estruturas marroquinas competentes em matéria de propriedade intelectual, industrial e comercial, de normalização e de qualidade.

Artigo 52.º**Aproximação das legislações**

O objectivo da cooperação é ajudar Marrocos a aproximar a sua legislação da comunitária nos domínios abrangidos pelo presente acordo.

Artigo 53.º**Serviços financeiros**

O objectivo da cooperação é a aproximação das regras e normas comuns nomeadamente para:

- a) O reforço e reestruturação dos sectores financeiros de Marrocos;
- b) O aperfeiçoamento dos sistemas de contabilidade, de verificação de contas, de controlo, de regulamentação dos serviços financeiros e de controlo financeiro de Marrocos.

Artigo 54.º**Agricultura e pesca**

A cooperação tem por objectivo:

- a) A modernização e reestruturação dos sectores da agricultura e da pesca, designadamente através da modernização das infra-estruturas e dos equipamentos, e o desenvolvimento de técnicas de acondicionamento e armazenagem, bem como a melhoria dos circuitos de distribuição e de comercialização privados;
- b) A diversificação da produção e dos mercados externos;
- c) A cooperação em matéria sanitária e fitossanitária e de técnicas de cultura.

Artigo 55.º**Transportes**

A cooperação tem por objectivo:

- a) A reestruturação e modernização das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias de interesse comum, relacionadas com os grandes eixos de comunicação transeuropeus;
- b) A definição e aplicação de normas de funcionamento comparáveis às que vigoram na Comunidade;
- c) A renovação dos equipamentos técnicos segundo essas normas comunitárias, especialmente no que se refere ao transporte multimodal, ao transporte por contentores e ao transbordo;

- d) A melhoria progressiva das condições de trânsito rodoviário, marítimo e multimodal da gestão dos portos e aeroportos, do tráfego marítimo, aéreo e dos caminhos-de-ferro.

Artigo 56.º**Telecomunicações e tecnologias da informação**

As acções de cooperação serão, nomeadamente, orientadas no sentido:

- a) Do quadro geral das telecomunicações;
- b) Da normalização, dos ensaios de conformidade e da certificação em matéria de tecnologias da informação e das telecomunicações;
- c) Da divulgação de novas tecnologias da informação, especialmente no domínio das redes e das suas interligações [as redes digitais de integração de serviços (RDIS), o intercâmbio de dados informatizados (IDI)];
- d) Da promoção da investigação e do aperfeiçoamento de novos instrumentos de comunicação e de tecnologias da informação destinadas ao desenvolvimento do mercado dos equipamentos, dos serviços e dispositivos ligados às tecnologias da informação e às comunicações, serviços e instalações.

Artigo 57.º**Energia**

As acções de cooperação serão orientadas, nomeadamente, no sentido:

- a) Das energias renováveis;
- b) Da promoção das economias de energia;
- c) Da investigação aplicada em matéria de redes de bases de dados entre operadores económicos e sociais de ambas as partes;
- d) Do apoio aos esforços de modernização e de desenvolvimento das redes de energia e das suas interligações com as redes da Comunidade.

Artigo 58.º**Turismo**

O objectivo da cooperação é o desenvolvimento da área do turismo, nomeadamente em matéria de:

- a) Gestão hoteleira e qualidade dos serviços prestados nos diversos sectores da hotelaria;

b) Desenvolvimento das técnicas de *marketing*;

Artigo 62.º

c) Desenvolvimento do turismo dos jovens.

Luta contra a droga

Artigo 59.º

Cooperação em matéria aduaneira

1. O objectivo da cooperação é garantir o respeito do dispositivo comercial e a lealdade das trocas comerciais, e incidirá prioritariamente:

- a) Na simplificação dos controlos e procedimentos aduaneiros;
- b) Na aplicação de um documento administrativo único e de uma ligação entre os sistemas de trânsito da Comunidade e de Marrocos.

2. Sem prejuízo de outras formas de cooperação previstas no presente acordo, nomeadamente nos artigos 61.º e 62.º, as autoridades administrativas das partes prestar-se-ão assistência mútua nos termos do Protocolo n.º 5.

Artigo 60.º

Cooperação em matéria de estatística

O objectivo da cooperação é a aproximação das metodologias utilizadas pelas partes, bem como a exploração dos dados estatísticos relativos a todos os domínios abrangidos pelo presente acordo, desde que se prestem à elaboração de estatísticas.

Artigo 61.º

Branqueamento de capitais

1. As partes concordam com a necessidade de envidarem todos os esforços e de cooperarem para impedir a utilização dos seus sistemas financeiros para o branqueamento de capitais provenientes de actividades criminosas em geral e do tráfico ilícito de droga em particular.

2. A cooperação nesta área incluirá assistência administrativa e técnica destinada a adoptar normas adequadas de luta contra o branqueamento de capitais, equiparáveis às adoptadas na matéria pela Comunidade e pelas instâncias internacionais activas neste domínio, nomeadamente o grupo de acção financeira internacional (GAFI).

1. A cooperação tem por objectivo:

a) Aumentar a eficácia das políticas e das medidas de aplicação destinadas a prevenir e combater a produção, oferta e tráfico ilícitos de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;

b) Eliminar todo o consumo ilícito desses produtos.

2. As partes definirão em comum, nos termos das respectivas legislações, as estratégias e os métodos de cooperação adequados para atingir estes objectivos. As suas acções, quando não sejam conjuntas, serão objecto de consultas e de uma estreita coordenação.

Podem participar nessas acções as instituições públicas e privadas competentes, bem como as organizações internacionais, em colaboração com o Governo do Reino de Marrocos e as instâncias competentes da Comunidade e dos seus Estados-Membros.

3. A cooperação realizar-se-á, em especial, mediante:

a) A criação ou reforço de instituições sócio-sanitárias e de centros de informação para o tratamento e a reinserção dos toxicómanos;

b) O desenvolvimento de projectos de prevenção, informação, formação e investigação epidemiológica;

c) A prevenção do desvio de precursores e de outras substâncias essenciais utilizados para o fabrico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, através da adopção de normas adequadas equiparáveis às adoptadas pela Comunidade e pelos organismos internacionais relevantes, em especial o grupo de acção sobre os produtos químicos (GAPQ);

d) A preparação e execução de programas de desenvolvimento alternativo das zonas de produção ilícita de plantas narcóticas.

Artigo 63.º

As duas partes definirão em conjunto as regras necessárias para a realização da cooperação nas áreas abrangidas pelo presente título.

TÍTULO VI

COOPERAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS TRABALHADORES

Artigo 64.º

1. Cada Estado-Membro aplicará aos trabalhadores de nacionalidade marroquina que trabalhem no seu território um regime caracterizado pela inexistência de qualquer forma de discriminação baseada na nacionalidade em relação aos seus próprios nacionais, no que se refere às condições de trabalho, remuneração e despedimento.

2. Qualquer trabalhador marroquino autorizado a exercer, a título temporário, uma actividade profissional assalariada no território de um Estado-Membro beneficiará do disposto no n.º 1 no que se refere às condições de trabalho e remuneração.

3. Marrocos aplicará o mesmo regime aos nacionais dos Estados-Membros que trabalham no seu território.

Artigo 65.º

1. Sob reserva do disposto nos números seguintes, os trabalhadores de nacionalidade marroquina e os membros das suas famílias que com eles residam, beneficiarão, no domínio da segurança social, de um regime caracterizado pela inexistência de qualquer forma de discriminação baseada na nacionalidade em relação aos nacionais dos Estados-Membros em cujo território trabalham.

O conceito de segurança social abrange os ramos de segurança social relativos às prestações por doença e maternidade, às prestações de invalidez, velhice, sobrevivência, por acidente de trabalho e doença profissional, aos subsídios por morte e de desemprego e aos abonos de família.

Contudo, esta disposição não pode ter como efeito tornar aplicáveis outras regras de coordenação previstas na regulamentação comunitária baseada no artigo 51.º do Tratado CE, excepto nas condições previstas no artigo 67.º do presente acordo.

2. Estes trabalhadores beneficiam da cumulação dos períodos de seguro, de emprego ou de residência cumpridos nos diferentes Estados-Membros, para efeitos das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, de abono de família, de prestações por doença e maternidade, bem como de cuidados de saúde para eles próprios e para as suas famílias residentes na Comunidade.

3. Estes trabalhadores beneficiam dos abonos de família em relação aos membros das suas famílias residentes na Comunidade.

4. Estes trabalhadores beneficiam da livre transferência para Marrocos às taxas aplicáveis nos termos da legislação do ou dos Estados-Membros devedores, das pensões de velhice, sobrevivência, por acidente de trabalho ou doença profissional, bem como de invalidez, em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional, com excepção das prestações especiais de carácter não contributivo.

5. Marrocos concede aos nacionais dos Estados-Membros que trabalham no seu território, bem como aos membros da sua família, um regime análogo ao previsto nos n.ºs 1, 3 e 4.

Artigo 66.º

As disposições do presente capítulo não são aplicáveis aos nacionais de uma das partes que residam ou trabalhem ilegalmente no território do país de acolhimento.

Artigo 67.º

1. Antes do termo do primeiro ano subsequente à entrada em vigor do presente acordo, o Conselho de Associação adoptará disposições que permitam garantir a aplicação dos princípios enunciados do artigo 65.º

2. O Conselho de Associação adoptará as regras de cooperação administrativa que ofereçam as garantias de gestão e de controlo necessárias à aplicação das disposições previstas no n.º 1.

Artigo 68.º

As disposições adoptadas pelo Conselho de Associação nos termos do artigo 67.º não afectarão os direitos e obrigações decorrentes de acordos bilaterais entre Marrocos e os Estados-Membros, na medida em que esses acordos prevejam um regime mais favorável a favor dos nacionais marroquinos ou dos nacionais dos Estados-Membros.

CAPÍTULO II

DIÁLOGO SOCIAL

Artigo 69.º

1. É instituído entre as partes um diálogo regular sobre qualquer questão de carácter social de interesse para estas.

2. Esse diálogo será um instrumento de identificação de vias e condições de progresso em termos de circulação de trabalhadores, igualdade de tratamento e integração social dos nacionais marroquinos e comunitários que residam legalmente nos territórios dos Estados de acolhimento.

3. O diálogo incidirá nomeadamente sobre todos os problemas relativos:

- a) Às condições de vida e de trabalho das comunidades migrantes;
- b) Às migrações;
- c) À imigração clandestina e às condições de regresso das pessoas em situação irregular em relação à legislação sobre estadia e estabelecimento aplicável no país de acolhimento;
- d) Às acções e programas que favoreçam a igualdade de tratamento entre os nacionais marroquinos e comunitários, o conhecimento mútuo das culturas e civilizações, o desenvolvimento da tolerância e a abolição das discriminações.

Artigo 70.º

O diálogo social realizar-se-á segundo regras e a níveis idênticos aos previstos no título I, que pode igualmente servir-lhe de enquadramento.

CAPÍTULO III

ACÇÕES DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Artigo 71.º

1. A fim de consolidar a cooperação social entre as partes, serão desenvolvidas acções e programas relativos a qualquer tema de interesse para as partes.

Neste contexto, têm carácter prioritário as seguintes acções:

- a) Redução da pressão migratória, nomeadamente através da melhoria das condições de vida, da criação de emprego e do desenvolvimento da formação nas zonas de emigração;
- b) Reinserção das pessoas repatriadas pela sua situação ilegal em relação à legislação do Estado considerado;

- c) Promoção do papel da mulher no processo de desenvolvimento económico e social, nomeadamente através da educação e dos órgãos de comunicação social, no âmbito da política marroquina nesta matéria;
- d) Desenvolvimento e reforço dos programas marroquinos de planeamento familiar e de protecção da maternidade;
- e) Melhoria do sistema de protecção social;
- f) Melhoria do sistema de assistência sanitária;
- g) Execução e financiamento de programas de intercâmbio e de ocupação de tempos livres destinados a grupos mistos de jovens de origem europeia e marroquina residentes nos Estados-Membros, a fim de promover o conhecimento mútuo das civilizações e de favorecer a tolerância.

Artigo 72.º

As acções de cooperação podem ser desenvolvidas em coordenação com os Estados-Membros e com as organizações internacionais competentes.

Artigo 73.º

Antes do final do primeiro ano subsequente à data de entrada em vigor do presente acordo, será criado um grupo de trabalho pelo Conselho de Associação. Este grupo será responsável pela avaliação permanente e regular da execução das disposições dos capítulos I a III.

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO CULTURAL

Artigo 74.º

1. A fim de melhorar o conhecimento e compreensão recíprocos e tendo em conta as acções já desenvolvidas, as partes comprometem-se a respeitar mutuamente as suas culturas, a melhor definir as condições de um diálogo cultural duradouro e a promover uma cooperação cultural estável entre si, sem exclusão prévia de qualquer área de actividade.

2. Na definição das acções e programas de cooperação, bem como de actividades conjuntas, as partes prestarão especial atenção ao público jovem e às formas de expressão e de comunicação escritas e audiovisuais, bem como às questões relacionadas com a protecção do património e a difusão do produto cultural.

3. As partes acordam em que os programas de cooperação cultural existentes na Comunidade ou num ou mais dos seus Estados-Membros podem ser tornados extensivos a Marrocos.

TÍTULO VII

COOPERAÇÃO FINANCEIRA

Artigo 75.º

Será desenvolvida uma cooperação financeira a favor de Marrocos segundo regras e com os meios financeiros adequados, para contribuir plenamente para a realização dos objectivos do presente acordo.

Essas regras serão adoptadas de comum acordo entre as partes através dos instrumentos mais adequados a partir da entrada em vigor do presente acordo.

Os campos de aplicação desta cooperação, para além dos temas previstos nos títulos V e VI do presente acordo são, em especial, os seguintes:

- simplificação das reformas destinadas a modernizar a economia,
- melhoria das infra-estruturas económicas,
- promoção do investimento privado e das actividades criadoras de emprego,
- ponderação das consequências do desenvolvimento progressivo de uma zona de comércio livre para a economia marroquina, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento e à reconversão da indústria,

— acompanhamento das políticas desenvolvidas nos sectores sociais.

Artigo 76.º

No âmbito dos instrumentos comunitários destinados a apoiar programas de ajustamento estrutural nos países mediterrânicos, e em estreita coordenação com as autoridades marroquinas e outros financiadores, especialmente as instituições financeiras internacionais, a Comunidade analisará os meios próprios para apoiar as políticas estruturais de Marrocos, a fim de restabelecer os grandes equilíbrios financeiros e de criar um quadro económico propício à aceleração do crescimento, atendendo simultaneamente à melhoria do bem-estar social da população.

Artigo 77.º

As partes prestarão especial atenção ao acompanhamento da evolução das trocas comerciais e das relações financeiras entre a Comunidade e Marrocos no âmbito do diálogo económico regular estabelecido nos termos do título V, a fim de assegurar uma abordagem coordenada dos problemas macroeconómicos e financeiros excepcionais que poderão resultar da execução progressiva das disposições do presente acordo.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS, GERAIS E FINAIS

Artigo 78.º

É criado um Conselho de Associação que se reunirá a nível ministerial uma vez por ano e, sempre que necessário, por iniciativa do seu presidente nas condições previstas no seu regulamento interno.

O Conselho de Associação analisará os problemas importantes que surjam no âmbito do presente acordo, bem como todas as outras questões bilaterais ou internacionais de interesse comum.

Artigo 79.º

1. O Conselho de Associação é constituído, por um lado, por membros do Conselho da União Europeia e por membros da Comissão das Comunidades Europeias e, por outro, por membros do Governo do Reino de Marrocos.

2. Os membros do Conselho de Associação podem fazer-se representar nas condições previstas no seu regulamento interno.

3. O Conselho de Associação adoptará o seu regulamento interno.

4. A presidência do Conselho de Associação será exercida rotativamente por um membro do Conselho da União Europeia e por um membro do Governo do Reino de Marrocos, segundo regras a prever no seu regulamento interno.

Artigo 80.º

Para a realização dos objectivos do presente acordo e nos casos nele previstos, o Conselho de Associação dispõe de poder de decisão.

As decisões adoptadas serão obrigatórias para as partes, que deverão tomar as medidas necessárias para a sua execução. O Conselho de Associação pode igualmente formular todas as recomendações adequadas.

O Conselho de Associação adoptará as suas decisões e formulará as suas recomendações por comum acordo das partes.

Artigo 81.º

1. É criado um Comité de Associação responsável pela gestão do presente acordo, sem prejuízo das competências atribuídas ao Conselho.

2. O Conselho de Associação pode delegar no comité a totalidade ou parte das suas competências.

Artigo 82.º

1. O Comité de Associação, que se reunirá a nível de funcionários, é composto, por um lado, por representantes dos membros do Conselho da União Europeia e da Comissão das Comunidades Europeias e, por outro, por representantes do Governo do Reino de Marrocos.

2. O Comité de Associação adoptará o seu regulamento interno.

3. A presidência do Comité de Associação será exercida rotativamente por um representante da presidência do Conselho da União Europeia e por um representante do Governo do Reino de Marrocos.

Em princípio, o Comité de Associação reunir-se-á alternadamente na Comunidade e em Marrocos.

Artigo 83.º

O Comité de Associação dispõe de poder de decisão para a gestão do presente acordo, bem como nas matérias em que o Conselho lhe tenha delegado as suas competências.

As decisões serão adoptadas por comum acordo das partes e serão obrigatórias para estas, que deverão tomar as medidas necessárias para a respectiva execução.

Artigo 84.º

O Conselho de Associação pode decidir constituir um grupo de trabalho ou um órgão necessário para a aplicação do presente acordo.

Artigo 85.º

O Conselho de Associação adoptará qualquer medida necessária para facilitar a cooperação e os contactos entre o Parlamento Europeu e as instituições parlamentares do Reino de Marrocos, bem como entre o Comité Económico e Social da Comunidade e a instituição homóloga.

Artigo 86.º

1. Cada parte pode submeter ao Conselho de Associação qualquer diferendo relativo à aplicação ou interpretação do presente acordo.

2. O Conselho de Associação pode resolver o diferendo por meio de decisão.

3. Cada parte tomará as medidas necessárias para assegurar a aplicação da decisão referida no n.º 2.

4. Se não for possível resolver o diferendo nos termos do n.º 2, cada parte pode notificar a outra parte da designação de um árbitro. A outra parte designará um segundo árbitro no prazo de dois meses. Para efeitos do presente procedimento, a Comunidade e os seus Estados-Membros serão considerados como parte única no diferendo.

O Conselho de Associação designará um terceiro árbitro.

As decisões dos árbitros serão adoptadas por maioria.

Cada parte no diferendo tomará as medidas necessárias para a execução da decisão dos árbitros.

Artigo 87.º

Nenhuma disposição do presente acordo obsta a que uma parte contratante adopte medidas:

- a) Que considere necessárias para evitar a divulgação de informações contrárias aos seus interesses essenciais em matéria de segurança;
- b) Relacionadas com a produção ou o comércio de armas, munições ou material de guerra ou com a investigação, desenvolvimento ou produção indispensáveis para assegurar a sua defesa, desde que essas medidas não alterem as condições de concorrência em relação aos produtos não destinados a fins especificamente militares;
- c) Que considere essenciais para a sua segurança em caso de graves perturbações internas que afectem a manutenção da lei e da ordem, em tempo de guerra ou de grave tensão internacional que constitua uma ameaça de conflito armado, ou para fazer face a compromissos que assumiu para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 88.º

Nas áreas abrangidas pelo presente acordo e sem prejuízo de quaisquer disposições especiais nele previstas:

- o regime aplicado pelo Reino de Marrocos à Comunidade não pode dar origem a qualquer discriminação entre os Estados-Membros, os seus nacionais ou as suas sociedades,
- o regime aplicado pela Comunidade ao Reino de Marrocos não pode dar origem a qualquer discriminação entre os nacionais marroquinos ou as suas sociedades.

Artigo 89.º

Nenhuma disposição do presente acordo pode ter o efeito de:

- aumentar as vantagens fiscais concedidas por uma parte em qualquer acordo ou convénio internacional que a vincule,
- impedir a adopção ou a aplicação por uma parte de qualquer medida destinada a evitar a fraude ou a evasão fiscal,
- impedir o direito de uma parte de aplicar as disposições relevantes da sua legislação fiscal aos contribuintes que não se encontrem em situação idêntica no que respeita ao seu local de residência.

Artigo 90.º

1. As partes tomarão todas as medidas gerais ou específicas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente acordo. As partes garantirão o cumprimento dos objectivos do presente acordo.

2. Se uma parte considerar que a outra parte não cumpriu qualquer das obrigações previstas no presente acordo, pode tomar as medidas adequadas. Antes de o fazer, excepto em casos de extrema urgência, comunicará ao Conselho de Associação todas as informações relevantes necessárias para uma análise circunstanciada da situação, a fim de encontrar uma solução aceitável para as partes.

Serão prioritariamente escolhidas as medidas que menos perturbem o funcionamento do presente acordo. Essas medidas serão imediatamente notificadas ao Conselho de Associação e, mediante pedido da outra parte, serão objecto de consultas no âmbito desse Conselho.

Artigo 91.º

Os Protocolos n.ºs 1 a 5 e os anexos 1 a 7 fazem parte integrante do presente acordo. As declarações e trocas de cartas constam da acta final que faz igualmente parte integrante do presente acordo.

Artigo 92.º

Para efeitos do presente acordo, entende-se por «partes», por um lado, a Comunidade ou os seus Estados-Membros, ou a Comunidade e os seus Estados-Membros, nos termos das respectivas competências, e, por outro, Marrocos.

Artigo 93.º

O presente acordo é celebrado por tempo indeterminado.

Qualquer das partes pode denunciar o presente acordo mediante notificação da outra parte. O presente acordo caducará seis meses após a data dessa notificação.

Artigo 94.º

O presente acordo é aplicável, por um lado, aos territórios em que são aplicáveis os Tratados que instituem a Comunidade Europeia e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, nos seus próprios termos, e, por outro, ao território do Reino de Marrocos.

Artigo 95.º

O presente acordo é redigido em duplo exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, finlandesa, francesa, grega, inglesa, italiana, neerlandesa, portuguesa, sueca e árabe, todos os textos fazendo igualmente fé.

Artigo 96.º

1. O presente acordo será aprovado pelas partes, segundo as suas formalidades próprias.

O presente acordo entra em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à data em que as partes procederam à notificação recíproca do cumprimento das formalidades referidas no primeiro parágrafo.

2. A partir da sua entrada em vigor, o presente acordo substitui o Acordo de cooperação entre a Comunidade Europeia e o Reino de Marrocos, bem como o Acordo entre os Estados-Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e o Reino de Marrocos, assinados em Rabat, em 25 de Abril de 1976.

Hecho en Bruselas, el veintiséis de febrero de mil novecientos noventa y seis.

Udfærdiget i Bruxelles, den seksogtyvende februar nitten hundrede og seksoghalvfems.

Geschehen zu Brüssel am sechszwanzigsten Februar neunzehnhundertsechsunneunzig.

Έγινε στις Βρυξέλλες, στις είκοσι έξι Φεβρουαρίου χίλια εννιακόσια ενενήντα έξι.

Done at Brussels on the twenty-sixth day of February in the year one thousand nine hundred and ninety-six.

Fait à Bruxelles, le vingt-six février mil neuf cent quatre-vingt-seize.

Fatto a Bruxelles, addì ventisei febbraio millenovecentonovantasei.

Gedaan te Brussel, de zesentwintigste februari negentienhonderd zesennegentig.

Feito em Bruxelas, em vinte e seis de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis.

Tehty Brysselissä kahdentenäkymmenentenäkuudentena päivänä helmikuuta vuonna tuhatyhdeksänsataayhdeksänkymmmentäkuusi.

Som skedde i Bryssel den tjugosjätte februari nittonhundranittiosex.

حرر في بروكسيل ، في السادس والعشرون من فبراير
سنة الف وتسعمائة وستة وتسعون .

Pour le Royaume de Belgique

Voor het Koninkrijk België

Für das Königreich Belgien

Cette signature engage également la Communauté française, la Communauté flamande, la Communauté germanophone, la Région wallonne, la Région flamande et la Région de Bruxelles-Capitale.

Deze handtekening verbindt eveneens de Vlaamse Gemeenschap, de Franse Gemeenschap, de Duitstalige Gemeenschap, het Vlaamse Gewest, het Waalse Gewest en het Brusselse Hoofdstedelijke Gewest.

Diese Unterschrift verbindet zugleich die Deutschsprachige Gemeinschaft, die Flämische Gemeinschaft, die Französische Gemeinschaft, die Wallonische Region, die Flämische Region und die Region Brüssel-Hauptstadt.

På Kongeriget Danmarks vegne

Für die Bundesrepublik Deutschland



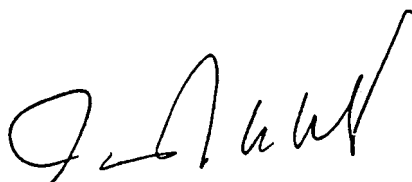
Για την Ελληνική Δημοκρατία



Por el Reino de España



Pour la République française



Thar cheann Na hÉireann
For Ireland




Per la Repubblica italiana



Pour le Grand-Duché de Luxembourg



Voor het Koninkrijk der Nederlanden



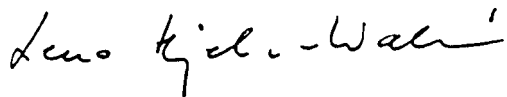
Für die Republik Österreich



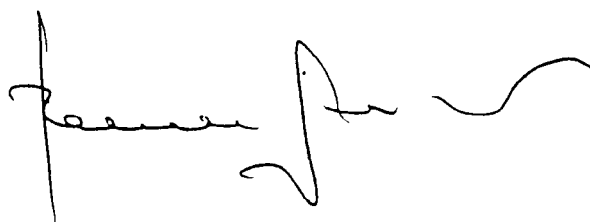
Suomen tasavallan puolesta



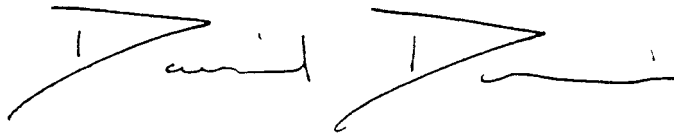
För Konungariket Sverige



Pela República Portuguesa



For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland



Por las Comunidades Europeas

For De Europæiske Fællesskaber

Für die Europäischen Gemeinschaften

Για τις Ευρωπαϊκές Κοινότητες

For the European Communities

Pour les Communautés européennes

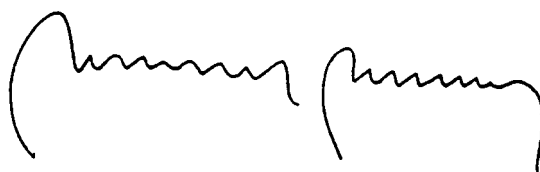
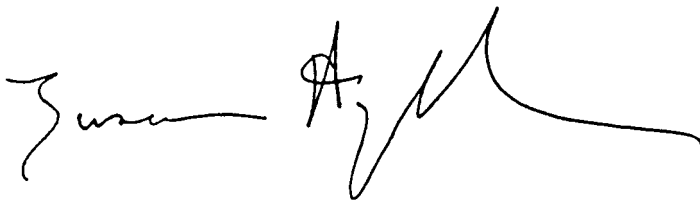
Per le Comunità europee

Voor de Europese Gemeenschappen

Pelas Comunidades Europeias

Euroopan yhteisöjen puolesta

På Europeiska gemenskapernas vägnar



عن المملكة المغربية



—

LISTA DE ANEXOS

<i>Anexo 1</i>	Produtos referidos no n.º 1 do artigo 10.º
<i>Anexo 2</i>	Produtos referidos no n.º 2 do artigo 10.º
<i>Anexo 3</i>	Produtos referidos no n.º 2 do artigo 11.º
<i>Anexo 4</i>	Produtos referidos no n.º 3 do artigo 11.º
<i>Anexo 5</i>	Produtos referidos no n.º 1 do artigo 12.º
<i>Anexo 6</i>	Produtos referidos no n.º 2 do artigo 12.º
<i>Anexo 7</i>	relativo à propriedade intelectual, industrial e comercial

Fonte: Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L70/2, 18 de Março de 2000. [Consult. 23-11-2011]

Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2000:070:0002:0190:PT:PDF>

Anexo 6 - DECLARAÇÃO DE BARCELONA ADOPTADA NA CONFERÊNCIA EURO-MEDITERRÂNICA (27 e 28 de Novembro de 1995)

O Conselho da União Europeia, representado pelo seu Presidente, Javier SOLANA, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha,

A Comissão Europeia, representado por Manuel MARIN, Vice-Presidente,

A Alemanha, representada por Klaus KINKEL, Vice-Chanceler e Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Argélia, representada por Mohamed Salah DEMBRI, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Áustria, representada por Benita FERRERO-WALDNER, Secretária de Estado, Ministra dos Negócios Estrangeiros,

A Bélgica, representada por Erik DERYCKE, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Chipre, representado por Alecos MICHAELIDES, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Dinamarca, representada por Ole Loensmann POULSEN, Secretário de Estado, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

O Egito, representado por Amr MOUSSA, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Espanha, representada por Carlos WESTENDORP, Secretário de Estado para as Relações com a Comunidade Europeia,

A Finlândia, representada por Tarja HALONEN, Ministra dos Negócios Estrangeiros,

A França, representada por Hervé de CHARETTE, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Grécia, representada por Károlos PAPOULIAS, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Irlanda, representada por Dick SPRING, Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Israel, representado por Ehud BARAK, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Itália, representada por Susanna AGNELLI, Ministra dos Negócios Estrangeiros,

A Jordânia, representada por Abdel-Karim KABARATI, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

O Líbano, representado por Fares BOUEZ, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

O Luxemburgo, representado por Jacques F. POOS, Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Externo e da Cooperação,

Malta, representada pelo Prof. Guido DE MARCO, Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Marrocos, representado por Abdellatif FILALI, Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Os Países Baixos, representados por Hans van MIERLO, Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Portugal, representado por Jaime GAMA, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

O Reino Unido, representado por Malcolm RIFKIND QC MP, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth,

A Síria, representada por Farouk AL-SHARAA, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Suécia, representada por Lena HJELM-WALLEN, Ministra dos Negócios Estrangeiros,

A Tunísia, representada por Habib Ben YAHIA, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Turquia, representada por Deniz BAYKAL, Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Autoridade Palestiniana, representada por Yassir ARAFAT, Presidente da Autoridade Palestiniana,

participantes na Conferência Euro-Mediterrânica de Barcelona:

— realçando a importância estratégica do Mediterrâneo e animados pela vontade de darem às suas relações futuras uma nova dimensão, baseada numa cooperação global e na solidariedade, que esteja à altura da natureza privilegiada dos laços forjados pela vizinhança e pela história;

— conscientes de que as novas questões políticas, económicas e sociais de ambos os lados do Mediterrâneo constituem desafios comuns que exigem uma resposta global e coordenada;

— decididos a criar para esse efeito um quadro multilateral e duradouro de relações assentes num espírito de parceria e que respeite as características, os valores e as especificidades de cada um dos participantes;

— considerando que esse quadro multilateral é complementar de um reforço das relações bilaterais que é importante salvaguardar, acentuando simultaneamente a especificidade dessas relações;

— salientando que a presente iniciativa Euro-Mediterrânica não se pretende substituir às outras acções e iniciativas a favor da paz, da estabilidade e do desenvolvimento da região, mas que contribuirá para o seu êxito, os participantes dão o seu apoio à conclusão de um Acordo de Paz justo, global e duradouro no Médio Oriente, baseado

nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e nos princípios constantes da carta de convite para a Conferência de Paz do Médio Oriente realizada em Madrid, incluindo o princípio "terra por paz", com tudo o que isso implica;

— convictos de que o objectivo geral de tornar a bacia mediterrânica numa zona de diálogo, de intercâmbio e de cooperação que garanta a paz, a estabilidade e a prosperidade exige o reforço da democracia e o respeito pelos direitos do Homem, um desenvolvimento económico e social sustentável e equilibrado, medidas de combate à pobreza e de promoção de uma melhor compreensão entre culturas, sendo todas estas vertentes aspectos fundamentais da parceria, decidem estabelecer uma parceria global entre os participantes - a parceria Euro-Mediterrânica - através de um diálogo reforçado e numa base regular, do desenvolvimento da cooperação económica e financeira e da atribuição de uma maior importância à dimensão social, cultural e humana, constituindo estes três eixos as três vertentes da parceria Euro-Mediterrânica.

PARCERIA POLÍTICA E DE SEGURANÇA: DEFINIÇÃO DE UM ESPAÇO COMUM DE PAZ E ESTABILIDADE

Os participantes exprimem a sua convicção de que a paz, a estabilidade e a segurança da região mediterrânica constituem um bem comum e comprometem-se a incentivá-lo e reforçá-lo por todos os meios de que dispõem. Para esse efeito, acordam em proceder regularmente a um diálogo político reforçado, baseado no respeito pelos princípios essenciais do direito internacional, e reafirmam uma série de objectivos comuns em matéria de estabilidade interna e externa.

Neste espírito, comprometem-se, pela declaração de princípios que se segue, a:

— actuar em conformidade com a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como com as demais obrigações resultantes do direito internacional, em especial as que decorrem dos instrumentos regionais e internacionais em que são Partes;

— desenvolver o Estado de direito e a democracia nos respectivos sistemas políticos, reconhecendo simultaneamente, neste contexto, o direito de cada um deles escolher e desenvolver livremente os seus próprios sistemas político, sócio-cultural, económico e judicial;

— respeitar os direitos do Homem e as liberdades fundamentais e assegurar o exercício legítimo e efectivo desses direitos e liberdades, incluindo a liberdade de expressão, a liberdade de associação para fins pacíficos e a liberdade de pensamento, de consciência e de religião, quer individualmente quer em conjunto com outros membros do mesmo grupo, sem qualquer discriminação exercida em razão da raça, da nacionalidade, da língua, da religião ou do sexo;

— considerar favoravelmente, através de um diálogo entre as Partes, o intercâmbio de informações em questões relacionadas com os direitos humanos, as liberdades fundamentais, o racismo e a xenofobia;

— respeitarem e fazer respeitar a diversidade e o pluralismo nas respectivas sociedades, promover a tolerância entre os seus diferentes grupos e lutar contra as manifestações de

intolerância, racismo e xenofobia. Os participantes salientam a importância de uma formação adequada em matéria de direitos do Homem e liberdades fundamentais;

— respeitar a sua igualdade soberana, bem como todos os direitos inerentes à soberania e cumprir de boa-fé as obrigações assumidas ao abrigo do direito internacional;

— respeitar a igualdade dos direitos dos povos e o seu direito à autodeterminação, actuando sempre em conformidade com os objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas e com as regras pertinentes de direito internacional, incluindo as que se referem à integridade territorial dos Estados, tal como constam dos acordos celebrados entre as Partes em causa;

— abster-se, de acordo com as normas do direito internacional, de qualquer intervenção directa ou indirecta nos assuntos internos de outro parceiro;

— respeitar a integridade territorial e a unidade de cada um dos restantes parceiros;

— resolver os litígios por meios pacíficos, exortar todos os participantes a renunciarem à ameaça ou ao emprego da força contra a integridade territorial de outro parceiro, incluindo a anexação de territórios pela força, reafirmar o direito ao pleno exercício da soberania por meios legítimos de acordo com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional;

— reforçar a sua cooperação para prevenir e combater o terrorismo, em especial através da ratificação e aplicação dos instrumentos internacionais que tenham subscrito, através da adesão a esses instrumentos bem como através de quaisquer outras medidas adequadas;

— lutar em conjunto contra a expansão e a diversificação da criminalidade organizada e combater o flagelo da droga em todos os seus aspectos;

— promover a segurança regional agindo, nomeadamente, em favor da não-proliferação nuclear, química e biológica mediante a adesão e o cumprimento de uma série de regimes internacionais e regionais de não proliferação, e acordos de controlo de armamento e de desarmamento, tais como o NPT, CWC, BWC, CTBT e/ou acordos regionais tais como as zonas livres de armas, incluindo as respectivas modalidades de verificação, e cumprindo de boa-fé os compromissos assumidos no âmbito das convenções de controlo do armamento, de desarmamento e de não-proliferação.

As Partes envidarão esforços no sentido da criação de uma zona no Médio Oriente livre de armas de destruição maciça, de armas nucleares, químicas e biológicas e dos respectivos sistemas de lançamento, que seja mútua e eficazmente verificável.

Além disso, as Partes:

— estudarão medidas práticas para evitar a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, bem como uma excessiva acumulação de armas convencionais;

— abster-se-ão de desenvolver uma capacidade militar que ultrapasse as suas legítimas necessidades de defesa, reafirmando simultaneamente a sua vontade de alcançarem o

mesmo grau de segurança e confiança mútua com o mais baixo nível possível de forças militares e de armamento e de aderirem ao CCW;

— promoverão as condições susceptíveis de desenvolverem relações de boa vizinhança entre si e darão o seu apoio aos processos que têm como objectivo a estabilidade, a segurança, a prosperidade e a cooperação regional e sub -regional;

— estudar as medidas de confiança e de segurança que deverão adoptar em comum com vista à criação de um "espaço de paz e estabilidade no Mediterrâneo", incluindo, a longo prazo, a possibilidade de criação, para esse efeito, de um Pacto Euro-Mediterrânico.

PARCERIA ECONÓMICA E FINANCEIRA: CRIAÇÃO DE UMA ZONA DE PROSPERIDADE PARTILHADA

Os participantes salientam a importância que atribuem a um desenvolvimento económico e social sustentável e equilibrado tendo em vista a concretização do seu objectivo de criar uma zona de prosperidade partilhada.

Os parceiros estão conscientes das dificuldades que a questão da dívida poderá criar ao desenvolvimento económico dos países da região do Mediterrâneo. Tendo em conta a importância das suas relações, os parceiros acordam em prosseguir o diálogo a fim de se alcançarem progressos nas instâncias competentes.

Registando que os parceiros têm de enfrentar desafios comuns, embora em graus diversos, os participantes estabelecem para si próprios os seguintes objectivos a longo prazo :

— aceleração do ritmo do desenvolvimento socio-económico sustentável;

— melhoria das condições de vida das respectivas populações, aumento do nível do emprego e redução das diferenças de desenvolvimento da região Euro-Mediterrânica;

— incentivo à cooperação e integração regionais.

A fim de realizarem estes objectivos, os participantes acordam em criar uma parceria económica e financeira que, tomando devidamente em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento, se baseará no seguinte :

— criação progressiva de uma zona de comércio livre;

— implementação da cooperação económica adequada e de acções concertadas nas áreas pertinentes;

— aumento substancial do auxílio financeiro da União Europeia aos seus parceiros.

a) Zona de comércio livre

A zona de comércio livre será criada através dos novos acordos Euro-Mediterrânicos e de acordos de comércio livre entre os parceiros da União Europeia. As partes estabeleceram que o ano 2010 constitui a data-alvo para a criação progressiva dessa

zona que abrangerá o essencial das trocas comerciais, no cumprimento das obrigações resultantes da OMC.

Tendo em vista o desenvolvimento gradual do comércio livre nesta zona serão progressivamente eliminados os obstáculos pautais e não pautais ao comércio dos produtos manufacturados, de acordo com calendários a negociar entre os parceiros; tomando como ponto de partida os fluxos comerciais tradicionais, e na medida em que as diferentes políticas agrícolas o permitam, e no respeito pelos resultados alcançados no âmbito das negociações do GATT, o comércio de produtos agrícolas será progressivamente liberalizado através de um acesso preferencial e recíproco entre as partes; o comércio no sector dos serviços, incluindo o direito de estabelecimento, será progressivamente liberalizado tendo em conta o acordo do GATS.

Os participantes decidem facilitar o estabelecimento progressivo dessa zona de comércio livre através das seguintes medidas:

— adopção das medidas adequadas em matéria de regras de origem, de certificação, de protecção dos direitos de propriedade intelectual e industrial e de concorrência;

— continuação e desenvolvimento de políticas assentes nos princípios da economia de mercado e da integração das suas economias, tendo em conta as suas respectivas necessidades e níveis de desenvolvimento;

— adaptação e modernização das estruturas económicas e sociais, dando prioridade ao incentivo e desenvolvimento do sector privado, à melhoria do sector produtivo e à criação de um quadro institucional e regulamentar para a economia de mercado. Esforçar-se-ão igualmente por atenuar as consequências negativas no plano social que poderão advir desse ajustamento, fomentando programas a favor das populações mais carenciadas;

— promoção de mecanismos para incentivar as transferências de tecnologia.

b) Cooperação económica e acções concertadas

A cooperação incidirá, em especial, nas áreas a seguir enumeradas e, a este respeito, os participantes :

— reconhecem que o desenvolvimento económico terá de se apoiar na poupança interna, base do investimento, e em investimentos estrangeiros directos. Salientam a importância da criação de um ambiente propício aos investimentos, em especial mediante a progressiva eliminação dos obstáculos a esses investimentos, que serão susceptíveis de levarem à transferência de tecnologia e ao aumento da produção e das exportações;

— afirmam que a cooperação regional, realizada numa base voluntária, nomeadamente com vista a desenvolver as trocas entre os parceiros entre si, constitui o factor-chave para favorecer a instauração de uma zona de comércio livre;

— incentivam as empresas a celebrarem acordos entre si e comprometem-se a fomentar essa cooperação e a modernização industrial, propiciando um ambiente e um quadro

regulamentar favoráveis. Consideram necessária a implementação de um programa de apoio técnico às PME;

— realçam a sua interdependência em matéria de ambiente, que impõe uma abordagem regional e uma cooperação reforçada, bem como uma melhor coordenação dos actuais programas multilaterais, e confirmam o seu vínculo à Convenção de Barcelona e ao Plano de Acção para o Mediterrâneo. Reconhecem que importa conciliar o desenvolvimento económico com a protecção do ambiente, integrar as preocupações ambientais nos aspectos pertinentes da política económica e atenuar as consequências negativas para o ambiente que possam resultar dessa política. Comprometem-se a estabelecer um programa de acções prioritárias a curto e a médio prazo, incluindo as acções relacionadas com o combate à desertificação, e a concentrar os apoios técnicos e financeiros necessários para essas acções;

— reconhecem o papel-chave das mulheres no desenvolvimento e comprometem-se a promover a sua participação activa na vida económica e social e na criação de postos de trabalho;

— salientam a importância da conservação e da gestão racional dos recursos haliêuticos e do aumento da cooperação no domínio da investigação neste sector, incluindo a aquicultura, e comprometem-se a facilitar a formação e investigação científicas e a analisar a criação de instrumentos conjuntos;

— reconhecem o papel central do sector da energia na parceria económica e Euro - mediterrânica e decidem reforçar a cooperação e intensificar o diálogo no domínio das políticas energéticas. Decidem igualmente criar as condições -quadro adequadas para os investimentos e as actividades das empresas do sector da energia, cooperando para criar as condições que permitam a essas empresas expandir as redes energéticas e promover interconexões;

— reconhecem que o abastecimento de água, bem como a gestão adequada e o desenvolvimento dos recursos, são questões prioritárias para todos os parceiros mediterrânicos e que se deverá proceder ao desenvolvimento da cooperação nestas áreas;

— acordam em cooperar na modernização e reestruturação da agricultura e na promoção do desenvolvimento rural integrado. Essa cooperação centrar-se-á, em especial, na assistência técnica e na formação, no apoio às políticas desenvolvidas pelos parceiros no sentido da diversificação da produção, da redução da dependência alimentar e da promoção de uma agricultura que não prejudique o ambiente. Acordam igualmente em cooperar na erradicação de culturas ilegais e no desenvolvimento das regiões afectadas.

Os participantes decidem igualmente cooperar noutros domínios e, para esse efeito:

— salientam a importância do desenvolvimento e da melhoria das infra-estruturas, através; nomeadamente, da criação de um sistema de transportes eficaz, do desenvolvimento de tecnologias de informação e da modernização das telecomunicações. Para o efeito, decidem elaborar um programa de prioridades;

— comprometem-se a respeitar os princípios do direito marítimo internacional, e em especial a livre prestação de serviços no sector dos transportes internacionais e o livre acesso aos fretes internacionais. Serão devidamente tomados em consideração, sempre que para tal haja acordo, os resultados das negociações comerciais multilaterais em curso relativas aos serviços de transportes marítimos conduzidas no âmbito da OMC;

— comprometem-se a incentivar a cooperação entre as autoridades locais e em apoiar o planeamento regional;

— reconhecem que a ciência e a tecnologia têm uma influência significativa no desenvolvimento sócio-económico, acordam em reforçar as capacidades de investigação científica e de desenvolvimento, em contribuir para a formação de pessoal científico e técnico, em promover a participação em projectos de investigação conjuntos a partir da criação de redes científicas;

— acordam em promover a cooperação no domínio das estatísticas, a fim de harmonizar os métodos e proceder a trocas de dados.

c) Cooperação financeira

Os participantes consideram que a criação de uma zona de comércio livre e o êxito da parceria Euro-Mediterrânica requerem um acréscimo substancial da assistência financeira, que deve favorecer sobretudo um desenvolvimento local sustentável e a mobilização dos agentes económicos locais. A este propósito, tomam nota de que:

— o Conselho Europeu de Cannes decidiu prever para essa assistência financeira dotações num montante de 4 685 milhões de ecu para o período de 1995-1999, sob a forma de fundos orçamentais comunitários disponíveis, a que virá somar -se a intervenção do BEI, sob a forma de empréstimos de um montante mais elevado, bem como as contribuições financeiras bilaterais dos Estados -Membros;

— é necessária uma cooperação financeira eficaz, gerida no âmbito de uma programação plurianual, tendo em conta as especificidades de cada um dos parceiros;

— uma gestão macro-económica sã se reveste de importância fundamental para assegurar o êxito da parceria. Com esse objectivo, acordam em promover o diálogo sobre as suas políticas económicas respectivas e sobre o método de otimizar a cooperação financeira.

PARCERIA NOS DOMÍNIOS SOCIAL, CULTURAL E HUMANO: DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, PROMOÇÃO DA COMPREENSÃO ENTRE CULTURAS E TROCAS ENTRE AS SOCIEDADES CIVIS

Os participantes reconhecem que as tradições de cultura e civilização em toda a região do Mediterrâneo, o diálogo entre essas culturas e os intercâmbios a nível humano, científico e tecnológico constituem um factor essencial para aproximação dos respectivos povos, a promoção da compreensão entre eles e a melhoria do conhecimento recíproco.

Neste espírito os participantes acordam em estabelecer uma parceria nos domínios social, cultural e humano. Para o efeito:

— reafirmam que o diálogo e o respeito entre as culturas e as religiões constituem uma condição prévia necessária para a aproximação dos povos. A este respeito, salientam a importância do papel que os meios de comunicação social podem desempenhar para o reconhecimento e compreensão recíprocos das culturas enquanto fonte de enriquecimento mútuo;

— salientam o carácter essencial do desenvolvimento dos recursos humanos, tanto no que diz respeito à educação e à formação profissional, em especial dos jovens, como no domínio da saúde. Manifestam a sua vontade de promover intercâmbios culturais e o conhecimento de outras línguas, no respeito pela identidade cultural de cada parceiro, e de implementar uma política duradoura de programas educativos e culturais; neste contexto, os parceiros comprometem-se a adoptar medidas destinadas a facilitar os intercâmbios entre as pessoas, melhorando, em especial, os procedimentos administrativos;

— salientam a importância do sector da saúde para um desenvolvimento sustentável e manifestam a sua intenção de promover a efectiva participação da Comunidade em acções destinadas a melhorar a saúde e o bem-estar;

— reconhecem a importância do desenvolvimento social que, em sua opinião, deve ser indissociável de todo o desenvolvimento económico. Atribuem em especial importância ao respeito pelos direitos sociais fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento;

— reconhecem que a sociedade civil pode contribuir de forma essencial para o processo de desenvolvimento da parceria Euro-Mediterrânica e que constitui um factor decisivo para uma maior compreensão e aproximação entre os povos;

— acordam, nesta conformidade, em reforçar e/ou criar, no âmbito das respectivas legislações nacionais, os necessários instrumentos de uma cooperação centralizada para incentivar as trocas entre os agentes do desenvolvimento: responsáveis da sociedade civil e política, mundo cultural e religioso, universidades, investigadores, meios de comunicação social, associações, sindicatos e empresas públicas e privadas;

— nesta base, reconhecem a importância de incentivar os contactos e os intercâmbios entre jovens no contexto de programas de cooperação descentralizada;

— incentivarão as acções de apoio às instituições democráticas e ao reforço do Estado de direito e da sociedade civil;

— reconhecem que a actual evolução demográfica constitui um desafio prioritário que terá de ser enfrentado com políticas apropriadas para acelerar o arranque económico;

— reconhecem o papel importante desempenhado pelas migrações no seu relacionamento. Decidem aumentar a sua cooperação para reduzir as pressões migratórias por meio, nomeadamente, de programas de formação profissional e de assistência à criação de emprego. Comprometem-se a assegurar a protecção de todos os

direitos reconhecidos, ao abrigo da legislação em vigor, aos migrantes que residem legalmente nos respectivos territórios;

— no domínio da emigração clandestina, decidem estabelecer uma cooperação mais estreita. Neste contexto, os parceiros, conscientes das respectivas responsabilidades no que se refere à readmissão, acordam em adoptar as disposições e medidas pertinentes, através de acordos bilaterais ou de convénios, a fim de readmitirem os seus nacionais que se encontram em situação ilegal. Para esse efeito, os Estados-Membros da União Europeia, consideram que o termo "cidadãos" se refere aos nacionais dos Estados-Membros, tal como definido para efeitos comunitários;

— acordam em reforçar a cooperação através de diversas medidas destinadas a prevenir o terrorismo e a combatê-lo, em conjunto, de forma mais eficaz;

— consideram igualmente necessário combater em conjunto e de forma eficaz contra o tráfico de droga, a criminalidade internacional e a corrupção;

— salientam a importância de empreender com determinação uma campanha contra o racismo, a xenofobia e a intolerância, e acordam em cooperar para esse efeito.

SEGUIMENTO DA CONFERÊNCIA

Os participantes :

— considerando que a Conferência de Barcelona lança as bases de um processo aberto e destinado a desenvolver-se;

— reafirmando a sua vontade de estabelecer uma parceria assente nos princípios e objectivos definidos pela presente Declaração;

— decididos a dar uma expressão concreta à parceria Euro-Mediterrânica;

— convictos de que, para alcançar esse objectivo, é necessário prosseguir o diálogo global ora iniciado e pôr em prática uma série de acções específicas, adoptam o programa de trabalho em anexo :

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros reunir-se-ão periodicamente a fim de assegurar o acompanhamento da aplicação da presente Declaração e de definir as acções adequadas para permitir a realização dos objectivos da parceria.

O acompanhamento das diversas acções será assegurado por reuniões temáticas ad hoc de ministros, altos funcionários e peritos, intercâmbio de experiências e de informações, contactos entre os agentes da sociedade civil, ou por qualquer outro meio adequado.

Incentivar-se-ão os contactos a nível de parlamentares, de autoridades regionais, de autoridades locais e de parceiros sociais.

O "Comité Euro-Mediterrânico para o processo de Barcelona", a nível de altos funcionários, e constituído pela Tróica da União Europeia e por um representante de cada parceiro mediterrânico, efectuará reuniões periódicas destinadas a preparar a

reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, fazer o ponto da situação e avaliar o acompanhamento do processo de Barcelona e de todas as suas componentes e actualizar o programa de trabalho.

Os serviços da Comissão efectuarão o trabalho preparatório adequado e o acompanhamento tendo em vista as reuniões resultantes do programa de trabalho de Barcelona e das conclusões do "Comité Euro-Mediterrânico para o processo de Barcelona".

A próxima reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros efectuar-se-á no primeiro semestre de 1997 num dos doze parceiros mediterrânicos da União Europeia, a designar no termo de um processo de consultas mais aprofundadas.

[Consult. 14-12-2011] Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/summits/mad4_pt.htm

Anexo 7 – Plano de Acção UE/Marrocos – texto em língua francesa.

PLAN D'ACTION UE/MAROC

1. Introduction

L'élargissement de l'Union européenne, qui est devenu réalité le 1^{er} mai 2004, a profondément modifié la donne politique, géographique, économique et sociale de l'Union européenne, offrant l'occasion de consolider et approfondir ses relations avec les pays limitrophes de l'Union à l'Est et au Sud. Au-delà de l'association actuelle, la politique européenne de voisinage a pour objectif de proposer aux voisins de l'UE un approfondissement des relations politiques et la perspective d'un degré élevé d'intégration économique, notamment à travers une intégration progressive au marché intérieur de l'UE. L'Union européenne et le Maroc sont déterminés à saisir cette occasion pour renforcer leurs relations, promouvoir la stabilité, la sécurité et la prospérité fondées sur le partenariat, les intérêts communs l'appropriation commune et la différenciation. Cette approche contribuera à la mise en place d'un partenariat stratégique de voisinage.

La politique de voisinage de l'Union européenne se fixe des objectifs ambitieux, fondés sur l'attachement, réciproquement reconnu, à des valeurs communes comprenant la démocratie, l'Etat de droit, la bonne gouvernance et le respect des droits de l'homme, les principes de l'économie de marché, le libre échange, le développement durable ainsi que la réduction de la pauvreté et la mise en œuvre de réformes politiques, économiques, sociales et institutionnelles. La coopération transfrontalière et la responsabilité partagée pour l'établissement d'une zone de paix et de stabilité, y compris la gestion des crises, la prévention et la résolution de conflits dans la région, font également partie de cette politique européenne de voisinage.

Le Maroc et l'Union européenne souhaitent ainsi approfondir leurs relations politiques, économiques, sociales, culturelles, de même que leur coopération en matière de sécurité.

Pour le Maroc, le rapprochement avec l'Union européenne constitue un choix fondamental de politique étrangère. La politique de voisinage permettra à la fois au Maroc de renforcer l'ancrage stratégique de ce choix sur la base d'engagements réciproques et de favoriser la dimension régionale et sous-régionale, notamment dans le cadre du processus euro-méditerranéen. A cet égard, l'Accord d'Agadir de libre échange, signé le 25 février 2004 à Rabat, constitue un modèle d'intégration économique dans la région.

Cet approfondissement des relations entre le Maroc et l'Union européenne, qui permettra d'identifier de nouvelles actions de coopération et de renforcer les relations politiques, est une réponse concrète permettant d'évoluer de façon opérationnelle vers le statut avancé du Maroc.

Le niveau d'avancement par rapport à ce plan ambitieux dépendra des efforts et résultats concrets accomplis par les deux parties pour atteindre les priorités établies d'un commun accord.

Le présent plan d'action couvrira une période de trois à cinq ans. Le plan d'action permettra une mise en œuvre plus ciblée des instruments mis à disposition par l'accord d'association conclu entre l'UE et le Maroc et appuiera l'objectif marocain d'une intégration plus forte des structures économiques et sociales marocaines à celles de l'Union. Ce processus prévoit

également le rapprochement de la législation, des normes et des standards marocains à ceux de l'Union dans de nombreux domaines, et ce en vue d'intégrer progressivement le marché intérieur de l'Union européenne et ses structures réglementaires. Il établira également des fondements solides pour davantage d'intégration économique avec le Maroc pour encourager le commerce, l'investissement et la croissance compatibles avec les objectifs d'intégration économique régionale.

Le plan d'action favorisera également la conception et la mise en œuvre de politiques et mesures visant à promouvoir la croissance économique, l'emploi et la cohésion sociale, à réduire la pauvreté et à protéger l'environnement, contribuant ainsi à l'objectif à long terme du développement durable. La mise en œuvre du plan d'action tiendra compte de l'équilibre nécessaire entre l'accélération de la dynamique d'ouverture et de modernisation de l'économie marocaine et l'impératif d'un développement socio-économique durable.

Comme partie intégrante de la revue globale du plan d'action, la CE entreprendra un examen complet des programmes et entités communautaires, dont l'objectif consistera à identifier la participation marocaine dans ces activités lorsqu'il y a intérêt commun et sujet à des conditions, notamment quant aux contributions financières du Maroc et aux engagements marocains d'aligner la législation nationale dans les sphères concernées.

Pour la réalisation de l'ensemble des objectifs contenus dans le présent plan d'action, l'Union européenne apportera une aide financière conséquente par le concours de différents instruments financiers appropriés.

Le Maroc et l'UE coopéreront de façon étroite pour la mise en œuvre de ce plan d'action dont le caractère évolutif est le garant de son adaptation à l'évolution propre des relations entre le Maroc et l'Union européenne.

Nouvelles perspectives de partenariat

La politique européenne de voisinage offre de nouvelles perspectives de partenariat:

- La perspective de progresser au-delà des relations existantes vers un degré significatif d'intégration, y compris en offrant au Maroc une participation dans le marché intérieur ainsi que la possibilité de prendre progressivement part aux aspects clés des politiques et des programmes de l'UE.
- Une revalorisation de l'étendue et de l'intensité de la coopération politique à travers le dialogue politique renforcé.
- Les possibilités de convergence de la législation économique et d'ouverture des économies entre elles avec en particulier la réduction continue des barrières commerciales stimuleront l'investissement et la croissance.
- Un soutien financier accru: une assistance financière renforcée sera accordée par l'UE au Maroc pour accompagner la mise en œuvre de l'accord d'association dans tous ses volets et soutenir la réalisation des actions identifiées dans le plan d'action. La BEI apportera également un soutien à l'investissement en infrastructures et le développement du secteur privé et du partenariat dans le cadre de la FEMIP. En outre, à cette fin la Commission propose un nouvel Instrument de Voisinage Européen et de Partenariat (IVEP) qui couvrira également l'aspect très important de la coopération transfrontalière et transnationale entre le Maroc et l'UE, afin de favoriser l'intégration, la cohésion économique et sociale et la réduction des écarts de développement entre régions.

- La perspective d'une ouverture graduelle ou d'une participation renforcée à certains enceintes et programmes communautaires notamment dans les domaines couverts par le plan d'action.
- Un soutien comprenant notamment une assistance technique ciblée et des actions de jumelage en vue du rapprochement avec la législation de l'UE dans les domaines couverts par le plan d'action.
- L'approfondissement des relations économiques et commerciales.
- L'établissement d'un dialogue constructif sur la question des visas entre l'Union européenne et le Maroc, incluant l'examen de facilitation de l'attribution de visa en accord avec l'acquis.
- Un renforcement de la coopération directe entre les administrations qui participent aux sous-comités thématiques institutionnalisés.

En fonction de la réalisation des objectifs de ce plan d'action et de l'évolution générale des relations entre l'UE et le Maroc, la possibilité d'une nouvelle relation contractuelle sera envisagée. La Commission a suggéré que celle-ci prenne la forme d'un accord européen de voisinage. Le Maroc a marqué son soutien à la suggestion de la Commission. L'opportunité de tout nouvel arrangement contractuel sera considérée en temps voulu dans le cadre de la Politique européenne de voisinage.

Actions prioritaires

Le plan d'action exprime une panoplie complète de priorités dans des domaines qui rentrent dans la perspective de l'accord d'association et qui reflètent également les priorités du gouvernement du Maroc. Parmi ces priorités, une attention particulière devrait être accordée aux points suivants :

- La poursuite des réformes législatives et application des dispositions internationales en matière de droits de l'homme.
- Le dialogue politique renforcé dans les domaines de la PESC et de la PESD et le renforcement de la coopération dans la lutte contre le terrorisme.
- La négociation d'un accord de libéralisation des échanges dans le domaine des services.
- Le développement d'un environnement favorable à l'investissement direct étranger, à la croissance et au développement durable.
- La coopération en matière de politique sociale avec comme objectif la réduction de la pauvreté et de la précarité et la création d'emplois.
- Le soutien au système de l'éducation et de la formation, de la Recherche Scientifique et des Technologies de l'information comme levier essentiel au développement économique du pays.
- La gestion efficace des flux migratoires, y compris la signature d'un accord de réadmission avec la Communauté européenne, et la facilitation de la circulation des personnes, en conformité avec l'acquis, notamment en examinant les possibilités d'assouplissement des formalités d'obtention de visas de court séjour pour certaines catégories de personnes à définir en commun accord.
- Le développement du secteur du transport basé sur la sécurité et la sûreté, ainsi que sur le renforcement des infrastructures nationales, régionales et leur interconnexion avec le Réseau Trans-Européen de Transport (RTE -T).

- Le développement du secteur énergétique, y compris les interconnexions et infrastructures dans les meilleures conditions de sécurité, compétitivité et qualité; intégration progressive du marché électrique marocain au marché européen de l'électricité, en application du Protocole d'accord (du 2 décembre 2003 à Rome) pour l'intégration progressive des marchés électriques des pays maghrébins au marché intérieur de l'électricité de l'UE.

Les progrès accomplis dans la réalisation des objectifs contenus dans ce plan d'action seront suivis conjointement au sein des sous-comités établis par l'accord d'association. Sur cette base l'UE et le Maroc réexamineront le contenu du plan d'action et décideront des adaptations ou mises à jour nécessaires. Suite à un examen de la mise en œuvre du plan d'action, l'UE et le Maroc pourront après trois ans prendre des décisions concernant l'étape suivante du développement de leurs relations bilatérales, incluant la possibilité de nouveaux liens contractuels. Ceci pourrait prendre la forme d'un accord européen de voisinage dont le champ serait défini à la lumière des progrès accomplis dans la réalisation des priorités établies dans le plan d'action.

2. Actions

2.1. Dialogue politique et réformes

Démocratie et Etat de droit

- (1) *Consolider les instances administratives chargées de veiller au renforcement de la pratique démocratique et de l'Etat de droit*

Court terme

- Echange d'expériences et d'expertises dans le contexte de l'évolution du cadre réglementaire afférent aux partis politiques.
- Renforcer les capacités de l'Administration, notamment à travers l'appui à la mise en œuvre de la loi sur l'obligation et la motivation des décisions administratives émanant des administrations publiques, des collectivités locales et des établissements publics.
- Poursuivre les efforts de décentralisation et œuvrer à l'amélioration des compétences des collectivités locales à travers un appui à la nouvelle Charte sur l'Aménagement du Territoire.

Moyen terme

- Veiller à la mise en œuvre de la réforme des collectivités locales.
- (2) *Augmenter les efforts pour faciliter l'accès à la justice et aux droits*
- Simplification des procédures judiciaires, y compris par la réduction de la durée des procédures, des procès et de l'exécution des jugements rendus et de l'amélioration de l'assistance judiciaire.
 - Appui aux sections de la famille au sein des tribunaux de 1ère instance en vue d'accompagner les dispositions du nouveau code de la famille.
 - Appui à la justice des mineurs en vue d'accompagner les réformes du nouveau code de procédure pénale.
 - Poursuite du plan national de modernisation de l'administration pénitentiaire notamment dans ses composantes de formation, de réinsertion et de sauvegarde des droits de détenus.

- Formation des magistrats et du personnel judiciaire.
- Poursuite du programme MEDA « modernisation des juridictions au Maroc ».

(3) *Coopération en matière de lutte contre la corruption*

Court terme

- Suivi des conclusions du sous-comité « justice et sécurité ».
- Echange d'information sur les législations respectives et sur les instruments internationaux.
- Assistance à l'application des mesures prévues par la Convention de l'ONU; coopération internationale.

Moyen terme

- Renforcer et soutenir la mise en œuvre de la stratégie nationale anti-corruption, y compris la formation et spécialisation des services anticorruption et application d'un code de conduite, campagnes de sensibilisation publique.

Droits de l'Homme et libertés fondamentales

(4) *Assurer une protection des droits de l'homme et des libertés fondamentales conformément aux normes internationales*

Court terme

- Entamer les discussions au sein du sous-comité « droits de l'homme, démocratisation et gouvernance ».
- Examiner la possibilité de revoir les réserves aux conventions internationales sur les droits de l'homme.
- Poursuivre les réformes législatives afin de mettre en œuvre les dispositions internationales en matière de droits de l'homme, y compris les conventions fondamentales des NU et leurs protocoles facultatifs.
- Examiner les possibilités d'adhérer aux Protocole Facultatif relatifs aux conventions internationales des droits de l'homme dont le Maroc fait partie.
- Finaliser le plan d'action national en matière de droits de l'homme et apporter un appui à sa mise en œuvre.
- Renforcer le dialogue sur les droits de l'homme à tous les niveaux, y compris dans le cadre de l'action de l'Instance Equité et Réconciliation.
- Promouvoir les droits culturels et linguistiques de l'ensemble des composantes de la nation marocaine.
- Poursuivre la réforme de la législation pénale en vue d'y introduire notamment une définition de la torture conforme a celle de la Convention contre la torture des NU.

(5) *Liberté d'association et d'expression*

- Assurer la mise en œuvre de la loi concernant le droit d'association et d'assemblée conformément aux dispositions spécifiques du Pacte International relatif aux Droits Civils et Politiques en la matière.
- Echange d'expériences et d'expertises dans le contexte de l'évolution du Code de la presse.
- Appui à la nouvelle loi sur la libéralisation de l'audiovisuel et coopération dans ce domaine.

(6) *Accroître la promotion et la protection des droits des femmes et des enfants*

- Application des réformes récentes du Code de la Famille.
- Lutte contre les discriminations et la violence envers les femmes, en application de la Convention des Nations Unies sur l'élimination de toutes formes de discrimination à l'égard des femmes.
- Consolidation des droits de l'enfant en application de la Convention relative aux droits de l'enfant.
- Promotion du rôle de la femme dans le progrès économique et social (art 71 AA).
- Protection des femmes enceintes sur le lieu de travail.

Droits sociaux fondamentaux et normes fondamentales du travail

(7) *Mettre en œuvre les droits sociaux fondamentaux et les normes fondamentales du travail*

- Engager un dialogue sur les droits sociaux fondamentaux et les normes essentielles du travail en vue d'analyser la situation et d'identifier les défis et les mesures possibles, notamment à la lumière de la Déclaration de l'OIT de 1998.

Sujets régionaux et internationaux, coopération dans les domaines des relations étrangères et de la sécurité, prévention des conflits et gestion des crises

(8) *Renforcer le dialogue politique et la coopération sur des questions de politique étrangère et de sécurité, ainsi que sur tout autre sujet d'intérêt commun*

- Poursuivre le dialogue politique stratégique renforcé, structuré et régulier Maroc-UE couvrant l'évolution interne dans les deux parties ainsi que les questions méditerranéennes, africaines, régionales et internationales et d'autres questions d'intérêts communs.
- Développer et enrichir ce dialogue politique bilatéral, en vue de renforcer les liens de solidarité active entre les deux parties et permettre une prise en considération de leurs positions et intérêts réciproques.
- Coopérer en vue d'améliorer l'efficacité des institutions et conventions multilatérales de façon à renforcer la gouvernance globale et améliorer la coordination au sujet des initiatives portant sur la lutte contre les menaces à la sécurité et traiter des questions de développement connexes.

- Promouvoir un dialogue politique régulier sur la non-prolifération des armes de destruction massive et leurs vecteurs.
- (9) *Renforcer la coopération dans le domaine de la coopération régionale et internationale, prévention des conflits et gestion des crises*
- Participer activement au dialogue politique et à l'échange d'information euro-méditerranéen sur la PESD au niveau du COPS et du groupe des hauts fonctionnaires pour la coopération politique et de sécurité du partenariat euro-méditerranéen.
 - Poursuivre l'échange d'informations en matière de PESD avec le Secrétariat du Conseil et la Commission en utilisant les points de contacts déjà désignés.
 - Participer le cas échéant aux activités de formation et de prévention des conflits, de gestion des crises et des désastres naturels, de protection civile et éventuelle participation aux exercices et aux opérations civiles et militaires de la paix menées par l'UE.
 - Echange de vues sur les possibilités de relance de discussions sur la Charte euro-méditerranéenne de paix et de stabilité.
 - Contribuer aux efforts onusiens de résolution des conflits régionaux.
- (10) *Continuer à développer la coopération en matière de lutte contre le terrorisme*
- Renforcer la coopération UE-Maroc dans la prévention et la lutte contre le terrorisme, notamment par la mise en œuvre des initiatives identifiées dans le présent plan d'action et qui seront développées au sein des sous-comités concernés.
 - Développer la coopération UE-Maroc sur la prévention et la lutte contre le terrorisme, y compris à travers la mise en œuvre des résolutions UNSC 1267/99 et 1373/01 et à travers la ratification et la mise en œuvre de toutes les conventions et protocoles internationaux appropriés relatifs au terrorisme. Echange de vues, d'informations et d'expérience en matière de lutte contre le terrorisme en vue d'améliorer les capacités de lutte contre ce fléau.
 - Mise en oeuvre de la législation sur la lutte contre le financement du terrorisme.
 - Garantir le respect des droits de l'homme dans la lutte contre le terrorisme.
- (11) *Continuer à développer la coopération en matière de non-prolifération des armes de destruction massive et d'exportations illégales d'armements*
- Coopération en matière de non-prolifération des armes de destruction massive, de leurs vecteurs et des missiles balistiques, y compris via la mise en oeuvre de la résolution 1540/04 du Conseil de sécurité des Nations Unies, en veillant à la pleine application et à la mise en oeuvre au plan national des obligations internationales en vigueur, et en promouvant l'adhésion et la conformité à d'autres instruments internationaux pertinents dans ce domaine ainsi qu'aux régimes de contrôle des exportations.
 - Poursuite du développement de la coopération en matière de prévention du trafic illégal de matériaux susceptibles d'intervenir dans la fabrication d'armes de destruction massive, et lutte contre ce trafic.
 - Coopération en matière de développement de systèmes efficaces de contrôles nationaux à l'exportation permettant de surveiller les exportations et le transit de marchandises susceptibles

d'intervenir dans la fabrication d'armes de destruction massive, en contrôlant notamment la destination finale des technologies à double usage, et en prévoyant des sanctions efficaces en cas de non-respect des contrôles à l'exportation.

- Amélioration de la coordination générale dans le domaine de la non-prolifération et examen des menaces spécifiques liées aux armes de destruction massive qui compromettent la sécurité régionale, ainsi que des possibilités de coopération en matière de lutte contre ces menaces.
- Promotion des dispositions correspondantes du partenariat politique et de sécurité de la déclaration de Barcelone, en particulier celles relatives aux armes de destruction massive, de façon équilibrée et progressive.

Coopération et initiatives régionales

(12) Soutenir la mise en œuvre d'initiatives et projets d'intégration régionale

- Rechercher et promouvoir activement des projets communs dans les domaines techniques tels que l'énergie, les transports, les technologies de l'information et la migration.
- Promouvoir l'intégration économique et commerciale intra-régionale, notamment au sein du processus d'Agadir.
- Intensifier la coopération au sein des institutions régionales maghrébines, du Forum 5+5, du Forum méditerranéen et du Sommet Afrique-Europe.

2.2. Réforme économique et sociale, développement

Cadre macroéconomique

(13) Consolider les progrès en vue de l'amélioration des indicateurs macroéconomiques au profit de la croissance et du développement

- Consolidation de la stabilité du cadre macro-économique.
- Maîtrise du déficit budgétaire à un niveau soutenable.
- Echange d'expérience et d'expertise en vue de l'évaluation et du suivi de l'impact budgétaire des dépenses fiscales.
- Echange de vues sur l'opportunité d'un régime plus flexible de taux de change parallèlement au processus de libéralisation graduelle du compte capital.

Réformes structurelles et progrès vers une économie de marché fonctionnelle et compétitive

(14) Améliorer la performance et la compétitivité de l'économie marocaine.

- Poursuite de la modernisation du système financier, notamment des banques publiques, et renforcement du secteur non bancaire (assurances, système de retraite).
- Mise en oeuvre du nouveau Statut de la Banque Centrale et renforcement de son rôle de supervision dans le cadre d'un système financier plus intégré.

Réformes dans le domaine agricole

- (15) *Assurer la mise en place d'une politique agricole cohérente (y compris les actions relatives au développement rural durable et la politique de qualité des produits) avec l'objectif de convergence pour créer les conditions nécessaires à l'établissement d'une zone de libre échange entre le Maroc et l'UE*
- Promouvoir la diffusion et l'échange d'informations sur les politiques agricoles et contribuer au transfert d'expertises et d'expériences, notamment :
 - l'amélioration des structures agricoles et des circuits de commercialisation,
 - le développement et l'amélioration des infrastructures rurales,
 - la diversification des activités économiques en milieu rural,
 - la valorisation et la promotion de la production de qualité,
 - l'incitation à l'investissement par le secteur privé,
 - la recherche en vue de l'amélioration de la productivité et de la qualité,
 - la mise en place de mesures d'accompagnement socio-économiques des différentes réformes.
 - Soutien à la mise en place des réformes en matière de politique agricoles sectorielles.
 - Appui à la réforme du régime foncier.

Coopération en matière d'emploi et de politique sociale

- (16) *Mettre en œuvre les articles 69 à 72 de l'accord d'association et rapprocher la législation marocaine des normes et pratiques de l'UE dans le domaine social et celui de l'emploi.*

Court terme

- Poursuivre le dialogue sur l'emploi et la politique sociale en vue de développer l'analyse commune de la situation et d'identifier les défis et mesures possibles (dialogue social, droit du travail, égalité entre femmes et hommes, santé et sécurité au travail, politique d'emploi, protection et inclusion sociale).
- Poursuivre le dialogue sur les conditions de vie et de séjour des travailleurs marocains et de leurs familles légalement résidants dans l'Union en vue de la recherche des voies et des conditions de progrès à réaliser pour assurer l'égalité de traitement et améliorer l'intégration sociale.
- Poursuivre le dialogue en vue d'améliorer l'échange d'informations sur les programmes et initiatives visant à faciliter l'inclusion sociale, l'intégration des groupes désavantagés dans le milieu du travail, la lutte contre la discrimination et la xénophobie.
- Assurer l'égalité entre femmes et hommes, y compris dans le domaine du travail; promouvoir le rôle de la femme dans le progrès économique et social ; coopérer dans la lutte contre le travail des enfants.

- Santé et sécurité sur le lieu de travail : prévention des risques professionnels: extension des services de santé au travail en conformité avec la nouvelle législation; appui à la mise en œuvre de conventions de l'OIT relatives à l'utilisation du benzène et de l'amiante.
- Favoriser la coopération en matière de régimes de sécurité sociale (échange d'expériences, appui à la réforme et à la mise en œuvre des systèmes de protection sociale, notamment l'Assurance maladie obligatoire (AMO) et le régime des retraites.

Moyen terme

- Droit du travail: appui à la mise en œuvre des nouvelles dispositions du Code du Travail. Poursuite de l'adoption des décrets d'application du nouveau Code de travail et appui à la mise en œuvre du Code y compris par l'aide aux programmes de formation, d'information et de communication et le renforcement des capacités institutionnelles de l'inspection du travail.
- Rapprochement, autant que possible, de la législation marocaine des normes communautaires dans le domaine social.
- Poursuivre le dialogue social à tous les niveaux (bipartite et tripartite).

Développement régional et local

(17) *Assurer un développement et une distribution équilibrée des ressources entre les diverses régions du pays et lutter contre la pauvreté en milieu urbain et rural*

Moyen terme

- Appui à la mise en œuvre des politiques visant à la réduction des disparités sociales et lutte contre la pauvreté et la précarité.
- Poursuite des efforts pour la mise en œuvre de la nouvelle Charte de la décentralisation.
- Coopération dans la lutte contre la pauvreté et appui à l'amélioration des conditions de vie des groupes défavorisés par la réalisation d'infrastructures sociales et économiques de base, y compris les actions visant la stabilisation des populations dans les zones à potentiel migratoire.
- Appui des activités génératrices de revenus et créatrices d'opportunités d'emplois durables à travers des projets économiques au profit des groupes vulnérables en difficulté d'insertion dans la vie active.
- Renforcement des filets de sécurité par le financement de projets de proximité.

Développement durable

(18) *Promotion du développement durable*

- Compléter la mise en place des structures administratives et des procédures permettant d'assurer une planification stratégique de développement durable ainsi que la coordination entre les différents acteurs.
- Echange de vue et d'expérience sur la mise en œuvre de la stratégie marocaine à long terme sur le développement durable.
- Promouvoir les mesures d'intégration de l'environnement dans les autres secteurs : industrie, énergie, transport, agriculture et politiques régionales.

2.3. Questions liées au commerce, marché et réforme réglementaire

2.3.1 Mouvement des biens

Relations commerciales

(19) *Mise en oeuvre des engagements pris dans l'AA titre II (Libre circulation des marchandises)*

Court terme

- Suivi de la mise en oeuvre des questions relatives au volet commercial de l'accord d'association UE-Maroc, notamment en vue de l'élimination réciproque des restrictions à l'importation et l'exportation des produits industriels dans tous ses aspects tarifaires et non tarifaires.
- Poursuite des travaux relatifs à l'application de la nomenclature combinée.
- Poursuite et approfondissement de la libéralisation des échanges de marchandises.
- Formation du personnel et renforcement des capacités administratives dans le domaine du commerce international.
- Mise en œuvre du nouveau protocole sur le cumul pan-euromed de l'origine.

(20) *Contribuer à assurer la réalisation de la zone de libre échange euro- méditerranéenne*

Moyen terme

- Conclure et mettre en œuvre des ALE avec les partenaires méditerranéens à l'échelle régionale, intra régionale ou bilatérale.
- Entamer des discussions en vue de renforcer les règles de procédure relatives au règlement des différends commerciaux.
- Poursuivre la libéralisation des produits agricoles et des produits agricoles transformés tout en assurant la cohérence avec les politiques de réforme notamment conformément à l'article 10 de l'accord d'association.
- Entamer des négociations sur la libéralisation progressive des produits de la pêche.

Douanes

(21) *Modernisation des services des douanes, renforcement de leurs capacités et harmonisation de la législation douanière avec les normes internationales et communautaires.*

Court terme

- Poursuivre la mise en œuvre des recommandations liées à la facilitation du commerce, adoptées par les Ministres du Commerce lors de la conférence euro-méditerranéenne de Palerme en juillet 2003.
- Echange d'expérience et d'expertise dans la perspective de développer, éventuellement, le contrôle douanier sur les importations et les exportations de produits piratés ou contrefaits.
- Prévoir des mesures de formation internes et externes en matière d'application du nouveau protocole sur le cumul Pan euro-méditerranéen de l'origine.

- Développer l'assistance administrative mutuelle en vue de lutter contre les irrégularités et la fraude en matière de douane.

Moyen terme

- Procéder au rapprochement législatif en matière de contrôle douanier des substances psychotropes, des biens à double usage et des biens culturels.
- Prévoir des mesures de formation du personnel douanier y compris en matière de la valeur en douane.
- Poursuivre les efforts en vue d'une gestion intégrée avec les autres intervenants au niveau des frontières (Port : office des ports, services sanitaires et vétérinaires, compagnie maritime de transports, sûreté nationale. Aéroport : office des aéroports, compagnie de transport aérien ; sûreté nationale).

(22) Coopération pour la sécurisation de la chaîne logistique internationale

- Développer la coopération en matière de contrôle douanier basé sur l'analyse du risque pour assurer la sûreté et la sécurité des flux de marchandises à l'importation, à l'exportation ou en transit.
- Echange de vues sur la définition des critères d'octroi de la qualité d'opérateurs agréés (exportateurs et transporteurs).

Réglementation technique, normes et procédures d'évaluation de la conformité (secteurs harmonisés UE)

(23) Faciliter l'accès au marché pour les produits industriels. Poursuivre l'harmonisation de la législation marocaine sur les produits industriels avec la réglementation et les pratiques internationales et européennes.

Court terme

- Poursuivre la mise en œuvre du plan d'action de Palerme sur le rapprochement des législations en matière de normes, de réglementations techniques et de l'évaluation de la conformité.
- Identifier des secteurs prioritaires et analyser la législation communautaire applicable et mettre en évidence les différences avec la législation nationale existante.
- Renforcer les institutions en charge de la normalisation, de l'évaluation de la conformité, de la métrologie et de la surveillance du marché, notamment par le biais d'échange d'informations et d'expertise et par leur intégration autant que possible dans les structures européennes et internationales.

Moyen terme

- Harmoniser les normes nationales avec les normes européennes et internationales pour les produits industriels et retirer les normes nationales qui sont en conflit avec celles-ci.
- Adopter un programme d'harmonisation de la législation et des procédures d'évaluation de la conformité et mettre en œuvre la législation cadre et sectorielle nécessaires.

- Procéder aux réformes nécessaires des structures nationales.
- Négocier un accord sur l'évaluation de la conformité et l'acceptation des produits industriels (ACAA) dans les secteurs d'intérêt commun, où la législation est appliquée aux mêmes standards que dans l'Union européenne.
- Sensibiliser les opérateurs économiques.
- Poursuivre les actions de formation.

Élimination des restrictions, administration intégrée (secteurs UE non harmonisés)

(24) *Faciliter la circulation des marchandises et améliorer la coopération administrative*

Court terme

- Prévenir des mesures discriminatoires et s'assurer que les parties intéressées aient l'opportunité de soulever les problèmes identifiés.

Moyen terme

- S'assurer qu'il y ait un point de contact qui se consacre à la mise en œuvre du mouvement des biens, qui pourrait également faciliter les flux et échanges d'information avec des opérateurs.
- Analyser la législation marocaine relative à l'étiquetage, la composition, la fabrication et la description des produits pour la rapprocher des principes généraux existant dans l'Union européenne.
- Faciliter le commerce par l'élimination des barrières non tarifaires existantes.

Questions sanitaires et phytosanitaires

(25) *Améliorer la sécurité sanitaire des aliments pour les consommateurs et faciliter le commerce des produits agricoles avec l'UE*

Court et moyen termes:

- Echange d'expertises et d'expériences pour la mise à niveau de la législation alimentaire y compris l'élaboration de guides de bonne pratique d'hygiène alimentaire.
- Coopération en vue du renforcement des structures d'encadrement vétérinaire, phytosanitaire et de sécurité sanitaire des aliments y compris les laboratoires.
- Poursuite de la mise en œuvre des obligations de l'accord de l'OMC sur l'application des mesures sanitaires et phytosanitaires (SPS) et participation active aux travaux des organisations internationales correspondantes (OIE, CIPV/OEPP, Codex Alimentarius).
- Rapprochement progressive des règles vétérinaires et phytosanitaires de l'UE (par exemple les Orientations générales pour les autorités des pays tiers sur les procédures à suivre pour l'importation d'animaux vivants et de produits animaux dans l'UE).
- Prendre les premières mesures pour la mise en place d'un système d'identification et de traçabilité des animaux (moutons, chèvres notamment) et poursuivre ce processus pour les bovins.

- Convergence vers l'application progressive des règles de l'hygiène alimentaire, de sécurité des aliments pour la production de produits agricoles et alimentaires et sur l'étiquetage de ces produits.
- Réglementation et, si nécessaire, interdiction de la mise sur le marché de certaines substances, y compris les produits phytopharmaceutiques sans que cela crée des obstacles non nécessaires au commerce, avec la mise en place de plans de surveillance des résidus des produits pharmaceutiques dans les animaux, les produits d'origine animale, les produits végétaux, les produits alimentaires et les aliments.
- Intensification des efforts en vue de l'éradication progressive de la rage dans le pays ainsi que d'autres maladies animales importantes, y inclus la fièvre aphteuse et la clavelée, sur la base d'une analyse approfondie de la situation locale.
- Etablissement d'un statut phytosanitaire concernant les organismes mentionnés dans la directive 2000/29/CE. Mise en oeuvre de mesures de contrôle équivalentes, si nécessaire.
- Examen des possibilités pour une coopération dans le cadre du système d'alerte rapide (Règlement (CE) n° 178/2002).
- Mise en place et développement d'une institution nationale dans le domaine de sécurité sanitaire des aliments.
- Renforcement de l'épidémiologie-surveillance des maladies animales émergentes (Fièvre de la Vallée du Rift, Fièvre Crimée-Congo et West Nile) et mise en place de mesures de contrôle de l'ESB et des plans d'urgence pour les maladies animales de la Liste A de l'OIE.

2.3.2. Droit d'établissement, droit des sociétés et services

Droit d'établissement et droit des sociétés

(26) *Poursuivre l'effort de libéralisation en matière d'établissement et de l'investissement étranger, (autre que l'établissement lié à la prestation de services)*

a) Etablissement

- Poursuivre les efforts de promotion d'un environnement favorable aux sociétés.
- Procéder à l'examen analytique de la législation marocaine en matière d'établissement afin de recenser les obstacles à l'établissement, en vue de l'élargissement de l'accord d'association en matière d'établissement.
- Elargir le champ d'application de l'accord d'association de manière à inclure le droit d'établissement des sociétés d'une partie sur le territoire de l'autre partie sur la base de la clause de révision prévue à l'article 31 de l'accord d'association.
- Echange d'information et d'expertise dans le domaine de la simplification des procédures.

b) Droit des sociétés :

- Oeuvrer en faveur d'une convergence avec les principes clés des règles et standards du droit des sociétés internationales et de l'Union européenne.
- Promouvoir une carrière d'audit de qualité.

- Moderniser le registre du commerce et le système de publicité dans le bulletin officiel pour informer les tiers.
- Entamer la réflexion sur l'élaboration d'un Code de gouvernance des entreprises.

Services

(27) Libéralisation progressive des échanges de services entre le Maroc et l'Union européenne

- Examen de la législation marocaine dans la perspective de la conclusion d'un accord sur le commerce des services.
- Dans le cadre du Plan de Palerme :
 - Contribuer à la finalisation du protocole euromed sur les services.
 - Ouvrir des négociations bilatérales dans le domaine des services sur la base de l'article 31 de l'accord d'association et en accord avec l'article V du GATS.
- Echange d'expériences et d'expertises en matière de réglementation d'application générale ou sectorielle dans la perspective de la convergence du cadre réglementaire avec celui de l'UE.
- Echange d'expériences en vue de la promotion du développement du e-commerce.
- Echange d'expériences et d'expertises en vue de renforcer les capacités d'évaluation du commerce des services.

Services financiers

En référence aux recommandations du FSAP:

- Développement d'un cadre réglementaire de la supervision des marchés financiers convergeant vers celui de l'UE.
- Renforcement des prérogatives des autorités de supervision des marchés financiers conformément aux standards internationaux.

2.3.3 Circulation des capitaux et paiements courants

(28) Poursuivre la mise en œuvre de la stratégie en vue d'une libéralisation graduelle du compte capital en tenant compte du progrès dans les conditions suivantes :

- Renforcement de la solidité du secteur financier et accélération des réformes en la matière.
- Amélioration de l'efficacité et de la crédibilité de la supervision financière.
- Consolidation durable des comptes extérieurs.
- Consolidation de la stabilité du cadre macro-économique.
- Garantir la protection de l'investissement extérieur, comme également la liquidation et rapatriement de ces investissements et des gains qui en proviennent.
- Echange d'information sur les restrictions existantes concernant le compte capital.

Moyen terme

- Poursuivre des consultations dans le but de faciliter et de compléter la libéralisation des mouvements de capitaux une fois que les conditions nécessaires sont réunies conformément à l'article 34 de l'accord d'association.

2.3.4 Circulation des personnes, notamment des travailleurs, et co-ordination de la sécurité sociale

(29) *Mettre pleinement en œuvre les engagements souscrits en vertu de l'article 64-67 de l'accord d'association*

- Veiller à ce que la clause d'égalité de traitement soit pleinement appliquée dans les conditions de travail, les rémunérations et les licenciements, quelle que soit la nationalité.
- Garantir l'application intégrale de la clause de non-discrimination en matière de sécurité sociale pour les travailleurs et les membres de leur famille.
- Adopter une décision dans le cadre du Conseil d'association concernant la mise en œuvre de l'article 65 relatif à la coordination des régimes de sécurité sociale.

2.3.5 Autres domaines essentiels

Fiscalité

(30) *Définir et mettre en œuvre un système d'impôts et des institutions fiscales conformes aux normes internationales et européennes dans le cadre du programme de réforme fiscale*

- Compléter, là où approprié, le réseau d'accords bilatéraux entre le Maroc et les Etats-membres de l'UE en évitant la double taxation.
- Poursuivre la consolidation et l'harmonisation de la législation fiscale, par rapport aux standards internationaux, notamment en vue de prévenir la double taxation en matière de TVA.
- Poursuivre le processus de modernisation de l'administration fiscale.
- Entamer un dialogue sur les principes du code de conduite de l'Union européenne sur la fiscalité des entreprises en vue d'assurer un environnement équitable au fur et à mesure du processus d'intégration du Maroc dans le marché intérieur.

Politique de la concurrence

Court terme

(31) *Adopter des dispositions de mise en œuvre de l'article 36, paragraphe 3 de l'accord d'association.*

- Mise en œuvre de la décision du Conseil d'Association sur les réglementations nécessaires à la mise en œuvre des règles de concurrence, y compris en ce qui concerne l'échange d'expérience et expertise en vue de :
 - renforcer les capacités administratives d'application du droit de la concurrence, et

- identifier des actions de coopération éventuelles (technique d'analyse des marchés, conduite des enquêtes concurrence, contrôle des concentrations, traitement des contentieux).

(32) *Mettre en œuvre et consolider les engagements pris sur la concurrence (article 36 de l'accord d'association) et développer une législation et un mécanisme de contrôle compatibles avec ceux de l'Union européenne*

- Assurer le droit de recours contre des décisions en matière de concurrence auprès de juridictions indépendantes compétentes, et assurer la formation spécialisée des juges appelés à traiter d'affaires en matière de concurrence.

(33) *Mettre en œuvre les engagements pris en vertu des articles 37 et 38 de l'accord d'association.*

- Coopérer en vue de renforcer les instances compétentes en matière de concurrence, notamment en ce qui concerne leurs capacités administratives et leurs pouvoirs décisionnels.
- Évaluer la mise en oeuvre de la législation cadre en vigueur en Maroc, notamment le respect des principes de non-discrimination, de transparence et d'équité des procédures.

Aides d'État

(34) *Pour faciliter la participation éventuelle du Maroc au marché intérieur, ce qui nécessite au préalable le respect de l'acquis communautaire sur les aides d'Etat, il est prévu, comme première étape :*

- L'échange d'informations sur les aides d'état, basée sur une définition commune à convenir, en vue de mettre en œuvre l'article 36.4 (b) de l'accord d'association.
- L'échange d'expériences et d'expertise sur les préalables à réunir en matière d'aides d'Etat entraînant des distorsions à la concurrence.

Protection du consommateur

(35) *Coopération en matière de protection du consommateur*

- Echange d'expérience et d'expertise en matière d'application du droit marocain de protection des consommateurs.
- Discuter, dans le cadre du sous-comité correspondant de l'accompagnement à la mise en place et au renforcement des capacités administratives pour l'application du droit de protection du consommateur et des possibilités d'encourager les associations marocaines de protection du consommateur à intégrer les réseaux européens dans ce domaine.

Droits de propriété intellectuelle et industrielle

(36) *Assurer un niveau de protection similaire à celui de l'UE et renforcer l'application effective de ces dispositions, conformément à l'article 39 de l'accord d'association.*

Court terme

- Renforcer la coopération administrative entre les autorités marocaines compétentes et celles des pays tiers.

- Améliorer les structures de suivi (administratives et juridiques) pour l'enregistrement et l'attribution de droits, également dans le management, incluant un système d'opposition pour les marques et un examen préliminaire pour les produits patentés.
- Explorer les liens renforcés avec le European Patent Office.
- Augmenter les ressources dédiées à l'appui en particulier aux douanes et système judiciaire.
- Adhérer aux principaux accords internationaux – y compris les conventions prévues par l'article 39 de l'accord d'association – et appliquer les plus hauts standards internationaux (article 39).

Moyen terme

- Renforcer les capacités des structures compétentes, telles que: l'Office Marocain de la Propriété industrielle et Commerciale et le Bureau Marocain du Droit d'Auteurs.
- Explorer l'interaction améliorée avec d'autres partenaires Euromed.
- Renforcer progressivement le niveau de protection dans le but d'atteindre un niveau similaire à celui de l'UE.

Marchés publics

(37) *Développer les conditions pour une attribution ouverte et concurrentielle des contrats des marchés publics conformément à l'article 41 de l'AA.*

- Consolider (y compris par le biais d'ajustements législatifs ou réglementaires appropriés) le processus de réformes garantissant l'ouverture, la transparence, l'information des parties intéressées et la concurrence.
- Compléter le système de règlement de recours judiciaire par un système de règlement amiable des différends liés à l'exécution des marchés.
- Prendre en compte, dans la mesure du possible, le principe de non-discrimination dans la perspective d'une libéralisation réciproque et progressive conformément à l'article 41 de l'accord d'association.
- Echange d'expérience et d'expertise notamment en matière de :
 - mise en place d'une procédure de règlement amiable des différends ;
 - modernisation des procédures d'administration et de gestion (y compris, organismes certificateurs, développement des nouvelles technologies, nouvelles formes de passation.

Statistiques

(38) *Poursuivre le rapprochement des méthodes statistiques pour les rendre pleinement compatibles avec les normes européennes applicables aux domaines concernés dans le cadre de la mise en œuvre de l'article 60 de l'accord d'association*

- Elaborer une stratégie à court et à moyen terme pour l'harmonisation avec les normes européennes et internationales dans les domaines statistiques concernés.

- Continuer le travail d’harmonisation afin de s’assurer que les statistiques du commerce extérieur soient compatibles avec les bonnes pratiques européennes (déclaration provisionnelles, couverture statistiques de la zone franche de Tanger, admissions temporaires pour perfectionnement actif...).
- Améliorer la qualité et la couverture de la base de données « registre de commerce ».
- Améliorer la qualité et les concepts des indicateurs à court et moyen terme et développer des analyses macro-économiques.
- Poursuivre la coopération technique par référence aux développements méthodologiques nécessaires à la mise en place d'un système de statistiques de commerce extérieur harmonisé avec l'UE.
- Mise en œuvre d’un programme afin d’harmoniser les méthodes d’élaboration des statistiques sur les échanges de services.

Gestion et contrôle des finances publiques

(39) Poursuivre le développement d’une gestion rationnelle de finances publiques.

- Renforcement des capacités de gestion des dépenses publiques.
- Développement des systèmes d’information dans la gestion des dépenses publiques.
- Echange d’expériences et d’expertise en vue d’un rapprochement progressif avec les normes et méthodologies internationales (IFAC, IIA, INTOSAI) ainsi qu’avec les meilleures pratiques de l’UE en matière de contrôle et audit des recettes et dépenses publiques.
- Engagement d’une réflexion sur la modernisation du système comptable de l’Etat.
- Développement de la transparence financière et comptable, échange d’expériences et d’expertise.

(40) Renforcer le contrôle financier interne au sein du secteur public

- Renforcement des capacités d’audit des institutions de contrôle des finances publiques telles que l’Inspection générale des finances (IGF).
- Adaptation du cadre législatif et réglementaire régissant l’IGF au nouveau contexte comptable et financier.
- Finalisation du projet relatif à l’élaboration des normes d’audit de l’IGF par référence aux normes internationales d’audit.
- Amélioration de l’efficacité du contrôle et d’audit de régularité.
- Echange d’expériences et d’expertise entre les institutions marocaines de contrôle et d’audit des finances publiques et des institutions européennes similaires.
- Mise en oeuvre de la législation sur la responsabilité du management (ordonnateurs), contrôleurs et comptables publics.
- Mise en oeuvre de la législation sur le contrôle financier de l’Etat sur les entreprises publiques.

- (41) *Audit externe : développement des contacts entre la Commission et l'institution d'audit externe des finances de l'Etat*

Politique d'entreprise

- (42) *Améliorer l'environnement et les conditions pour le développement d'entreprises compétitives et la promotion de l'investissement*
- Mettre en oeuvre la stratégie approuvée à Rome en octobre 2003 par le groupe de travail sur la coopération industrielle euro-méditerranéenne.

Court terme

- Adopter la Charte euro-méditerranéenne pour l'entreprise, identifier les mesures pour stimuler l'esprit d'entreprise et la compétitivité dans les domaines de la simplification des règles administratives, l'accès au financement des PME, l'éducation et la formation, la promotion de l'innovation, et les services de soutien aux entreprises.
- Développer le dialogue UE-Maroc sur la politique d'entreprise et l'échange des meilleures pratiques.
- Renforcer le dialogue sur la politique industrielle, notamment concernant le secteur textile-habillement.

Moyen terme

- Mettre en œuvre la Charte euro-méditerranéenne pour l'entreprise.
- Associer le Maroc aux orientations et initiatives européennes en vue de stimuler la compétitivité et l'innovation, y compris dans le domaine du tourisme et de l'artisanat.
- Améliorer la stratégie et les politiques de soutien et de financement des PME.
- Poursuivre la mise en œuvre du programme national en matière d'aménagement des infrastructures d'accueil industrielles et identifier des initiatives de co-opération possibles (par exemple, parcs industriels, polygones, techno-parcs, incubateurs et pépinières d'entreprises).
- Rationalisation et simplification des procédures administratives. Mise en place d'un environnement "favorable aux entreprises" et de garanties légales appropriées pour les investissements.

Coopération transfrontalière

- (43) *Réitérer l'intérêt porté à la coopération transfrontalière, y compris avec les régions ultra périphériques de l'Union européenne mentionnées dans la communication de la Commission européenne du 24 mai 2004*

Secteur postal

- (44) *Réforme du secteur postal afin que la poste puisse continuer à remplir la fonction d'outil de communication et d'échanges au service du progrès économique et social*

- Accompagner la réforme du cadre réglementaire et son homogénéisation par rapport aux engagements internationaux du Maroc.
- Intégrer les technologies de l'information dans la poste et utiliser celle-ci comme instrument de propagation de ces technologies dans la société marocaine.
- Intensifier les échanges entre la poste marocaine et celle des pays membres de l'UE (UE plus UPU).

Mines

(45) Renforcement de la coopération en matière de développement minier

- Echange d'information, d'expériences et d'expertises en matière de développement de la mine à petite échelle, d'exploitation minière, de protection de l'environnement et réhabilitation des sites miniers après fermeture des mines et de mise en place de laboratoires de contrôle des explosifs.

2.4. Coopération en matière de Justice et Affaires Intérieures

Migration (migration légale et illégale, réadmission, visa, asile)

(46) Développement de la législation selon les principes et les standards internationaux dans les domaines de l'asile et des réfugiés. Mise en œuvre des Conventions des NU en la matière.

- Mise en œuvre des principes de la Convention de Genève de 1951 et de son protocole de 1967 par exemple en ce qui concerne les échéances pour l'application, le principe de non refoulement, l'obtention et le maintien du statut de réfugié et le traitement des demandes d'asile manifestement infondées.
- Mise à disposition de l'expérience et expertise européenne en matière de transposition de la Convention de 1951 dans la législation nationale.
- Développement de structures administratives appropriées pour le traitement et le suivi des demandes d'asile grâce à une coopération, notamment en matière de formation du personnel concerné.

(47) Assurer la gestion efficace des flux migratoires

- Poursuite des échange d'information sur les questions de migration légale dans le cadre des structures existantes, notamment au sein du groupe de travail « Migrations et Affaires Sociales »: état des lieux des voies existantes et des engagements pris par les Etats Membres; formes de gestion de la migration légale.
- Campagnes d'information au Maroc sur les possibilités de migration légale vers l'UE (y compris sur le regroupement familial, l'égalité de traitement et intégration des migrants) et sur les risques d'une migration irrégulière et, en Europe, sur les aspects positifs de la migration.
- Migration de transit: discussions sur les possibilités de coopération avec les pays d'origine et de transit; campagnes d'information dans les pays de provenance; mesures d'accompagnement; projets trilatéraux et multilatéraux dans une perspective de synergie entre la migration et le développement, y compris par l'application de l'article 13 de la convention de Cotonou.
- Observation et analyse du phénomène migratoire: synergie avec le projet EUROMED de recherche et observation du phénomène migratoire.

- Permettre au Maroc de bénéficier des possibilités offertes par les programmes de l'Union relatifs à la migration.
- Soutien de l'UE pour une gestion efficace des flux migratoires avec attention vers la dimension humaine, aux aspects socio-économiques et aux mesures d'accompagnement.

(48) *Prévention et lutte contre la migration illégale vers et à travers le Maroc*

- Echange d'information et dialogue sur la migration illégale; soutien pratique aux actions de prévention de la migration illégale.
- Appui à la mise en œuvre de la stratégie de lutte contre l'immigration illégale, notamment par le biais de la coopération avec la Direction de la Migration et de la Surveillance des Frontières.
- Développement d'une synergie de coopération régionale pour la prévention de la migration illégale.
- Action de l'UE en amont auprès des pays d'origine et de transit et mise en œuvre effective des accords ACP, en particulier en matière de réadmission.

(49) *Améliorer la coopération concernant la réadmission des ressortissants marocains, des apatrides et des ressortissants de pays tiers*

- Conclusion et mise en œuvre d'un accord de réadmission équilibré avec la Communauté européenne.

(50) *Entamer un dialogue sur les questions de visa*

- Développer la coopération dans le domaine des visas.
- Afin de faciliter la circulation des personnes, examiner dans le cadre des structures existantes les possibilités de facilitation, de simplification et d'accélération des procédures de délivrance des visas en conformité avec l'acquis.
- Coopération en matière de sécurisation des documents de voyage et des visas.

Gestion des frontières

(51) *Renforcement de la gestion des frontières*

- Renforcement des capacités organisationnelles et institutionnelles du contrôle frontalier et de la surveillance des zones d'entrée et sortie.
- Accélération de la mise en œuvre des 4 volets du programme MEDA « gestion des contrôles frontaliers » (40 M€ - période 2004-2006): a) appui institutionnel, pour le renforcement de la stratégie nationale. b) appui à la formation du personnel. c) équipement dans les zones géographiques prioritaires. d) sensibilisation d'un public ciblé, dans les régions et parmi les secteurs sociaux les plus touchés.
- Renforcement de la coopération régionale en matière de gestion des contrôles frontaliers.

Coopération dans la lutte contre la criminalité organisée (y compris le trafic des migrants et la traite des êtres humains)

(52) *Ratification et mise en oeuvre des instruments internationaux de lutte contre le crime organisé*

- Mise en œuvre de la Convention des NU contre le crime transnational organisé de 2000 et de ses Protocoles additionnels.
- Développer la législation selon les normes et les instruments internationaux pertinents, y compris la mise en œuvre de la nouvelle législation adoptée en novembre 2003.

(53) *Développer les méthodes pour lutter contre le trafic des êtres humains et pour réinsérer les victimes de ce trafic.*

- Renforcement du dialogue afin de:
 - développer la législation sur la lutte contre le trafic/traite des êtres humains selon les standards et instruments internationaux.
 - intensifier la coopération et l'échange d'informations.
 - identifier les mesures appropriées, les instruments et les meilleures pratiques dans la lutte contre le trafic et la traite des êtres humains.
 - améliorer les données sur le caractère et l'échelle du crime, les mécanismes de trafic, de traite et d'exploitation déployés par les groupes criminels organisés et l'analyse et l'échange de ceux-ci.
- Elaboration d'une stratégie globale visant les recruteurs, les personnes qui transportent et hébergent les victimes, les exploitants, d'autres intermédiaires, clients, et bénéficiaires.
- Soutien des efforts vis-à-vis des groupes plus vulnérables (femmes et enfants); initiatives visant la réduction de la demande de main d'œuvre à prix réduit et de services sexuels; formation sur la conduite des opérations de contre trafic, sur l'identification, sauvetage et assistance des victimes.
- Lancement d'actions de formation spécialisée pour les magistrats, les forces de police et le personnel de contrôle des frontières.

(54) *Renforcer la coopération dans la lutte contre le terrorisme*

- Appui dans la mise en œuvre de la législation anti-terrorisme et des résolutions des NU en la matière.
- Formation spécifique.
- Renforcement de la coopération dans le cadre de la lutte contre le financement du terrorisme.
- Développement de la coopération entre les services compétents dans la lutte contre le terrorisme.
- Développement de la coopération judiciaire en matière de lutte contre le terrorisme.

Drogues

(55) *Renforcer la lutte contre le trafic de stupéfiants, et contre la toxicomanie, notamment via la prévention, conformément à l'article 62 de l'accord d'association et dans le cadre d'une vision globale et intégrée*

- Mise en place progressive de l'article 62 § 3 de l'accord d'association.
- Renforcement de la connaissance du phénomène à travers l'amélioration de la collecte des données et l'échange d'information sur les stratégies respectives de lutte contre la drogue.
- Renforcement de la stratégie nationale globale en matière de drogue, incluant des actions en matière de réduction de la demande et de l'offre et des actions de développement des régions.
- Lancement d'actions de formation spécialisées pour les agences en charge de l'application de la loi en la matière.
- Soutien à la mise en œuvre des principes contenus dans les Conventions des Nations Unies, ainsi que des principes énoncés par l'UNGASS.
- Développement et mise en œuvre des programmes de prévention, de traitement et de réhabilitation des toxicomanes.
- Coopération en vue de l'élaboration de normes en matière de détournement des précurseurs chimiques et autres substances utilisées pour la production de drogues.

Blanchiment d'argent, crimes économiques et financiers

(56) Renforcer les efforts et la coopération contre le blanchiment de capitaux

- Mise en œuvre de l'article 61 de l'accord d'association.
- Echange d'information sur la législation européenne et les instruments internationaux (notamment recommandations du GAFI) et la législation marocaine en matière de blanchiment d'argent et de financement du terrorisme.
- Poursuite du développement d'un cadre législatif efficace en matière de blanchiment d'argent et de financement du terrorisme conformément aux principes des recommandations du GAFI. Identification des besoins d'assistance administrative et technique et de formation.
- Renforcement du système de renseignement financier en matière de blanchiment d'argent.
- Echange d'information sur les systèmes européens («Financial Intelligence Unit (FIU)») et le système marocain.
- Elaboration d'un programme de formation pour les magistrats, les procureurs et tout autre administration concernée.
- Intensification de la coopération entre les services de police et la coopération avec les organisations internationales, telles que l'OCDE-GAFI et le Conseil de l'Europe, ainsi qu'avec les services correspondants des États membres de l'UE.

Coopération judiciaire et policière

(57) Adoption de la législation pour la coopération juridique entre Etats

- Signature, ratification et mise en œuvre des Conventions internationales principales.
- Renforcement de la coopération en matière de droit de la famille, en particulier dans le cadre de la responsabilité parentale. Analyse des textes internationaux ainsi que des conventions bilatérales.

- Mise en place de solutions concrètes pour prévenir, gérer et résoudre les conflits sur la responsabilité parentale et notamment les enlèvements d'enfants, par exemple: facilitation de la médiation ; respect des lois procédurales fondamentales (ex. l'audition obligatoire de l'enfant), assurer la collaboration entre juridictions, assurer la formation ad hoc ; faciliter le droit de visite).

(58) *Poursuivre le développement de la coopération entre les autorités judiciaires et de police du Maroc et des États membres*

- Etat des lieux de la coopération judiciaire entre le Maroc et l'UE et inventaire des bonnes pratiques.
- Participation dans la mise en oeuvre du projet EUROMED de formation judiciaire (magistrats, avocats, greffiers).
- Envisager les négociations pour un accord entre le Maroc et EUROPOL, y compris dans la lutte contre le terrorisme.
- Participation dans la mise en oeuvre du projet EUROMED de formation policière (CEPOL).
- Echange d'informations techniques, opérationnelles et stratégiques entre l'UE et les autorités marocaines compétentes dans le domaine du crime organisé.
- Introduction des méthodes d'investigations modernes.

2.5. Transports, Energie, Société de l'information, Environnement et Science et Technologie, recherche et développement

Transports

(59) *Poursuivre la mise en œuvre de la politique nationale de transport incluant le développement des infrastructures*

- Poursuivre la mise en œuvre de la politique nationale durable des transports pour le développement de tous les modes de transport et des infrastructures s'y rapportant, axée notamment sur le renforcement de la sûreté et la sécurité (tous les modes de transport).
- Identifier et mettre en œuvre les mesures nécessaires, incluant le développement des infrastructures pour augmenter les capacités de transport, pour intensifier les échanges et améliorer les performances du secteur du transport entre le Maroc et les pays du Maghreb et ceux de l'UE.
- Adopter des stratégies de financement et les moyens de leur mise en oeuvre, y compris pour les investissements d'infrastructure concernant les projets identifiés comme prioritaires ; approfondir la réflexion et le dialogue sur les questions du financement des infrastructures.

Elément régional

- Participer à l'exercice de planification mené au sein du projet de transport régional euro-méditerranéen financé dans le cadre de MEDA qui vise la proposition d'un plan d'action pour le transport dans les pays de la Méditerranée et d'un réseau de base et prioritaire dans les 12 pays méditerranéens et l'interconnexion de ce réseau avec le réseau de transport transeuropéen.

- Participer à l'identification des projets régionaux d'infrastructures prioritaires (p.ex.couloir multimodal Transmaghrébin).
- Participer au renforcement des interconnexions des réseaux de transport au plan régional, en particulier les réseaux autoroutiers, les réseaux ferroviaires et le projet de liaison fixe du Déroit de Gibraltar.
- Participer au développement de GNSS (GALILEO) dans la région méditerranéenne ; participer en particulier au nouveau projet régional MEDA sur la navigation par satellite.

(60) *Mettre en œuvre les mesures et les réformes sélectionnées dans le secteur des transports routiers*

- Introduire un processus réglementaire transparent concernant la délivrance des licences (à la fois pour des transports de marchandises et de voyageurs) et l'accès à la profession.
- Mettre en œuvre les conventions internationales particulièrement dans le domaine des marchandises dangereuses.
- Mettre en œuvre le plan d'action gouvernemental stratégique intégré de sécurité routière adopté en novembre 2003.
- Renforcer les organismes compétents pour appliquer les normes dans le secteur.
- Accélérer le développement du réseau autoroutier marocain en vue de l'achèvement des axes Nord-sud et Est-ouest à l'horizon 2010.

(61) *Mettre en œuvre les mesures et les réformes sélectionnées dans le secteur du transport ferroviaire*

- Promouvoir les services multimodaux en intégrant la question de l'interopérabilité.
- Accélérer le développement du réseau ferroviaire, en vue de favoriser les liaisons multimodales.

Elément régional

- Explorer les avantages de la coopération régionale afin d'améliorer la sécurité, la vitesse et l'efficacité (interopérabilité) des services de transport ferroviaire.
- Promouvoir une collaboration plus étroite de l'autorité réglementaire nationale dans le secteur ferroviaire avec les organisations internationales et de l'UE.

(62) *Poursuivre la mise en œuvre des mesures et des réformes sélectionnées dans le secteur de l'aviation*

- Poursuivre la mise en œuvre de la politique d'aviation nationale pour le développement du secteur; poursuivre le renforcement de la capacité administrative.
- Démarrer les négociations sur un accord aérien UE-Maroc dès l'obtention du mandat y afférent.
- Etudier les possibilités, après évaluation, d'étendre l'ouverture en cours au niveau des aéroports à Casablanca- Mohammed V, Marrakech- Menara et Agadir-Al Massira, des services d'assistance en escale à d'autres aéroports.

- Dans le cadre de la nouvelle politique de libéralisation du secteur du transport aérien entrée en vigueur en février 2004, intensifier la libéralisation en cours des liaisons de vols charter et lignes régulières, y compris le développement de nouvelles liaisons entre le Maroc et l'UE.
- Coopérer pour l'élaboration d'un plan stratégique évolutif en matière de gestion des infrastructures aéroportuaires qui prenne en compte les aspects de service public et de viabilité économique de l'exploitation des plates-formes aéroportuaires.
- Coopérer en matière de sûreté et de sécurité.
- Explorer les possibilités de participation au ciel unique européen.

(63) Mettre en œuvre les mesures et les réformes sélectionnées dans le secteur maritime

- Poursuivre la mise en œuvre de la politique maritime nationale en vue d'une plus grande compétitivité du secteur maritime; promouvoir le transport maritime à courte distance et introduire la concurrence et la participation privée dans les services portuaires.
- Poursuivre la réforme du secteur portuaire en vue de la mise en place d'une autorité portuaire indépendante chargée de la régulation et du contrôle.
- Renforcer les compétences des administrations maritimes et la formation des gens de mer en termes de sécurité et de prévention de la pollution maritime.
- Mettre en œuvre les conventions internationales pertinentes et continuer à rapprocher la législation maritime de celle de l'UE.
- Mettre à niveau le pavillon national, renforcer la surveillance administrative en ce qui concerne le respect des obligations incombant aux tiers notamment dans le domaine de la sécurité maritime.
- Approfondir la coopération dans la sûreté maritime en vue de la lutte contre le terrorisme, dans le cadre des dispositions du code SOLAS/ISPS.
- Explorer les possibilités de coopération avec EMSA.
- Achever la restructuration du secteur portuaire d'État..
- Accélérer l'élimination progressive des pétroliers à simple coque et introduire les modifications récemment convenues de la convention OMI MARPOL.

Elément régional

- Sécurité maritime : participer à l'amélioration du cadre Euromed de coopération au sein de l'OMI ; participer au nouveau projet régional MEDA sur la sécurité maritime (SAFEMED).
- Participer à la coopération régionale concernant la politique maritime, les ports et le transport maritime à courte distance.

Energie

(64) Renforcement de la politique marocaine de l'énergie sur le plan national et au niveau régional

- Mise en œuvre d'une politique énergétique basée sur le développement durable et intégrant les objectifs de sécurité des approvisionnements, de compétitivité et de protection de l'environnement.

- Facilitation du financement des infrastructures énergétiques.

(65) *Renforcement du rôle du Maroc dans la sécurité d'approvisionnement énergétique régionale*

- Renforcement des interconnexions énergétiques y compris les infrastructures de transit.
- Renforcement des capacités régionales de stockage de produits énergétiques.

(66) *Renforcement du système d'observation et de perspectives énergétiques*

- Renforcement du système d'observation, notamment par des échanges d'informations et d'expertise et des actions de formation.
- Coopération et échange d'informations et d'expertise pour la réalisation des travaux de prospective énergétique.

(67) *Intégration progressive du marché électrique marocain au marché européen de l'électricité, en application du Protocole d'accord (du 2 décembre 2003 à Rome) pour l'intégration progressive des marchés électriques des pays maghrébins au marché intérieur de l'électricité de l'UE*

- Mise en œuvre des conditions organisationnelles, institutionnelles, réglementaires et techniques nécessaires à l'intégration du marché électrique marocain au marché intérieur de l'électricité de l'UE.
- Restructuration du secteur électrique et mise en œuvre des conditions de sa libéralisation progressive.

(68) *Développement de l'utilisation du gaz naturel.*

- Coopération pour la mise en œuvre des actions visant le développement de l'utilisation du gaz naturel : cadre législatif et réglementaire, mesures techniques et mesures d'accompagnement appropriées.
- Coopération en vue du renforcement de la sécurité et de la sûreté des installations énergétiques, ainsi que du système et des moyens de contrôle technique et de la prévention des risques dans ces installations.
- Contrôle technique des installations et équipements énergétiques et mise en œuvre de mesures de prévention des risques.
- Echange d'expériences et d'expertises en vue du renforcement des capacités techniques du laboratoire de l'énergie du Ministère de l'Energie et des Mines, notamment en matière de contrôle de la qualité des hydrocarbures.

(69) *Renforcement de la maîtrise de la demande énergétique et de l'utilisation des sources d'énergie renouvelables*

- Coopération en vue de l'établissement et la mise en œuvre de plans d'action et du renforcement des institutions dans ces domaines.

Société de l'Information

(70) Progrès dans les domaines de la politique et la réglementation des communications électroniques

- Encourager la libéralisation progressive du marché de la téléphonie fixe.
- Poursuivre la libéralisation du marché de la téléphonie mobile.
- Compléter le cadre réglementaire.
- Renforcer les capacités de l'autorité de régulation (ANRT).
- Encourager la coopération de l'ANRT avec d'autres régulateurs dans la région méditerranéenne ainsi qu'avec les Etats membres de l'UE.
- Encourager l'extension des infrastructures et l'amélioration et la modernisation des services.

(71) Progrès dans la mise en œuvre du plan e-Maroc et dans le dialogue et la coopération en matière de technologies de la société de l'information

- Renforcer la connaissance et l'accessibilité en informatique des citoyens afin de lutter contre la fracture numérique.
- Accompagner la mise en œuvre des projets pilotes et le développement des contenus pour les services en ligne ("e-Business", "e-Government", "e-health", e-learning).
- Encourager le secteur privé dans la mise en place de la stratégie E.Maroc notamment auprès des PME- PMI par le soutien à la mise en place d'espaces d'accueil et d'incubation dans le domaine des technologies de l'information et des télécommunications.
- Accompagner la mise en place du cadre réglementaire pour permettre le développement du commerce électronique (signature électronique, protection des données personnelles, gestion des noms des domaines).
- Poursuivre la participation marocaine dans le programme régional EUMEDIS.
- Poursuivre le dialogue sur le développement de la Société de l'information au sein du sous-comité « recherche et innovation », par exemple échanger des informations sur le cadre réglementaire de l'UE, échanger les expertises dans le domaine de la certification en matière des signatures électroniques et dans le domaine de la sécurité des communications et des transactions électroniques.
- Encourager la participation marocaine dans le volet IST des programmes cadre de recherche de l'UE.
- Examiner les possibilités de développement des échanges entre les réseaux informatiques (en particulier MARWAN).

Environnement

(72) Promouvoir une bonne gouvernance environnementale

- Compléter la mise en place des structures administratives chargées de la protection de l'environnement et de la gestion de l'eau au niveau central et local ainsi que des procédures

permettant d'assurer une planification stratégique dans ces domaines, y compris les stratégies financières. Améliorer la coordination entre les différents acteurs ; en particulier entre les différents ministères impliqués dans la protection de l'environnement et la gestion des ressources en eau.

- Etablir les procédures concernant l'accès à l'information et la participation du public, y compris en ce qui concerne les évaluations d'impact sur l'environnement.
- Etablir des rapports réguliers sur l'état de l'environnement.
- Développer et mettre en oeuvre des stratégies de communication dans le domaine de l'environnement et de la gestion des ressources naturelles; soutien aux différents acteurs de la société civile et aux autorités locales.
- Echange d'expertise et d'expérience en matière de gouvernance environnementale.

(73) *Prévenir et combattre la détérioration de l'environnement, assurer la protection de la santé humaine, l'utilisation rationnelle des ressources naturelles, en accord avec les engagements du PANE et du Sommet de Johannesburg*

- Renforcer la capacité administrative des autorités chargées de la protection de l'environnement et de la gestion de l'eau, y compris pour la délivrance des permis et les tâches de contrôle et d'inspection.
- Adopter la législation cadre, les textes d'application et les procédures de base dans les secteurs environnementaux majeurs identifiés dans le PANE. Promouvoir le rapprochement progressif du cadre législatif environnemental marocain avec celui de l'Union européenne.
- Promouvoir une gestion rationnelle des ressources en eau. Adopter, le cas échéant, une stratégie financière générale pour les questions relatives à l'eau.
- Adopter et mettre en oeuvre une stratégie nationale de gestion des déchets.
- Mettre en oeuvre les actions du plan de lutte contre la désertification.
- Renforcer les actions de préservation de la biodiversité et de protection du milieu marin, y compris la mise en place de programmes euro-méditerranéens pour prévenir et lutter contre la pollution marine.

(74) *Renforcer la coopération sur les questions environnementales*

- Mettre en place des modalités pratiques de coopération avec l'UE pour la mise en oeuvre des conventions et protocoles relatifs à la protection de l'environnement et notamment en matière de biodiversité, changements climatiques, lutte contre la désertification et gestion des déchets. Une attention particulière sera accordée à la mise en oeuvre des dispositions du Protocole de Kyoto et la Convention Cadre de l'UN sur le Changement Climatique, y compris « MDP ».
- Ratifier les amendements à la Convention pour la protection de la mer Méditerranée contre la pollution (Convention de Barcelone) et ses protocoles, en particulier le nouveau Protocole d'Urgence ainsi que le nouveau protocole sur la Biodiversité.
- Identifier les possibilités de renforcement de la coopération régionale avec les pays voisins, notamment en ce qui concerne les problèmes d'eau et de désertification.

- Participation possible a certaines activités de l'Agence Européenne pour l'Environnement.

Science et technologie, recherche et développement

(75) *Accélérer l'intégration du Maroc dans l'espace européen de la recherche et des programmes-cadres communautaires*

- Mettre en œuvre et renforcer les systèmes d'information mutuels.
- Mettre en place et assurer le bon fonctionnement d'un réseau de points de contacts nationaux pour les PCRD et les relier aux opérateurs de RDT et Innovation du pays.
- Organiser la coopération UE-Maroc en RDT-I en identifiant les secteurs prioritaires d'intérêt mutuel, les instruments et les moyens de la coopération et les politiques et stratégies de mise en œuvre.

(76) *Développer la capacité en recherche et développement technologique au service de l'économie et de la société*

- Renforcer les moyens humains, matériels et institutionnels dans le but d'améliorer les capacités des opérateurs de RDT-I.
- Organiser une concertation entre tous les acteurs de la recherche et les utilisateurs finaux (industrie, PME).
- Mettre en œuvre des mécanismes d'interaction entre Recherche et Industrie, public-privé (technopoles, forums...).

(77) *Promouvoir l'intégration du Maroc dans les échanges scientifiques de haut niveau*

- Renforcer la participation marocaine dans les bourses internationales Marie Curie et prévoir des mécanismes de retour appropriés.
- Renforcer l'échange de personnels dans les projets conjoints et promouvoir la participation de scientifiques marocains dans les forums et débats scientifiques internationaux.

2.6. Contacts entre les peuples

Education, formation, jeunesse et sport

(78) *Améliorer les systèmes d'éducation et formation professionnelle au Maroc en vue de promouvoir la compétitivité, l'employabilité et la mobilité, notamment en rapprochant le Maroc de l'espace européen de l'enseignement supérieur*

- Encourager l'accès de la population défavorisée, vulnérable (détenus, handicapés, malvoyants, etc.) et féminine à l'éducation, y compris à l'enseignement technique et supérieur et à la formation professionnelle (art 46 AA).
- Rapprocher le système d'éducation du Maroc des systèmes d'éducation de l'UE en prenant en considération la stratégie de Lisbonne.
- Mettre en place des programmes d'études européennes et euro-méditerranéennes, à travers notamment l'Action Jean Monnet et en partie à travers le programme TEMPUS.

- Développer les études doctorales dans les disciplines prioritaires notamment à travers le programme TEMPUS.
- Améliorer le système d'enseignement supérieur et le cadre institutionnel et législatif en accord avec les principes du processus de Bologne.
- Mettre en place un système de reconnaissance mutuel des acquis académiques (ECTS) pour faciliter la mobilité des étudiants avec l'appui du programme TEMPUS.
- Améliorer les programmes d'apprentissage tout au long de la vie.
- Mettre en œuvre des politiques pour éradiquer l'analphabétisme.
- Développer des programmes d'éducation en matière de droits de l'homme et à la citoyenneté engagés par le Maroc.
- Accompagner la mise en œuvre de la réforme de l'enseignement supérieur.
- Développer les formations professionnalisantes pour l'amélioration de l'employabilité des diplômés universitaires.
- Encourager les entreprises à faire émerger leurs besoins en compétences et développer la formation en cours d'emploi.
- Améliorer la qualité et développer la capacité de l'offre publique en matière d'éducation, de formation professionnelle et d'enseignement supérieur.
- Développer le secteur privé de l'éducation, de la formation professionnelle et de l'enseignement supérieur.
- Développer la formation professionnelle par apprentissage.

(79) *Renforcer la coopération dans les domaines de l'éducation, la formation, la jeunesse et les sports*

- Promouvoir le dialogue interculturel et la coopération dans le domaine de la jeunesse en développant les échanges entre jeunes, les partenariats entre organisations de jeunesse et la formation d'animateurs de jeunesse notamment à travers le programme euromed jeunesse.
- Promouvoir la coopération dans le domaine de l'éducation non formelle.
- Promouvoir la coopération entre établissements d'enseignement supérieur.
- Développer le capital humain marocain et promouvoir la réforme de l'enseignement supérieur. Dans ce contexte, renforcer la participation du Maroc au programme Tempus.
- Encourager la participation des étudiants et universitaires du Maroc au programme Erasmus-Mundus.
- Relancer et valoriser le projet MEDA Sport dit « intégration de la jeunesse par le sport ».
- Promouvoir les programmes de perfectionnement des cadres opérant dans le domaine de la jeunesse et des sports.

- Développer les partenariats entre les fédérations sportives et les institutions des jeunes.
- Promouvoir des réseaux de centres d'études euro méditerranéens.
- Promouvoir l'organisation et la participation aux manifestations sportives et le sport scolaire et universitaire.

(80) *Gouvernance du système éducatif*

- Renforcer le processus de déconcentration et de décentralisation des services éducatifs et de décentralisation de l'enseignement supérieur.
- Promouvoir les aspects liés à la planification, la gestion et l'évaluation du système d'éducation et de formation.
- Renforcer l'autonomie et améliorer la capacité de gouvernance des universités.

(81) *Qualité de l'enseignement*

- Promouvoir la formation à distance.
- Appuyer les programmes visant le développement des nouvelles technologies de l'information et de la communication dans le système marocain d'éducation et de formation.
- Encourager le développement du Campus Virtuel Marocain (CVM).
- Renforcer la couverture sanitaire en milieu scolaire.
- Appuyer le développement de compétences en matière d'évaluation des programmes, de projets et d'institutions de formation (évaluation pédagogique, administrative et financière).
- Développer les nouvelles stratégies de régulation du secteur d'enseignement supérieur notamment par la mise en place d'une agence nationale d'évaluation.

Coopération culturelle

(82) *Améliorer la coopération culturelle*

- Renforcer le dialogue interculturel notamment à travers la promotion de l'enseignement des langues et la diffusion dans l'UE de la culture marocaine.
- Favoriser la création d'espaces culturels maroco-européens.
- Intensifier la participation du Maroc aux programmes de coopération culturelle du partenariat Euromed (Euromed Heritage et Euromed Audiovisuel).
- Intensifier l'échange d'expérience en matière de diversité culturelle et de dialogue interculturel, y compris dans le cadre des négociations pertinentes au sein de l'UNESCO.

(83) *Créer un environnement qui favorise la coopération et la circulation de produits et services culturels et audio-visuels*

- Accompagner la mise à niveau et la modernisation du secteur de la communication en général, et audiovisuelle en particulier.

- Renforcer les ressources humaines dans les domaines de l’audiovisuel, de la presse écrite, et du cinéma.
- Favoriser un échange de vues sur la politique audiovisuelle y compris l’examen des possibilités de participation du Maroc à des activités de l’Observatoire de l’audiovisuel.
- Encourager l’échange d’informations et d’expérience en ce qui concerne les questions réglementaires audiovisuelles.
- Identifier des mécanismes pour intensifier les coproductions euro marocaines dans le secteur audiovisuel et du cinéma.
- Promouvoir les productions des deux parties et renforcer les échanges bilatéraux et multilatéraux notamment dans les domaines de l’audio-visuel et du cinéma.

Société civile

(84) Intensifier la coopération et faciliter le développement de réseaux entre les sociétés civiles

- Poursuivre la mise en œuvre de la nouvelle législation sur les associations, afin de renforcer les capacités de la société civile.
- Encourager les organisations de défense des droits sociaux, politiques et économiques des citoyens, ainsi que celles qui militent en faveur d’un meilleur environnement.
- Encourager les initiatives locales et régionales à développer des activités de coopération internationale.
- Promouvoir les projets visant à faciliter l’accès de la société civile, en particulier les associations et maisons de jeunes, aux nouvelles technologies de l’information et de la communication.

Santé

(85) Améliorer le niveau de santé publique et de sûreté épidémiologique, conformément à la législation de l’UE et en coopération avec l’OMS, par la participation aux réseaux d’information

Information sanitaire

- Procéder à des échanges d’informations et de savoir-faire sur les indicateurs de santé et la collecte des données :
 - échange d’expériences entre le Maroc et les pays membres dans le domaine du système d’information sanitaire ;
 - formation sur la collecte, l’exploitation des données et l’utilisation des indicateurs pour la prise de décision.
- Organiser des séminaires et des réunions d’échange d’informations dans le domaine de la sécurité sanitaire.
- Assurer la participation du Maroc comme observateur au Réseau d’autorités compétentes.
- Prendre les mesures pour intégrer le Maroc dans le système d’information sur la santé communautaire.

Surveillance et contrôle épidémiologique

- Encourager l'association/participation aux réseaux de surveillance des maladies transmissibles.
- Développer un réseau de laboratoires.
- Renforcer les observatoires régionaux d'épidémiologie et les services de contrôle sanitaire aux frontières.
- Développer la veille et la vigilance sanitaire par la création d'une structure nationale spécialisée au Ministère de la Santé.
- Encourager la mise en place de l'Agence de Contrôle de la Qualité et de la Sécurité des Aliments (ACQSA) à travers le soutien du Conseil Scientifique d'Evaluation des Risques (CSER).

Renforcement de la décentralisation du système de santé

- Renforcer les soins de santé de base au niveau régional.
- Poursuivre la décentralisation de la prise en charge des malades cancéreux, notamment au niveau des centres nouvellement créés.

3. Monitoring

Le plan d'action sera soumis pour adoption formelle par le Conseil d'Association entre le Maroc et l'UE.

Le plan d'action est un document d'orientation pour la coopération entre l'UE et le Maroc.

Les structures conjointes établies par l'accord d'association, et en particulier les sous-comités établis à cet effet, feront progresser et assureront le suivi de la mise en œuvre du plan d'action sur la base de rapports réguliers sur sa mise en œuvre.

Un premier réexamen de la mise en œuvre du plan d'action sera effectué dans les deux ans suivants son adoption.

Le plan d'action peut être régulièrement amendé et/ou mis à jour pour refléter les progrès accomplis en ce qui concerne les priorités.

Glossaire

CEPOL:	European Police College
CIVP:	Convention International pour la Protection des Végétaux
COPS:	Comité de Politique et sécurité
ECTS:	European Credit Transfer System
EMSA:	European Maritime Safety Agency
ESB:	Encéphalopathie spongiforme bovine
EUMEDIS:	Euro-Mediterranean Information Society
FEMIP:	Facilité euro-méditerranéenne d'investissement et de partenariat
FSAP:	Financial Sector Assessment Program
GAFI:	Groupe d'action financière sur le blanchiment de capitaux
GATS:	General Agreement on Trade in Services
GNSS:	Global Navigation Satellite System
IFAC:	International Federation of Accountants
IGF:	Inspection générale des finances
IIA:	Institute of Internal Audit
INTOSAI:	International Organisation of Supreme Audit Institutions
MARWAN:	Maroc Wide Area Network
MDP:	Mécanisme pour le Développement Propre
OIE:	Organisation Mondiale de la Santé Animale
OIT:	Organisation Internationale du Travail
OMI MARPOL:	Organisation Maritime Internationale
PANE:	Plan for Nature and the Environment
SOLAS/ISPS:	International Convention for the Safety of Life at Sea
UNGASS:	UN General Assembly
UPU:	Universal Postal Union

[Consult. 23-05-2011] Disponível em:
http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/action_plans/morocco_enp_ap_final_fr.pdf